



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA
PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA UFC-
UNILAB

LAYRA NOBRE DIAS

“TEM GENTE COM FOME”: UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE A POLÍTICA
PÚBLICA “CEARÁ SEM FOME”

FORTALEZA

2025

LAYRA NOBRE DIAS

“TEM GENTE COM FOME”: UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE A POLÍTICA
PÚBLICA “CEARÁ SEM FOME”

Dissertação apresentada ao Programa
Associado de Pós-Graduação em Antropologia
UFC-UNILAB, como requisito final para
obtenção do título de Mestre em Antropologia.
Área de concentração: Antropologia

Orientadora: Profa. Dr.^a Vera Regina Rodrigues
da Silva

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

D532“ Dias, Layra Nobre.
“TEM GENTE COM FOME” : UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA
“CEARÁ SEM FOME” / Layra Nobre Dias. – 2025.
163 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Antropologia, Fortaleza, 2025.
Orientação: Prof. Dr. Vera Regina Rodrigues da Silva .

1. Insegurança alimentar. 2. Ceará sem Fome. 3. População negra. 4. Cozinhas solidárias. I. Título.
CDD 301

LAYRA NOBRE DIAS

“TEM GENTE COM FOME”: UM ESTUDO ANTROPOLÓGICO SOBRE A POLÍTICA
PÚBLICA “CEARÁ SEM FOME”

Dissertação apresentada ao Programa
Associado de Pós-Graduação em Antropologia
UFC-UNILAB, como requisito final para
obtenção do título de Mestre em Antropologia.
Área de concentração: Antropologia

Orientadora: Profa. Dr.^a Vera Regina Rodrigues
da Silva

DATA DE APROVAÇÃO: 30/07/2025

BANCA EXAMINADORA

Vera Regina Rodrigues da Silva
UNILAB - Orientadora

Denise Ferreira da Costa Cruz
UNILAB - Examinadora Interna

Antonia Gabriela Pereira de Araújo
UFC - Examinadora Externa à Instituição

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à minha mãe, à minha avó e ao meu avô (em memória). Sem o amor e o apoio deles, chegar até aqui não teria sido possível. À minha mãe, mulher guerreira e mãe solo, que mesmo diante de inúmeros desafios, nunca deixou que me faltasse o essencial: alimento, afeto e educação. À minha avó e ao meu avô, que sempre estiveram ao meu lado de forma incondicional, mesmo quando não compreendiam exatamente minhas escolhas acadêmicas. E ao meu avô, mais uma vez, que partiu em 2023, pouco antes do início do mestrado, e que ao longo da minha vida, exerceu com amor e dedicação o papel de pai.

Aos meus colegas de mestrado que tornaram esses dois anos um pouco mais leves, com risadas, brincadeiras e a lembrança de que somos capazes, e que pode até parecer clichê, mas sem o incentivo deles, talvez muita coisa tivesse desandado. Aos colegas que se tornaram amigos e que levarei para a vida inteira.

À minha orientadora, Vera Rodrigues, mulher negra de nome, sobrenome e história. Com ela aprendi mais do que teoria e método: aprendi coragem, firmeza e escuta. Foi sua confiança que me sustentou nos dias em que a minha faltou; foi sua presença que se fez abrigo quando tudo parecia desabar. Em silêncio ou em palavras, ela me guiou com generosidade e sabedoria, tornando-se farol não só na pesquisa, mas também na travessia da vida.

E com lágrimas nos olhos agradeço a mim, que fui companheira incansável dos próprios silêncios. No íntimo dessa escrita crua, onde a alma foi dilacerada à cada frase, eu me deixei. Me ausentei de mim. Mas hoje, neste trabalho manchado de verdades, me reencontro. Aqui, no reflexo que não mente, resgato meus pedaços e me envolvo, pois mesmo me perdendo, resisti ao caos de mim mesma.

*(...) mas quando estamos em silêncio
ainda assim temos medo
Então é melhor falar
lembrando-nos
de que nunca fomos destinados a sobreviver
- Audre Lorde*

RESUMO

Em 2022, foi realizado o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, sob coordenação da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN). Os dados revelaram um cenário alarmante: 33,1 milhões de brasileiros enfrentavam a fome, e 58,7% da população convivia com algum grau de insegurança alimentar. No estado do Ceará, essa realidade atingiu aproximadamente 2,4 milhões de pessoas. A pesquisa também evidencia desigualdades estruturais: a insegurança alimentar é mais presente em domicílios chefiados por pessoas negras e em lares liderados por mulheres, revelando o caráter racializado e de gênero da fome no país. Além disso, é importante destacar que a fome, nesse contexto, não se resume à ausência de alimentos, mas também se manifesta de forma silenciosa e contínua por meio da "fome parcial", a carência de nutrientes essenciais mesmo diante da ingestão alimentar diária. Trata-se, portanto, de uma questão que extrapola o campo social, assumindo contornos políticos importantes (Castro, 1984). Outro aspecto preocupante é o crescimento da população em situação de rua. Segundo dados do CadÚnico de 2022, 236.400 pessoas nessa condição estavam cadastradas, número que representa apenas uma parte da realidade, indicando uma subnotificação significativa. Diante desse panorama, esta pesquisa tem como foco a política pública “Ceará sem Fome”, implementada pelo Governo do Estado do Ceará, que visa combater a fome e promover a segurança alimentar entre pessoas em situação de extrema pobreza. O estudo concentra-se, especificamente, na Rede de Cozinhas do Ceará sem Fome, que distribui diariamente uma refeição (almoço), de segunda a sexta-feira, tanto na capital quanto no interior. Um dos critérios de elegibilidade do programa é que o responsável familiar seja do sexo feminino, ou seja, mulheres que assumem o papel de chefes de família. Nesse sentido, esta pesquisa foca duas frentes: as mulheres negras beneficiárias do programa e a população em situação de rua que depende das sobras das cozinhas localizadas no bairro Serrinha, em Fortaleza. O objetivo é compreender se essas iniciativas têm promovido efetivamente a segurança alimentar e investigar, a partir de escutas e observações de campo, como a fome e a insegurança alimentar impactam a vida cotidiana dessas pessoas. A proposta é também refletir sobre a necessidade de ampliar a cobertura dessa política para alcançar de forma mais eficaz a população em situação de rua. Os dados coletados contribuirão para uma análise crítica e aprofundada da política pública em questão, situando a insegurança alimentar no contexto local da Serrinha e suas interseccionalidades.

Palavras-chave: insegurança alimentar; Ceará sem fome; população negra; cozinhas solidárias

ABSTRACT

The 2nd National Survey on Food Insecurity in the Context of the Covid-19 Pandemic in Brazil was conducted in 2022 and was coordinated by the Brazilian Research Network on Food and Nutritional Sovereignty and Security (Rede PENSSAN). The data revealed an alarming scenario: 33.1 million Brazilians were hungry, and 58.7% of the population experienced food insecurity to some degree. In the state of Ceará, approximately 2.4 million people were affected by this reality. The survey also revealed structural inequalities, showing that food insecurity is more prevalent in households headed by Black individuals and in households led by women. This highlights the racialized and gendered nature of hunger in Brazil. Furthermore, it is important to note that, in this context, hunger is not only the absence of food but also silently and continuously manifests as "partial hunger," or the lack of essential nutrients despite daily food intake. Therefore, it is an issue that goes beyond the social sphere and takes on important political contours (Castro, 1984). Another concerning trend is the growth of the homeless population. According to 2022 CadÚnico data, 236,400 people were registered as homeless, which represents only part of the reality and indicates significant underreporting. In light of this situation, this study focuses on the public policy "Ceará sem Fome" (Ceará without Hunger), which was implemented by the State Government of Ceará to combat hunger and promote food security among people living in extreme poverty. Specifically, the study focuses on the Ceará sem Fome Kitchen Network, which distributes one meal (lunch) daily from Monday to Friday in both the capital and the interior. One of the program's eligibility criteria is that the head of the household must be female. Thus, this research focuses on two groups: black women who benefit from the program and the homeless population that relies on leftovers from kitchens in the Serrinha neighborhood of Fortaleza. The objective is to understand whether these initiatives have effectively promoted food security and to investigate how hunger and food insecurity impact the daily lives of these people based on interviews and field observations. The study also reflects on the need to expand this policy's coverage to more effectively reach the homeless population. The collected data will contribute to a critical, in-depth analysis of the public policy, situating food insecurity within the local Serrinha context and its intersectionalities.

Keywords: food insecurity, Ceará Without Hunger, Black population, solidarity kitchens

LISTA DE SIGLAS

BC - Big Shop

BSF - Plano Brasil sem Fome

CA - Câncer

CadÚnico - Cadastro Único

Censo SUAS - Censo do Sistema Único de Assistência Social

CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

FAO - Food and Agriculture Organization

G20 - Grupo dos vinte

Hemoce - Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará

IA - Insegurança Alimentar

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais

NASA - National Aeronautics and Space Administration

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU - Organização das Nações Unidas

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

PET - Polietileno Tereftalato

PM - Polícia Militar

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PPGA - Programa de Pós Graduação em Antropologia

PSR - Pessoa em Situação de Rua

reaPODERE - Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistências

RMA - Registro Mensal de Atendimentos

SDA - Secretaria de Desenvolvimento Agrário

SER - Secretaria Executiva Regional

SINAN - O Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SISAB - Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica

Sisan - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SUS - Sistema Único de Saúde

TEN - Teatro Experimental do Negro

UECE - Universidade Estadual do Ceará

UFC - Universidade Federal do Ceará

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFRR - Universidade Federal de Roraima

UGA - União de Grupos Artísticos

UGs - Unidades Gerenciadoras

UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

USPR - Unidades Sociais Produtoras de Refeições

UV - Unidade de Vivência

VIGISAN - Inquérito Nacional da Insegurança Alimentar no Brasil no Contexto da Covid-19

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
Entre o racismo e a fome: trajetória de uma pesquisa.....	12
Visões da fome: olhares negros e nordestinos.....	17
CAPÍTULO 1. FOME E DESIGUALDADE: A POLÍTICA DO PRATO VAZIO.....	29
1.1 Diálogos sobre insegurança alimentar.....	29
1.2 Desigualdade à mesa: interseccionalidade de raça/cor e gênero.....	43
1.3 A política pública “Ceará sem fome”	61
CAPÍTULO 2. FACES DA FOME NO BRASIL: MARGINALIZAÇÃO, EXCLUSÃO E SOBREVIVÊNCIA.....	75
2.1 Quem passa fome no Brasil?.....	75
2.2 Políticas públicas de combate à Fome e a pobreza.....	102
2.3 Insegurança Alimentar e Território: o bairro Serrinha em foco.....	107
CAPÍTULO 3. QUEM ALIMENTA E QUEM É ALIMENTADO: ENTRE A NECESSIDADE E A INVISIBILIDADE.....	124
3.1 A fome na prática: vivências a partir das cozinhas solidárias.....	124
3.2 “ <i>De vez em quando vou ali pegar uma ossadinha, é que eles dão pra gente...</i> ”: quando a dignidade e a necessidade se encontram.....	138
3.3 “ <i>(...) almoço é daqui, e a janta deus proverá (...)</i> ”: fé, escassez e resistência como prática cotidiana de sobrevivência.....	151
O prato de hoje e a incerteza do amanhã: considerações finais.....	157
REFERÊNCIAS.....	161

INTRODUÇÃO

Entre o racismo e a fome: trajetória de uma pesquisa

“Escrever é uma maneira de sangrar.”

Conceição Evaristo

A construção de uma pesquisa normalmente parte de um passado recente ou não, que evoca a trajetória de quem escreve, e aqui não é diferente. Se perceber a partir de um meio totalmente desconforme rememora um não-lugar e a procura por aceitação se mostra necessária, principalmente para quem não se reconhece em lugar algum. Inicialmente penso em uma elucidação para a chegada até este ponto. Minha trajetória como menina mulher de cabelos alisados e colocada como parda entra em choque quando inicia a vida na universidade. No passado não havia necessidade de se pensar em pertencimento racial, pois “pardo” era o que eu e mais dezenas de pessoas éramos. Cabelo alisado se tornava algo comum e fundamental para se sentir minimamente bem-visto e aceito.

Poucos meses antes de saber que havia passado para o curso de graduação do Bacharelado em Humanidades (2017) na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), uma decisão difícil estava tomando palco: o famoso ‘BC’ (em inglês ‘big shop’, ou como chamamos ‘grande corte’) que consistia em cortar as partes alisadas do cabelo, deixando apenas o cabelo natural ressurgir depois de anos de químicas pesadas. Obviamente um passo complicado, pois ter seu cabelo natural que não era visto como ‘normal’ e nem como bonito, dando espaço ao racismo de cada dia e ‘brincadeiras’ passíveis de traumas duradouros. A entrada na universidade abriu portas de conhecimento, aceitação e pertencimento racial nunca antes sentido.

Para nós que passamos pela transição capilar e passamos a usar nossos cabelos crespos, a experiência da mudança implica em uma transformação. Deixamos de querer nos anular em uma prática normatizadora da beleza e experimentamos uma nova estética com todas as suas implicações. Vivenciamos o racismo de maneira ainda mais eloquente quando decidimos usar os cabelos crespos, nos tornamos outras mulheres. (CRUZ, p. 356, 2018)

Embora esta pesquisa não tenha como foco central os cabelos ou as infâncias, é essencial considerar quem está por trás dela. A pressão estética também se manifesta como uma forma de violência enfrentada por muitas pessoas negras, de diferentes idades. A imposição do cabelo liso como padrão de beleza afeta especialmente as crianças, que ainda não compreendem completamente como a sociedade marginaliza cabelos crespos e peles negras.

Exemplo dessa violência foi um caso de 2019 onde uma criança foi barrada de se matricular em uma escola devido seu cabelo crespo e volumoso, é importante ressaltar que a criança só tinha 08 anos de idade e a justificativa da diretora da escola é que a criança não seguia o “estilo social” que era ‘padrão’ na escola, que deveria ser de crianças com “cabelos baixos”¹, ou seja, desde pequeno o racismo e a desigualdade racial perpassam seu corpo. Outro caso de 2020, foi a de um jovem da qual em uma abordagem policial, um dos militares usou da violência física contra o adolescente de 16 anos devido seu cabelo crespo, onde no vídeo descrito na reportagem em um trecho o policial diz: “você pra mim é ladrão, você é vagabundo... com essa desgraça desse cabelo aqui”.² É perceptível como as violências se entrecruzam, independente se é em uma abordagem policial ou até mesmo na escola. A violência que é promovida contra nossas crianças e jovens negros contribui para um futuro traumático.

Vale ressaltar que na minha trajetória além no quesito cabelo, havia o quesito ‘cor’. Ser identificada como parda (o) em um país como o Brasil, abre espaço para inúmeras violências. Escuro demais para ser branco e claro demais para ser negro, mas apesar da diversidade do colorismo quando se trata de ser negro, muitas pessoas consideradas pardas ainda sofrem com esse não-lugar. O preto sempre visto como ruim abre espaço para um sentimento de repulsa. Quem quer ser negro? E então nasce as várias classificações principalmente no quesito feminino: parda; morena; mulata; da cor do pecado; cor de bombom... a lista é longa. Perceber como nossas crianças se veem nos ajuda a compreender a forma que nós adultos estamos às atingindo e fazendo com que atinjam terceiros.

Nunes em seu artigo *Cadê as crianças negras que estão aqui? O racismo (não) comeu* (2016) em complemento com outras autoras, apresenta resultados de pesquisas de como as crianças se reconhecem estando em seu ambiente escolar:

Além disso, como nas pesquisas de Fazzi (2000) o termo moreno volta a surgir entre as crianças, o que nas observações da pesquisadora indicava que “encontrou-se mais desejo de possuir traços físicos brancos entre as crianças que se autodefiniram como ‘morenas’ do que em crianças que fizeram uso da categoria ‘preto’” (p. 163). A autora conclui que “apreender quais os sentidos e significados mostra-se uma questão central para que se possa compará-los com os resultados obtidos juntos a adultos e adolescentes [...] talvez seja uma saída para entender se e quando se dão as rupturas em termos dos sentidos e significados dados à cor/raça” (NUNES, 2016, p. 167).

¹ Disponível em: [Criança é impedida de se matricular em escola por ter cabelos crespos](#)

² Disponível em: [PM esmurra e faz insultos racistas a jovem de black power: ‘desgraça de cabelo’; veja vídeo | Jornal Correio](#)

Pode-se perceber como as representações de cor, cabelo, e até o corpo podem afetar a sociabilidade das crianças, não apenas na escola, mas nos mais diversos ambientes. O racismo chegou a mim dessa forma, desde criança não sendo aceita, excluída do meio social da escola tanto das meninas quanto dos meninos, além de até mesmo na adolescência (ensino médio) isso continuar se refletindo não só pelos próprios colegas, mas também por professores, que nitidamente tinham preferências, principalmente no que se tratava de alunos (as) com melhores condições financeiras.

Quando se começa a perceber o motivo pela exclusão, parte a vontade de mudar e nesse caso mudar de visual na tentativa de se sentir aceito parecia o melhor a ser feito. Souza em seu livro *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social* (1983) traz uma passagem que representa o não-lugar e tentativa de negar a si mesmo:

“Meu pai dizia que a gente era rico. Minha mãe dizia que a gente era pobre. Eu achava que ser rico era morar naqueles edifícios que tinham brinquedos. Mas, também, não era pobre, porque pobre era morar na favela. Aí eu não sabia meu lugar, mas sabia que negra eu não era. Negro era sujo, eu era limpe; negro era burro, eu era inteligente; era morar na favela e eu não morava e, sobretudo, negro tinha lábios grossos e eu não tinha. Eu era mulata, e ainda tinha esperança de me salvar...” (Luisa) (SOUZA, 1983, p. 64)

Com esse trecho reafirmo como a visão sobre o negro é marginalizada, então se afastar dele seria uma forma de se aproximar do que é aceitável e nesse caso o branco. Consoante as relações de pertencimento e não lugar não só na escola, mas na vida de uma forma geral, Nunes (2016) citando Gobbi (1997) e Santiago (2014) apresenta uma visão muito instigante sobre nós adultos em relação às crianças:

Segundo Márcia Gobbi (1997) “o termo adultocêntrico aproxima-se aqui de outro termo bastante utilizado na antropologia: o etnocentrismo: uma visão de mundo segundo a qual o grupo ao qual pertencemos é tomado como centro de tudo e os outros são olhados segundo nossos valores, criando-se um modelo que serve de parâmetro para qualquer comparação. Nesse caso o modelo é o adulto e tudo passa a ser visto e sentido segundo a ótica do adulto, ele é o centro” (p. 26). Em suas considerações, Santiago (2014) aponta que “o adultocentrismo não permite olhar e ouvir o que as crianças pequenininhas querem nos transmitir, nos deixando amarrados em padrões de linguagens e de comportamentos que muitas vezes não correspondem a “intempestividade” da própria infância” (p. 112). (NUNES, p. 405-406, 2016)

Ao presumirmos que, como adultos, sempre sabemos o que é certo e melhor para as crianças, muitas vezes acabamos silenciando-as e tolhendo sua expressão. No entanto, para refletir sobre as infâncias, especialmente as infâncias negras, é preciso revisitar o nosso próprio passado. Como eu, enquanto criança, percebia e reagia ao racismo, ao preconceito, às chamadas 'brincadeiras de mal gosto'? Como as pessoas ao meu redor

acolhiam (ou não) relatos de dor e choro? E então, como se deu minha transição da infância para a adolescência, e desta para a vida adulta? Resgatar quem fomos e o que moldou nossa trajetória até aqui, pode abrir caminhos para compreender e reaprender como as crianças percebem a si mesmas e constroem seus sentidos no mundo que habitam.

Quando estava cursando o Bacharelado em Antropologia (2019), iniciei a minha trajetória na reaPODERE (Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistências), que é um grupo de extensão, pesquisa e ensino na UNILAB e através dela me inseri na comunidade da Estrada Velha que se localiza em Acarape, aproximadamente 60 km de distância de Fortaleza. Nessa comunidade realizamos atividades socioeducativas com as crianças que tinham de 04 a 15 anos.

Uma atividade realizada pela reaPODERE na comunidade da Estrada Velha no Natal de 2019 causou impactos profundos nos extensionistas que lá estavam. Foi uma apresentação teatral que deu início com a música “Me solta” do cantor Nego do Borel, onde as meninas formaram um círculo, dançavam e alguém dizia “pega ladrão”, então outro jovem da comunidade que representava um policial, chegava e abordava uma das meninas, a enquadrava e exclamava “puta, negra safada” e após isso a garota grita: “me solta porra!”, ainda se referindo à música do Nego do Borel. Depois se iniciou a música “Eu só quero é ser feliz, andar tranquilamente na favela onde eu nasci”³ onde as meninas dançavam alegres e batendo no peito, exaltando o orgulho de viver na comunidade e depois seguiram dançando outras músicas de funk. Importante ressaltar que as crianças produziram tudo sozinhas, escolheram as temáticas e músicas e nós apenas soubemos na hora da apresentação do que se tratava.

A partir desta apresentação refleti e percebi que as crianças sabem pelo que passam, veem o racismo, a violência, a opressão policial, mas por serem crianças a violência sofrida acaba sendo invisível, pois as suas dores são silenciadas. Além dessas percepções as crianças na ocasião se utilizaram do funk como forma de denúncia das opressões e a partir desse ato já se percebe o estigma de alto nível que essas pessoas e principalmente as crianças carregam: a pobreza, a negritude e apreciação de um estilo musical que infelizmente é marginalizado.

Pensando nessas trajetórias e vivências em campo, a negação a voz ativa das crianças e dessa marginalização ao negro, considereei como a comunidade da Estrada

³ Música: “Eu só quero é ser feliz”; autores: Cidinho & Doca; ano: 1995

Velha e principalmente as crianças se veem diante dessas estigmatizações e como resistem nesses espaços, pois sua cor, sua classe social e a forma que vivem se colocam como marcadores que causam segregação diante a outros bairros e comunidades.

A partir dessas reflexões realizei meu trabalho de conclusão de curso no Bacharelado em Antropologia com o título: *Infâncias negras e a ação da PM: observando as relações de poder e medo da Estrada Velha/Acarape-CE* (2021), onde tomo como base todas as vivências com as crianças durante minha trajetória na reaPODERE.

Ao longo das minhas trajetórias e vivências, compreendi que era preciso continuar na busca por conhecimento e aprofundamento acadêmico. Nesse processo, a entrada no Mestrado se tornou um passo fundamental. Tentei duas vezes o edital do Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia UFC-UNILAB, mas percebi que meu momento ainda não havia chegado. Quando soube que um novo edital seria lançado no início de 2023, a frustração acumulada pelas tentativas anteriores quase me impediram de tentar novamente. Já estava formada e atuando em uma área distinta da minha graduação, o que me afastava ainda mais do ambiente acadêmico. No entanto, o curso de Antropologia me presenteou com professores inspiradores, que seguiram acreditando em mim mesmo após a minha formação e me incentivaram a não desistir.

A trajetória que me conduziu ao ingresso no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), em 2023, foi atravessada por inúmeros desafios. Trabalhava sob um regime de escala 6x1, com jornadas diárias que variavam entre oito e dez horas, em pé e em constante contato com o público. Conciliar essa rotina exaustiva com os estudos necessários para a prova de seleção e a elaboração do pré-projeto exigiu um esforço considerável. Apesar disso, eu tinha consciência de que a posição que então ocupava não refletia minhas aspirações profissionais e acadêmicas.

Com empenho e resiliência, conquistei minha admissão no programa. Para garantir minha permanência, contei com o apoio de conhecidos para minha moradia e trabalhei como garçone, enfrentando turnos de até dezesseis horas seguidas. Ainda que as dificuldades tenham sido muitas, nenhum esforço foi em vão. Meu ingresso no PPGA evidencia que uma mulher negra, oriunda de uma família humilde e habituada ao labor cotidiano, pode alcançar seus objetivos por meio da persistência, da coragem e do compromisso com sua própria trajetória.

Na monografia do Bacharelado em Antropologia, trabalhei com as infâncias negras, identidades raciais, e opressões por parte do Estado (polícia); no Mestrado em Antropologia percebi a necessidade de trabalhar sobre algo que era muito presente na

minha pesquisa anterior, mas que não estava em foco: a fome. Ao percorrer os caminhos traçados pela fome, evidencia-se o protagonismo de mulheres negras que estão frequentemente à frente de seus núcleos familiares na luta diária pela sobrevivência. As incursões em campo reforçam a percepção de uma realidade marcada não apenas pela escassez material, mas pela negligência do Estado em oferecer políticas públicas eficazes. Tal ausência se agrava diante de populações que historicamente têm seus direitos mais básicos sistematicamente negados.

Os dados que serão apresentados ao longo desta pesquisa apontam que a insegurança alimentar incide com maior intensidade sobre lares chefiados por pessoas autodeclaradas negras, sobretudo quando liderados por mulheres. A esse cenário soma-se a realidade da população em situação de rua, que, à margem de qualquer estrutura de assistência contínua, enfrenta diariamente o desafio de garantir o que comer em um contexto em que a alimentação adequada tem se tornado um privilégio. Esses dados evidenciam como as desigualdades de raça, gênero e classe são atravessadas e intensificadas pelo desmonte de políticas públicas e pela precarização da vida

Visões da fome: olhares negros e nordestinos

A fome tem raízes profundas, tão velha quanto a própria humanidade. Estudada por grandes intelectuais acadêmicos, mas também descrita por grandes intelectuais da vida. A fome sempre existiu, mas há quem nunca chegou a conhecê-la ou vê-la.

Sempre soube que a fome existia, mas vê-la cara a cara não era algo comum no meu interior. Eu vi a fome pela primeira vez na comunidade da Estrada Velha na cidade de Acarape, que atuei no projeto de extensão reaPODERE durante a graduação na UNILAB. Casas de taipa, esgoto a céu aberto, armários vazios. Nosso projeto de extensão atuava com atividades socioeducativas com as crianças da comunidade e em algumas datas comemorativas como São João, Natal, fazíamos um evento e arrecadávamos cestas básicas, fazíamos comidas, organizávamos atividades. Quando ingressei no Mestrado, mudei-me para a capital do Ceará, Fortaleza. Aqui também vi a fome, mas a fome estava em cada esquina, cada rua, cada ponte, cada ônibus, cada terminal, era impossível não se ver, escancarado.

A fome tinha rosto e nome...

...mas ao mesmo tempo era invisível.

Estudar sobre a fome nos faz refletir sobre como esse tema vem sendo abordado a tantos anos, mas que parece não ter tido o impacto necessário. Josué de Castro (1908-

1973), intelectual pernambucano com formação nas áreas de ciências sociais e medicina, em seu livro *Geografia da Fome* (1946) vem desmistificar que a fome que assolava o país não era de caráter natural e climático, mas de caráter político.

A fome da qual conhecemos não é apenas a falta total de alimentos, mas há algo que ele chama de “fome parcial” ou “fome endêmica” relacionada a subnutrição, ou seja, a falta de nutrientes necessários para o corpo humano, mesmo comendo todos os dias.

Não só a fome total, a verdadeira inanição que os povos de língua inglesa chamam de starvation, fenômeno, em geral, limitado a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais, como o fenômeno muito mais freqüente e mais grave, em suas conseqüências numéricas, da fome parcial, da chamada fome oculta, na qual, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias. (Castro, 1984, p. 26)

Apesar dessa citação ter sido obtida da 10ª edição de 1984, esse livro foi publicado pela primeira vez em 1946. Com quase 80 anos de diferença, continua sendo uma realidade presente no nosso país em pleno 2024, com seus 33 milhões de pessoas passando fome.⁴ A fome não é apenas a ausência total de alimentos, mas também, ter alimentos, mas que não suprem a necessidade fisiológica de nutrientes do nosso corpo.

Os resultados dessas descobertas têm alcance incalculável. Para começar, a palavra fome já não basta. É que o termo evoca simplesmente a insuficiência da quantidade de alimentos, provocando a subnutrição e a “morte pela fome”. Trata-se agora de outra coisa. Viemos a saber que não é apenas quando nossa alimentação é insuficiente que estamos ameaçados. Também o estaremos se ela for mal constituída. Neste último caso, surge uma série de estados de subnutrição. Quando essa subnutrição é grave, pode tornar-se rapidamente mortal: traduz-se por doenças de há muito conhecidas, mas cujas causas permaneciam ignoradas. Se a carência de moléculas indispensáveis for menos pronunciada, determinará o mau funcionamento do organismo, o desenvolvimento defeituoso das crianças, a fraqueza parcial dos adultos, certa desagregação do estado mental e, por fim, a degeneração progressiva terminando por provocar o desaparecimento de grupos humanos. Os efeitos de uma má alimentação são, por conseguinte, muito mais profundos e mais amplos do que se pensava. Influem na duração e na qualidade [pg. 13] da própria vida, na capacidade de trabalho, no estado psicológico das populações. (Castro, 1984, p. 07)

Esse quadro poderia facilmente ser mudado apenas com alimentação equilibrada e suficiente para toda a população. A fome como é visível nos escritos de Josué, não é apenas de cunho social, a fome faz parte da saúde pública, onde a falta de uma alimentação que supre os nutrientes do corpo acarreta não apenas o aparecimento de doenças, mas também atinge psicologicamente o ser humano, dando espaço para violências contra si mesmo e contra o próximo.

⁴ Disponível em: [2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil](#)

Sob este último aspecto, se fizermos um estudo comparativo da fome com as outras grandes calamidades que costumam assolar o mundo — a guerra e as pestes ou epidemias — verificaremos, mais uma vez, que a menos debatida, a menos conhecida em suas causas e efeitos, é exatamente a fome. Para cada mil publicações referentes aos problemas da guerra, pode-se contar com um trabalho acerca da fome. No entanto, os estragos produzidos por esta última calamidade são maiores do que os das guerras e das epidemias juntas, conforme é possível apurar, mesmo contando com as poucas referências existentes sobre o assunto.² E há mais, a favor deste triste primado da fome sobre as outras calamidades, o fato universalmente comprovado de que ela constitui a causa mais constante e efetiva das guerras e a fase preparatória do terreno, quase que obrigatória, para a eclosão das grandes epidemias. (Castro, 1984, p. 20)

A década de 80 foi marcada pelo período da ditadura militar (1964-1985) e uma grave crise econômica que se alastrava pelo país. O cruzeiro (moeda da época) foi desvalorizado, a inflação elevada, aumentando o preço dos alimentos, a perda do poder de compra, o crescimento da concentração de renda e a elevada expansão das desigualdades sociais foi suficiente para o desarranjo social impactando diretamente as famílias de classe baixa. A fome nunca foi algo natural, mas principalmente de cunho político. Não se tratava da falta de alimentos para o quantitativo das populações, mas sim da má distribuição de riquezas.

A leitura da escritora mineira Carolina Maria de Jesus (1914-1977), *Quarto de despejo: diário de uma favelada* publicada em 1960, nos faz refletir sobre violência, doenças, e até mesmo a morte social que a fome representa. São relatos intensos de modo que suas histórias foram consideradas ficcionais. Seu amor pela leitura e pela escrita, nos fez conhecer seu cotidiano na favela e a realidade nua e crua da fome.

Na cidade de São Paulo, Carolina, mulher negra, catava papéis e ferros todos os dias para conseguir comprar comida, mas o dinheiro sempre foi muito pouco, ainda no período em que a moeda brasileira era o cruzeiro (1960). Nas suas andanças fazendo coleta, ela retrata como as outras pessoas que pelas suas descrições eram de classes mais altas, não gostavam dela, falavam das suas roupas sujas, do seu odor, dos seus pés descalços.

...Os vizinhos de alvenaria olha os favelados com repugnância. Percebo seus olhares de ódio porque eles não quer a favela aqui. Que a favela deturpou o bairro. Que tem nojo da pobreza. Esquecem eles que na morte todos ficam pobres. (Jesus, 2004, p. 48)

A morte na favela parecia algo comum, seja por violência, doenças, ou pela fome. O álcool preenchia um vazio deixado pela falta do que comer, apesar de Carolina nunca ter cedido a bebida por conta de seus três filhos. Em seus escritos, viver parecia impossível e nada parecia melhorar, o aumento nos transportes públicos, nos alimentos,

onde por vezes não fazia nenhuma refeição por não ter condições para comprar. Nenhum escrito acadêmico e científico descreveria tão bem a fome como alguém que passava por ela diariamente. Abaixo algumas passagens do diário de Carolina que retratam essa dura realidade:

...O que eu aviso aos pretendentes a política, é que o povo não tolera a fome. E preciso conhecer a fome para saber descrevê-la. (...) ...O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. (Jesus, 2004, p. 25)

...Para mim o mundo em vez de evoluir está retornando a primitividade. Quem não conhece a fome há de dizer: “Quem escreve isto é louco”. Mas quem passa fome há de dizer: —Muito bem, Carolina. Os generos alimentícios deve ser ao alcance de todos. Como é horrível ver um filho comer e perguntar: “Tem mais? Esta palavra “tem mais” fica oscilando dentro do cérebro de uma mãe que olha as panela e não tem mais. (Jesus, 2004, p. 32)

A tontura da fome é pior do que a do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer. Percebi que é horrível ter só ar dentro do estomago. (Jesus, 2004, p. 38)

7 DE JANEIRO ...Hoje eu fiz arroz e feijão e fritei ovos. Que alegria! Ao escrever isto vão pensar que no Brasil não há o que comer. Nós temos. Só que os preços nos impossibilita de adquirir. Temos bacalhau nas vendas que ficam anos e anos a espera de compradores. As moscas sujam o bacalhau. Então bacalhau apodrece e os atacadistas jogam no lixo, e jogam creolina para o pobre não catar e comer. (Jesus, 2004, p. 130)

7 DE AGOSTO Deixei o leito as 4 horas. Eu não dormi porque deitei com fome. E quem deita com fome não dorme. (Jesus, 2004, p. 90)

A década de 60 foi marcada por inúmeros problemas que pareciam apenas começar. A renúncia do presidente Jânio Quadros, apenas sete meses após sua tomada de posse, gerou uma crise política. João Goulart, seu vice na época, toma posse e se torna presidente a contra gosto dos militares. Em 1 de abril de 1964, Goulart é deposto pelos militares e dá-se início à ditadura militar.

Ainda nesse período há o crescimento exagerado dos centros urbanos, a busca por emprego e melhor qualidade de vida faz a população da área rural ir até as cidades grandes. O fluxo migratório se torna excessivo, aumentando não somente a violência e o caos, mas também a miséria e as desigualdades sociais.

15 DE JUNHO ...Fui comprar carne, pão e sabão. Parei na banca de jornaes. Li que uma senhora e três filho havia suicidado por encontrar dificuldade de viver. (...) A mulher que suicidou-se não tinha alma de favelado, que quando tem fome recorre ao lixo, cata verduras nas feiras, pedem esmola e assim vão vivendo. (...) Pobre mulher! Quem sabe se de há muito ela vem pensando em eliminar-se, porque as mães tem muito dó dos filhos. Mas é uma vergonha para uma nação. Uma pessoa matar-se porque passa fome. E a pior coisa para uma mãe é ouvir esta sinfonia: —Mamãe eu quero pão! Mamãe, eu estou com fome! (Jesus, 2004, p. 53)

24 DE JULHO Como é horrível levantar de manhã e não ter nada para comer. Pensei até em suicidar. Eu suicidando-me é por deficiência de alimentação no estomago. E por infelicidade eu amanheci com fome. (Jesus, 2004, p. 84)

29 DE ABRIL Hoje eu estou disposta. O que me entristece é o suicídio do senhor Tomás. Coitado. Suicidou-se porque cansou de sofrer com o custo da vida. Quando eu encontro algo no lixo que eu posso comer, eu como. Eu não tenho coragem de suicidar-me. E não posso morrer de fome. (Jesus, 2004, p. 139)

16 DE JUNHO ...Hoje não temos nada para comer. Queria convidar os filhos para suicidar-nos. Desisti. Olhei meus filhos e fiquei com dó. Eles estão cheios de vida. Quem vive, precisa comer. Fiquei nervosa, pensando: será que Deus esqueceu-me? Será que ele ficou de mal comigo? (Jesus, 2004, p. 151)

O pensamento de morte era constante na vida de Carolina, já não bastasse a morte social, que a invisibiliza diante a sociedade. Decerto uma pessoa que estava fora do coletivo, conseguiria melhor compreender os problemas da sociedade, mas quem escutaria a voz de uma favelada?

Além dos estereótipos de morar na favela e de ser pobre, Carolina ainda tinha um marcador que intensificava negativamente sua vida, ela era uma mulher negra. Mas surpreendentemente até mesmo pelo período, nos seus escritos demonstrava orgulho da sua cor e de seu cabelo, compreendendo muito bem desde cedo, o racismo que lhe rodeava.

...Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia me: —É pena você ser preta. Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. E indisciplinado. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta. (p. 55)

Solano Trindade (1908- 1974)⁵ pernambucano, poeta e ator, nesse mesmo período de Josué de Castro e Carolina Maria de Jesus, publicava em 1944, no Rio de Janeiro, o poema que dá título à essa dissertação *Tem gente com fome*. Esse poema lhe rendeu perseguição e a prisão.

Esse poema como tantos outros de Solano, descreviam a realidade da fome e do negro no Brasil. Esse poema não está distante dos dias atuais, mesmo com 80 anos de diferença, ainda “tem gente com fome” como se confirma com os 33 milhões de pessoas passando fome no nosso país⁶ e há “tantas caras tristes” de homens e mulheres que vivem em insegurança alimentar.

⁵ Disponível em: [O legado de Solano Trindade](#)

⁶ Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>

Além de poeta, Solano também era ator, cineasta, teatrólogo e militante do movimento negro. Todas as suas poesias, danças e peças tinham significado, uma forma de reivindicações sociais e políticas. Suas poesias ficaram marcadas pois retratavam a realidade, além de ter uma linguagem simples de se compreender. Considerado um dos percussores do movimento negro, Solano Trindade é um intelectual que continua presente e fortalecendo a luta e trajetória do povo negro. A seguir seu poema *Tem gente com fome*.

Tem gente com fome

Trem sujo da Leopoldina
correndo correndo
parece dizer
tem gente com fome
tem gente com fome
tem gente com fome
Piiiiiii
Estação de Caxias
de novo a dizer
de novo a correr
tem gente com fome
tem gente com fome
tem gente com fome
Vigário Geral
Lucas
Cordovil
Brás de Pina
Penha Circular
Estação da Penha
Olaria
Ramos
Bom Sucesso
Carlos Chagas
Triagem, Mauá
trem sujo da Leopoldina
correndo correndo

parece dizer
tem gente com fome
tem gente com fome
tem gente com fome
Tantas caras tristes
querendo chegar
em algum destino
em algum lugar
Trem sujo da Leopoldina
correndo correndo
parece dizer
tem gente com fome
tem gente com fome
tem gente com fome
Só nas estações
quando vai parando
lentamente começa a dizer
se tem gente com fome
dá de comer
se tem gente com fome
dá de comer
se tem gente com fome
dá de comer
Mas o freio de ar
todo autoritário
manda o trem calar
Pisiuuuuuuuu

O poema *Tem gente com fome* sintetiza, em sua urgência e dureza, o compromisso de Solano Trindade com as lutas do povo negro e das camadas populares esquecidas. Ao dar voz à fome, ele denuncia as ausências históricas do Estado e escancara as camadas profundas da desigualdade social brasileira. Essa mesma fome estrutural, cotidiana e negligenciada, ecoa em outras geografias da resistência, como no sertão nordestino durante a seca de 1932. Evento marcante da história do país, essa seca não apenas expôs a calamidade climática, mas revelou a brutalidade das respostas institucionais diante da miséria: campos de concentração, trabalho forçado e a invisibilização dos corpos famintos.

O Nordeste brasileiro sempre foi marcado pela fome e pelas secas, porém a seca de 1932 escancarou a separação de classes e a tentativa de extermínio dos chamados

flagelados mediante a fome e a busca de sobrevivência. As famílias saíam dos sertões nordestinos para a “Cidade do Sol” aos montes nas estações de trens, fugindo da seca e da fome que assolava naquele momento os sertões nordestinos. A chegada dessas pessoas à cidade grande causava medo e aflição à classe dominante, tendo em vista que o excesso de flagelados sem família e sem trabalho na capital, lhes rendia apenas pedir esmola e povoar os grandes centros. Com isso se fazia necessário entre a classe dominante frear o acesso dessas pessoas à cidade, isolando a pobreza. A partir disso utilizaram os campos de concentração para ter um controle sistemático dos retirantes.

Em 1932, a prática de manter a cidade dos ricos afastada (ou parcialmente afastada) da miséria concretizou-se na construção de locais para o aprisionamento dos flagelados, bem como em frentes de trabalho e em políticas de emigração forçada para outros Estados. Nesta seca, o poder público isolou parte dos sertanejos em sete Campos de Concentração, distribuídos em lugares estratégicos para garantir o encurralamento de um maior número de retirantes no Sertão do Ceará. (Rios, 2014, p. 09)

Os discursos apresentados declararam que os Campos de Concentração tinham um cunho humanitário e voltado à saúde e assistência dos retirantes, mas a realidade era apenas “proteger” as cidades dos flagelados.

Para barrar a marcha dos retirantes rumo a Fortaleza e a outras cidades do Estado, foram erguidos sete “Campos de Concentração” (em Ipu, Quixeramobim, Senador Pompeu, São Mateus, Crato e dois em Fortaleza). Eram locais para onde grande parte dos retirantes foram recolhidos a fim de receber do governo comida e assistência médica. Dali não podiam sair sem autorização dos inspetores do Campo. Havia guardas vigiando constantemente o movimento dos concentrados. Ali ficaram “encurralados” milhares de retirantes a morrer de fome e doenças. Entre abril de 1932 e março de 1933 foram registrados mais de 1.000 mortos somente no Campo de Concentração de Ipu. (Rios, 2014, p. 68)

Mesmo após esse período de secas, as migrações da área rural para a área urbana continuaram, havia a necessidade de sobrevivência e da fuga da fome. Os “inchaços” na cidade grande, a falta de trabalho, moradia e políticas voltadas a essa população, lhes deixaram à margem da sociedade. Por não ter para onde ir, os retirantes começaram a fixar-se nas linhas férreas “dando origem a uma das maiores favelas de Fortaleza: a favela do trilho, que corta a cidade, em um “estirão”, de uma ponta a outra. Nesse movimento, os retirantes deixaram de ser flagelados e passaram a ser favelados.” (Rios, 2014, p. 31)

Na continuidade desses “Olhares negros e nordestinos”, Lélia Gonzales (1935-1994), ativista, filósofa, socióloga e professora brasileira, junto com Carlos Hasenbalg (1942-2014) socioólogo argentino, escrevem o livro *Lugar de Negro* (1982) apresentando como o golpe de 1964 buscava estabelecer uma nova ordem no Brasil, traçando mudanças no modelo econômico que para os militares já não havia sentido e necessitava de uma

mudança radical. Mas para uma mudança de tal estrutura seria necessário medidas drásticas, sendo uma delas a “pacificação da sociedade civil”.

Da abolição da escravidão para aquele período de 64, chegava a pouco mais de 70 anos, ou seja, extremamente recente. Essa “pacificação” nada mais seria do que o silenciamento de corpos indesejados da sociedade. A paz social a qual se buscava naquele momento era baseada “no enfraquecimento do congresso (...) a dispersão das ligas camponesas, a supressão das guerrilhas urbanas, as prisões, as torturas, os desaparecimentos e os banimentos (...). (p. 11)

O “milagre econômico” ao qual foi intitulado o golpe de 64, se dava a partir da “tríplice aliança” que era a união do estado militar, as multinacionais e o empresariado nacional. Como se podia imaginar, a massa trabalhadora não obteve nenhum benefício sobre esse milagre, na verdade houve redução do salário, havendo empobrecimento, principalmente da comunidade negra.

A questão salarial impactou diretamente as pequenas empresas, fazendo com que boas quantidades de trabalhadores rurais partissem para a cidade grande buscando melhorias, porém o resultado disso foi o “inchaço” das cidades, além de que essa população foi deslocada para as periferias, com isso a necessidade se tornou mão-de-obra barata.

A divisão racial era visível, seja nas moradias, seja em quem a polícia depositava toda sua repressão. Lélia traz uma passagem difícil, mas muito real: “(...) outro lugar natural do negro sejam as prisões e os hospícios.” (p. 15-16), apesar de que de acordo com a época, a discriminação racial não poderia nem sequer ser falada, já que era considerado crime de subversão.

Antes mesmo do golpe de 64, a população negra já se reunia, na cidade grande o negro aprofunda sua consciência racial pelo cotidiano vivido. No período entre 1945 e 1948, se intensifica a inquietação tanto intelectuais quanto politicamente. O TEN (Teatro Experimental do Negro) vem nesse período trazer reivindicações contra o racismo, com um nome muito importante como fundador - Abdias do Nascimento, intelectual negro brasileiro, poeta e escritor, e ao seu lado Solano Trindade trazendo a poesia também como forma de reivindicação.

O golpe de 64 vem então desarticulando os movimentos negros, porém não deixa de tomar posse da cultura negra transformando-as em algo passível do capitalismo, ou seja, algo rentável. Apesar da desarticulação, não era possível um povo de luta se deixar abater. Novos movimentos foram criados, eventos foram realizados e a luta deu

continuidade. Apesar de se pensar que o golpe de Estado de 1964 havia sido superado, sofremos um novo golpe em 2016, o impeachment da primeira presidente mulher do Brasil, Dilma Rousseff.

Marielle Franco (1979-2018), socióloga, ativista e política brasileira, eleita vereadora no Rio de Janeiro também em 2016, retrata no livro *Tem saída? Ensaios críticos sobre o Brasil* (2017) como o cenário do golpe ampliou as problemáticas já existentes, como as desigualdades e principalmente da criminalização de jovens, mulheres, pobres e negros.

O golpe de 2016 foi o seguimento de uma crise que nasceu na ditadura militar, havendo uma maior retaliação sobre as mulheres, principalmente no quesito pobre, preta e favelada, intensificando as dificuldades já existentes. Dilma Rousseff, ex-presidenta, afirma: “O golpe é contra o povo e contra a Nação. O golpe é misógino. O golpe é homofóbico. O golpe é racista. É a imposição da cultura da intolerância, do preconceito, da violência.” (2016)⁷.

Obviamente o golpe não beneficiaria os menos favorecidos, a iminência do desmonte das políticas sociais, principalmente do bolsa família gerou medo do futuro próximo, porém não foi a primeira vez e nem foi a última que a população pobre, preta e favelada é a mais atingida. Nunca houve o ‘viver’, apenas o sobreviver.

Registra-se que o termo sobrevivência aqui utilizado vai além da manutenção da vida, mesmo frente à grande onda de feminicídio existente, no ano de 2015, por exemplo, em que 65,3% das mulheres assassinadas eram negras. Ou seja, a sobrevivência aqui apresentada diz respeito também às condições de morar, alimentar-se, viver com saúde, vestir-se, ter acesso às escolas, condições de trabalho, mobilidade corporal e condições de acesso a diversões e artes. Sobreviver, portanto, ultrapassa qualquer visão economicista do termo e alcança as múltiplas dimensões da vida. Cabe ressaltar, portanto, dois elementos que devem percorrer toda essa reflexão: a) os corpos das periferias ocupam o lugar principal de representação da exploração, da interdição e do controle imposto pela ordem capitalista no processo de produção, substituindo assim o que antes chamava-se de “corpo da fábrica”; b) nesse contexto, as mulheres, negras, das periferias, com ênfase nas favelas, são representações estratégicas para avanços democráticos e de convivência com as diferenças e superação das desigualdades, por conta do peso do machismo e do racismo e do crescimento da ideologia xenofóbica. (Franco, 2017, p. 92)

Importante destacar que Marielle Franco lutava pelos direitos das mulheres, da população negra e pobre e isso gerava incômodo na classe dominante. No dia 14 de março de 2018, Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes, morreram vitimados por diversos tiros. Desde então a população e a mídia nacional e internacional buscam por respostas. De acordo com o Jornal Estadão foram acusados dois PMs, Ronnie Lessa e

⁷Disponível em: [Tudo começou em 2016 com o golpe contra Dilma Rousseff - Brasil de Fato](#)

Elcio Queiroz; são suspeitos de serem mandantes do crime Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de contas do Estado e Chiquinho Brazão, deputado federal pelo Rio de Janeiro; e o suspeito de planejar o crime Rivaldo Barbosa, ex-chefe da polícia civil do RJ.⁸

Em 2019 foi criado o Instituto Marielle Franco, uma organização sem fins lucrativos, na busca de justiça sobre sua morte, além de também buscar potencializar as pessoas da qual ela sempre lutou, mulheres negras, pessoas LGBTQIA+, a população negra e periférica.

O Instituto Marielle Franco, realizou uma pesquisa em 2020 acerca da violência política contra mulheres negras revelando que

Do total, 80% das candidatas negras sofreram violência virtual, 60% sofreram violência moral ou psicológica e 50% sofreram violência institucional. Das entrevistadas, 18% receberam comentários e/ou mensagens racistas ou sexistas em suas redes sociais, por e-mail ou aplicativos de mensagens e 8% foram vítimas de ataques com conteúdo racista durante transmissões virtuais. Além disso, 60% das mulheres negras entrevistadas foram insultadas, ofendidas ou humilhadas em virtude de atividade política nas eleições. Em 45% dos casos de violência virtual e moral, a agressão foi feita por indivíduo ou grupo não identificado, o que dificulta denúncias e aumenta a impunidade nos casos desse tipo de agressão. Dentre as entrevistadas que realizaram algum tipo de denúncia, 70% afirmaram que a denúncia não ajudou no esclarecimento do caso e nem trouxe mais segurança para o exercício da atividade político-partidária. (2021)⁹

A vida ceifada de Marielle e o excesso de violências contra as mulheres negras presentes não só na política, mas dentro da sociedade como um todo, demonstram o incômodo massivo que as classes ditas dominantes têm. Denunciar as condições sociais da população negra parecem causar um transtorno na estrutura racista ao ponto de como visto acima, ser necessário o extermínio.

Os olhares negros e nordestinos apresentados aqui entrelaçam-se em suas histórias e vivências, completando-se mutuamente, mesmos em diferentes épocas e locais. A população negra sempre enfrentou desafios como a fome, o racismo, a marginalização e a morte social. Com base nas análises apresentadas, inicia-se a discussão central desta dissertação.

O Capítulo 1 apresenta um panorama da insegurança alimentar no Brasil, evidenciando como ela incide de forma desproporcional sobre lares chefiados por pessoas negras e especialmente por mulheres negras. Essa desigualdade se intensifica quando

⁸ Disponível em: [Relembre o assassinato de Marielle Franco e entenda por que investigação demorou seis anos - Estadão](#).

⁹ Disponível em: [Violência política contra mulheres negras, sintoma de uma sociedade machista e racista — Portal da Câmara dos Deputados \(camara.leg.br\)](#)

observamos a população em situação de rua: em 2025, o Brasil registrou mais de 345 mil pessoas vivendo nas ruas, das quais 70% são negras e 84% são homens.¹⁰¹¹ Esses números não apenas revelam a face racializada da fome, mas também escancaram a interseccionalidade entre gênero, raça e classe como elementos estruturantes da exclusão social. A fome, nesse contexto, não é apenas ausência de alimento, mas expressão de um sistema que nega dignidade e direitos básicos a corpos historicamente marginalizados.

Nesse cenário, o campo empírico da pesquisa são as cozinhas solidárias do bairro Serrinha, em Fortaleza, que emergem como espaço de resistência e cuidado coletivo. As entrevistas com os interlocutores revelam não apenas a importância da alimentação diária oferecida às famílias cadastradas no programa Ceará Sem Fome, mas também a presença silenciosa da população em situação de rua, que aguarda as sobras como única fonte de sustento. A política pública, instituída pela Lei nº 18.312/2023,¹²¹³ busca garantir o direito humano à alimentação adequada, mas ainda enfrenta desafios para alcançar os sujeitos mais invisibilizados. Ao relacionar essas vivências com minha própria trajetória, compreendo que a fome não afeta apenas os corpos, mas também os territórios: ela molda os espaços urbanos, define quem pode circular com dignidade e quem é empurrado para as margens. Assim, o capítulo evidencia que pensar políticas públicas eficazes exige reconhecer as interseccionalidades e escutar as vozes que historicamente foram silenciadas.

O capítulo 2 revela como a fome no Brasil está profundamente entrelaçada com as desigualdades raciais e de classe, afetando de forma desproporcional a população negra. Dados recentes mostram que mais de 70% das pessoas em situação de extrema pobreza são negras, e que a insegurança alimentar atinge com mais intensidade mulheres negras chefes de família e jovens periféricos. A pandemia de COVID-19 agravou esse cenário, expondo a fragilidade das políticas públicas e aprofundando as vulnerabilidades sociais. Crianças e jovens negros são os mais afetados pela violência urbana e institucional, com altas taxas de homicídios e abordagens policiais abusivas. Além disso, a violência psicológica baseada na raça, como o silenciamento, a humilhação e a exclusão, reforça o ciclo de marginalização e afeta diretamente a saúde mental dessa população.

¹⁰ Disponível em: [População em situação de rua é 70% de homens negros adultos](#)

¹¹ Disponível em: [Estudo aponta aumento, em todo o país, do número de brasileiros vivendo nas ruas | Brasil | cbn](#)

¹² Disponível em: [LEI Nº18.312, de 17.02.2023 \(D.O 17.02.2023\)](#)

¹³ Disponível em: [Lei – Ceará Sem Fome](#)

O texto também discute como a masculinidade hegemônica, marcada pela naturalização do homem agressivo e insensível, contribui para a perpetuação da violência doméstica e comunitária, especialmente em territórios racializados. Essa construção social do masculino, aliada ao racismo estrutural, legitima práticas violentas e impede o acesso a formas saudáveis de convivência e cuidado. O capítulo destaca a importância de políticas públicas como o Bolsa Família, que apesar de seus limites, tem sido essencial para mitigar os efeitos da fome e da pobreza. Um exemplo concreto é o bairro da Serrinha, em Fortaleza, um território periférico e historicamente marcado por exclusão, onde cozinhas solidárias têm funcionado como espaços de resistência e cuidado coletivo. Essas cozinhas, localizadas em pontos estratégicos da comunidade, distribuem refeições diárias e fortalecem redes de apoio, mostrando que a solidariedade pode ser uma resposta potente à negligência do Estado.

O Capítulo 3 se constrói a partir das minhas vivências nas cozinhas solidárias do bairro Serrinha, onde a escuta atenta e o vínculo com os interlocutores se revelaram fundamentais para uma pesquisa comprometida com a dignidade humana. Ao acompanhar de perto a rotina desses espaços, fui atravessada por histórias que, em muitos momentos, se conectam com a minha própria trajetória. Diante das pessoas em situação de rua que aguardam as sobras das refeições, não pude deixar de pensar que poderia ser eu. Essa identificação não é apenas empática, mas nasce da consciência de que a ausência de estruturas sólidas como moradia, rede de apoio, acesso à educação e trabalho digno, podem acionar um ciclo de vulnerabilidades que atinge famílias, amigos e comunidades inteiras, culminando, muitas vezes, na experiência extrema da rua.

A escuta qualificada, construída com respeito e presença, revelou a potência das falas dos interlocutores, que não apenas compartilharam suas dores, mas também apontam caminhos de resistência. Percebo, ao vivo e em cores, as desigualdades que os dados estatísticos tentam traduzir: a fome, a exclusão e a luta cotidiana por dignidade. A necessidade e a dignidade se entrelaçam quando alguém, com voz baixa e olhar cansado, pede um prato de comida. E, em meio a tudo isso, são as mulheres que, com fé e coragem, sustentam a esperança, seja por meio da oração, da solidariedade ou da força silenciosa de quem insiste em viver.

CAPÍTULO 1. FOME E DESIGUALDADE: A POLÍTICA DO PRATO VAZIO

1.1 Diálogos sobre insegurança alimentar

“(...) pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias.”

Josué de Castro

A EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, descreve a insegurança alimentar em três níveis: leve, moderado e grave, onde em cada nível há uma porcentagem de fome, sendo a grave o estado de ausência alimentar. O corpo humano necessita todos os dias de nutrientes para se manter saudável, físico e mentalmente. A ausência de uma alimentação regulada conforme cada necessidade, pode afetar todas as esferas da vida de um indivíduo, causando doenças, mas também reforçando quadros genéticos, como diabetes, colesterol alto, hipertensão, além de afetar a psique, desenvolvendo problemas como depressão e ansiedade, dentre outros transtornos.

Apesar dessas especificações, a fome ainda não é vista como o motor base para os problemas da sociedade. Desde os primórdios temos problemas relacionados à insegurança alimentar, sendo prevalente em pessoas em situação de vulnerabilidade. Josué de Castro (1984) em *Geografia da Fome* já destacava que a fome não tinha um teor natural, mas sim um teor político.

Observemos como funciona a insegurança alimentar dentro de uma família: uma pessoa que recebe um salário mínimo e sustenta uma família de quatro filhos enfrenta dificuldades para atender às necessidades básicas de todos. Considerando o orçamento destinado ao pagamento de aluguel, água, energia, internet e alimentação, o valor de aproximadamente R\$1.518 (salário mínimo no Brasil em 2025) não é suficiente para suprir as demandas totais de uma família de cinco pessoas. Em março deste ano, o valor da cesta básica em Fortaleza atingiu o valor de R\$ 727,46¹⁴, o que representa cerca de 47,8% do salário mínimo comprometido apenas com alimentação. E vale ressaltar que esse valor cobre apenas o essencial, o mínimo necessário para se alimentar.

De acordo com estudos sobre insegurança alimentar, famílias em situações semelhantes têm maior probabilidade de enfrentar restrições ao acesso regular e adequado

¹⁴ Disponível em: [Cesta básica em Fortaleza fica 2,36% mais cara em março e chega a R\\$ 727,46](#)

à alimentação, o que compromete sua saúde e qualidade de vida. Isso evidencia como a fome se conecta a um contexto mais amplo de vulnerabilidade social.

Dados estatísticos do IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (2024) indicam que a insegurança alimentar está em maior nível em domicílios chefiados por mulheres, pessoas negras e com escolaridade baixa. Mesmo em residências em que o chefe (a) da família receba um salário mínimo ou seja aposentado, o valor não é suficiente para manter todas as despesas, principalmente no quesito alimentação.

É importante considerar que há pessoas em vulnerabilidade que estão fora dessas estatísticas, como as pessoas em situação de rua. A ausência de um endereço fixo, além de registros e documentos torna a visibilidade dessa parte da sociedade limitada, levando à exclusão.

Em agosto de 2023, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania do Governo Federal, lançou um relatório acerca de dados da população em situação de rua no país de acordo com dados disponíveis. As bases de dados consultadas foram o Cadastro Único; RMA (Registro Mensal de Atendimentos); Censo SUAS (Censo do Sistema Único de Assistência Social); SINAN (O Sistema de Informação de Agravos de Notificação); CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde); SISAB (Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica).¹⁵

Os dados mostram que em dezembro de 2022, 236.400 pessoas estavam em situação de rua no país e estavam cadastradas no CadÚnico (cadastro único). A cidade de São Paulo concentrava o maior número de PSR (pessoa em situação de rua) com 53.853 pessoas, seguido do Rio de Janeiro com 13.566; Belo Horizonte com 11.826; Brasília com 7.929; Salvador com 7.909; Fortaleza com 6.334; Curitiba com 3.477; Porto Alegre com 3.189; Campinas com 2.547 e Florianópolis com 2.020, totalizando os 10 municípios com maior número de pessoas em situação de rua. Ainda de acordo com o relatório:

Os dados registrados no referido Cadastro sobre a população em situação de rua no país, em dezembro de 2022, revelam um perfil majoritariamente masculino (87%), adulto (55% têm entre 30 e 49 anos) e de pessoas negras (pardas - 51%; pretas - 17%). A maioria sabe ler e escrever (90%) e já teve emprego com carteira assinada (68%). A situação em alguns estados contrasta com o perfil nacional e merece destaque. A exemplo de Roraima, que apresenta um percentual significativo de mulheres (38%) e crianças e adolescentes (19%) entre a população em situação de rua. Cabe ressaltar que 94% do total de pessoas no estado vivendo nesta situação é de origem estrangeira, majoritariamente da Venezuela. (...) No quesito raça ou cor, a população negra representa 93% das pessoas em situação de rua nos estados da Bahia e do Amazonas. Quando avaliamos apenas o segmento das pessoas que se

¹⁵ Disponível em: [relat_pop_rua_digital.pdf](#)

autodeclaram pretas, estas representam menos de 10% da população total do país e 17% das pessoas em situação de rua, refletindo aspectos do racismo estrutural e exclusão que marcam o Brasil. A proporção de indígenas em situação de rua é de 0,2% no país, sendo maior na Região Norte (0,5%). Entre os estados, a maior proporção é no Pará, de 0,9%. (...) Os principais motivos apontados para a situação de rua foram os problemas familiares (44%), seguido do desemprego (39%), do alcoolismo e/ou uso de drogas (29%) e da perda de moradia (23%). (BRASIL, 2023, p. 18-20)

Em 2022, a rede PENSSAN (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional) realizou o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil¹⁶, revelando que 33,1 milhões de pessoas passavam fome no país, sendo o Norte e o Nordeste as regiões mais impactadas, além de lares chefiados por pessoas negras e mulheres se encontrarem em maior insegurança alimentar, referente a população branca e masculina.

Esses números refletem parte da realidade enfrentada diariamente em nosso país. No entanto, há uma lacuna significativa na coleta de dados, já que grande parte das estatísticas se baseia no Cadastro Único (CadÚnico). Muitos indivíduos em extrema pobreza ou em outras situações de vulnerabilidade nunca acessaram esse sistema de registro, permanecendo fora dos indicadores oficiais e, consequentemente, invisíveis. Esses indivíduos enfrentam barreiras para acessar serviços básicos e políticas públicas, agravando sua exclusão social e dificultando sua inserção nos cadastros governamentais. Os dados que temos já são de enorme preocupação, e levando em consideração que há pessoas que nunca foram cadastradas em nenhum sistema, não há dimensão da quantidade real de pessoas em situação de vulnerabilidade, mas principalmente de fome.

A Agenda 2030 da ONU - Organização das Nações Unidas, é um plano de ação que busca tratar dos assuntos urgentes que assolam o mundo com os ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável¹⁷. O primeiro objetivo para o Brasil é “1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares” com os seguintes pontos:

- 1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia
- 1.2 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais
- 1.3 Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis
- 1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem

¹⁶ Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>

¹⁷ Disponível em: <https://agenda2030.stj.jus.br/objetivos-e-metas/>

como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças

1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais

1.a Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões

1.b Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza

Esse objetivo em questão da Agenda 2030, apresenta metas ambiciosas para erradicar a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável em escala global. Embora as iniciativas propostas tenham grande potencial transformador, o atual contexto socioeconômico marcado por elevados níveis de vulnerabilidade social e econômica, impõe desafios significativos à concretização desses objetivos em curto prazo.

A FAO - Food and Agriculture Organization, agência das Nações Unidas no combate à fome, lançou o “The State of food security and nutrition in the world 2024” que destaca que entre 713 à 757 milhões de pessoas estiveram em insegurança alimentar mundialmente em 2023, além de IA moderada ou grave manteve-se inalterada durante três anos. “Em 2023, estima-se que 28,9% da população global – 2,33 bilhões de pessoas – sofriam de insegurança alimentar moderada ou grave.” (FAO, 2024)

A avaliação da fome global em 2023, medida pela prevalência da subnutrição (PdU) (Indicador ODS 2.1.1), revela uma contínua falta de progresso em direção à meta de Fome Zero. Após um aumento acentuado de 2019 a 2021, a proporção da população mundial que enfrenta a fome persistiu praticamente no mesmo nível por três anos consecutivos, com as estimativas mais recentes indicando uma PdU global de 9,1% em 2023. Em termos populacionais, estima-se que entre 713 e 757 milhões de pessoas (8,9 e 9,4% da população global, respectivamente) estejam subnutridas em 2023. Considerando a estimativa intermediária (733 milhões), cerca de 152 milhões de pessoas a mais podem ter enfrentado a fome em 2023 em comparação com 2019. (FAO, 2024)

O relatório da FAO destaca que “a prevalência de insegurança alimentar permaneceu consistentemente maior entre as mulheres do que entre os homens, globalmente e em todas as regiões (...)”. Essa disparidade de gênero evidencia como a fome afeta de maneira desigual segmentos já vulneráveis da população. As projeções atuais indicam que alcançar a meta de Fome Zero até 2030 é um desafio, senão

impossível, devido às desigualdades estruturais, à falta de recursos adequados e aos impactos das crises globais.

Com todas essas informações deve-se compreender que a fome deixou a muito tempo de ser pensada apenas como um problema social, ela se constitui enquanto um problema de saúde pública, mas também relacionada a questões políticas e econômicas. A partir da fome, seja ela parcial ou oculta, destacada por Josué de Castro (1984) leva a lenta degradação humana, e ao fim levando à morte. Entender essas pontuações nos leva a pensar na facilidade de controle de populações a partir da restrição alimentar e nutricional básicas para a sobrevivência.

Baseando-se nas observações de Josué de Castro, ele argumenta que a fome tem uma dimensão política, e a partir disso podemos entender como a fome pode ser usada como uma ferramenta de controle. Em um contexto sociopolítico, mecanismos de controle podem ser utilizados para manipular e dominar populações; governos, instituições ou grupos podem deliberadamente manter certas populações em estado de fome para garantir submissão e dependência. A fome, então, deixa de ser apenas uma questão de falta de alimentos e se torna uma ferramenta de poder que permite a manutenção de desigualdades sociais e a vulnerabilidade contínua das classes mais pobres.

Ao longo da história, o controle social evoluiu de diversas maneiras. Em muitos casos, a fome foi usada como uma ferramenta para manter as pessoas vulneráveis e submissas. Essa prática era comum em tempos de guerra, colonialismo e regimes autoritários, onde a falta de alimentos era usada intencionalmente para controlar a população. Além disso, a sociedade do consumo perpetua a lógica do desperdício alimentar, grandes quantidades de alimentos são descartadas diariamente, enquanto milhões de pessoas passam fome. Esse desperdício não é apenas uma questão de ineficiência, mas também de controle, manter uma parcela da população em estado de fome cria um exército de reserva de mão-de-obra barata, que é explorada em condições de trabalho precárias para sustentar o luxo de uma minoria privilegiada.

A ausência ou a pouca quantidade de alimentos também gera um profundo impacto psicológico nos indivíduos, afetando tanto a saúde mental quanto o bem-estar emocional. A falta de alimentos gera incerteza sobre quando e se haverá comida disponível, especialmente em famílias onde os pais se preocupam com a alimentação dos filhos. Crianças que crescem em um ambiente de fome crônica também sofrem impactos

significativos no desenvolvimento cognitivo, o que pode prejudicar seu desempenho escolar e futuras oportunidades de vida.

Também há um grande impacto negativo na autoestima e na dignidade, a sensação de impotência e desespero causada pela fome pode levar ao isolamento social e à estigmatização. Em situações extremas, a fome pode levar ao desenvolvimento de distúrbios alimentares, como a anorexia nervosa, e ao agravamento de condições preexistentes de saúde mental, levando também a um impacto devastador nas dinâmicas sociais dos indivíduos. Em muitos casos, a escassez de alimentos leva à ruptura dos laços comunitários e familiares, conflitos e tensões podem surgir devido à competição por recursos limitados. A falta de alimentos pode resultar em migração forçada, onde populações se deslocam em busca de áreas com melhor disponibilidade de trabalho e alimentos, garantindo assim uma mão-de-obra barata e passível de ser explorada.

A fome leva à exclusão social e à estigmatização, indivíduos e famílias que vivem em extrema pobreza são frequentemente marginalizados, e essa exclusão reforça hierarquias sociais e mantém as pessoas em uma posição de subordinação. Atualmente, milhões de brasileiros ainda enfrentam a fome e insegurança alimentar devido à pandemia de COVID-19, que agravou as desigualdades. A dependência de cestas básicas e programas de auxílio emergencial, frequentemente condicionados a critérios políticos, continua sendo uma forma de controle sobre as populações mais vulneráveis.

Lamentavelmente, por exemplo, confiscaram os livros de Josué de Castro, autor de *Geografia da Fome*, médico, gestor e intelectual brasileiro, incansável na luta contra esse grave flagelo: a fome. Com a ditadura, seu pensamento e ação foram desconsiderados, colocados no vazio do esquecimento, com evidenciados esforços para apagar da memória dos brasileiros o triste cenário denunciado pelo célebre intelectual. O acesso à obra de Josué de Castro foi restringido, teve seus direitos políticos cassados e foi destituído do cargo de embaixador que exercia em Genebra. Faleceu no exterior sem poder retornar ao seu país. Os pobres daquela época faziam parte da história sem ser parte consciente ou reconhecida da história, em um ambiente onde a memória da fome e da pobreza extrema, foram sequestradas do cenário político nacional. A fome, apesar de bem documentada por Josué de Castro como fenômeno social e biológico, a ditadura civil-militar no Brasil impediu que os achados contidos nas suas obras pudessem subsidiar as ações que poderiam ainda naqueles dias resolver a problemática da fome no Brasil rural e urbano. Ao contrário, a ditadura agravou agendas sistêmicas, com a ausência de Reforma Agrária e a as relações injustas de trabalho no campo, agravou ainda as problemáticas da monocultura e as relações do Nordeste açucareiro, onde existia a fome endêmica, seguida pela região do Sertão Nordestino aumentando a fome epidêmica, como o autor denominava o fenômeno. (FROZI, 2015)

A ditadura militar foi um marco de opressão e de controle social, onde pôde-se usufruir de uma mão-de-obra barata e incapacidade de luta, pois a preocupação era alimentar-se e alimentar a família. Corpos fracos e tristes em busca do “milagre econômico” ao qual tinham sido prometidos. A influência e importância dos escritos de

Josué tentaram ser apagadas, mas quase 80 anos depois, continuamos a nos inspirar no seu legado.

A fome produz um efeito cadeia: a ausência de alimento produz um sujeito instável, físico e mentalmente, onde a segurança alimentar vai além do ato de comer, mas de ter um trabalho digno, uma moradia segura, uma saúde física e mental estável.

O racismo alimentar é uma forma de discriminação que dificulta o acesso da população negra e de outros grupos étnicos vulnerabilizados a alimentos saudáveis. Também se manifesta na dificuldade de acesso à terra. Este conceito faz parte de um conjunto maior que inclui diferentes práticas racistas e, infelizmente, são uma realidade no Brasil e no mundo como um todo. Dados do 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (Vigisan) revelam que, entre 2021 e 2022, quase 20% dos lares brasileiros chefiados por pessoas pretas e pardas sofriam com a fome. Por outro lado, a taxa foi de cerca de 10% nos lares chefiados por pessoas brancas, isto é, metade da observada entre negros. Ainda segundo o estudo Vigisan, 65% dos lares comandados por pessoas pretas ou pardas conviviam com restrição de alimentos em algum nível. Já nos lares chefiados por pessoas brancas, essa taxa foi inferior a 50%. Os dados reforçam a existência do racismo alimentar e também do chamado *nutricídio*. Segundo a nutricionista Wanessa Natividade Marinho, tecnóloga em Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), *nutricídio* é a “privação sistemática de alimentos nutritivos em comunidades marginalizadas”. Ou seja, a dificuldade de acesso à alimentação saudável, devido à falta de recursos financeiros, por pessoas em situação de vulnerabilidade social. (Santos, 2024)

Os conceitos de “racismo alimentar” e de “*nutricídio*” partem da mesma perspectiva que é a privação e/ou dificuldade da população negra em acessar uma alimentação saudável e de qualidade, provocando a subnutrição seguida de fome, podendo levar à morte. Entender esses conceitos nos leva a perceber as desigualdades alimentares para além do ato de comer, onde o racismo alimentar não se encerra apenas no alimento, mas de como se chega a ele, ou de como ele chega até o sujeito.

Sobre racismo e alimentação, convém introduzir um conceito-chave chamado “*nutricídio*”, cunhado por Llaila O. Afrika (2013), que debate o genocídio provocado contra a população negra ao distanciá-la da produção e do consumo de alimentos saudáveis. Isso se dá a partir do racismo alimentar, quando alimentação precária, fome e privação do direito de escolha do que comer atingem diretamente, e com mais força, a população preta, pobre e periférica. (CABRAL *et al.*, p. 2, 2024)

Mais uma vez, fome e saúde pública se encontram, pois a dificuldade de acesso a alimentos frescos e saudáveis pela população negra facilita a procura de industrializados e ultraprocessados, pois estes têm preços mais acessíveis e também de fácil consumo e acesso, levando a manutenção não somente das desigualdades sociais, mas também no quadro de doenças físicas e mentais, afetando com mais impacto o desenvolvimento de crianças negras, cognitivo, social, motor e emocional.

A fome deixa de ser um conceito abstrato e se torna um problema real surgindo dela doenças físicas e mentais e transferindo essas doenças geneticamente. A fome também impacta diretamente no ambiente vivido, de casa, do trabalho, da escola, levando a piadas sobre o corpo, sobre as feições e também do estilo de vida forçado do indivíduo, o levando a estigmatização, a marginalização e posteriormente a exclusão da sociedade, passando por um processo de morte social, ou seja, essa pessoa se encontra viva, mas sua existência é condicionada ao seu estilo de vida, passando então a ser invisível, já que não detém o básico da dignidade humana.

Trazer a dignidade humana à pauta é necessário, pois o que vemos sobre a fome e suas problemáticas normalmente são voltadas a dados numéricos, como já apresentado aqui anteriormente. Destaco que a construção desta pesquisa foi de longe uma das coisas mais difíceis que me coloquei a fazer. Trabalhar com números de pessoas que vivem em estado de fome e que vivem em situação de rua já nos tira de uma zona de conforto da qual muitas vezes não gostaríamos de sair. Então chega o momento de presenciar cara a cara, sentir o sentem, ver o que veem, e isso não chega 1% do cotidiano ao qual vivem, é destrutivo, corrói, despedaça, estraçalha e quantos mais sinônimos houverem para descrever esse sentimento.

Diversas vezes me perguntaram o porquê deste tema, e diversas vezes fiquei reflexiva sobre essa pergunta. Venho de uma família humilde que passou por muitas dificuldades, tínhamos o “grosso” como chamamos no Ceará para arroz, feijão e farinha, ou apenas feijão e farinha. Em minha infância lembro bem de minha avó pegando um punhado de cada alimento desses e misturando na mão, fazendo o que chamamos de “capitão”¹⁸ ou como ela chamava carinhosamente de “pôpô”. Aquela mistura se tornava uma espécie de quibe e era comido logo em seguida.

Essa forma de alimentação é bastante comum no Ceará, mas também revela que a insegurança alimentar é presente, e que as pessoas adultas da família buscam meios de se alimentar com pouco, mas de forma criativa para as crianças. Apesar das problemáticas desse contexto, essa alimentação gera conexão e proximidade na infância.

Essa pesquisa busca, além de dados numéricos, apresentar pessoas reais, visíveis e presentes que vivem em um contexto de vulnerabilidade, mas que não é isso que as define. Todos os dias, lutam por dignidade, segurança, alimento, um teto sobre suas cabeças. Que choram, se desesperam, lutam, são fortes, mas também possuem suas

¹⁸ Dicionário Ceará: <https://www.abih-ce.com.br/dicionario-ceares>

fragilidades, pensam em desistir, pensam na morte e na dura realidade da vida, mas também sonham com o dia em que viverão outra vida, onde seus direitos serão respeitados e sua vida mais simples, onde seus filhos terão outras oportunidades diferentes da sua. Atrás de cada dado numérico há uma pessoa, há uma dor, há um corpo vivo, há necessidades que vão além do nosso entendimento. Já não era só fome, era o eco de uma alma faminta.

A população que vive em insegurança alimentar ou em estado de fome, também pensando na população em situação de rua, se veem em um contexto de invisibilização e ausência de empatia pelos indivíduos que estão ao seu redor. O progresso do mundo como é visto com a construção dos grandes centros urbanos, prédios luxuosos, shoppings centers, dentre outras formas arquitetônicas, deram espaço para agravar as desigualdades sociais.

Joice Berth, arquiteta e urbanista em *Se a cidade fosse nossa* (2023), demonstra como e para quem as cidades foram feitas e estruturadas. A configuração das cidades promove a continuidade das hierarquias sociais onde as áreas periféricas são excluídas e marginalizadas. A ineficiência de políticas urbanas, promove o aumento de pessoas em insegurança habitacional ou em situação de rua. Então não apenas a ausência de distribuição de renda igualitária e o acesso adequado a uma alimentação saudável afeta a população mais pobre, mas também a própria “configuração das cidades (...) que estimulam o individualismo e reafirmam a continuidade das supremacias e hierarquias sociais.” (p. 13)

Essa realidade se faz presente nas comunidades periféricas do nosso país. A imagem que melhor destaca as desigualdades sociais no Brasil, é a que hoje tem destaque nos livros de geografia, que mostra a comunidade de Paraisópolis e do lado um prédio de luxo no bairro do Morumbi em São Paulo.



Fonte: Fotografia Tuca Vieira, 2004¹⁹

Essa imagem destaca de forma potente a distância, mas ao mesmo tempo a proximidade das desigualdades, de um lado um prédio luxuoso, quadras, piscinas, um espaço realmente invejável, do outro lado, uma favela com casas amontoadas, construídas de alvenaria e que causa uma desordem ao olhar, mas que também parecem ser bastante semelhantes. Também causa curiosidade ao se imaginar qual o pensamento de quem está em cada lado.

Mas a verdade é que mesmo as pessoas que fazem parte dos grupos privilegiados, dominantes, do topo da hierarquia social, não tem uma experiência de vida plena nessa configuração de sociedade. Essa artificialidade que muitos sentem quando olham para suas próprias vidas burguesas, elitizadas, assim como as relações entroncadas e problemáticas que se estabelecem no cerne dessas famílias, não é mero acaso. É um sinal de fragilidade que também reside ali. São pessoas imersas em angústias aprofundadas e laços afetivos superficiais - inerentes à condição humana - que se aglutinam, formando um mal-estar que perturba a percepção de um estado de elevação e poder social. Um estamento de destaque que só é possível às custas do estado de calamidade que o *outro*, criado pelos seus mecanismos políticos de exclusão, está confinado. (Berth, p. 29, 2023)

Joice Berth se faz assertiva quando pontua essa artificialidade de quem possui muitos recursos, as relações sociais vão se tornando superficiais e em contextos muitas vezes apenas econômicos, mas ainda assim como podemos julgar quem deseja o poder de viver bem, se alimentar bem e dispor do que nunca se teve na vida? O indivíduo pobre

¹⁹ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50666148>

cresce ouvindo a famosa frase “dinheiro não traz felicidade” e se coloca a acreditar que viver com pouco é o melhor a se fazer.

Mas o “dinheiro não traz felicidade” é utilizado da mesma maneira que “manga com leite faz mal” que surgiu no Brasil colônia, para impedir os escravizados de consumir leite, que na época era um item caro²⁰. Entender essas referências e associações nos faz perceber quem eram e quem continua sendo as pessoas que detém o privilégio do dinheiro e da alimentação. Algumas narrativas que escutamos desde crianças como essas citadas, se fixam de forma profunda no nosso inconsciente nos deixando presos a uma realidade de dor e dificuldades por acreditar que o dinheiro e uma alimentação mais saudável e natural só pode ser acessada por quem tem condições financeiras. Essas narrativas nos fazem acreditar que não podemos usufruir do que é bom, pois não foram feitas para pessoas como nós.

Durante minha infância, o acesso a determinadas frutas era facilitado pelas condições geográficas e socioeconômicas do interior onde morava. Frutas como banana e manga eram abundantes, especialmente durante os períodos de safra, quando as estradas se tornavam repletas de mangueiras carregadas. Meu avô, que atuava como pedreiro em sítios de pessoas com maior poder aquisitivo, frequentemente retornava com mangas de excelente qualidade, livres de agrotóxicos. Além disso, o mamão também fazia parte da nossa alimentação, sendo cultivado em nosso quintal.

Consumir determinados alimentos só é possível pensando em fatores socioeconômicos que determinam seu acesso. Somente na fase adulta e com o auxílio da bolsa de mestrado, pude adquirir, pela primeira vez o kiwi, fruta cujo alto custo a torna pouco acessível. De maneira semelhante, minha mãe, aos 52 anos, realizou sua primeira compra de uma pitaya, igualmente considerada financeiramente inacessível para grande parte da população. Até então, seu consumo estava restrito às ocasiões em que suas alunas, vindas de famílias com melhores condições financeiras, lhe ofereciam a fruta. Como professora, essa experiência reflete um padrão mais amplo de desigualdade de acesso a bens de consumo. Depois dessas compras, fica um sentimento misto. Por um lado, há a satisfação de finalmente ter adquirido algo desejado. Por outro, surge o arrependimento ao perceber que o dinheiro poderia ter sido usado para outras coisas mais necessárias.

²⁰ Disponível em: <https://www.usp.br/alterjor/?p=1511>

Esse relato não é diferente de outras famílias no interior, distribuir algumas frutas entre os vizinhos é comum, não só frutas, como também plantas medicinais. A cidade grande me mostrou a falta que sinto dos chás naturais para dor no estômago e lambedores para a garganta. Na minha casa no interior nós temos hortelã, alfavaca e malvarisco, também tínhamos cana de açúcar, pé de limão, carambola e jambo, até um pezinho de pimenta. Nas idas do meu avô ao trabalho nos sítios, ele sempre trazia amostras dessas plantas para ser plantado em casa.

Com a vivência na cidade grande, é perceptível a diferença dessas experiências, representa distância, inacessibilidade. Andando pela cidade, se torna uma visão comum diversas pessoas dormindo em papelões ou colchões velhos, sozinhos ou dividindo suas camas com um cachorro, ou com companheiros (as). Após quase dois anos morando em Fortaleza, ainda não me acostumei com essa realidade, apesar de notar o fato de quem mora na cidade a muito tempo, isso ter se tornado comum, não sei se por costume ou por necessidade de não se autodestruir com os sentimentos decisivos que aquelas imagens representam.

Minha mudança para a cidade grande trouxe à tona observações que antes não figuravam em minha percepção, principalmente às diferentes formas de desigualdades, sendo uma delas a realidade das linhas de ônibus que trafegam pela cidade. Tenho o hábito de ir com frequência à biblioteca da Universidade Federal do Ceará (UFC) e tenho a disposição algumas linhas saindo do terminal da Parangaba e a diferença de como cada ônibus está em relação ao seu estado de conservação é assustadoramente determinada. O ônibus 070 denominado Cuca Barra/Parangaba, que faz o trajeto entre a Barra do Ceará e o Terminal, normalmente não circula com ar condicionado, sendo um ônibus desgastado e que demonstra falta de manutenção, fazendo bastante barulho de ferros enquanto está em trânsito. A Barra do Ceará é um dos bairros mais populosos de Fortaleza, sendo uma população periférica e que nos últimos anos tem sido frequente a presença de mortes e chacinas.

A linha 077 Parangaba/Mucuripe, faz o trajeto do Terminal ao bairro do Mucuripe, passando pelo Meireles, que é considerado um bairro de classe alta. Os ônibus dessa linha rodam sempre com ar condicionado, janelas com fumê, ou seja, quem está do lado de fora não vê quem está do lado de dentro, além de ser um ônibus que aparenta estar sempre com a manutenção em dia, limpo e em boas condições. A diferença de tratamento dos ônibus para os lugares que são destinados a ir, são enormes, levando em consideração que são da mesma empresa.

Essa designação que divide as áreas da cidade segundo a exclusividade do poder socioeconômico dominante é, no mínimo, curiosa a medida que não responde (ou evita responder por uma polidez aristocrática) a seguinte pergunta: se as áreas características das cidades são nobres, o que seriam as outras áreas? Fica nas entrelinhas que são áreas pobres e/ou subalternas, já que são submetidas a certa população destacada que ocupa o espaço urbano. Desse modo, fica mais fácil naturalizar e contar com a resignação das populações pobres que internalizam os discursos de superioridade da classe dominante, o que bastaria para justificar sua permanência, por merecimento, nas melhores áreas (já que são nobres e, por isso, áreas exclusivas para residência de *pessoas melhores*). (Berth, p. 54, 2023)

De acordo com Ariadne Oliveira (2019) Mestra em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis, diz que “Os bairros Barra do Ceará e Vila Velha, sendo os bairros com a maior quantidade de habitantes, também apresentam maioria na população preta e parda (...)” (p. 41). Uma pesquisa realizada pelo jornal Diário do Nordeste²¹ indica que o quantitativo de pessoas negras é maior nos bairros que contém o menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Levando esse dado em consideração, se destaca que os bairros mais ricos como Meireles e Aldeota contém maior IDH e também são compostos majoritariamente por pessoas brancas.

Desde a época colonial aos dias de hoje, a gente saca a existência de uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, sitiadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde antigos feitores, capitães do mato, capangas, até a polícia formalmente constituída. Desde a Casa-grande e do Sobrado aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o osposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido o mesmo: a divisão racial do espaço. (Gonzalez, p. 15, 1982)

A desigualdade na qualidade dos ônibus em diferentes bairros de Fortaleza evidencia a “divisão racial do espaço”, um conceito abordado por Lélia Gonzalez e aprofundado por Joice Berth em “Se a cidade fosse nossa”. Gonzalez discute como o racismo estrutural molda o acesso aos espaços urbanos, enquanto Berth analisa como o planejamento urbano reforça desigualdades raciais e sociais, restringindo o direito à cidade para determinados grupos. Nos bairros de maior poder aquisitivo, onde há predominância da população branca, a infraestrutura tende a ser mais bem preservada, incluindo o transporte público. Já nas regiões periféricas, onde há maior concentração de pessoas negras, os serviços urbanos frequentemente apresentam precariedade, refletindo um padrão histórico de exclusão e marginalização. Esse contraste na qualidade dos ônibus

²¹ Disponível em: [Proporção de pessoas pretas é maior nos bairros de Fortaleza com menor IDH; veja dados por local - Ceará - Diário do Nordeste](#)

ilustra, na prática, como o racismo estrutural influencia a organização da cidade e limita o acesso equitativo aos serviços urbanos.

Deve-se reconhecer que o “prato vazio” não é apenas um símbolo de escassez alimentar, mas uma representação concreta das desigualdades estruturais que permeiam a sociedade brasileira. Esse fenômeno reforça as marcas do colonialismo e evidencia as heranças históricas deixadas à população negra, que, ao longo dos séculos, tem enfrentado barreiras que limitam seu acesso a direitos fundamentais. A precariedade na alimentação, seja pela insuficiência ou pela baixa qualidade, somada às condições degradantes de trabalho, moradia e saúde, reflete um processo contínuo de marginalização social. Além disso, a restrição à circulação livre pelos espaços urbanos sem sofrer abordagens discriminatórias ou ser tratado como uma ameaça reforça o controle social imposto historicamente.

A humilhação é dupla: por um lado, o indivíduo é silenciado, por outro, vê imposta uma descrição que não corresponde à visão que possui de si mesmo e que representa um desrespeito a sua. Isso pode ser constatado cotidianamente no Brasil pela maneira na qual os pobres são descritos pelos membros da classe média e pela própria mídia (por exemplo, quando o indivíduo pobre é chamado de “marginal”, de “preguiçoso”, de “vagabundo” ou é acusado de ser culpado pela sua situação, sem poder em momento nenhum oferecer sua visão da pobreza). Ao receber esse rótulo de membros perigosos, inúteis e associiais da comunidade, os pobres são de fato excluídos expressamente dela; porém, espera-se deles, ao mesmo tempo, que se comportem como membros comprometidos com ela. Os pobres no Brasil vivem continuamente em uma tensão: por um lado, são excluídos e humilhados por parte de um sistema econômico e legal que os prejudica; por outro, recebem o apelo a se considerarem parte do mesmo sistema e, assim, respeitarem suas regras e normas sociais e legais. (Rego; Pisani, p. 31-32, 2013)

Achille Mbembe, filósofo e cientista político camaronês, nos ajuda a entender melhor as consequências do colonialismo com seu conceito de "Necropolítica", que trata do controle sobre a vida e a morte. Ele mostra como quem detém o poder decide quem pode viver e quem será deixado para morrer, afetando grupos já marginalizados. Essa ideia revela que a sobrevivência de algumas pessoas depende de condições básicas, como acesso à comida, segurança e moradia, que nem sempre são garantidas. Além disso, essa política de morte é usada pelo Estado e outras forças políticas para reforçar desigualdades, mas também manter o controle sobre populações vulnerabilizadas.

No Brasil, esse conceito se manifesta principalmente na atuação da polícia militar, cujas operações frequentemente resultam na morte de pessoas negras em comunidades periféricas, reforçando a lógica colonial de controle e extermínio. Essas ações são justificadas pelo discurso de segurança pública, mas, na prática, reproduzem um sistema seletivo que criminaliza a população negra e legitima a violência estatal. Assim, a relação

entre necropolítica e a polícia militar revela como o aparato repressivo do Estado opera para manter estruturas raciais de exclusão, utilizando a morte como ferramenta de disciplina e controle social.

Um Estado deve, por exemplo, oferecer aos cidadãos uma educação primária gratuita e pública e não pode deixar os mais pobres em uma situação de analfabetismo que não lhe permitiria sair de sua pobreza. Contudo, a mera alfabetização não é ainda uma condição suficiente para melhorar o próprio *status* social: em sociedades industrializadas ou em via de industrialização, isto é, em sociedades nas quais o que se procura são primeiramente trabalhadores *qualificados*, a falta de uma educação e de uma formação superior a mera alfabetização significa para os indivíduos em questão não somente a exclusão do mercado central de trabalho mas também a exclusão social, já que leva ou ao desemprego crônico, ou a aceitação de trabalhos não qualificados e mal pagos, que apenas garantem a simples sobrevivências e, portanto, levam a vivência de uma situação de indignidade e de perda de respeito e autorespeito. (Rego; Pizzani, p. 63-64, 2013)

Infelizmente a população negra está em constante batalha de sobrevivência direta e indireta, seja pela bala perdida, ou mesmo a desapropriação de sua casa para ser construído no terreno um condomínio de luxo. Há batalhas que não estamos preparados para lutar, o corpo cansa e a alma anseia por um momento de calma, sem se preocupar com o dia de amanhã. Mas infelizmente não é possível, o vislumbre de dias melhores cessa e a realidade bate à porta como uma lufada de vento frio e desagradável no rosto.

A partir deste momento, apresentarei observações, descrições e trechos de entrevistas relacionadas ao meu campo de pesquisa no bairro Serrinha, em Fortaleza. Nas próximas páginas, fornecerei todas as informações essenciais para a compreensão da importância desta investigação e dos conceitos previamente mencionados. Ressalto que, para preservar a identidade dos/as meus/minhas interlocutores/as, seus nomes serão alterados. No entanto, os endereços das cozinhas solidárias permanecerão públicos, uma vez que estão disponíveis no site do Programa Ceará sem Fome.

1.2 Desigualdade à mesa: interseccionalidade de raça/cor e gênero

Venho de uma família humilde e minha realidade de vida sempre refletiu isso. No entanto, a vivência no interior foi completamente diferente da experiência na cidade grande, proporcionando contrastes que revelam muito sobre as experiências que tive ao longo do meu campo de pesquisa. Ver e entender o que é fome e desespero só ocorreu aqui, na cidade de Fortaleza, capital do Ceará, a cidade do sol e da luz. A expectativa de uma jovem do interior, que morava em uma cidade com pouco mais de 11 mil habitantes, era imaginar a cidade grande como um espetáculo de maravilhas, sempre alegre,

movimentada e imaginar como as pessoas que moravam aqui deveriam ser felizes, imaginar como deveria ir constantemente a praia, shoppings centers, comer nas praças de alimentação... (até hoje nunca comi um hambúrguer do McDonalds, acredita?)

A percepção que eu tinha da vida em Fortaleza era marcada por imaginações falaciosas, e vivenciar tudo isso foi um tanto assustador. Antes de morar em Fortaleza já havia vindo algumas poucas vezes para um tipo de bate e volta, mas nada que me tirasse o encanto da cidade. A primeira vez que fui à aula do mestrado quando já estava morando aqui, fui recebida de cara com um acidente ocorrido na avenida Treze de Maio com a avenida da Universidade, onde um ônibus havia atropelado um homem. O que senti ao ver aquilo foi como sair de um transe e ver a realidade à minha volta.

Depois disso, comecei a enxergar a cidade com outros olhos. O som constante das sirenes de polícia e ambulância, o trânsito caótico, buzinas impacientes, ônibus lotados. As ruas eram movimentadas, repletas de pessoas exaustas, trabalhadores em uma rotina desgastante. Nos transportes públicos, alguns pulavam catracas, enquanto vendedores ambulantes disputavam espaço. Em cada esquina, cada terminal, cada estação de metrô, a presença de pessoas em situação de rua era uma realidade constante. Mas havia também o medo; o receio de perder o ônibus, de ser assaltada, de sofrer um acidente. O medo estava por toda parte, estampado no olhar das pessoas, no ritmo acelerado das ruas, no esforço diário para lidar com os desafios de uma cidade que nunca para.

Já me entendia como uma mulher negra e as opressões que esse entendimento carregava desde o período da graduação na UNILAB, mas a cidade grande me mostrou como é possível ser mais intenso e doloroso. Comecei a perceber com mais frequência, quais pessoas ocupavam os espaços. Quem estava nos serviços de limpeza, nos atendimentos de supermercados, restaurantes, fast food, quem estava dormindo nas ruas, quem morava nas favelas... apenas uma cor. Elza Soares a muito tempo já dizia que “A carne mais barata do mercado é a carne negra”²².

Essa pesquisa me atravessa em todos os sentidos - gênero, raça e classe e Ângela Davis não poderia explicar de melhor forma essa intersecção:

É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras. (Davis, 2016, 12)

²² Elza Soares, “A carne”, 2002

Essa pesquisa foi realizada nas três cozinhas solidárias existentes no bairro da Serrinha, na cidade de Fortaleza, com visitas semanais a cada uma delas. Ao longo da semana, dediquei um dia a cada cozinha solidária do Programa Ceará sem Fome, totalizando três dias por semana.

Essas visitas me renderam boas amizades, mas também muito desconforto. Primeiramente, a pesquisa estava voltada a mulheres negras, chefes de suas famílias que são beneficiárias das cozinhas solidárias, mas apesar de o foco da pesquisa ainda ser essas mulheres, com as idas a campo percebi que a esmagadora maioria das pessoas que esperavam as sobras de comidas dessas cozinhas eram homens negros em situação de rua. No decorrer do próximo capítulo explicarei com mais riqueza de detalhes sobre a cozinha e seu funcionamento.

Uma das experiências na cozinha que mais me marcou foi presenciar um jovem aguardando as sobras de comida após a distribuição das quentinhas aos beneficiários. O cozinheiro, querendo ajudar, pediu que ele trouxesse um pote ou vasilha para armazenar a refeição, já que as marmitas eram contadas para os cadastrados. Sem encontrar um recipiente, o rapaz acabou pegando uma quentinha vazia que estava no chão. Como havia chovido mais cedo, o chão ainda tinha poças d'água, e ele passou a embalagem por uma delas na tentativa de limpá-la antes de receber a comida.

A vivência desse momento despertou uma complexa gama de sentimentos e reflexões. Esta pesquisa não pode se limitar à apresentação de dados numéricos, teorias e referências acadêmicas, negligenciando o elemento essencial que permeia toda a análise social: a manifestação da dor humana em sua forma mais autêntica e evidente. Entretanto, essa exposição não deve ser interpretada como um apelo à compaixão passiva, mas como um estímulo à construção de uma consciência crítica capaz de promover mudanças estruturais. O impacto emocional gerado pelo reconhecimento dessa realidade deve servir como catalisador para transformações concretas.

É fundamental reconhecer a urgência de políticas públicas direcionadas às populações que enfrentam condições de extrema vulnerabilidade. No entanto, a ausência dessas pessoas em registros oficiais faz com que, na prática, elas não existam aos olhos das instituições, dificultando o acesso a direitos essenciais e ampliando sua exclusão social.

Na mesa redonda intitulada *Corpos, Territórios e Experiências: afetos e posicionamentos no campo antropológico* que ocorreu no primeiro Seminário Discente

de Antropologia do PPGA UFC-UNILAB²³ em maio de 2025 com Dediane Souza, travesti e doutoranda em Antropologia pela UFRN, ela apresenta sua pesquisa de Mestrado e fala sobre como os corpos travestis precisam passar pelo “espetáculo da morte” para haver comoção e atitudes serem tomadas, como ocorreu com Dandara dos Santos, que foi espancada e assassinada em Fortaleza, em 2017²⁴. Foi feito um vídeo desse momento aterrorizante de Dandara que ganhou proporções internacionais. Esse vídeo que rodou o país e o mundo, gerou comoção e revolta, desencadeando assim a criação do projeto de lei que aumenta a pena de LGTBcídio.

Porém fica um questionamento, será sempre necessário a exposição degradante de um indivíduo para conseguir que se tome medidas reparatórias? Da mesma forma que foi necessário imagens durante a pandemia retratando pessoas em filas esperando restos de ossos para se alimentar²⁵, da mesma forma que foi necessário notícias de pessoas em situação de rua que morreram de frio em São Paulo no último ano²⁶, ou um vídeo de um adolescente ateando fogo em um morador de rua no Rio de Janeiro²⁷. Ao perceber todas essas notícias, ver os vídeos e imagens, se destaca uma questão em meio a tudo isso, a cor dessas pessoas, pessoas negras, homens e mulheres, pobres, em situação de vulnerabilidade, pessoas em situação de rua, que tem seus corpos invadidos, desumanizados e descartados. Como apresentou Dediane Souza (2025), é necessária essa espetacularização da morte, o escancaramento da dor e a ausência total da dignidade humana para tentar causar o mínimo de comoção neste mundo individualizado e isolado uns dos outros.

Nas entrevistas realizadas com os cadastrados das cozinhas, algo me chamou atenção nas suas falas, sobre o ser bem tratado, tanto pela coordenação, quanto pelo(s) cozinheiro(s).

Eles recebem a gente bem aqui, trata a pessoa que nem gente, né, porque não é todo mundo não (Joana, 39, mulher negra, catadora de recicláveis)

O atendimento aqui é bom que só, sem nenhuma discriminação, aliás é totalmente educado, totalmente diferente. (Carlos, 34,

²³ Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia UFC-UNILAB

²⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2024/07/06/relembre-a-historia-de-dandara-dos-santos-travesti-que-da-nome-ao-projeto-de-lei-que-aumenta-a-pena-de-lgbtcidio.ghtml>

²⁵ Disponível em: [Fila para conseguir doação de ossos é flagrante da luta de famílias brasileiras contra a fome | Fantástico | G1](#)

²⁶ Disponível em: [Após mortes por frio, Prefeitura de SP diz que não distribuirá cobertores para pessoas em situação de rua – Brasil de Fato.](#)

²⁷ Disponível em: [Adolescente é detido após incendiar homem em situação de rua e transmitir em rede social | Rio de Janeiro | G1](#)

homem branco, diz que não vive em situação de rua por morar em uma casa abandonada.)

Esses relatos da qual não foram perguntados e que foram falados abertamente durante a entrevista, dizem muito sobre a realidade vivida por essas pessoas. Joana destacou que tem o bolsa família bloqueado, mas que desde o ano passado (2024) fez o cadastro na cozinha.

*- A senhora recebe bolsa família?
- Não tá bloquiado, por causa que eu morava lá no interior, e precisava ir pra lá, e por causa dessas facção aí não dava pra mim ir, aí bloquiou. É que eles tavam dizendo que eu não podia ir pra lá, pq se eu fosse aí podia acontecer alguma coisa, mais aí o pessoal mandou eu procurar aqui pra poder eu conseguir ajeitar, aí ainda tô pelejando ainda. (Joana, 39)*

Podemos perceber que para além da questão social que dona Joana passa, ainda temos o quesito da criminalidade que a impede de retornar para sua cidade. Apesar de ter sua renda como catadora de recicláveis, ela ainda não recebe o auxílio catador, disse que estava esperando abrir vagas para realizar o cadastro. Quando perguntada sobre moradia, Joana disse que mora de aluguel com o marido e um filho, porém tem mais dois filhos que estão morando no interior com familiares, e pelas problemáticas da criminalidade não pode voltar para vê-los.

Eu tô no cadastro pra ganhar a casa, pq eu vivia na invasão ali, não foi eu que invadi pq eu acho isso errado, mas daí tanto o pessoal insistir aí foi na época da pandemia, a gente tava sem dinheiro, aí teve que sair da casa, aí nós fomos pra lá. (Joana, 39)

A invasão ao qual Joana se refere, foi a ocupação de pessoas que construíram barracos no terreno do Hipermercado Atacadão que se localiza de frente ao aeroporto Pinto Martins, em Fortaleza. Diversas famílias ocuparam o espaço então vazio em 2021, logo após o período pandêmico, que deixou muitas pessoas em situação de vulnerabilidade, com perda de empregos e também por terem sido despejadas. Eram em torno de 100 famílias que viviam no local. No final de 2023 e início de 2024, foi realizada a remoção dessas famílias e a demolição das casas, reapropriando o espaço ao hipermercado²⁸²⁹.

²⁸ Disponível em: [Ocupação com 113 famílias em frente ao Aeroporto de Fortaleza deve ser desfeita em janeiro de 2024 - Ceará - Diário do Nordeste](#)

²⁹ Disponível em: [Demolição de moradias em terreno no bairro Aeroporto é concluída nesta sexta.](#)



Fonte: site, 2023³⁰

Na imagem, na parte de cima temos o hipermercado Atacadão, e na parte de baixo a antiga ocupação. Mais adiante, ao longo da avenida do aeroporto, há outra ocupação, cuja extensão supera significativamente a que existia no terreno do hipermercado. No entanto, não disponho de informações sobre essa ocupação específica, o que indica que o terreno onde está situada provavelmente pertence ao poder público.



Fonte: site Google Earth, 2024

Na imagem acima, observa-se, em amarelo, o hipermercado Atacadão e um espaço vazio que anteriormente abrigava a ocupação. Em vermelho, está representado o aeroporto Pinto Martins, enquanto em azul, identifica-se a ocupação atual. Essas áreas são referidas como 'invasão' pelos próprios moradores e pela população do entorno. Abaixo, apresenta-se uma imagem mais detalhada dessa ocupação

³⁰ Disponível em: [Ocupação próxima ao Aeroporto de Fortaleza deve ser desocupada a partir do início de 2024 – Opinião CE](#)



Fonte: site Google Earth, 2024

Essas ocupações são casas construídas de forma rápida e improvisada. Os moradores chegam com poucos recursos, mas com a necessidade urgente de ter um lugar para morar. Utilizando madeirite, paletes, lonas e tijolos, eles montam suas residências, adaptando-se às condições do terreno e ao que conseguem obter. Com o tempo, a área vai se transformando em um bairro informal.

Moro nas proximidades da avenida do aeroporto e, sempre que tenho oportunidade, percorro esse trajeto a pé, observando atentamente a ocupação ao longo do caminho. Ali, vivem adultos, crianças e idosos, cercados por pequenas mercearias e cães de estimação. E a cor... bom, a cor das pessoas que vejo pelas janelas de suas casas ou sentadas em cadeiras ao entardecer carrega significados profundos. Certo dia, durante minha caminhada, notei um grupo de mulheres dispostas em semicírculo, acomodadas em cadeiras, enquanto uma mulher mais velha permanecia de pé, discursando algo que não consegui ouvir. Parecia uma reunião, um espaço de troca e resistência. Diversas famílias negras em situação de vulnerabilidade moram ali, enfrentando preconceitos diários. Constantemente, escuto comentários que as desqualificam, chamando-as de vagabundas, preguiçosas, acusando-as de não trabalharem. Mas, como bem disse Dona Joana, essas pessoas não estão ali por escolha, mas por necessidade - precisam de um teto, de um endereço fixo para garantir e manter um emprego.

Mais uma vez chegamos ao ponto, gênero, raça e classe. A intersecção desses conceitos na prática carrega dor, racismo e mais uma vez a ausência de um futuro possível. Carlos, interlocutor que já foi citado acima, também sente o impacto não da cor, mas de sua classe social e gênero. Homens são maioria em situação de rua, mesmo que esse índice seja maior entre homens negros, a presença de homens brancos também é evidente.

- Passei 16 anos em situação de rua, agora tô dentro de uma casinha ali, mas não é... bem dizer na rua, porque é casa abandonada.

- E como é sua alimentação no dia a dia?

- Café da manhã não, esse aqui que é meu café da manhã e meu almoço [se referindo a quentinha da cozinha] aí a janta eu tenho que pedir comida nas casas ou nos restaurantes. [no final de semana] eu vou lá pra parangaba, lá eles dão 11 horas, embaixo do metrô, é um carro que vai deixar lá todo dia, a quentinha bem cheiona, e lá é pra todo tipo de gente, primeiramente pra morador de rua... (Carlos, 34)

Dos meus interlocutores apenas duas pessoas ao qual entrevistei, são pessoas brancas, Carlos sendo uma delas, e minha outra interlocutora sendo dona Isabel que tem 61 anos e tem câncer. Dona Isabel tem linfoma e é acompanhada pelo Hemoce (Centro de Hematologia e Hemoterapia do Ceará), ela recebe uma pensão do ex-marido, não é aposentada e nem recebe bolsa família. Ela me relatou que está fazendo o tratamento para CA, mas uma das medicações não é fornecida pelo SUS (Sistema Único de Saúde) e ela terá que entrar na justiça para conseguir. Dona Isabel também me relatou que não tem filhos e mora com o irmão que é dependente químico, sendo os dois cadastrados na cozinha solidária.

Embora a pesquisa esteja focada em pessoas negras, seria impossível não destacar a trajetória dessas duas pessoas, cujas vivências são atravessadas por diferentes formas de interseccionalidade. A maneira como esses marcadores sociais se entrelaçam em suas histórias revela nuances que, embora distintas, não deixam de estar ligadas aos mesmos caminhos de dor e resistência que discutimos aqui. Suas experiências reforçam a complexidade das opressões que estruturam a sociedade, evidenciando que o sofrimento causado por desigualdades raciais, de classe ou de gênero não ocorre de forma isolada, mas sim como parte de um sistema que marginaliza corpos e identidades. Assim, suas narrativas contribuem para ampliar a compreensão sobre a interseccionalidade, demonstrando como diferentes formas de opressão se sobrepõem, moldando subjetividades e desafios cotidianos.

Às vezes, as causas sociais do sofrimento humano não são observáveis e identificáveis imediatamente. Elas podem encontrar-se num passado longínquo, a tal ponto que a questão da responsabilidade pelo sofrimento fica sem resposta. Ou podem estar profundamente enraizados na estrutura de uma sociedade (como no caso da escravidão no Brasil). Nesses casos se pode afirmar que o sofrimento foi institucionalizado. Quem o provoca não são já os indivíduos por meio dos seus atos, mas instituições. (Rego; Pisani, p. 44, 2013)

As experiências adquiridas por meio da vivência em campo evidenciam uma realidade histórica e estrutural profundamente enraizada na sociedade brasileira: a opressão e desumanização da população negra. Esse processo não é um fenômeno isolado, mas sim um reflexo de mais de cinco séculos de exclusão, exploração e marginalização, aspectos que se perpetuam por meio de diversas instâncias sociais, políticas e econômicas. Embora a racialização da opressão recaia de maneira mais severa sobre a população negra, a proximidade do branco com essa estrutura, seja por sua convivência direta com pessoas negras ou por sua posição de vulnerabilidade social, também o coloca em uma condição de subalternidade, ainda que de forma distinta e menos intensa. No entanto, é fundamental compreender que essa opressão vivida por brancos em determinados contextos não se equipara à experiência da população negra, cuja desumanização opera de maneira sistemática e atravessa todas as dimensões da vida cotidiana.

O domínio disciplinar do poder refere-se à aplicação justa ou injusta de regras e regulamentos com base em raça, sexualidade, classe, gênero, idade, capacidade, nação e categorias semelhantes. Basicamente, como indivíduos e grupos, somos “disciplinados” para nos enquadrar e/ou desafiar o status quo, em geral não por pressão manifesta, mas por práticas disciplinares persistentes. No futebol, o poder disciplinar entra em cena quando certos meninos e meninas são proibidos ou desencorajados de jogar, enquanto outros recebem treinamento de alto nível em instalações de primeira para aprimorar seus talentos. Muitos são simplesmente informados de que são do sexo errado ou não têm nenhuma capacidade. Em essência, as relações de poder interseccionais utilizam categorias de gênero ou raça, por exemplo, para criar canais para o sucesso ou a marginalização, incentivar, treinar ou coagir as pessoas a seguir os caminhos prescritos. (Collins; Bilge, p. 28, 2021)

Patricia Hill Collins, renomada socióloga americana e Sirma Bilge, também socióloga, utilizam o futebol para explicar a interseccionalidade na prática. As referidas práticas disciplinares não operam de maneira isolada, mas se articulam de forma interseccional, configurando um sistema que simultaneamente afeta indivíduos a partir de múltiplas categorias sociais, como gênero, raça e classe. A interação dessas dimensões produz dinâmicas que promovem a ascensão de determinados grupos enquanto impõem barreiras estruturais à mobilidade de outros, frequentemente de maneira velada e naturalizada.

As autoras enfatizam a necessidade de compreender o poder não apenas em sua forma explícita, por meio de coerções diretas, mas também em sua dimensão sutil, por meio de práticas rotineiras e aparentemente normais. Esses mecanismos disciplinares, sustentados por categorias sociais historicamente construídas, são fundamentais para a reprodução ou contestação de hierarquias existentes, influenciando o acesso a oportunidades e a distribuição de recursos em diferentes esferas da vida social, como o esporte, a educação e o mercado de trabalho.

A interseção entre gênero, raça e classe exerce uma influência determinante na trajetória social e profissional de um indivíduo, moldando suas oportunidades, desafios e possibilidades de ascensão. Essas categorias não operam isoladamente, mas se entrelaçam de maneira complexa, criando dinâmicas que podem tanto potencializar o sucesso quanto aprofundar desigualdades.

Compreender essa interdependência é essencial para a construção de políticas públicas e iniciativas que promovam equidade, garantindo que estruturas históricas de exclusão sejam desafiadas e reformuladas. No contexto educacional, por exemplo, a interseccionalidade impacta o acesso a recursos de qualidade e à representatividade em espaços acadêmicos e profissionais. No mercado de trabalho, determina quem tem acesso a posições de liderança e quem enfrenta barreiras invisíveis à progressão.

Destaca-se que a criação de políticas públicas, em muitos casos, não abarca de maneira integral todos os grupos sociais, negligenciando estatísticas fundamentais relacionadas a gênero, classe e raça. Essa exclusão tem impactos profundos, sobretudo sobre a população negra, que historicamente se encontra nos mais altos percentuais de fome, pobreza e vulnerabilidade social no país. A desigualdade estrutural não é apenas um reflexo do passado, mas uma realidade contínua que limita o acesso a recursos essenciais, como alimentação, saúde, moradia e educação.

Para que uma política pública seja verdadeiramente eficaz, é necessário a realização de um levantamento detalhado dos dados sociais, econômicos e demográficos, permitindo identificar quem são os grupos que mais necessitam de suporte e quais são as barreiras que perpetuam sua condição de precariedade. Sem essa análise criteriosa, corre-se o risco de perpetuar modelos excludentes que favorecem apenas parcelas privilegiadas da população, em detrimento daqueles que enfrentam maiores dificuldades. Além disso, políticas públicas que ignoram as interseccionalidades entre raça, gênero e classe contribuem para a manutenção de ciclos de exclusão, dificultando a mobilidade social dos grupos historicamente marginalizados.

Compreender a diversidade e os desafios da população brasileira é essencial para desenvolver políticas públicas que realmente reduzam as desigualdades. Nesse sentido, ao diminuir essas disparidades, não só beneficiam quem mais sofre com elas, como também mudamos as relações de poder que as perpetuam. Como já foi discutido, a fome e as desigualdades acabam levando a uma baixa autoestima e submissão, condições que tornam as pessoas mais vulneráveis à exploração, como no caso da mão-de-obra barata. Reduzir essas diferenças ajuda a fortalecer e empoderar a população negra, quebrando ciclos de dependência e abrindo caminho para novos futuros.

Ao focar raça, gênero, idade e estatuto de cidadania, a interseccionalidade muda a forma como pensamos emprego, renda e riqueza, todos os principais indicadores de desigualdade econômica. Por exemplo, as diferenças de renda que acompanham as práticas de contratação, segurança no trabalho, benefícios relativos à aposentadoria, benefícios relativos à saúde e escalas salariais no mercado de trabalho não incidem da mesma maneira sobre os grupos sociais. Pessoas negras, mulheres, jovens, residentes de zonas rurais, pessoas sem documentos e pessoas com capacidades diferentes enfrentam barreiras para ter acesso a empregos seguros, bem remunerados e com benefícios. Muitos desses grupos vivem em áreas duramente afetadas por uma economia global em transformação e por ameaças ambientais. As fábricas se deslocaram, deixando poucas oportunidades para quem não pode se dar ao luxo de se mudar. Muitas pessoas vêm de gerações familiares que se mantiveram pobres, porque não conseguem um salário decente que lhes garanta segurança de renda. A discriminação no mercado de trabalho, que empurra algumas pessoas a empregos de meio período e salários baixos, sem horas fixas e sem benefícios, ou que as torna estruturalmente desempregadas, também não incide da mesma maneira sobre os grupos sociais. (Collins; Bilge, p. 35, 2021)

A análise de Collins e Bilge evidencia como fatores como raça, gênero, idade e status de cidadania exercem influência direta na distribuição das oportunidades econômicas. A desigualdade no mercado de trabalho não ocorre de maneira uniforme, mas afeta mais intensamente grupos historicamente marginalizados, como pessoas negras, mulheres, jovens e trabalhadores informais. Além disso, as mudanças econômicas globais e a precarização dos vínculos empregatícios agravam esse cenário, limitando o acesso de certas populações a empregos seguros e bem remunerados. A falta de estabilidade financeira impede que muitos rompam ciclos geracionais de pobreza, perpetuando condições precárias de vida. As práticas discriminatórias no mundo do trabalho, como a informalidade forçada, os baixos salários e a ausência de benefícios, reforçam essas barreiras.

O ciclo da pobreza que afeta famílias negras não é apenas uma questão econômica, mas um reflexo de desigualdades estruturais que atravessam gerações. A escassez de acesso à educação de qualidade, a exclusão do mercado de trabalho formal e a falta de segurança financeira fazem com que essa realidade se perpetue ao longo do tempo,

dificultando a mobilidade social. Romper esse ciclo exige não apenas conquistas individuais, mas transformações profundas nas políticas públicas e na estrutura social que historicamente marginaliza determinadas populações. Entretanto, essa mudança não acontece rapidamente. Quantas gerações são necessárias para que uma família negra alcance estabilidade financeira e segurança econômica? A resposta não é simples, pois fatores como racismo estrutural, desigualdade de oportunidades e precarização do trabalho continuam sendo barreiras que retardam essa ascensão.

A “desigualdade à mesa” não se limita apenas à falta de acesso a alimentos, mas reforça estereótipos racistas e perpetua a herança colonial que historicamente marginaliza a população negra. O impacto desse processo vai além da escassez material; ele consolida narrativas que associam determinados grupos à privação e à vulnerabilidade, enquanto outros usufruem de abundância. Para que a fome alcance o nível de destruição em massa, é necessário que estruturas sociais e econômicas sigam operando de forma excludente, negando acesso a recursos básicos, como terra produtiva, empregos dignos e políticas de segurança alimentar. Esse cenário não é apenas resultado de negligência, mas de um sistema que, ao longo da história, tem utilizado a escassez para enfraquecer determinadas populações, dificultando sua autonomia e perpetuando desigualdades profundas.

O livro *Vozes do Bolsa Família: Autonomia, Dinheiro e Cidadania* (2013), de Walquiria Leão Rego e Alessandro Pinzani, explora o impacto do Programa Bolsa Família na vida das mulheres beneficiárias, analisando como a iniciativa contribui para sua autonomia, condições de vida e percepção de cidadania. Baseado em entrevistas realizadas ao longo de cinco anos, o estudo dá voz a essas mulheres, revelando suas experiências e desafios cotidianos. A obra também discute como a sociedade brasileira, influenciada por uma visão liberal, tende a culpabilizar os pobres por sua condição, reforçando estereótipos e dificultando políticas públicas estruturais de combate à desigualdade.

Sua estereotipagem como vagabundos configurou talvez um dos fenômenos mais brutais da sociedade brasileira, tão nefasto e cruel como aquele criado durante a escravidão, pelo qual o negro escravo era estigmatizado como preguiçoso, leniente, lascivo e que, portanto, só trabalharia sob a coerção mais absoluta, ou seja, sob a violência física mais brutal, despedaçando-se sob a ferocidade do látigo do capataz. (Rego; Pizzani, p. 14-15, 2013)

Os autores investigam a relação entre renda e autonomia individual das mulheres beneficiárias do Bolsa Família, destacando que, embora os valores recebidos não erradiquem a pobreza de forma definitiva, contribuem significativamente para melhorias essenciais no cotidiano dessas famílias. O programa auxilia no estímulo à educação das

crianças, melhora a qualidade da alimentação e proporciona às mulheres maior independência financeira, reduzindo sua dependência dos maridos. Além disso, a maioria das entrevistadas afirma que o dinheiro deve estar no nome da mulher, pois elas têm maior consciência das necessidades da casa e dos membros da família. Caso o benefício fosse destinado aos homens, existe uma grande probabilidade de que os recursos fossem gastos de forma menos prioritária, como com bebidas e itens supérfluos, em vez de atender às demandas fundamentais do lar.

Assim como a política pública que analisamos neste estudo, o programa Ceará Sem Fome, tem como principal foco as mulheres que são chefes de família, reconhecendo que, segundo os dados disponíveis, mulheres, pessoas negras e indivíduos com baixa escolaridade estão entre os grupos mais vulneráveis socialmente. Essas populações enfrentam maiores dificuldades para acessar recursos essenciais, tornando-se indispensável a implementação de políticas que considerem essas interseccionalidades. Ao priorizar o apoio a essas mulheres, o programa busca não apenas combater a fome, mas também promover autonomia e segurança alimentar para famílias que historicamente enfrentam exclusão e precarização econômica.

Durante minha conversa com Dona Carla, uma das minhas interlocutoras, ela compartilhou que começou a frequentar a cozinha solidária desde sua inauguração, em 2023. Aos 45 anos, é mãe de três filhos e já tem netos. Quando perguntei sobre sua alimentação diária e se conseguia se alimentar nos horários pré-estabelecidos, ela respondeu:

As veiz consegue as veiz não, tem dia que é bom, tem dia que ruim, mas nós vamo levando, mas café da manhã tomo, almoco é daqui, e a janta deus provera, as vezes eu guardo uma quentinha quando minha menina não come, aí já da pra janta e aí aguenta até de noite a marmitinha. (Dona Carla, 45, mulher negra)

Dona Carla recebe bolsa família, mas é perceptível que mesmo com essa renda e a quentinha da cozinha, ainda não é suficiente para a alimentação do dia a dia da família.

- Com o dinheiro do bolsa família a senhora consegue fazer o mercantil direitinho?
 - Não dá pra tudo, dá não, só quando eu faço assim faxina, sabe alguém me chama pra lavar uma roupa aí eu faço sabe, eu sou diarista, tem dia que aparece tem dia que não aparece, mas quando aparece eu sou grata. (Dona Carla, 45, mulher negra)

Mais uma vez, nos deparamos com a realidade de uma mulher negra, chefe de família, que se vê obrigada a assumir trabalhos exaustivos, como lavar roupa e atuar como diarista, para garantir um complemento na renda mensal. Essas atividades, embora fundamentais para sua sobrevivência, refletem a precarização do trabalho feminino e evidenciam como a falta de oportunidades empurra essas mulheres para ocupações fisicamente desgastantes e socialmente desvalorizadas. A necessidade de conciliar o sustento da casa com jornadas intensas de trabalho revela não apenas a força dessas mulheres, mas também a estrutura desigual que limita suas possibilidades de ascensão econômica.

- *As crianças estudam?*
- *Sim estuda, aí come na escola também*
- *A senhora acha que a comida das quentinhas dá pra se alimentar bem?*
- *Consigo, porque vai bem recheadazinha, é tanto que às vezes eu reparto a minha pra mim e pro meu neto, porque eu e ele come mais pouco, aí eu divido, ele tem 9 anos. (Dona Carla, 45, mulher negra)*

Nesse momento da entrevista, me peguei refletindo se sua afirmação sobre comer pouco era realmente uma escolha ou se, na verdade, escondia a necessidade de dividir a comida da quentinha para alimentar mais de um membro da família. Afinal, nem todos estão registrados no cadastro, o que pode significar que a refeição precisa ser estendida para além do que foi previsto. Essa questão revela um dilema silencioso enfrentado por muitas famílias em situação de vulnerabilidade, onde o alimento disponível se torna insuficiente para atender a todos, exigindo sacrifícios e adaptações diárias.

- *O que a senhora acha do programa?*
- *Eu acho que foi uma oportunidade muito boa aqui pra comunidade porque tem dia que tem pessoas que não tem, aí isso aqui já é uma grande ajuda e a gente pedir a deus que continue por muito tempo né porque ajuda muito muito muito mesmo né a gente aqui*
- *A senhora acha que pode melhorar alguma coisa na cozinha?*
- *Tem não, até da cozinheira ao gleissim eu acho muito legal, maravilhoso, trata a gente bem, se eles puder aumentar mais um pouquinho a marmita, ô gleissim coloca mais um pouquinho porque tem mais gente pra comer e ele ajuda, então isso é muito bom pra gente. (Dona Carla, 45, mulher negra)*

No decorrer da entrevista, sem perceber, Dona Carla acabou respondendo às minhas inquietações. “Dividir o pão” deixa de ser apenas um gesto simbólico de solidariedade e se transforma em uma necessidade cotidiana, revelando a dura realidade

enfrentada por muitas famílias. O ato de compartilhar a comida não acontece apenas por empatia, mas porque, muitas vezes, essa é a única forma de garantir que todos tenham algo para comer, ainda que insuficiente.

- *A senhora consegue fazer as refeições do dia?*
- *É se eu for juntando assim, juntando o dia todo aí da pra comprar, mas se aí for comprando aí gasta numa coisa, gasta noutra, aí não dá, eu tô juntando lá no canto que a gente vende [reciclagem] aí quando dá a gente compra as coisas pra dentro de casa, dá pra se manter, café da manhã não, não tem. (Joana, 39)*

Mais uma vez, ao ouvir o relato de outra mãe de família, sou confrontada com a dura realidade do dia a dia. O simples ato de se alimentar, que deveria ser um direito básico, transforma-se em um privilégio inacessível.

- *Então se for pra senhora fazer mercantil é só o básico né*
- *É, às vezes o pessoal ajuda também, dando uma cesta básica, aí por isso que dá pra ir se mantendo, aí tem aqui também [a cozinha] né graças a deus*
- *E como fica no final de semana que a cozinha não funciona?*
- *Aí quando a gente recicla, tem os conhecidos aí eles vai e dá, assim o pratinho já feito, aí tem as irmãs também, que se não tivesse aqui a gente ia pra lá, mas ela disse que se tiver outro canto, é melhor ir pra outro canto, pq ela já ajuda outras pessoas também (...) é o convento [escola] aí quando sobra dos alunos aí dá. (Joana, 39)*

Muitas vezes, ao passar de ônibus em frente à escola onde funciona o convento, observei diversas pessoas reunidas diante do portão, sentadas no chão e segurando potes. Apenas após ouvir o relato de dona Joana, consegui finalmente entender quem eram aquelas pessoas. Em sua fala, ela destaca que as freiras recomendam que, se possível, ela e sua família busquem alimento em outros lugares, pois já há um grande número de pessoas que aguardam diariamente as sobras das refeições dos alunos.

Em minhas entrevistas conversei com Luiza, uma mulher trans e negra, que não se encontra no cadastro, mas que sempre quando possível quando sobra comida, ou algum cadastrado não vai buscar a quentinha, ela leva para se alimentar.

- *Como é sua alimentação no dia a dia?*
- *É descontrolada, pronto, já disse tudo, é descontrolada, não é uma alimentação assim controlada, tá entendendo? tipo a pessoa é, acorda de manhã né e merenda, eu não, eu já é totalmente ao contrário, é tipo na madrugada eu merendo e aí durante o dia aí eu almoço, é assim não é uma alimentação controlada, como uma pessoa normal entendeu. (Luiza, 36, mulher trans negra)*

O depoimento de Luiza evidencia uma profunda desestruturação de sua rotina, impactando não apenas sua alimentação, mas também seus padrões de sono e de seu cotidiano. A instabilidade no acesso a alimentos configura um quadro de insegurança alimentar, caracterizado pela incerteza quanto à disponibilidade de refeições adequadas e regulares. Essa condição, além de comprometer a saúde física e mental, contribui para processos de vulnerabilização social, nos quais a busca por formas imediatas de alívio, incluindo práticas potencialmente nocivas, emerge como um mecanismo de enfrentamento da privação nutricional e da instabilidade cotidiana.

Luiza ressalta que reside com a mãe e, quando não consegue uma quentinha na cozinha solidária, alimenta-se em casa. No entanto, é possível perceber que essa busca por comida fora do ambiente doméstico pode refletir uma carência dentro do lar, evidenciando a precariedade no acesso a alimentos.

- Quando não vai pegar comida na cozinha onde você se alimenta?

- Como em casa mesmo, ou então faço algum favor, como se diz, um corre né, aí o que eu ganho eu compro uma besteirinha, um salgado, uma bolacha, um refrigerante (...) de vez em quando vou ali pegar uma ossadinha, é que eles dão pra gente... é ossada, coisa baratinha, pra eles não vai fazer falta, pra fazer uma sopinha, colocar no feijão. (Luiza, 36, mulher trans negra)

O relato de Luiza ganha destaque ao remeter a uma das notícias mais impactantes que circularam durante a pandemia de Covid-19: a distribuição de ossadas por alguns frigoríficos, para a população em situação de vulnerabilidade. Inicialmente tratada como uma medida de necessidade, essa prática demonstrou o reflexo alarmante da insegurança alimentar, com a crescente procura levando à posterior comercialização de ossos que, antes, eram descartados sem qualquer valor econômico. O cenário evidenciou a precariedade do acesso a proteínas essenciais e a adaptação forçada da população a alternativas cada vez mais escassas. A venda de carcaças de boi e frango desprovidas de carne, assim como pés de galinha, tornou-se uma prática comum, perpetuando-se mesmo após o fim da pandemia e revelando uma crise alimentar que ultrapassa os períodos de emergência sanitária. A pandemia reforçou as desigualdades estruturais já existentes, mas também expôs o impacto duradouro das crises na vida daqueles que, diariamente, lutam para garantir uma refeição mínima.

Mais uma vez, ao me deparar com esses relatos, sou levada a refletir sobre a realidade das populações em situação de rua. Nas cozinhas onde realizei minha pesquisa, aproximadamente dez pessoas em cada cozinha aguardam diariamente pelas sobras das

refeições. Os cozinheiros preparam a comida e a distribuem nas 100 marmitas do dia e somente após todas as marmitas serem distribuídas, o que sobra nas panelas é então oferecido àqueles que esperam do lado de fora, evidenciando não apenas a escassez, mas também a organização necessária para suprir, ainda que minimamente, a demanda de quem não tem garantia de uma próxima refeição.

Durante minhas idas a campo, mais uma vez presenciei uma cena que evidenciava a dura realidade da insegurança alimentar. Um homem, que não estava cadastrado e aparentava viver em situação de rua, aguardava ansiosamente pelas sobras da comida. Naquele dia, porém, nada restou além de um pouco de caldo de feijão com alguns grãos dispersos. Sem um recipiente adequado, ele improvisou com uma garrafa PET de 2 litros, cortando a parte superior para que pudesse servir como um recipiente. Com a mesma rapidez que o cozinheiro despejou o caldo na garrafa, o rapaz bebeu o líquido de imediato. Sua fome era visível, quase palpável, traduzindo, em um único gesto, a precariedade da sua condição e a urgência de uma necessidade básica que, para muitos, é garantida sem esforço.

Registrar essas vivências e a dor evidente desses indivíduos é um processo profundamente difícil. Mesmo que seus nomes sejam fictícios, continuam sendo pessoas reais - vivas, sentindo dores, nutrindo anseios, temendo o futuro, enfrentando a fome e carregando tristeza. Como pessoa negra, descrever o sofrimento de meus semelhantes, sejam homens ou mulheres, é um ato que vai além da escrita: é um enfrentamento da dura realidade que atravessa suas vidas e as marca de maneira indelével. A consciência de que essa dor não é ocasional, mas estrutural, me dilacera, pois evidencia que, para muitos, existir é, antes de tudo, resistir.

Tenho concordado com os pesquisadores que afirmam que o “ponto de vista” do texto é o aspecto preponderante na conformação da escrita afro-brasileira. Estou de pleno acordo, mas insisto na constatação óbvia de que o texto, com o seu ponto de vista, não é fruto de uma geração espontânea. Ele tem uma autoria, um sujeito, homem ou mulher, que com uma “subjetividade” própria vai construindo a sua escrita, vai “inventando, criando” o ponto de vista do texto. Em síntese, quando escrevo, quando invento, quando crio a minha ficção, não me desvinculo de um “corpo-mulher-negra em vivência” e que por ser esse “o meu corpo, e não outro”, vivi e vivo experiências que um corpo não negro, não mulher, jamais experimenta. As experiências dos homens negros se assemelham muitíssimo às minhas, em muitas situações estão par a par, porém há um instante profundo, perceptível só para nós, negras e mulheres, para o qual nossos companheiros não atinam. Do mesmo modo, penso a nossa condição de mulheres negras em relação às mulheres brancas. Sim, há uma condição que nos une, a de gênero. Há, entretanto, uma outra condição para ambas, o pertencimento racial, que coloca as mulheres brancas em um lugar de superioridade – às vezes, só simbolicamente, reconheço – frente às outras mulheres, não brancas. E desse lugar, muitas vezes, a mulher branca pode e pode se transformar em opressora, tanto quanto o homem branco.

Historicamente, no Brasil, as experiências das mulheres negras se assemelham muito mais às experiências de mulheres indígenas. E então, volto a insistir: a sociedade que me cerca, com as perversidades do racismo e do sexismo que enfrento desde criança, somada ao pertencimento a uma determinada classe social, na qual nasci e cresci, e na qual ainda hoje vivem os meus familiares e a grande maioria negra, certamente influiu e influi em minha subjetividade. E pergunto: será que o ponto de vista veiculado pelo texto se desvencilha totalmente da subjetividade de seu criador ou criadora? (Evaristo, p. 18, 2009)

Essa fala de Conceição Evaristo, grande escritora brasileira, se encontra em uma nota de rodapé no ensaio que retoma o título da sua dissertação de mestrado *Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade* (1996), e faz reflexões acerca da produção afro-brasileira. Ela destaca a importância da literatura negra no Brasil, mostrando que ela vai além de contar experiências pessoais, carregando marcas profundas de uma história marcada por opressões e resistência da população negra. A autora reforça que a escrita afro-brasileira é influenciada pelas vivências de homens e mulheres negras, que acabam moldando tanto a estética quanto a mensagem dos textos. Além disso, seu ensaio fala sobre a luta histórica do povo negro para proteger seus corpos e seus espaços, desde o período escravocrata até os desafios atuais nas relações raciais. Nesse contexto, Evaristo também valoriza bastante a literatura feita por mulheres negras, ressaltando o papel fundamental delas como agentes de resistência e guardiãs da memória. Essas narrativas vão além da simples escrita, se tornam formas de reafirmar a identidade e fortalecer a cultura negra.

Esse ponto me levou a uma reflexão sobre minha posição dentro desta pesquisa. A consciência de que meu corpo poderia ocupar o lugar das pessoas que descrevo transcende a mera imaginação - torna-se um reconhecimento visceral da fragilidade das estruturas que determinam quem é visto, quem é protegido e quem é deixado à margem. Minha trajetória não depende exclusivamente de minhas habilidades ou esforços individuais, mas está intrinsecamente ligada à maneira como a sociedade escolhe enxergar e posicionar um corpo negro. Os limites impostos não são apenas simbólicos, mas estruturais, e compreender essa dinâmica significa enfrentar, a cada palavra escrita, o peso histórico e social que define espaços e possibilidades.

Reconhecer e reafirmar esta pesquisa como um espaço de construção de uma ciência social antropológica, negra e comprometida com a realidade histórica e contemporânea é fundamental para o fortalecimento das epistemologias negras no Brasil. Ao se posicionar de forma engajada, esta produção não apenas ressignifica narrativas, mas também contribui ativamente para a consolidação de um campo de conhecimento que valoriza experiências, resistências e saberes historicamente marginalizados.

Embora as palavras desta pesquisa retratam a dor destes corpos, é essencial reafirmar que esses sujeitos não se limitam às suas trajetórias de sofrimento. Suas histórias vão além das dificuldades enfrentadas, carregando resistências, afetos e subjetividades que não podem ser reduzidas à privação. Falar sobre essa realidade não significa romantizá-la, mas reconhecer que a dor já está lá - estrutural, concreta e insistentemente presente. Narrá-la é um ato de visibilidade e de denúncia, que busca acima de tudo impedir a invisibilidade dessas pessoas reais, com nomes e fome, fome de comida, de conhecimento, de melhores oportunidades, fome de viver.

Escrever sobre a fome e suas consequências mostrou-se um desafio maior do que o esperado. Misturar relatos pessoais com as experiências dos interlocutores trouxe à tona memórias e reflexões profundas, tornando o processo de escrita algo além da análise - um enfrentamento. Em vários momentos, surgiu a dúvida sobre dar conta de narrar essa realidade, que, por mais que esteja documentada em números e pesquisas, também se manifesta de forma crua e dolorosa no cotidiano.

Alguns leitores desta pesquisa podem se sentir tocados, enquanto outros podem interpretá-la como excessivamente pessoal ou até romantizada. No entanto, ao considerar os escritos de Conceição Evaristo, torna-se evidente que a dor vivida pela população negra jamais poderá ser plenamente compreendida por aqueles que não carregam em seus corpos as marcas dessa experiência histórica e social. A literatura negra, ao transformar memória em resistência, evidencia que essa dor não é apenas individual, mas coletiva, estruturante e profundamente enraizada na trajetória daqueles que diariamente enfrentam as consequências do racismo.

1.3 A política pública “Ceará sem fome”

A política pública Ceará sem Fome nasce com a iniciativa de combater a fome no Estado do Ceará e a sua organização se dá através de instituições públicas e privadas, e com a ajuda da própria população. O programa também conta com entidades voluntárias, podendo realizar um credenciamento através do site do programa. O programa atua de três formas: a primeira através do Cartão Ceará sem Fome. Todos os meses a população em extrema pobreza recebe o valor de 300,00 para comprar apenas alimentos. Os estabelecimentos comerciais, de maior ou menor porte, podem se cadastrar no próprio site para aceitar o cartão.

A segunda forma de atuação é a campanha de arrecadação de alimentos que são destinados à unidade central do Ceará sem fome, sendo utilizados para a produção de

cestas básicas e posteriores doações. A terceira forma são as Rede de Cozinhas Ceará sem Fome que através do poder público e privado e as instituições voluntárias, produzem e distribuem as refeições para a população beneficiada. As cozinhas atuam tanto na capital quanto no interior do Estado, com uma refeição por dia (almoço) cinco dias na semana.

O programa Ceará sem Fome se tornou a Lei n.18.312, de 17 de fevereiro de 2023, uma política pública estadual. A Lei tem como objetivos dar uma alimentação saudável e balanceada todos os dias na mesa da população; ter uma política pública permanente e eficaz para combater a fome no Estado; valorizar a agricultura familiar; além da inclusão produtiva.

A insegurança alimentar (IA) no Ceará é uma situação de bastante preocupação, pois não é apenas sobre faltar alguns alimentos a mesa, mas sim escolher qual refeição fazer no dia por não ter acesso a todas elas, é sobre não comer nada durante todo o dia, e a falta de dinheiro para comprar qualquer alimento que seja. Pesquisas como o PNAD e a II VIGISAN (realizado pela PENSSAN) demonstram, através dos dados, os índices alarmantes da fome no Estado, que aumenta ano após ano e que houve piora com a pandemia de Covid-19. A Nota Técnica de critérios para seleção de beneficiários do cartão Ceará sem fome de 2023³¹, traz alguns dados que demonstram essa realidade.

Em 2013, de acordo com dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), 5,1% dos domicílios cearenses se encontravam em situação de IA grave. Esse número subiu para 6,2%, em 2018, de acordo com dados da Pesquisa de Orçamento Familiar – (POF 2017/2018) e chegou a 26,3%, segundo dados da II VIGISAN, realizada pela rede PENSSAN. (...) Em 2022, de acordo com os resultados da II VIGISAN, 2,4 milhões de cearenses passaram fome, o que equivale a 27,2% da população total do Estado, segundo a prévia do Censo Demográfico de 2022. (Nota Técnica - Nº 78 - Maio/2023, p. 3)

A perspectiva do Ceará sem fome é justamente diminuir esses índices e fazer com que a população consiga ter dignidade alimentar. Mas afinal, quem tem direito ao cartão Ceará sem Fome? De acordo com a Nota Técnica temos os seguintes critérios:

Para recebimento do Cartão Ceará sem Fome, serão consideradas como potenciais beneficiárias as famílias domiciliadas no Estado do Ceará que apresentem maior probabilidade de se encontrarem em situação de Insegurança Alimentar Grave (IA Grave), selecionadas a partir de um conjunto de critérios estabelecidos pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – Ipece - e cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico) para Programas Sociais, com cadastro atualizado nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, e que atendam, cumulativamente, aos seguintes critérios: 1. Sejam beneficiárias do Bolsa Família, com renda per capita de até R\$ 168,00 (cento e sessenta e oito reais), já incluídos nesse cálculo, além da renda declarada no Cadastro Único, os valores recebidos do Bolsa Família; 2. Tenham como responsável familiar no CadÚnico, preferencialmente, pessoa do sexo feminino; 3. Tenham como

³¹ Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2023/06/NT78.pdf>

responsável familiar no CadÚnico pessoa com baixa escolaridade (sem ensino fundamental completo); 4. Tenham em sua composição, pelo menos, uma criança ou adolescente de até 14 (quatorze) anos de idade; 5. Não estejam com o benefício do Bolsa Família bloqueado ou suspenso. (Nota Técnica - Nº 78 - Maio/2023, p. 4-5)

Ou seja, inicialmente é necessário ter o cadastro único e o bolsa família. A Nota Técnica também afirma que

Além dos dados CadÚnico, a seleção das famílias para o Cartão Ceará Sem Fome considera também a folha de pagamentos do programa Bolsa Família. A última folha de pagamento considerada para o cálculo foi a de março de 2023. Com base nesses conjuntos de dados, foram identificadas 32.835 famílias que atenderam aos critérios do Decreto Nº35.378, de 31 de março de 2023. Este total corresponde a 2,2% das famílias do Bolsa Família, que, em março de 2023, foram 1.489.434 famílias, sendo esta a taxa de cobertura do Estado do Ceará. No entanto, essa taxa varia entre 0,0% a 8,3% entre os 184 municípios. (Nota Técnica - Nº 78 - Maio/2023, p. 5)

Também foi revisado que nenhum município do Estado deveria ter menos de 100 famílias beneficiadas, dessa forma aumentava-se o valor da renda per capita para que se atingisse o número mínimo de 100 famílias.

Após a definição do valor da renda necessária para se chegar a quantidade mínima de beneficiários por município e considerando-se que as famílias estão ordenadas pela renda per capita (da menor para a maior), número de crianças de 0 a 14 anos e quantidade de pessoas/domicílio, em ordem decrescente, chega-se ao número total de famílias em cada município, garantindo o benefício as famílias com a mesma quantidade de crianças, pessoas/domicílio e renda igual ao valor de corte (critério da isonomia). Ao aplicar os critérios de equidade acima, o total de famílias do Bolsa Família (folha de mar/2023) contempladas passa a ser de 43.357 famílias (...) (Nota Técnica - Nº 78 - Maio/2023, p. 7)

Apesar de muitas famílias terem sido beneficiadas com o cartão Ceará sem fome, inicialmente 32.835 famílias, e posteriormente 43.357 famílias, é visível que é um número baixo comparado ao número real de famílias que estão cadastradas no Bolsa Família (1.489.434 famílias) no Estado.

Ao conversar com os coordenadores de cada cozinha solidária ao qual realizei minha pesquisa, todos os três revelam de maneira muito efetiva, em como o programa mesmo com suas dificuldades beneficia pessoas mais vulnerabilizadas. Em tese o programa “Ceará sem Fome”, destaca que para ser cadastrado em uma das cozinhas é necessário ser cadastrado no Bolsa Família, que é um programa do Governo Federal de auxílio financeiro voltado para famílias que enfrentam condições de pobreza.

As visitas a campo revelaram que a realidade muitas vezes difere do que está descrito nos documentos oficiais. O que deveria ser aplicado na prática enfrenta inúmeros

desafios, sobretudo diante das condições de extrema vulnerabilidade vividas por essas pessoas. Como mencionado anteriormente, há um déficit preocupante nos indicadores sociais, evidenciado por um número significativo de indivíduos que dependem das cozinhas solidárias para garantir uma refeição mínima. Muitas das pessoas cadastradas nessas cozinhas não recebem o Bolsa Família e sequer possuem uma fonte de renda fixa, tornando-se ainda mais expostas às dificuldades diárias. Entre elas, há catadores de materiais recicláveis, pessoas em situação de rua, pessoas com câncer e pessoas deficientes, cuja subsistência depende de condições instáveis e desiguais.

Embora essa política pública tenha sido concebida com o objetivo de atender à população em situação de vulnerabilidade, na prática, ainda existem pessoas em condições ainda mais críticas que não conseguem acesso ao programa. Isso pode ocorrer porque não preenchem todos os requisitos exigidos ou porque a quantidade de vagas disponíveis é insuficiente diante da alta demanda. Esse cenário evidencia a necessidade de uma revisão nos critérios de elegibilidade, bem como na ampliação dos recursos destinados à iniciativa, garantindo que aqueles que realmente necessitam possam ser contemplados.

Infelizmente, conforme abordado no início deste capítulo, a ausência de cadastramento das pessoas em situação de rua representa um obstáculo significativo para o acesso a diversas políticas públicas. Sem o registro adequado, esses indivíduos acabam excluídos de programas essenciais que poderiam garantir assistência social, suporte financeiro e oportunidades de reinserção na sociedade. Essa lacuna evidencia a necessidade de estratégias mais inclusivas, que facilitem o acesso ao cadastro e ampliem a cobertura das políticas voltadas para aqueles que vivem em condições de extrema vulnerabilidade.

Para que essa população possa ser devidamente atendida, é essencial a formulação de uma agenda abrangente, estruturada em nível federal, que considere a complexidade e a diversidade das necessidades dessas pessoas. A implementação de políticas públicas eficazes exige planejamento estratégico, investimentos contínuos e ações coordenadas entre diferentes esferas governamentais, garantindo que o suporte chegue de maneira efetiva a quem mais precisa.

Como destacado anteriormente, os dados divulgados pelo Governo Federal em dezembro de 2022 apontam que 236.400 pessoas viviam em situação de rua no país e estavam cadastradas no CadÚnico (Cadastro Único). No entanto, esse número não reflete integralmente a realidade, considerando os desafios na identificação e registro desses

indivíduos. A ampliação dos esforços para mapear essa população e a criação de mecanismos que facilitem o acesso aos programas sociais são necessários para de fato iniciar um processo de redução não somente das desigualdades, mas também reduzir a alarmante quantidade de pessoas em situação de rua.

Com a autorização dos coordenadores das cozinhas solidárias onde atuo, pude utilizar seus nomes reais para dar mais autenticidade ao relato. A partir deste ponto, apresentarei algumas falas desses coordenadores, permitindo uma compreensão mais aprofundada sobre o funcionamento das cozinhas, desde sua concepção e estrutura inicial até sua atuação cotidiana e os desafios enfrentados. Por meio desses relatos, será possível analisar o impacto social dessas iniciativas e refletir sobre suas contribuições para a comunidade.

O coordenador Sergio traz um relato muito forte sobre o início da cozinha solidária, antes mesmo dela se tornar uma política pública.

A cozinha ela se iniciou lá em 2021, que foi logo ali na pandemia e diante daquele caos que teve em relação a pandemia, a gente não podia sair na rua, tudo fechado, isso aquilo outro, e aí a gente viu a galera da condição de morador de rua passando mal porque não tinha a quem pedir, nem pra onde correr, muita coisa, né. E aí a gente era um grupo de amigos que relativamente sempre que podia se reunia e tal e a gente antes tinha se reunido em 2020, ajudou um movimento social em 2020 e tal, e aí em 2021 pra 22, a gente se reuniu pra debater a condição da galera morador de rua, que era a galera que passava muita dificuldade, tava passando mal de fome na rua, e a gente achava que aquilo ali alguém tinha que fazer alguma coisa, e aí a gente se reuniu e entrou em um consenso que a gente tinha que fazer a comida e distribuir e de que forma a gente ia distribuir porque estava muito restrito tudo, né, e aí como que a gente ia fazer pra não colocar em risco tanta as nossas vidas, quanto a vida dos demais, né. E aí a gente começou a fabricar e aí botava máscara, botava luva e fazia isso, fazia aquilo, e entregava, ia em determinados pontos onde eles estavam e ia entregando, e aí a gente pegou e começamos em fazer a cada quinze dias, por que não tinha muitos recursos e muitos menos locais pra fazer, e aí foi pegando gosto pra fazer, e aí teve um pessoal do movimento “Brasil popular” que é um movimento social nacional, né, que tinha uma cozinha no bairro Bela Vista e resolveu fazer uma construção de alimentação de grande porte, fazia 500 quentinhas, e distribuía pra cinco bairros, 100 pra cada, e aí os bairros faziam a logística de entrega e tal, e aquilo ali nos interessou muito, na época o nosso governador Elmano de Freitas tava na campanha, candidatura pra governador e a esposa dele quando viu nossa ideia ela disse que se ele fosse eleito seria um projeto que ele ia levar pra frente e aí ele pegou e cumpriu com a palavra, foi eleito

e foi o primeiro projeto que ele assinou e aí ele montou o programa Ceará sem Fome, aí começou o início das cozinhas populares em todo o Ceará, que hoje tem em torno de 1300 cozinhas, espalhadas no Estado né. (Coordenador Sérgio)

Essa reflexão evidencia que, apesar dos inúmeros desafios enfrentados durante a pandemia, houve grupos de pessoas dispostas a ultrapassar suas próprias limitações e zonas de conforto para oferecer suporte ao próximo. Em meio ao cenário de incertezas e dificuldades, a solidariedade emergiu como um elemento essencial, impulsionando ações voluntárias e comunitárias que buscam amenizar o impacto social da crise.

A coordenadora Franciane, responsável por outra cozinha solidária, também possui uma trajetória marcada por desafios e experiências profundamente conectadas a essa realidade.

Durante a pandemia, nós... eu participo de uma grupo social, um movimento social que na época se chamava Círculos Populares, e durante a pandemia nós percebemos que a área aqui da Serrinha [bairro] era muito vulnerabilizada por conta da covid mesmo, né, dessas pessoas que tinham que ficar trancadas dentro de casa pra poder né, o lockdown e não tinha como sobreviver, aí nós nos juntávamos conseguia alimentos, fazíamos as quentinhas e distribuía, e também tinha um rapaz que doava já as quentinhas já prontas e a gente só distribuía, então eu acredito que a nossa cozinha começou aí, com esse movimento de na pandemia ofertar esses alimentos, né, pra as pessoas aqui ao redor da associação na Serrinha, então eu acredito que começou aí. Os anos foram se passando, o Governo Elmano chegou e as cozinhas solidárias do MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra] tomaram uma proporção também, que é outro movimento social e tomou uma proporção mais de programa né do Estado, programa do governo do Estado, aí a gente já tinha esses registros fotográficos dessa história, quando o edital foi lançado a gente se candidatou e nós fomos aprovados em setembro de 2023, e aí setembro de 2024 fez um ano e setembro de 2025 agora vai fazer 2 anos que a gente tá com a cozinha do Ceará sem Fome que é o programa do governo do Estado. (Coordenadora Franciane)

Da mesma forma, o coordenador Gledson também vivenciou essa experiência antes da existência do Ceará sem Fome.

É esse nosso processo de implantação da cozinha solidária ele vem bem antes do programa Ceará sem Fome, a partir da necessidade que a gente tem dentro da comunidade, aí então assim, nós temos uma associação que é a UGA, União de Grupos Artístico, e ela foi fundada em 2010, que a gente sempre procurou fazer esse trabalho, tentou fazer esse trabalho de inclusão social,

cultural, e em determinado momento, especialmente na pandemia deu uma parada né, no modo global e a gente viu que tinha essa necessidade da questão da insegurança alimentar, muitas pessoas passando fome, principalmente o público infantil, e aí assim, aqui a gente sempre procurou tentar atender, como pessoa física, às vezes duas, cinco refeições por dia, né, aí graças a Deus quando fizeram a implantação do programa Ceará sem Fome, aí como a gente já tinha esse trabalho, né aqui dentro da comunidade, a gente conseguiu implantar e hoje a gente atende ... o programa é pra atender 100 pessoas, só que hoje a gente já consegue atender 120, 115, né, um programa assim que caiu realmente do céu, entendeu, muito abençoado, tendo em vista da necessidade das famílias que a gente atende, a gente sabe que existem as dificuldades, cuja a nossa dificuldade dentro do programa é a questão de procurar atender todos os dias atender mais pessoas, todos os dias aparece gente aqui perguntando se surgiu novas vagas. (Coordenador Gleidson)

Os três coordenadores possuem trajetórias entrelaçadas que remontam a um período anterior à criação das cozinhas solidárias do Ceará sem Fome. Cada um, à sua maneira, já buscava formas de minimizar a fome daqueles ao seu redor, mesmo enfrentando limitações financeiras. O compromisso com a solidariedade e a empatia sempre esteve presente em suas histórias, refletindo o desejo genuíno de transformar a realidade de quem mais precisa.

O programa Ceará sem Fome ele nos deu a oportunidade de concorrer ao edital pra gente ser gestor de um lote de cozinha, que são 30 cozinhas, e agente concorreu, não ganhamos, mas aí juntamente com a galera que ganhou a gente pressionou e conseguiu algumas cozinhas e aí a gente começou a formalizar as nossas cozinhas, demos início a cozinha dentro do projeto Ceará sem Fome, e aí o governador nos dava a alimentação, eles davam todo o aparato, a proteína, os cereais, o hortifruti, e a gente fabricava com muito êxito, né, e aí o programa foi fluindo e aí ele nos presenteou com algumas coisas que a gente necessitava, que era o fogão industrial, congelador, uma geladeira, painéis grandes e alguns aparatos, liquidificador, só que mediante a isso quando a gente entrou no programa tem algumas regras, o método operacional, a gente tinha que fazer o cadastro, a gente conseguia alimentação pra 100 pessoas, só que o movimento “Brasil Popular” ele sempre foi muito presente e ele conseguia mais algumas coisas pra gente, e aí a gente conseguia fazer com que as refeições dessem uma quantidade maior, e aí o que acontece, a metodologia da gente é abraçar o quanto maior quantidade de pessoas melhor pra gente, e aí com isso a gente cadastrou 300 pessoas só que a gente tinha alimentação pra 100 pessoas e a gente começou a alternar os dias, segunda e terça era 100, quarta e quinta era 100, e sexta era 100. Seriam 300 pessoas diferentes e aí a gente implantou

esse método e deu super certo, só que aí para além disso a gente precisava fazer um cadastro, fizemos, precisa de uma lista de frequência, a gente faz, precisa de fotos e a gente faz tudo isso, e aí para além disso apareceu pessoas além do cadastro, que é morador de rua, pessoas que não tem documento, deficientes, com problemas mentais e várias pessoas e aí a gente começou a implementar mais algumas, maior quantidade na construção das quentinhas, sempre que dava, sobrava e conseguia ali abraçar a todos, e a gente começou... como a gente tem no movimento, a nossa galera tem assistente social e tal, a gente a acompanhar esse pessoal, saber como é que tá como é que não tá, se tem documento, se não tem. Eu até fiz alguns cadastros de qual a dificuldade de cada um, qual documento que ta faltando, se tem algum problema de saúde, várias coisas né. (Coordenador Sérgio)

O relato do coordenador Sérgio revela um panorama complexo sobre a insegurança alimentar e os desafios enfrentados na implementação de políticas públicas voltadas à nutrição e assistência social. O programa Ceará Sem Fome representa uma iniciativa governamental estruturada para minimizar a fome entre populações vulneráveis, fornecendo recursos fundamentais para o funcionamento das cozinhas solidárias. Entretanto, o depoimento evidencia que, apesar do apoio institucional, a demanda por alimentação supera a capacidade formalmente estabelecida pelo projeto.

Mesmo sem conquistar a administração oficial das 30 cozinhas previstas no edital, o grupo conseguiu integrar-se ao programa por meio de articulações sociais, consolidando espaços de produção e distribuição alimentar. A estrutura fornecida pelo governo como alimentos básicos, utensílios industriais e equipamentos essenciais permitiu que a atuação se tornasse mais eficiente, porém não foi suficiente para suprir a totalidade das necessidades locais.

Um dos aspectos mais críticos deste relato é a estratégia de ampliação do número de beneficiados além do limite inicialmente estipulado pelo programa. Embora houvesse recursos para atender apenas 100 pessoas, o grupo cadastrou 300, optando por um modelo de rodízio semanal para garantir maior alcance. Além dos beneficiários registrados, há demandas urgentes de pessoas não cadastradas oficialmente, refletindo que o acesso a políticas públicas nem sempre contempla a totalidade dos grupos marginalizados, exigindo esforços paralelos para atender necessidades emergenciais.

Mais uma vez, reforço que a aplicação rígida das regras nem sempre é viável na prática, visto que os contextos de vida nos diferentes territórios são extremamente diversos. Essa realidade exige flexibilidade e a adoção de estratégias adaptativas, capazes

de atender às necessidades específicas de cada comunidade e garantir soluções mais eficazes diante dos desafios cotidianos.

Compreende-se que as regras desempenham um papel fundamental na manutenção da ordem e na organização dos espaços, além de garantir o funcionamento estruturado e eficiente dos programas sociais. No entanto, conforme destacado no relato, a diversidade dos territórios e as distintas realidades enfrentadas pelas populações vulneráveis exigem uma aplicação mais flexível dessas normas, de modo a atender às demandas específicas de cada contexto. Além disso, registros como esse são essenciais para evidenciar a realidade vivida por essas comunidades, tornando visível a necessidade de ajustes e melhorias nas políticas públicas. Com um estímulo adequado e ações concretas, torna-se possível viabilizar a ampliação do número de vagas no programa, permitindo que mais pessoas em situação de vulnerabilidade tenham acesso a suporte alimentar e social, ampliando não apenas as vagas, mas também para pessoas em situação mais vulnerabilizada.

Além de oferecer alimentação por meio das cozinhas solidárias, cada unidade desenvolve outras iniciativas voltadas para a comunidade local, contribuindo para o fortalecimento social e a promoção do bem-estar. A cozinha coordenada pelo Sérgio, por exemplo, também atua no projeto 'Fábrica de Heróis', que oferece aulas de Jiu-Jitsu para crianças, jovens e adultos, além de atividades como capoeira e king box, promovendo esporte e inclusão. Além disso, com o suporte do movimento social “Brasil Popular”, o projeto tem conseguido viabilizar atendimentos essenciais, como consultas com psiquiatras e psicólogos, além de acompanhamento social para aqueles que necessitam de apoio especializado.

Na cozinha coordenada pela Franciane, que é onde se localiza a Associação dos Moradores do bairro Serrinha, também atuam outros projetos sociais.

Nós temos um projeto chamado “cursinho popular” que vem de um programa de extensão da UECE, que funciona de segunda a sexta no período da noite, temos o EJA que é do SESC, o SESC traz a professora, o material didático e a gente cede espaço, temos a biblioteca comunitária que é Heloísa Ferreira Lima, e aos sábados temos projeto com as crianças. Com a vinda das cozinhas, o governo também proporciona alguns cursos, então hoje também está tendo um curso sobre administração, que vai mudar os temas, mas são 5 meses pra jovens que nem estão estudando e nem tão trabalhando, já terminaram o ensino médio, mas não conseguiram acesso ao emprego, e aí eles dão esses cursos com temáticas de empregabilidade. (Coordenadora Franciane)

No que diz respeito à atuação do coordenador Gledson, um dos desafios enfrentados é o tamanho reduzido do espaço onde a cozinha solidária funciona. Infelizmente, essa limitação física impede a associação UGA (União de Grupos Artísticos)³² de desenvolver suas atividades no local. A falta de infraestrutura adequada é algo relatado pelo próprio coordenador, evidenciando a necessidade de um espaço mais amplo e estruturado, que permita não apenas a continuidade da distribuição das quentinhas, mas também a promoção de outras ações voltadas ao fortalecimento social e cultural da comunidade.

Quando se trata das dificuldades enfrentadas pelas cozinhas solidárias, os relatos dos coordenadores apresentam semelhanças significativas, especialmente no que diz respeito às limitações estruturais dos espaços onde as cozinhas estão situadas.

Em relação a cozinha, os problemas que tinham na cozinha, sempre tem, a gente não pode descartar a possibilidade de alguém é ser excluído por cometer algumas infrações, tipo, estragar, vender [as quentinhas], já aconteceu por várias vezes, agora denúncia formal nunca foi feita, mas se existir qualquer tipo de coisa desse tipo a gente vai até a pessoa que tá executando uma infração e a gente chama pra conversar, diz, explica a importância que se ele estiver fazendo aqui ali tira da boca de outra pessoa, a gente faz essa metodologia, se persistir a gente pode tentar excluir, agora nunca que a gente chamou alguém pra conversar que não foi resolvido, entendeu, e as dificuldades que a gente sempre teve foi a estrutura que a gente sempre tem, o programa dá a alimentação, mas ele não dá o suporte ao aluguel, a nossa galera que é voluntario [cozinheiros] recebe uma ajuda de custo muito pouco, então a gente acaba meio que preso poque o voluntariado também são pessoas que a gente acompanha com dificuldades financeiras, e a principal dificuldade hoje é a manutenção do prédio [local onde fica a cozinha], uma coisa que quebra a gente tem que tirar do bolso. (Coordenador Sérgio)

O problema maior que a gente tem assim é só mais a questão da necessidade de atender mais pessoas, né, mas assim , não tenho nada o que dizer na unidade gerenciadora da gente, lá no início todo mundo ainda estava aprendendo, o programa era novo, teve algumas dificuldades, teve momentos que eu precisei colocar, entendeu, do meu próprio bolso proteínas, sal, e outros alimentos também, mas assim a gente procurar um culpado não vai assim existir, porque era um processo de aprendizado, né, a questão de quantidade, tava todo mundo aprendendo, mas hoje graças a deus, tudo chega com antecedência, tudo chega bem direitinho, os produtos tudo de primeira qualidade. (...) lembrando aqui da primeira vez quando a gente implantou, que chegou a primeira

³² Disponível em: [União de Grupos Artísticos-UGA - Mapa Cultural do Ceará](#)

vez que foi setembro de 2023, que quando chegaram as proteínas eu só falei enlouquecer, porque a gente não tinha o freezer e não tinha onde guardar, aí eu saí fracionando, coloquei metade aqui, metade no vizinho, né, até procurar um freezer, mas graças a deus no dia seguinte aluguei um freezer, né, então foi assim um impacto né, mas aí esse freezer ficou alugado por quase sete meses, aí foi quando os nossos kits, graças a deus chegou tudo novo, de primeira qualidade, panela, a gente não tinha, porque assim uma coisa é você cozinhar cinco refeições por dia, seis entendeu, às vezes era até dez, outra coisa era cem, né, a gente não tinha panela, hoje a falta assim uma estrutura física, tendo em vista que nossa cozinha ela é ainda é no cimento queimado que se chama, nessa parte das paredes não tem o azulejo, a pia ela é muito pequena e é furada, quando chove a nossa colaboradora que ajuda ela se molha todinha, entendeu, as vezes tem que lavar algumas panelas que são grandes, tem que ser lavadas no chão, tem essa questão de infraestrutura da gente, a gente tem que melhorar muita coisa ainda, mas o programa é novo se deus quiser vai dar certo. (Coordenador Gledson)

A gente tinha uma menina que ajudava aqui na cozinha que ela fazia esse movimento de catação de material reciclável também, aí uma vez ela percebeu que um dos lixos, que um desses montes de lixo que bota ali na rua tinha muita comida e ela identificou que era a comida daqui, porque de manhã ela ajudava aqui na cozinha e de tardezinha pra noite ela ajudava o marido nesse trabalho de catação, aí ela fez um vídeo mostrou pra mim e ficou muito revoltada, eu particularmente não fui até a pessoa porque a gente não tem assim a certeza de que é aquela pessoa daquela casa que botou ali porque como todo mundo aqui na rua bota no mesmo lugar o lixo e aí a gente não tem a certeza, mas o que a gente tenta fazer, sensibilizar as pessoas, ó você tá levando hoje pra sua família são quatro pessoas se não tem uma em casa deixa uma aqui, leva só três entendeu, a gente tenta sensibilizar, infelizmente não como a gente tomar assim uma... uma resolução muito drástica porque a gente não tem a certeza de quem foi, quando a gente suspeita aí a gente chega pro suspeito e diz assim “olha você não joga fora, quando perceber que alguém tá jogando fora conversa, pede pra deixar a comida porque aí a gente direciona pra outra pessoa” a gente não chega assim a peitar, a dizer que foi aquela pessoa porque ninguém vai dizer né. (Coordenadora Franciane)

Os relatos de cada coordenador nos levam a refletir sobre os desafios enfrentados pelas cozinhas solidárias, especialmente no que diz respeito à infraestrutura. Por serem espaços alugados, essas cozinhas demandam manutenção constante, um custo que muitas vezes precisa ser arcado pelos próprios coordenadores, pois a ajuda de custo oferecida pelo governo, prioriza o repasse para os cozinheiros voluntários. Além dos gastos com manutenção, outro custo significativo é a conta de energia elétrica, no entanto, o governo

estabeleceu uma parceria com a Cagece, garantindo isenção do pagamento da água nos locais onde as cozinhas funcionam, representando um alívio financeiro.

O relato da coordenadora Franciane revela um dilema central na gestão de cozinhas solidárias e na distribuição de alimentos dentro de comunidades vulneráveis. Apesar do esforço coletivo para garantir a segurança alimentar, ainda há desperdício, o que evidencia desafios tanto na conscientização das pessoas quanto na logística da distribuição dos recursos. Podemos perceber a enorme contradição existente entre a necessidade extrema de parte da população e a falta de uma cultura mais consciente sobre o valor da comida. Esse episódio expõe a dificuldade de assegurar que os alimentos cheguem, de fato, a quem precisa, e reforça a importância de estratégias de sensibilização para evitar o descarte indevido. A abordagem adotada pela equipe da cozinha ao tentar conscientizar as famílias reflete um esforço contínuo para equilibrar necessidades individuais e coletivas, promovendo um senso de responsabilidade compartilhada, priorizando o diálogo e o incentivo à racionalização do consumo, buscando garantir que mais pessoas possam ser atendidas dentro da limitação de recursos disponíveis.

Em relação ao perfil das pessoas atendidas, temos as seguintes colocações:

A maioria mulheres, são mães que criam seus filhos sozinhas, que recebe algum benefício, entendeu, estão dentro do cadastro único, aí em seguida vem o público de idosos, também é bem volumoso, aí tem também os moradores em situação de rua, né, tem as pessoas também que são catadores, entendeu, e assim é um público bem vulnerável né, e crianças, né, crianças também a gente tem bastante, algumas pessoas também deficientes, têm o público também de algumas pessoas trans, pessoas pretas. (Coordenador Gledson)

A maioria são mulheres negras e provedoras do lar, a maioria, os homens também negros, mas é em torno de 30% e idosos é em torno de 5%, crianças também, se eu não me engano são 12 crianças cadastradas na nossa cozinha. (Coordenadora Franciane)

O perfil dos beneficiários a gente fez uma lista de prioridade, idoso, mãe solo, aí depois pessoas com alguma deficiência, e depois vem os demais, mas o perfil da galera que é beneficiário da cozinha é da comunidade, que não tem recurso financeiro, que vive em situação bem precária, de emprego, alimentação que mora dentro da favela, enfim, a galera que é de baixa renda. A gente que se criou dentro do bairro, basicamente conhece todo mundo, a gente sabe as pessoas que têm dificuldade, tem o alcoolatra, tem usuário de drogas, tem gente com problema de saúde que não pode trabalhar. (Coordenador Sérgio)

Essa conexão entre os relatos reforça uma realidade já evidenciada pelos dados: grupos historicamente marginalizados, como mulheres, pessoas negras e mães solo que assumem a chefia familiar, enfrentam níveis mais altos de vulnerabilidade social. Os desafios vividos por essas populações vão além da insegurança alimentar, abrangendo barreiras no acesso a oportunidades econômicas, políticas públicas e serviços essenciais. A sobrecarga de responsabilidades, combinada à precarização do trabalho e à falta de suporte adequado, agrava ainda mais a condição dessas mulheres e famílias, perpetuando desigualdades estruturais. Os relatos trazem não apenas dados, mas experiências concretas que demonstram o impacto real dessas desigualdades.

Ao refletir sobre as desigualdades sociais, em determinado momento da conversa com o coordenador Gledson, ele trouxe uma questão essencial para analisarmos: a relação entre a pobreza e os estereótipos atribuídos à população em situação de vulnerabilidade. Seu olhar permitiu compreender como essas construções sociais impactam diretamente a forma como essas pessoas são vistas e tratadas, influenciando desde o acesso a direitos até a formulação de políticas públicas voltadas para essa parcela da população.

Eu acho que muitas pessoas também tem que ter o bom senso, não sou em primeiro lugar, não sou assistente social, né, não sou eu que... a gente segue um padrão dentro do cadastro, mas não sou eu que vou dizer você tá arrumada demais pra receber, sabe acho que o perfil não é esse, há porque fulana é arrumada demais, não o perfil não é de quem é arrumado demais ou deixa de ser, que bom que ela é uma pessoa que tá dentro de um perfil que tem a necessidade de receber, mas ela também não se entrega aquilo ali, ela gosta de se arrumar, ela gosta de tomar o banho dela, gosta de usar o batom dela, o brinco dela, gosta de usar o óculos dele, entendeu, isso não tem nada a ver com a questão de status não, a questão da pessoa, sabe, é uma opinião que eu acho, eu também não fico fazendo esse papel de você pode, você não pode, a gente conversa, agora assim chega casos que não tem necessidade, isso aí é preguiça, tem condição de comprar sua comida, entendeu, é lidar com gente (...) é estereótipo, estereótipo é isso, tem que andar suja, mal arrumada, não tem uma chinela, tem que tá com os pés descalços, não é isso entendeu, eu acho que isso não tem nada a ver, as pessoas têm direito de andar bem ajeitadinha, bem arrumadinha e isso não vai definir um perfil se a pessoa passa ou não necessidade, conheço várias pessoas que andam bem arrumadinha e não tem condição, às vezes ganham uma roupa nova, as vezes ganha um chinelo novo. (Coordenador Gledson)

Destaco essa fala justamente por representar uma percepção amplamente difundida sobre a população em situação de pobreza. O estereótipo de que pessoas

vulneráveis precisam estar mal vestidas, com roupas rasgadas, descalças e sujas para serem reconhecidas como necessitadas reflete um olhar limitante e excludente sobre a realidade dessas pessoas. Paradoxalmente, quando se apresentam dessa forma, enfrentam desprezo, olhares de julgamento e até a rejeição explícita de quem opta por ignorá-las, trocando de calçada ou as tratando com indiferença, mesmo quando essa condição não é fruto de escolha, mas sim da privação extrema que vivenciam.

Da mesma forma, aqueles que, dentro de suas possibilidades, tentam preservar sua autoestima, vestindo-se com roupas que recebem e buscando manter uma aparência digna, muitas vezes são alvo de outro tipo de julgamento. Há uma percepção equivocada de que, por estarem minimamente arrumados, não enfrentam dificuldades reais, o que pode levar à invalidação de suas necessidades. Essa dualidade demonstra como a sociedade impõe expectativas injustas sobre quem vive em vulnerabilidade, restringindo a legitimidade da pobreza a imagens estereotipadas e desconsiderando as múltiplas formas pelas quais as pessoas resistem à precarização e buscam preservar sua dignidade.

CAPÍTULO 2. FACES DA FOME NO BRASIL: MARGINALIZAÇÃO, EXCLUSÃO E SOBREVIVÊNCIA

2.1 Quem passa fome no Brasil?

“Há uma miséria maior do que morrer de fome no deserto, é não ter o que comer na terra de Canaã.”

José Américo de Almeida

A fome no Brasil é uma questão urgente no quesito social, político e de saúde pública, que tem afetado milhões de pessoas e reflete as profundas desigualdades sociais e econômicas. Nota-se a ineficácia das políticas públicas e estruturas sociais, e o acesso desigual a recursos perpetuando a pobreza.

Amartya Sen (1933), economista e filósofo indiano, apresenta que a fome não é causada apenas pela falta total de alimentos, mas pela dificuldade em acessá-los. O autor apresenta a partir do conceito de *Intitlamento* (Sen, 2010), a relação entre a fome, produção de alimentos e o próprio funcionamento da economia. O *Intitlamento* irá se referir às formas que as pessoas adquirem seus alimentos e bens essenciais, sendo eles propriedade, renda, saúde, educação e afins. O autor descreve que “a maioria das pessoas não produz alimentos diretamente: elas ganham seu potencial para adquirir alimentos (...) (Sen, 2010, p. 191), ou seja, há a necessidade de ter uma renda financeira para conseguir os bens básicos da sobrevivência. Crises econômicas, desemprego e secas podem ocasionar o que o autor chama de “fome coletiva”.

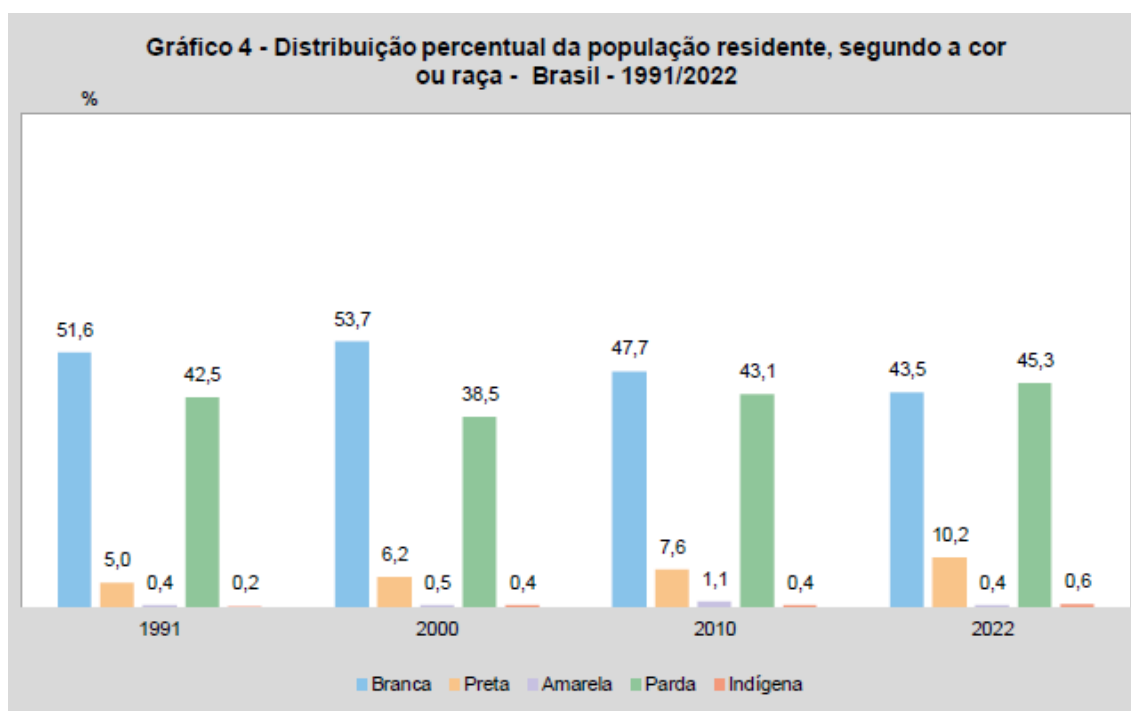
As fomes coletivas podem ocorrer mesmo sem nenhum declínio na produção ou disponibilidade de alimentos. Um trabalhador pode ser levado a passar fome devido ao desemprego, combinando com a ausência de um sistema de seguridade social que forneça recursos como o seguro-desemprego. Isso pode facilmente acontecer e, de fato, uma grande fome coletiva pode sobrevir apesar de um nível geral elevado ou até mesmo de “pico” na disponibilidade de alimentos. (Sen, 2010, p. 194)

Podemos exemplificar a fome coletiva no Brasil a partir do contexto da pandemia de Covid-19, que além da morte de inúmeras pessoas, causando desamparo familiar, também houve o aumento do desemprego, desestabilizando a população, causando a fome endêmica (Castro, 1984), ou seja, agravando a fome no país, aumentando a pobreza e a miséria.

A segurança alimentar é um conceito central para compreender a fome, pois é um direito da população ter acesso a alimentos permanentes e de qualidade, sem afetar as outras necessidades de um indivíduo. Refletir sobre as questões agrárias e a promoção da

desigualdade social a partir da distribuição desigual de terras e recursos, além da própria desigualdade de renda é fundamental, pois a partir dessas problemáticas iniciam-se o processo de marginalização de grupos vulneráveis, a restrição ao acesso aos serviços básicos como saúde, educação, moradia e trabalho, havendo maior potencial para a inserção na pobreza e consequentemente a fome. A partir dessas pontuações iremos analisar dados sobre gênero e raça acerca da fome e violências que estão intrinsecamente ligadas às disparidades socioeconômicas que causam desequilíbrio social.

De acordo com o IBGE, 55,5% da população brasileira é constituída de negros (pretos e pardos) sendo 45,3% de pardos e 10,2% de pretos. O número vem crescendo consideravelmente durante os anos, como pode ser observado no gráfico abaixo, que data entre 1991 a 2022, onde a partir do ano de 2000 a população branca diminui lentamente, enquanto a população preta e parda aumenta gradativamente.



Fonte: IBGE: Censo de 2022

Abaixo temos um cartograma que representa cor/raça presente nos Estados do país, e percebe-se que a população branca tem grande concentração na região do sul, a população parda tem grande concentração na porção norte da região sudeste, nas regiões nordeste e centro-oeste e em parte da região norte. Já a população preta tem maior concentração em municípios de dois estados do nordeste: Maranhão e Bahia.



Fonte: IBGE: Censo de 2022

O Nordeste é a região com maior concentração da população preta no Brasil, com 13,0%, já a população parda se concentra principalmente nas Regiões Norte com 67,2%, Nordeste com 59,6% e Centro-Oeste com 52,4%. O Ceará tem uma concentração de 64,7% de pardos e 6,8% de pretos.

No município de Fortaleza, das 2.428.708 pessoas residentes na cidade, 171.018 são pretos e 1.456.901 são pardas, ou seja, temos aproximadamente 67% de pessoas negras (pretos e pardos) na capital cearense.

Em relação a idade o IBGE diz:

A população preta tinha concentração maior na faixa de 30 a 44 anos de idade, com 26,4% de seu grupo nesta faixa etária, seguida da faixa de 15 a 29 anos de idade, com 23,8% e de 45 a 59 anos de idade, com 20,3%. A população preta entre 0 e 14 anos correspondia a 14,2% deste grupo populacional e de 60 a 74 anos de idade, a 11,6%, com apenas 3,7% da população preta com 75 anos ou mais de idade. (...) A população parda tinha 45,4% de sua população abaixo dos 30 anos de idade e 41,6% entre os 30 e os 59 anos de idade, com 13,0% acima dos 60 anos de idade.” (Censo Demográfico 2022, p. 63, 2023)

Na tabela abaixo, está representado o sexo da população em relação a cor ou raça. A base utilizada pelo IBGE é a *razão de sexo*, ou seja, o número de homens para cada 100 mulheres. Quando a Razão de sexo for inferior a 100, então há mais mulheres que homens. Quando a razão de sexo for superior a 100, então há mais homens do que mulheres.

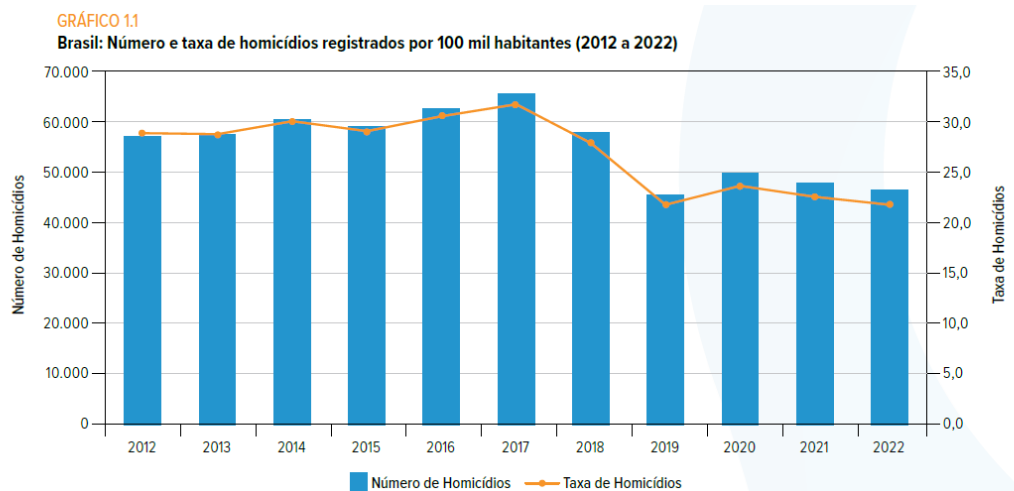
É possível notar que a população preta contém um número de homens pretos maior que a de mulheres pretas na maior parte dos Estados, o Amazonas se destaca com a maior razão de sexo de 136,6%. Na população parda, a concentração de mulheres é maior que a de homens.

Tabela 11 - Razão de sexo da população residente, por cor ou raça, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação – 2022

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Razão de sexo (%) (1)					
	Total	Cor ou raça				
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena (2)
Brasil	94,2	89,9	103,9	89,2	96,4	99,1
Região Norte	99,7	93,2	122,1	84,0	99,0	102,6
Rorônia	99,3	94,9	123,6	86,6	98,5	103,6
Acre	100,2	93,7	124,6	77,5	99,5	102,3
Amazonas	99,5	90,9	136,6	92,4	99,2	103,3
Roraima	101,3	94,5	131,5	84,0	100,3	101,2
Pará	99,6	92,8	119,4	81,5	99,0	100,9
Amapá	98,7	90,2	118,7	87,9	98,2	106,2
Tocantins	100,4	97,5	117,3	79,1	98,3	102,2
Região Nordeste	93,5	89,1	103,2	73,8	93,6	96,4
Maranhão	96,6	91,3	107,5	75,1	96,3	99,5
Piauí	95,8	91,7	109,9	76,5	94,8	96,0
Ceará	93,8	88,7	115,5	78,3	94,1	96,8
Rio Grande do Norte	93,8	89,0	112,4	69,5	94,7	95,6
Paraíba	93,3	89,7	109,7	77,2	93,5	96,1
Pernambuco	91,2	86,4	103,2	70,2	92,1	96,0
Alagoas	91,9	88,2	110,2	67,0	91,0	98,1
Sergipe	91,8	89,4	104,7	72,6	90,3	93,8
Bahia	93,6	90,7	96,9	75,7	93,3	94,6
Região Sudeste	92,9	88,5	99,9	90,5	96,9	90,9
Minas Gerais	95,2	90,8	103,5	88,4	97,1	95,2
Espírito Santo	95,2	91,1	106,8	87,4	96,1	96,0
Rio de Janeiro	89,4	84,4	91,9	83,8	93,7	82,1
São Paulo	93,0	88,8	102,9	90,9	98,4	90,1
Região Sul	95,0	92,3	104,6	94,4	102,2	99,4
Paraná	95,1	91,6	113,2	93,4	100,5	98,7
Santa Catarina	97,2	94,2	114,2	104,8	106,3	101,5
Rio Grande do Sul	93,4	91,6	95,4	92,1	102,4	98,9
Região Centro-Oeste	96,7	91,6	114,6	89,3	97,5	98,7
Mato Grosso do Sul	96,9	92,6	115,0	95,1	98,4	99,2
Mato Grosso	101,3	98,1	119,4	92,3	100,3	101,1
Goiás	96,6	91,4	116,1	83,2	97,2	89,4
Distrito Federal	91,1	84,9	105,9	86,7	93,4	85,5

Fonte: IBGE: Censo de 2022

De acordo com a pesquisa do Atlas da Violência 2024, em relação a homicídios no país, houve uma estabilidade nos índices entre 2012 e 2015, havendo crescimento entre 2016 e 2017, havendo redução até 2019, havendo outra estabilidade até 2022.



Fonte: Atlas da Violência, 2024

No Ceará temos uma oscilação de crescimento e queda durante os anos, sendo que de 2012 a 2015 tivemos crescimento dos homicídios, uma queda em 2016, mas um aumento expansivo em 2017, havendo a partir daí até 2022 variabilidade entre crescimento e queda, sendo 2022 um ano com queda em relação ao ano anterior.

TABELA 2.2
Brasil: Número de homicídios registrados por UF (2012 a 2022)

	Número de homicídios registrados											Variação %		
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2012 a 2022	2021 a 2022	2017 a 2022
Brasil	57.045	57.396	60.474	59.080	62.517	65.602	57.956	45.503	49.868	47.847	46.409	-18,6%	-3,0%	-29,3%
Acre	208	234	232	217	363	516	409	325	304	205	238	14,4%	16,1%	-53,9%
Alagoas	2.046	2.148	2.085	1.748	1.820	1.813	1.441	1.115	1.292	1.070	1.136	-44,5%	6,2%	-37,3%
Amapá	253	225	256	293	381	383	426	361	387	462	358	41,5%	-22,5%	-6,5%
Amazonas	1.344	1.191	1.240	1.472	1.452	1.674	1.542	1.592	1.326	1.816	1.771	31,8%	-2,5%	5,8%
Bahia	6.148	5.694	6.052	6.012	7.171	7.487	6.787	6.118	7.076	7.206	6.776	10,2%	-6,0%	-9,5%
Ceará	3.841	4.473	4.626	4.163	3.642	5.433	4.900	2.417	3.992	3.471	3.030	-21,1%	-12,7%	-44,2%
Distrito Federal	954	837	843	742	760	610	530	480	453	401	357	-62,6%	-11,0%	-41,5%
Espírito Santo	1.667	1.622	1.609	1.450	1.270	1.521	1.165	1.043	1.229	1.253	1.147	-31,2%	-8,5%	-24,6%
Goiás	2.793	2.975	2.887	2.997	3.036	2.901	2.675	2.253	2.177	1.812	1.687	-39,6%	-6,9%	-41,8%
Maranhão	1.777	2.163	2.462	2.438	2.408	2.180	1.982	1.704	2.103	1.999	1.942	9,3%	-2,9%	-10,9%
Mato Grosso	1.074	1.158	1.358	1.203	1.180	1.102	989	895	987	888	1.077	0,3%	21,3%	-2,3%
Mato Grosso do Sul	683	630	700	634	671	659	572	491	491	551	550	-19,5%	-0,2%	-16,5%
Minas Gerais	4.562	4.717	4.724	4.532	4.622	4.299	3.372	2.893	2.743	2.577	2.699	-40,8%	4,7%	-37,2%
Pará	3.236	3.405	3.446	3.675	4.223	4.575	4.528	3.405	2.809	2.847	2.901	-10,4%	1,9%	-36,6%
Paraíba	1.525	1.551	1.551	1.522	1.355	1.341	1.244	953	1.141	1.144	1.105	-27,5%	-3,4%	-17,6%
Paraná	3.489	2.936	2.980	2.936	3.080	2.759	2.443	2.095	2.281	2.348	2.600	-25,5%	10,7%	-5,8%
Pernambuco	3.327	3.124	3.358	3.847	4.447	5.419	4.190	3.474	3.786	3.439	3.409	2,5%	-0,9%	-37,1%
Piauí	525	598	717	650	701	626	619	569	674	766	794	51,2%	3,7%	26,8%
Rio de Janeiro	4.772	5.111	5.718	5.067	6.053	6.416	6.455	3.552	4.831	4.693	3.762	-21,2%	-19,8%	-41,4%
Rio Grande do Norte	1.124	1.447	1.602	1.545	1.854	2.203	1.825	1.346	1.406	1.179	1.167	3,8%	-1,0%	-47,0%
Rio Grande do Sul	2.382	2.322	2.724	2.944	3.225	3.316	2.699	2.184	2.094	1.889	1.964	-17,5%	4,0%	-40,8%
Rorônia	526	483	578	600	703	554	476	447	456	536	601	14,3%	12,3%	8,5%
Roraima	144	214	158	203	204	248	414	234	237	258	231	60,4%	-10,5%	-6,9%
Santa Catarina	821	789	905	957	984	1.066	843	767	732	712	671	-18,3%	-5,8%	-37,1%
São Paulo	6.566	6.035	6.185	5.427	4.870	4.631	3.727	3.361	3.396	3.094	3.212	-51,1%	3,8%	-30,6%
Sergipe	879	965	1.097	1.303	1.465	1.313	1.133	973	981	790	770	-12,4%	-2,5%	-41,4%
Tocantins	379	349	381	503	577	557	570	456	484	441	454	19,8%	2,9%	-18,5%

Fonte: Atlas da Violência, 2024

Em relação a mortalidade jovem o Atlas da violência 2023 diz:

Com efeito, no Brasil a violência é a principal causa de morte dos jovens. Em 2021, de cada cem jovens entre 15 e 29 anos que morreram no país por qualquer causa, 49 foram vítimas da violência letal. Dos 47.847 homicídios ocorridos no Brasil em 2021, 50,6% vitimaram jovens entre 15 e 29 anos. São 24.217 jovens que tiveram suas vidas ceifadas prematuramente, com uma média de 66 jovens assassinados por dia no país. Considerando a série histórica dos últimos onze anos (2011-2021), foram 326.532 jovens vítimas da violência letal no Brasil. São centenas de milhares de indivíduos que não tiveram a chance de concluir sua vida escolar, de construir um caminho profissional, de formar sua própria família ou de serem reconhecidos pelas suas conquistas no contexto social em que vivem. (Atlas da Violência, 2023, p. 22)

O Atlas da Violência 2024 afirma: “Em 2022, de cada cem jovens entre 15 e 29 anos que morreram no Brasil por qualquer causa, 34 foram vítimas de homicídio.” (p. 19). Parece haver uma leve queda entre o ano 2021 e 2022, mas ainda assim, não demonstra substancial mudança para redução das mortes dos jovens no nosso país.

Com base nos dados do IBGE, que indicam que 55,5% da população brasileira é negra, observa-se que há uma predominância de homens negros em relação às mulheres

negras. Além disso, as estatísticas apontam que a maior taxa de letalidade juvenil recai sobre os homens, levantando questionamentos cruciais: quais jovens estão sendo mortos? E quais são os fatores que contribuem para essa realidade? Segundo a pesquisa, “os fatores estruturais que causam a mortalidade violenta são os conflitos frutos da ação do crime organizado e das mortes decorrentes do uso de armas de fogo” (2023, p. 21).

Esses dados são essenciais para a formulação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas. A alta incidência de mortes entre jovens negros revela a necessidade urgente de estratégias voltadas à prevenção da violência e à promoção da equidade racial. Isso inclui investimentos em educação, criação de oportunidades de emprego, regulamentação mais rigorosa do acesso a armas de fogo e implementação de políticas de segurança pública com um viés social, que não apenas combatam o crime organizado, mas também abordem suas causas estruturais.

Em relação à primeira infância (0 a 4 anos), a pesquisa revela que entre 2011 e 2021, 2.166 crianças foram mortas de violência letal por agressão no país. Também houve no mesmo período o quantitativo de 7.396 crianças de 5 a 14 anos e 97.894 adolescentes de 15 a 19 anos (p. 27), um número alarmante. O estudo também salientou que houve aumento de 5% na taxa de homicídio da primeira infância nos últimos dez anos, além de que o maior índice dessa violência ocorreu dentro da residência, sendo a violência doméstica com maior índice.

O Atlas de Violência 2024 demonstra que em 2022 também houve estabilidade em comparação a 2021, mas também afirma que a arma de fogo apareceu como instrumento na maior parte dos homicídios, sendo “83,8% dos adolescentes (15 a 19 anos) e 70,2% das crianças (5 a 14 anos) foram vitimizados por arma de fogo.” (2024, p. 32)

No período entre 2012 e 2022 parece existir uma dinâmica comum aos tipos de violência entre as faixas etárias, qual seja, aumento das notificações até 2019, redução no primeiro ano da pandemia de Covid-19 e retomada de crescimento das notificações em 2021. No entanto, cada tipo de violência apresenta predominância relativa distinta entre as faixas etárias, sugerindo uma transição do tipo de violência prevalecente ao longo da vida. Nos onze anos analisados, infantes são as principais vítimas de negligência (61,7%), crianças são a maioria das vítimas de violência psicológica (53,5%) e sexual (65,1%) e adolescentes são as principais vítimas de violência física (59,3%). Além da transição do tipo de violência entre faixas etárias, há diferenças em relação ao sexo da vítima. Entre 2012 e 2022, dentre as violências analisadas, mulheres são 60,1% das vítimas e, portanto, constituem a maioria em violência física (52,0%), psicológica (64,7%) e sexual (86,7%). Crianças e adolescentes do sexo masculino são as principais vítimas de negligência, totalizando 53,3%. (Atlas da violência, 2024, p. 34-35)

Em relação a violência na escola com crianças e adolescentes, o Atlas da violência 2023 apresenta que:

O problema da violência na escola pode ser interpretado à luz das múltiplas violências associadas. Essa violência é realizada, em geral, por jovens e, ao mesmo tempo, vitimiza jovens vulnerabilizados por condições econômicas e de classe e por situações familiares de desproteção social. A violência, nessas situações, se desdobra potencialmente, e não de forma automática, por um lado, em agressão física e material, quando, além do sofrimento psicológico, causa ferimentos corporais, tendo como limites extremos o homicídio e o suicídio; por outro lado, tem-se violência simbólica, como *bullying*, insultos, agressões verbais e físicas de menor gravidade. Ambas as formas de violência atravessam a escola de ponta a ponta. O *bullying* é expressão de preconceito, intolerância e discriminação por modos específicos de ser (etnia, raça, gênero, classe, estilos de comportamento, maneiras e forma do corpo, posição política e ideológica etc.), retrata-se na forma de agressão moral, psicológica e física e aparece em formas verbais (xingamento, insultos, chacotas, difamação etc.) ou físicas (agressões, ameaças ou intimidação). (Atlas da Violência, 2023, p. 36)

Apesar da pesquisa ressaltar que esse tipo de violência é na sua grande maioria realizado por jovens, entendendo-se como adolescentes, também devemos levar em consideração que crianças maiores, e até da primeira infância também reproduzem violências.

No ebook *Infâncias e marcadores sociais da diferença: estratégias teóricas e metodológicas no contexto brasileiro* (2023) há um capítulo chamado *Eu não quero me casar com uma menina pretinha: interseccionalidade e educação infantil*, que vai tratar de duas pesquisas em duas escolas diferentes para refletir as relações étnico raciais a partir da infância escolar sendo uma pesquisa etnográfica com crianças de 0 a 3 anos, em uma creche em Campinas (SP) e a outra pesquisa realizada através de registros de professoras com crianças de 3 a 5 anos em Dourados (MS) (p. 26).

Essas pesquisas demonstram como as crianças, mesmo as que fazem parte da primeira infância, também reproduzem violências.

(...) uma criança pequeninha negra, ao encontrar o pesquisador na sala, mostra a ele uma boneca preta. A criança Adebanke, em tom interrogativo, aponta e diz que é uma bebê: “Não é nenê, ela é preta, se vira sozinha”, responde a criança, denotando todo o legado histórico que recai na mulher negra e reverberando nas vivências e experiências das meninas negras. Esse tipo de percepção constrói um ideário racista que nasce quando se propõem características biológicas como justificativa de desigualdades e comportamentos. (TEODORO; OLIVEIRA; SANTOS, 2023, p. 31)

Além dessa violência psicológica a partir da raça, também está presente no texto um relato muito importante sobre a violência a partir do gênero com a seguinte passagem:

Henrique é muito carinhoso! Aí também tem essa questão de fazer carinho em excesso e falar da Hasina [menina negra pequeninha], ele fica muito grudado com a Hasina. O Henrique tem ficado ultimamente muito junto dela e ela está incomodada. Eu falei: “Henrique, não dá para fazer carinho se o outro não quer, você perguntou se ela quer? Não dá para ficar pondo a mão nela, então. Não dá. Perguntou se ela quer?” “Hasina, fala para ele, não”, ela “não”, ela e toda brava, a Hasina – informação verbal, Zarina, docente branca, entrevista

concedida em 2016 (...) Henrique realmente poderia estar incomodando Hasina, mas por que somente é destacado pela docente esse desconforto quanto ao excesso de carinho quando se trata de duas crianças negras pequeninhas? Em contrapartida a esse processo, como destacou Zarina, Ife, menino branco pequenininho, inicia a sua relação de proximidade com uma colega com a agressividade e não se tem a mesma percepção quanto ao caráter agressivo da relação. (SANTIAGO, 2019a, p. 82-83 apud TEODORO; OLIVEIRA; SANTOS, 2023, p. 36)

A partir desse relato podemos refletir que essas masculinidades mesmo em corpos infantis, são diferentes entre brancos e negros, havendo passividade quando se trata de agressividade a partir dos corpos brancos. Essa visão tenciona um imaginário de virilidade associado a cor, enquanto a masculinidade do homem negro é associada ao imaginário da selvageria. Esse racismo presente na nossa sociedade causa uma exclusão desses homens, meninos e crianças negras, causando uma morte social, afetando diretamente nas suas relações interpessoais, estabelecendo um limite, mesmo que invisível ao seu corpo, o colocando em uma posição de pessoa sem humanidade, não passível de receber os privilégios que os corpos brancos detêm.

Connell e Messerschmidt (2013) trazem o pensamento de Demetriou (2001), sobre o conceito de masculinidade hegemônica que diz:

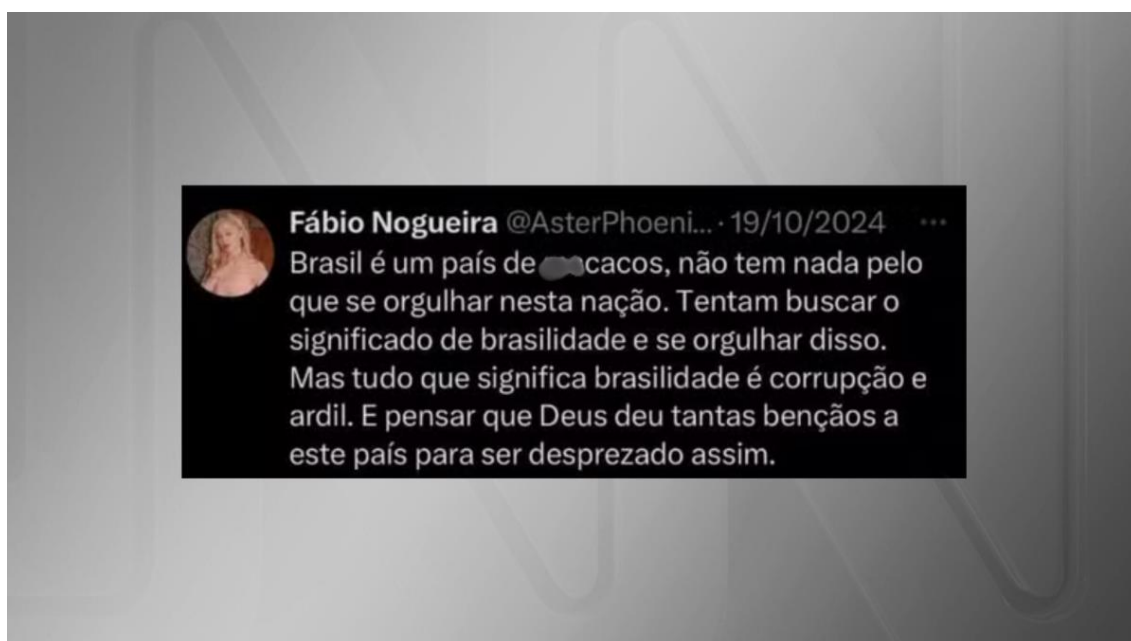
Identifica duas formas de hegemonia, interna e externa. A “hegemonia externa” se refere à institucionalização da dominação dos homens sobre as mulheres; e a “hegemonia interna” se refere à ascendência social de um grupo de homens sobre todos os outros homens. O autor argumenta que a relação entre as duas formas é pouco clara na formulação original do conceito e não especificada nos usos correntes. Para além, a hegemonia interna foi entendida como uma forma tipicamente “elitista”. Isso quer dizer que masculinidades subordinadas e marginalizadas são vistas como não tendo nenhum impacto na construção da masculinidade hegemônica. (...) Tal conceitualização, Demetriou argumenta, deixa escapar o “pragmatismo dialético” da hegemonia interna, pela qual a masculinidade hegemônica se apropria de outras masculinidades, não importando o quanto pareça pragmaticamente útil na continuidade da dominação. (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 260-261)

Apesar de Demetriou (2001), demonstrar como se dão as diferentes masculinidades, Miriam Grossi (2004) em seu artigo *Masculinidades: uma revisão teórica* argumenta que pensar em masculinidades com o termo “subalterno” não seria a melhor forma de representar modelos identitários, principalmente vividos pelos homens brasileiros, pois a categoria subalterno é um termo de cunho negativo. (p. 29). A reprodução dessas violências por crianças e para crianças demonstra como seu meio social pode está reforçando essas formas de opressões. A raça e o fator socioeconômico são bastante presentes quando se fala de ofensas.

A partir dos dados apresentados podemos refletir como a violência, a pobreza e a insegurança alimentar estão interligadas em um ciclo que perpetua a desigualdade social, especialmente entre a população negra. Em locais onde a precariedade econômica é agravada, as condições que levam à insegurança alimentar se intensificam, contribuindo para o surgimento de conflitos e aumentando o risco de exposição dos jovens à criminalidade e ao recrutamento por grupos organizados. Esses desafios exigem políticas públicas integradas que visem romper o ciclo de violência e exclusão, investindo em programas que promovam a segurança alimentar e o combate à pobreza para reduzir a vulnerabilidade desses grupos, proporcionando acesso a alimentos de qualidade, educação, oportunidades de emprego e apoio psicológico.

Quando se fala em políticas públicas nesse contexto, estamos nos referindo a programas destinados às populações que se encontram em situação de carência extrema. Diante dos dados que revelam que a população negra é a mais afetada, surge a indagação: por que, até hoje, não contamos com políticas públicas direcionadas especificamente a esse grupo? Um exemplo prático dessa discussão é a política pública analisada nesta pesquisa, o Ceará sem Fome, que reconhece a maior vulnerabilidade das mulheres diante da insegurança alimentar e, por isso, prioriza o cadastro de mães solo. Contudo, mesmo com esse avanço, é fundamental refletir sobre o perfil racial dessas mães solas que enfrentam tais desafios, considerando que a cor pode influenciar e agravar ainda mais a situação de vulnerabilidade.

No ambiente da saúde, a violência direcionada a pacientes negros se manifesta de forma multifacetada. Esse cenário extrapola a agressão física e incorpora atitudes de negligência, agressões simbólicas e uma comunicação desrespeitosa por parte dos profissionais. Tais condutas se revelam na subestimação dos sintomas, na demora para diagnósticos precisos e na oferta desigual de tratamentos, comprometendo o direito fundamental à saúde e aprofundando desigualdades históricas e sociais. Um exemplo ilustrativo dessa violência em diversas formas é o caso do então aluno Fábio Nogueira, estudante de medicina na UFRR, que foi afastado das atividades acadêmicas em decorrência de posts com teor racista. Esse episódio evidencia que a violência na área da saúde não se restringe às práticas clínicas, mas também se manifesta por meio do discurso e de atitudes discriminatórias que acabam marginalizando grupos já vulneráveis.



Fonte: site CNN, 2025³³

As manifestações de racismo estrutural estão presentes em todas as instituições, e minha experiência em um CRAS na cidade de Fortaleza é um exemplo disso. Quando me mudei para a capital, ainda não recebia a bolsa de mestrado e precisava buscar alternativas para reduzir os gastos domésticos. O CRAS da Serrinha havia sido fechado para obras, mas, desde 2024, permanece inacessível, sem nenhuma reforma e sem previsão de reabertura. Diante dessa situação, fui orientada a buscar atendimento na Regional IX³⁴ para realizar o Cadastro Único e, assim, obter benefícios como a tarifa social de energia elétrica.

Ao chegar à Regional IX, forneci todas as informações solicitadas, incluindo detalhes sobre minha residência, como tamanho, número de cômodos e renda familiar. No entanto, percebi que a funcionária responsável pelo atendimento demonstrava impaciência e irritação, transmitindo a sensação de que o serviço não estava sendo realizado de forma acolhedora. Após concluir o cadastro, fui embora. Posteriormente, descobri a existência do aplicativo Cadastro Único, disponível no Google Play, que permite acompanhar os dados cadastrados, verificar a necessidade de atualização e emitir um comprovante de inscrição, entre outras funcionalidades.

³³ Disponível em: [Após postagens racistas, estudante de medicina é afastado da UFRR | CNN Brasil](#)

³⁴ A cidade de Fortaleza se divide em 12 Secretarias Executivas Regionais (SERs) que compõem a Secretaria Municipal da Gestão Regional, que têm como objetivo implementar políticas públicas municipais para oferecer suporte à população em suas respectivas áreas de atuação. Disponível em: [Gestão municipal: quais são as 12 secretarias regionais de Fortaleza.](#)

Ao acessar o aplicativo, percebi que várias das informações fornecidas à funcionária estavam incorretas. Dados como o número de cômodos da casa apareciam acima do que eu havia informado, assim como a renda familiar, que estava registrada acima do valor real, entre outros detalhes imprecisos. No dia seguinte, retornei ao local e fui atendido por outro funcionário, que se mostrou muito mais gentil e atencioso. Ele revisou e corrigiu todas as inconsistências do meu cadastro com profissionalismo e cuidado. Enquanto aguardava, notei que a atendente do dia anterior também estava presente no espaço e, ao me reconhecer, passou a me observar à distância, sem se aproximar ou intervir, enquanto seu colega realizou a atualização dos meus dados.

Fiquei reflexiva sobre o ocorrido, questionando se a situação havia sido influenciada pela minha aparência e vestimenta simples, ou se, talvez, fosse resultado de um problema pessoal da funcionária. Independentemente da causa, trata-se de um erro gravíssimo, pois quantas outras pessoas tiveram seus cadastros registrados incorretamente e, por consequência, foram impedidas de acessar benefícios essenciais, como o Bolsa Família? A falta de profissionalismo e o descaso na manipulação de dados de terceiros evidenciam a ineficiência de muitos servidores públicos no atendimento à população mais vulnerável, reforçando desigualdades e tornando ainda mais difícil o acesso a direitos fundamentais.

Muitas famílias não têm acesso à internet e, sequer, a um aparelho celular para buscar informações sobre esses serviços. A falta de conectividade limita o acesso a direitos essenciais e pode impedir que pessoas em situação de vulnerabilidade realizem correções ou acompanhem seus cadastros. Tive a sorte de obter essas informações a tempo, o que me permitiu corrigir os dados antes de algum possível prejuízo.

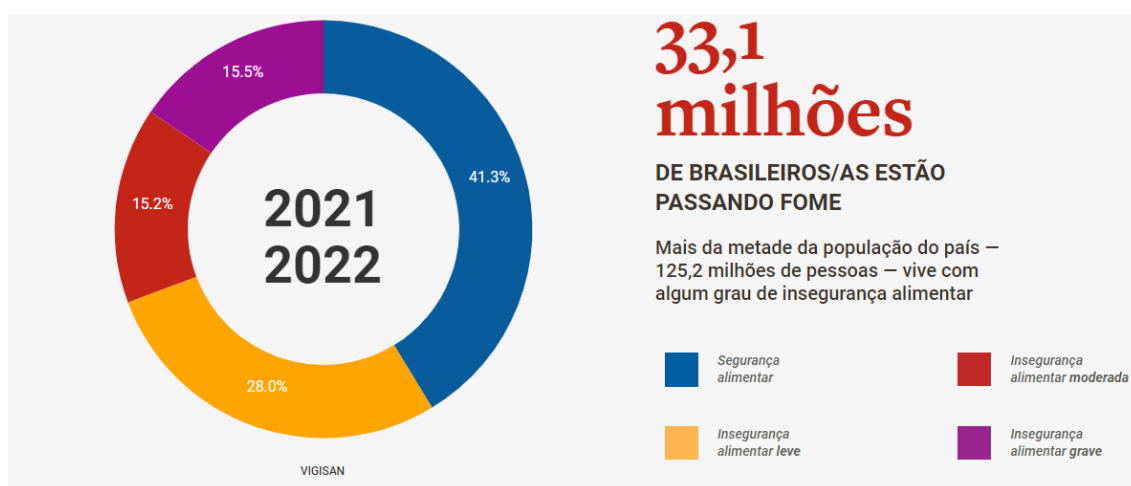
Infelizmente, não são apenas as famílias em situação de vulnerabilidade que enfrentam dificuldades relacionadas à tecnologia, mas também os idosos, que muitas vezes têm acesso limitado a dispositivos digitais ou não possuem familiaridade com o funcionamento de aplicativos e sistemas online. Esse desconhecimento facilita a ocorrência de erros em cadastros e aumenta o risco de golpes, já que indivíduos mal-intencionados se aproveitam da falta de conhecimento digital para aplicar fraudes e comprometer a segurança financeira dessas pessoas.

Além disso, a dificuldade em lidar com plataformas digitais torna mais complexa a busca por soluções para problemas burocráticos, como a atualização de dados em programas sociais, o acompanhamento de benefícios e até mesmo o acesso a serviços básicos, como agendamentos médicos e solicitação de auxílios governamentais. Essa

barreira tecnológica aprofunda desigualdades e impede que muitas pessoas consigam resolver questões essenciais sem depender da ajuda de terceiros, o que pode gerar ainda mais desafios em sua rotina.

Podemos destacar que a falta de conhecimento sobre o funcionamento de smartphones também representa uma forma de desigualdade social. A ausência de uma situação financeira estável dificulta o acesso a esses dispositivos, limitando desde a comunicação até o gerenciamento de contas e serviços essenciais. Em um mundo cada vez mais tecnológico, onde grande parte das informações e atividades do dia a dia estão concentradas nos celulares, essa barreira digital contribui para a exclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade, restringindo seu acesso a direitos básicos e oportunidades

Foi realizado em 2022 o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, a pesquisa é realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede PENSSAN). A pesquisa demonstra que em 2022 33,1 milhões de pessoas não têm o que comer, sendo que 58,7% da população brasileira convive com a insegurança alimentar.³⁵



Fonte: Olhe para a fome³⁶, 2022

A covid-19 veio para demonstrar efetivamente as falhas das políticas públicas, o aumento das desigualdades sociais e consequentemente o aumento da fome no país. A pesquisa demonstra que apenas 4 em cada 10 famílias conseguem ter acesso pleno à alimentação. O Nordeste tem 68% de insegurança alimentar, índice maior que a média do país de 58,7%.

³⁵ Disponível em: [2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil](#)

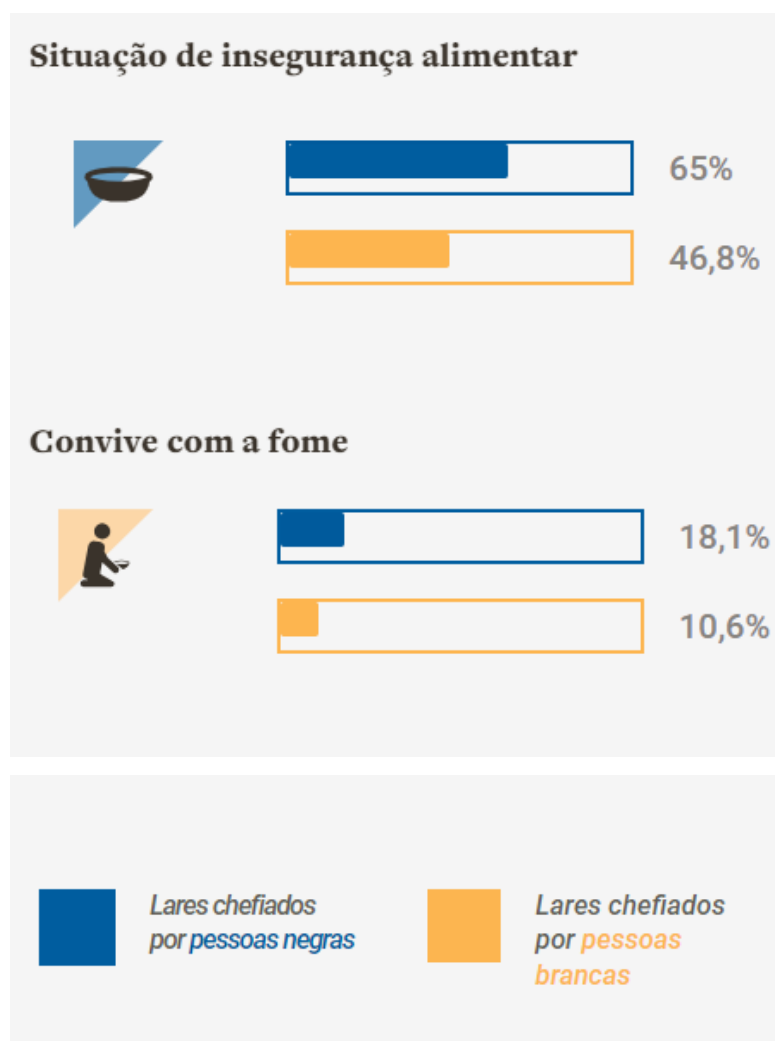
³⁶ Disponível em: [OLHE PARA A FOME](#)

A insegurança alimentar ocorre quando uma pessoa não tem acesso regular e permanente a alimentos. Ela é classificada em três níveis:

LEVE	MODERADA	GRAVE
Incerteza quanto ao acesso a alimentos em um futuro próximo e/ou quando a qualidade da alimentação já está comprometida	Quantidade insuficiente de alimentos	Privação no consumo de alimentos e fome

Fonte: Olhe para a fome, 2022

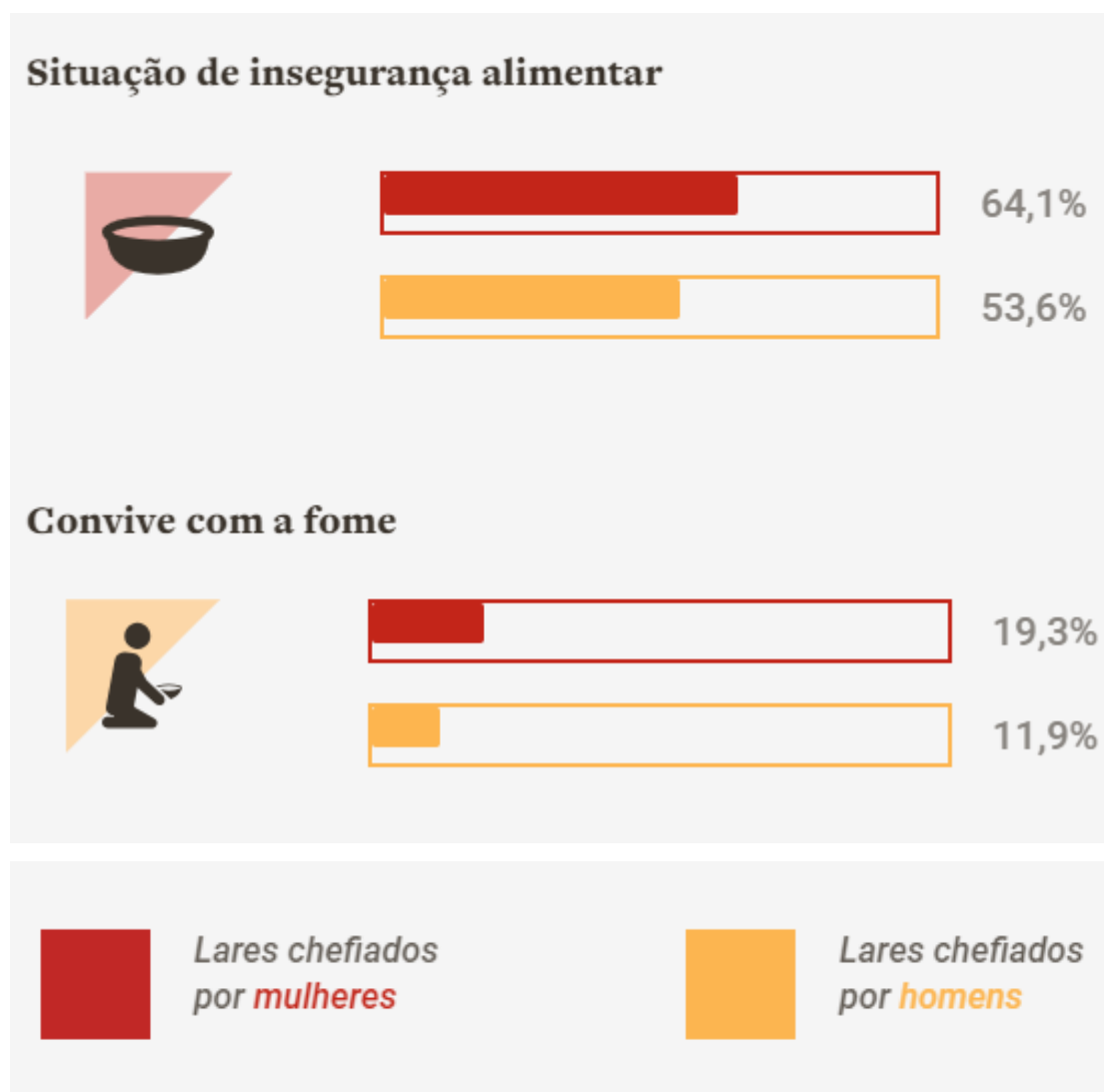
De acordo com a pesquisa nos lares de pessoas autodeclaradas brancas, a segurança alimentar é de 53,2%, enquanto lares chefiados por pessoas negras (pretos e pardos) cai para 35%, ou seja, 65% desses lares vivem com restrição alimentar (insegurança alimentar).



Fonte: Olhe para a fome, 2022

A pesquisa também demonstra que lares chefiados por mulheres também são mais impactados. Nos lares femininos a fome passa de 11,2% para 19,3% e no masculino de 7,0% para 11,9%. Isso ocorre devido às desigualdades de gênero, nesse caso o salário.

De acordo com o relatório do quarto trimestre de 2023 da PNAD (pesquisa por amostra a domicílios) a taxa de desemprego de mulheres negras foi de 11,07% e a de mulheres brancas de 6,92%. Já em relação aos homens brancos o desemprego ficou em 4,99% e homens negros de 6,82%. A taxa de desemprego no país foi de 7,41%, sendo a taxa de desemprego de mulheres negras muito maior que a média nacional.



Fonte: Olhe para a fome, 2022

A pesquisa também demonstra que famílias com crianças menores de 10 anos também sofrem com a fome, havendo um aumento na insegurança alimentar que passou de 9,4% em 2020, para 18,1% em 2022. Mesmo nas residências com acesso às políticas públicas como Bolsa Família/Auxílio Brasil, não foram capazes de conter a fome. Em 2020, a fome alcançava 19,1 milhões de brasileiros, em 2022 esse número chega a 33,1

milhões. A má gestão no período pandêmico agravou uma realidade já existente e que continua sem o apoio necessário para retirar o país do mapa da fome.

Nota-se que em todo o país a quantidade de pardos é excessivamente superior à de pretos. Quanto a isso podemos refletir a partir da mestiçagem e como o termo “pardo” afeta a população em geral.

(...) o termo pardo surge como um verdadeiro saco de gatos, ou como a “sobra do censo”. O nome mais se parece com um curinga: tudo o que não cabe em outros lugares encaixa-se aqui. Vale a pena repensar esse termo, que funciona como uma espécie de etc. Como ninguém se autodefine como pardo (pardo é sempre uma definição externa), esse conceito funciona tal qual uma opção do tipo: “nenhuma das anteriores”. Ora, é importante questionar um sistema classificatório que, na impossibilidade de definir tudo, cria um novo termo para dar conta do que escapa da seleção. Mais ainda, se tecnicamente o termo se comporta como um quinto elemento – dentre as categorias oficiais há branco, negro, amarelo, vermelho e pardo –, na intimidade ou no poderoso discurso do senso comum, pardo é moreno: essa cor que, como vimos, tem se destacado nos últimos censos. Pardo é, pois, um termo paradoxal e de difícil tradução. Na linguagem oficial representa uma incógnita, já na popular tem cor definida e é silencioso, a semelhança do racismo vigente em nosso país. (SCHWARCZ, p. 102, 2012)

As discussões acerca da mestiçagem no Brasil trazem à tona todo um processo de eugenia que ocorre até os dias atuais. É possível pensar a expressão “pardo” como uma forma de eugenismo, que se dá através do branqueamento de certa população através não apenas de termos classificatórios, mas também da própria relação interracial. É compreensível então que a pessoa “parda” se torne um ser indefinido, não é branca, mas também não é negra, não é amarela e não é indígena, logo os pardos são as “sobras” do processo de miscigenação do país.

Em 1976 o IBGE realizou a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) em que os brasileiros se deram cores das mais diversas, totalizando 136 cores diferentes, da qual Lilia Schwarcz (1998) chamou de “Aquarela do Brasil” (p. 227).

"Aquarela do Brasil"		
1. Acastanhada	47. Clarinha	93. Morena-escura
2. Agalegada	48. Cobre	94. Morena-fechada
3. Alva	49. Corada	95. Morenã
4. Alva-escura	50. Cor-de-café	96. Morena-parda
5. Alvarenta	51. Cor-de-canela	97. Morena-roxa
6. Alvarinta	52. Cor-de-cuia	98. Morena ruiva
7. Alva-rosada	53. Cor-de-leite	99. Morena trigueira
8. Alvinha	54. Cor-de-curo	100. Moreninha
9. Amarela	55. Cor-de-rosa	101. Mulata
10. Amarelada	56. Cor-firma	102. Mulatinha
11. Amarela-queimada	57. Crioula	103. Negra
12. Amarelota	58. Encerada	104. Negrita
13. Amorenada	59. Enxofrada	105. Pálida
14. Avermelhada	60. Esbranquecimento	106. Paraíba
15. Azul	61. Escura	107. Parda
16. Azul-marinho	62. Escurinha	108. Parda-clara
17. Baiano	63. Fogoió	109. Parda-morena
18. Bem-branca	64. Galega	110. Parda-preta
19. Bem-clara	65. Galegada	111. Polaca
20. Bem morena	66. Jambo	112. Pouco-clara
21. Branca	67. Laranja	113. Pouco-morena
22. Branca-avermelhada	68. Lilás	114. Pretinha
23. Branca-melada	69. Loira	115. Puxa-para-branca
24. Branca-morena	70. Loira-clara	116. Quase-negra
25. Branca-pálida	71. Loura	117. Queimada
26. Branca-queimada	72. Lourinha	118. Queimada-de-praia
27. Branca-sardenta	73. Malaia	119. Queimada-de-sol
28. Branca-suja	74. Marinheira	120. Regular
29. Branquiça	75. Marrom	121. Retinta
30. Branquinha	76. Meio-amarela	122. Rosa
31. Bronze	77. Meio-branca	123. Rosada
32. Bronzeada	78. Meio-morena	124. Rosa-queimada
33. Bugrezinha-escura	79. Meio-preta	125. Roxa
34. Burro-quando-foge	80. Melada	126. Ruiva
35. Cabocla	81. Mestiça	127. Russo
36. Cabo-verde	82. Miscigenação	128. Sapecada
37. Café	83. Mista	129. Sarará
38. Café-com-leite	84. Morena	130. Saraúba
39. Canela	85. Morena-bem-chegada	131. Tostada
40. Canelada	86. Morena-bronzeada	132. Trigo
41. Cardão	87. Morena-canelada	133. Trigueira
42. Castanha	88. Morena-castanha	134. Turva
43. Castanha-clara	89. Morena-clara	135. Verde
44. Castanha-escura	90. Morena-cor-de-canela	136. Vermelha
45. Chocolate	91. Morena-jambo	
46. Clara	92. Morenada	

Fonte: Schwarcz (1998)

Ribeiro (2010) apresenta uma pesquisa feita em uma escola pública do Bairro do Guamá (Belém-PA), a respeito de “processos identitários com base na cor” e os relatos dos alunos acerca do tema são sempre voltados ao tom de pele no sentido de beleza, onde a ‘morena’ de pele clara teria uma beleza mais desejada que a negra retinta e que o ‘moreno’ não deveria sofrer discriminação pois tem a pele clara, ou seja, o “ser moreno é, sobretudo, não usar o preto, não usar o negro.” (Ribeiro, 2010, p. 67). Explicitamente “esse uso do moreno (a) é interpretado como um esforço de afastamento do polo negro (...)” (Ribeiro, 2010, p. 72). É visível que muitas dessas classificações são muitas vezes uma escolha de identificação dos próprios indivíduos, para se sentir aceita em seu meio social.

Com base nos dados apresentados até o momento sobre raça/cor, violências e a fome no país, evidencia-se a realidade daqueles que mais sofrem. O racismo, as opressões, a pobreza e os estereótipos revelam uma realidade cotidiana, ainda que muitas vezes silenciosa. Mais de 33 milhões de brasileiros enfrentam a insegurança alimentar, resultando no retorno do país ao mapa da fome. Observa-se que mais da metade da população é negra e mesmo assim as violências psicológicas, físicas e morais, além de morte social e física continuam afetar esses indivíduos diariamente, além disso a persistência das desigualdades de gênero com mulheres recebendo remunerações inferiores e enfrentando mais barreiras, reforça a necessidade de intervenções estruturais mais abrangentes.

Em julho deste ano (2024) no G20³⁷ no Rio de Janeiro, foi divulgado a edição de 2024 do Relatório das Nações Unidas, relatando uma queda significativa na insegurança alimentar severa no país em 85% no ano de 2023. Os dados revelam que 14,7 milhões de brasileiros deixaram de passar fome no país³⁸. Apesar do relevante avanço na queda da insegurança alimentar durante os anos, o Brasil continua no Mapa da Fome, porém o relatório demonstra que com os dados da nova edição é possível tirar o país do Mapa da Fome no triênio 2023 a 2025.³⁹ Porém para se tirar o país do mapa da fome, é necessário o investimento principalmente em políticas públicas de acesso de qualidade alimentar e saúde da população.

O 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, também demonstra que 2,4 milhões de cearenses convivem com a fome, além de evidenciar que há maior insegurança alimentar nos lares com crianças de menos de 10 anos. A renda é o que mais esclarece a desigualdade alimentar, e o Ceará se encontra com 65,2% da população em IA (insegurança alimentar) moderada e/ou grave que são as piores formas de IA. O anexo abaixo demonstra em porcentagem a IA nos Estados do país. Temos como foco o Estado do Ceará, onde é possível perceber que a Segurança alimentar está muito abaixo da Insegurança alimentar com relação a famílias que recebem até meio salário e famílias que recebem mais de meio salário a um salário mínimo.

³⁷ Fórum de cooperação econômica das 19 maiores economias do mundo, mais a União Europeia e União Africana.

³⁸ Disponível em: [Insegurança alimentar severa cai 85% no Brasil em 2023, conforme dados extraídos de Relatório da ONU sobre a Insegurança Alimentar Mundial \(SOFI 2024\)](#)

³⁹ Disponível em: [FAO: “Brasil está próximo de deixar Mapa da Fome” | ONU News](#)

Brasil, macrorregiões e Unidades da Federação	Rendimento mensal domiciliar per capita							
	Até 1/2 salário mínimo				Mais de 1/2 a 1 salário mínimo			
	Situação de SA/IA nos domicílios				Situação de SA/IA nos domicílios			
	Segurança Alimentar (%) [*]	IA leve (%)	IA moderada + grave (%)	n ¹	Segurança Alimentar (%) [*]	IA leve (%)	IA moderada + grave (%)	n ²
BRASIL	16,8	25,0	58,2	5.241	38,3	40,0	21,8	4.118
Norte	12,1	22,9	65,0	1.530	33,7	37,1	29,2	825
Rondônia	17,8	21,5	60,8	107	45,8	35,1	19,1	131
Acre	15,6	18,8	65,6	160	23,8	48,3	28,0	143
Amazonas	9,1	27,0	63,9	252	32,1	42,5	25,5	106
Roraima	25,2	18,0	56,8	234	41,6	33,7	24,7	89
Pará	10,0	22,3	67,6	309	31,8	32,6	35,6	132
Amapá	13,7	25,2	61,1	270	24,1	43,4	32,5	83
Tocantins	20,7	20,2	59,1	198	34,8	41,8	23,4	141
Nordeste	16,7	23,7	59,6	2.148	34,4	41,0	24,6	1.433
Maranhão	9,7	18,3	72,0	268	20,4	45,1	34,5	142
Piauí	11,0	22,9	66,1	245	18,3	33,6	48,2	137
Ceará	12,8	22,0	65,2	328	20,5	45,7	33,8	151
Rio Grande do Norte	32,2	20,1	47,7	174	53,5	29,4	17,1	170
Paraíba	33,7	24,5	41,8	196	35,9	50,3	13,8	159
Pernambuco	20,3	17,6	62,1	227	44,6	29,5	25,9	166

^{*} Baixa frequência na amostra

¹ Número de domicílios com renda domiciliar per capita de até 1/2 salário mínimo

² Número de domicílios com renda domiciliar per capita de mais de 1/2 a 1 salário mínimo

Fonte: II VIGISAN: Suplemento I - Insegurança Alimentar nos estados, 2022

As ocupações dos (as) chefes (as) de família também são muito importantes quando o quesito é alimentação. No anexo abaixo podemos perceber as diferenças entre cada trabalho e como influenciam diretamente na alimentação. A pessoa de referência, no caso o chefe de família que tem um trabalho formal tem a Segurança alimentar maior, comparado ao trabalhador autônomo, enquanto o trabalhador informal ou desempregado está muito abaixo em comparação às duas primeiras. Igualmente para a Insegurança Alimentar, onde o trabalhador formal tem o nível de IA muito mais baixo comparado ao trabalhador autônomo, enquanto o trabalhador informal ou desempregado tem a IA bastante elevada.

Brasil, macrorregiões e Unidades da Federação	Tipo de ocupação da pessoa de referência								
	Trabalhador/a informal ou desempregado/a			Trabalhador/a formal			Trabalhador/a autônomo/a		
	Situação de SA/IA nos domicílios			Situação de SA/IA nos domicílios			Situação de SA/IA nos domicílios		
	Segurança Alimentar + IA leve (%) [*]	IA moderada + grave (%)	n ¹	Segurança Alimentar + IA leve (%) [*]	IA moderada + grave (%)	n ²	Segurança Alimentar + IA leve (%) [*]	IA moderada + grave (%)	n ³
BRASIL	55,3	44,7	3.457	83,3	16,7	3.046	75,4	24,6	1.899
Norte	46,8	53,3	871	73,3	26,7	657	60,8	39,2	522
Rondônia	59,8	40,2	102	82,9	17,1	117	75,6	24,4	78
Acre	50,0	50,0	118	70,7	29,3	116	55,2	44,8	58
Amazonas	51,6	48,4	124	74,6	25,4	59	58,5	41,5	123
Roraima	50,5	49,5	95	74,0	26,0	100	68,6	31,4	86
Pará	42,5	57,5	193	69,6	30,4	102	48,3	51,7	29
Amapá	50,0	50,0	134	60,6	39,4	66	48,8	51,2	86
Tocantins	46,7	53,3	105	77,3	22,7	97	74,2	25,8	62
Nordeste	47,9	52,1	1.284	80,7	19,3	962	66,4	33,6	452
Maranhão	35,3	64,7	136	56,3	43,8	80	45,6	54,4	57
Piauí	47,3	52,7	93	70,0	30,0	40	66,7	33,3	45
Ceará	34,0	66,0	94	69,6	30,4	56	58,1	41,9	74
Rio Grande do Norte	68,3	31,7	145	92,2	7,8*	115	73,4	26,6	64
Paraíba	69,6	30,4	184	92,8	7,2	153	85,0	15,0*	40
Pernambuco	39,3	60,7	163	79,6	20,4	181	67,3	32,7	55

^{*} Baixa frequência na amostra

¹ Número de domicílios com pessoa de referência trabalhador(a) informal ou desempregado(a)

² Número de domicílios com pessoa de referência trabalhador(a) formal

³ Número de domicílios com pessoa de referência trabalhador(a) autônomo(a)

2022 | II VIGISAN | Suplemento I - Insegurança Alimentar nos estados

Fonte: II VIGISAN: Suplemento I - Insegurança Alimentar nos estados, 2022

A escolaridade do (a) chefe de família também é um quesito importante para se pensar a SA e a IA. A pesquisa demonstra que a IA grave tem índice menor nas residências onde o chefe de família tem escolaridade igual ou superior a 8 anos de estudos. Já nas residências onde os chefes de família tinham menos de 8 anos de estudos a IA tem um índice bastante elevado, como pode ser observado no gráfico abaixo.

Brasil, situação dos domicílios, macrorregiões e Unidades da Federação	Anos de estudo da pessoa de referência do domicílio									
	Sem escolaridade/menos de 8 anos de estudo					Mais de 8 anos de estudo				
	Situação de SA/IA nos domicílios					Situação de SA/IA nos domicílios				
	Segurança Alimentar (%)	IA leve (%)	IA moderada (%)	IA grave (%)	n¹	Segurança Alimentar (%)	IA leve (%)	IA moderada (%)	IA grave (%)	n¹
BRASIL	33,1	26,7	19,1	21,1	6.034	48,7	29,1	11,7	10,5	6.635
Norte	22,4	22,5	22,2	32,9	1.281	34,2	30,2	16,9	18,7	1.664
Roraima	40,9	25,8	14,5	18,9	159	51,1	26,8	9,5	12,6	231
Acre	23,2	25,6	25,0	26,2	164	36,2	31,3	18,7	13,8	246
Amazonas	23,5	23,5	23,5	29,6	162	32,9	29,8	13,6	23,7	295
Roraima	17,7	18,5	19,2	44,6	130	46,4	24,0	10,9	18,7	267
Pará	18,0	20,1	23,5	38,4	289	27,1	33,8	20,8	18,4	207
Amapá	17,1	26,8	16,5	39,6	164	23,3	30,2	19,8	26,7	232
Tocantins	29,1	28,6	22,1	20,2	213	41,4	23,1	21,0	14,5	186
Nordeste	25,0	27,0	19,7	28,2	2.218	38,9	32,2	15,2	13,7	2.104
Maranhão	19,9	24,6	21,0	34,6	272	26,8	27,7	21,6	23,9	213
Piauí	13,8	24,1	21,8	40,2	261	28,8	27,7	17,4	26,1	184
Ceará	14,0	27,1	27,7	31,2	365	29,1	34,8	22,7	13,5	141
Rio Grande do Norte	43,4	20,8	21,7	14,2	226	58,7	26,0	7,7	7,7	235
Paraíba	35,0	28,1	17,7	19,2	203	36,8	52,0	6,4	4,7	296
Pernambuco	38,4	21,1	14,1	26,5	185	42,3	23,7	14,1	19,8	333
Alagoas	20,3	17,0	16,7	46,1	306	26,4	35,4	21,5	16,7	144

* Baixa frequência na amostra

¹ Número de domicílios com pessoa de referência sem escolaridade ou com menos de 8 anos de estudo

² Número de domicílios com pessoa de referência com mais de 8 anos de estudo

Fonte: II VIGISAN: Suplemento I - Insegurança Alimentar nos estados, 2022

A presença de crianças de menos de 10 anos nos domicílios também é um marcador da IA elevada, 51,6% dos domicílios têm IA moderada + grave.

Brasil, situação dos domicílios, macrorregiões e Unidades da Federação	Presença de menores de 10 anos no domicílio			
	Situação de SA/IA nos domicílios			
	Segurança Alimentar (%)	IA leve (%)	IA moderada + grave (%)	n¹
BRASIL	33,0	29,2	37,8	3.364
Norte	21,5	26,6	51,9	1.003
Roraima	41,6	18,2	40,3	77
Acre	28,4	28,4	43,3	127
Amazonas	15,2	30,4	54,4	138
Roraima	30,9	19,7	49,3	152
Pará	19,2	27,5	53,4	193
Amapá	14,0	25,8	60,1	178
Tocantins	29,0	23,2	47,8	138
Nordeste	23,6	27,0	49,4	995
Maranhão	14,1	22,7	63,3	128
Piauí	18,3	35,2	46,5	71
Ceará	14,8	33,6	51,6	128
Rio Grande do Norte	38,6	26,1	35,2	88

Fonte: II VIGISAN: Suplemento I - Insegurança Alimentar nos estados, 2022

Os anexos a seguir demonstram a quantidade de famílias nos municípios do Ceará que recebem o benefício Bolsa família e quantas dessas famílias atendem aos critérios para serem beneficiadas com o cartão Ceará sem fome. Os dados são de março de 2023.

CARTÃO CEARÁ SEM FOME

QUANTIDADE DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS COM CARTÃO CEARÁ SEM FOME POR MUNICÍPIO DO CEARÁ							
MUNICÍPIO	QTDE. FAMÍLIAS BOLSA FAMÍLIA - MAR/2023	QTDE. FAMÍLIAS QUE ATENDEM AOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	TAXA DE COBERTURA (%)	CRITÉRIO DE EQUIDADE PARA DISTRIBUIÇÃO			
				COBERTURA MÍNIMA	QUANTIDADE MÍNIMA (100 FAMÍLIAS)	ISONOMIA	Valor de corte da renda per capita / Município (R\$)
ABAIARA	2.231	65	2,9	65	100	102	193
ACARAPE	2.782	128	4,6	128	128	128	168
ACARAU	13.875	730	5,3	730	730	730	168
ACOPIARA	9.875	436	4,4	436	436	436	168
AIUABA	3.565	139	3,9	139	139	139	168
ALCANTARAS	1.334	24	1,8	29	100	100	225
ALTANEIRA	1.724	64	3,7	64	100	100	193
ALTO SANTO	2.758	9	0,3	61	100	107	233
AMONTADA	8.848	262	3,0	262	262	262	168
ANTONINA DO NORTE	2.433	73	3,0	73	100	103	193
APUIARES	3.708	77	2,1	82	100	100	175
AQUIRAZ	16.561	275	1,7	364	364	381	175
ARACATI	9.145	92	1,0	201	201	201	192
ARACOIABA	5.876	141	2,4	141	141	141	168
ARARENDA	2.501	40	1,6	55	100	100	188
ARARIPE	3.807	44	1,2	84	100	100	190
ARATUBA	2.685	138	5,1	138	138	138	168
ARNEIROZ	1.044	20	1,9	23	100	100	225
ASSARE	5.984	224	3,7	224	224	224	168

Fonte: Nota Técnica - Nº 78 - Maio/2023

QUANTIDADE DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS COM CARTÃO CEARÁ SEM FOME POR MUNICÍPIO DO CEARÁ							
MUNICÍPIO	QTDE. FAMÍLIAS BOLSA FAMÍLIA - MAR/2023	QTDE. FAMÍLIAS QUE ATENDEM AOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	TAXA DE COBERTURA (%)	CRITÉRIO DE EQUIDADE PARA DISTRIBUIÇÃO			
				COBERTURA MÍNIMA	QUANTIDADE MÍNIMA (100 FAMÍLIAS)	ISONOMIA	Valor de corte da renda per capita / Município (R\$)
AURORA	4.176	108	2,6	108	108	108	168
BAIXIO	1.257	49	3,9	49	100	108	200
BANABUIU	3.303	83	2,5	83	100	108	175
BARBALHA	8.920	95	1,1	196	196	196	186
BARREIRA	4.865	74	1,5	107	107	110	175
BARRO	3.502	91	2,6	91	100	101	174
BARROQUINHA	3.547	123	3,5	123	123	123	168
BATURITE	8.492	167	2,0	187	187	187	175
BEBERIBE	12.703	290	2,3	290	290	290	168
BELA CRUZ	6.010	172	2,9	172	172	172	168
BOA VIAGEM	10.611	380	3,6	380	380	380	168
BREJO SANTO	7.590	19	0,3	167	167	167	222
CAMOCIM	10.582	212	2,0	233	233	233	173
CAMPOS SALES	4.191	19	0,5	92	100	101	210
CANINDE	15.795	391	2,5	391	391	391	168
CAPISTRANO	4.131	108	2,6	108	108	108	168
CARIDADE	4.456	211	4,7	211	211	211	168
CARIRE	3.401	144	4,2	144	144	144	168
CARIRIACU	5.697	304	5,3	304	304	304	168
CARIUS	3.321	106	3,2	106	106	106	168
CARNAUBAL	2.871	117	4,1	117	117	117	168
CASCAVEL	14.852	303	2,0	327	327	327	171

Fonte: Nota Técnica - Nº 78 - Maio/2023

QUANTIDADE DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS COM CARTÃO CEARÁ SEM FOME POR MUNICÍPIO DO CEARÁ							
MUNICÍPIO	QTDE. FAMÍLIAS BOLSA FAMÍLIA - MAR/2023	QTDE. FAMÍLIAS QUE ATENDEM AOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	TAXA DE COBERTURA (%)	CRITÉRIO DE EQUIDADE PARA DISTRIBUIÇÃO			
				COBERTURA MÍNIMA	QUANTIDADE MÍNIMA (100 FAMÍLIAS)	ISONOMIA	Valor de corte da renda per capita / Município (R\$)
CATARINA	2.076	54	2,6	54	100	100	192
CATUNDA	2.603	76	2,9	76	100	103	175
CAUCAIA	65.360	1.089	1,7	1.438	1.438	1.446	175
CEDRO	4.318	148	3,4	148	148	148	168
CHAVAL	2.696	173	6,4	173	173	173	168
CHORO	2.598	100	3,8	100	100	100	168
CHOROZINHO	3.966	87	2,2	87	100	108	175
COREAU	4.743	163	3,4	163	163	163	168
CRATEUS	9.315	232	2,5	232	232	232	168
CRATO	19.943	319	1,6	439	439	439	178
CROATA	3.530	162	4,6	162	162	162	168
CRUZ	4.998	185	3,7	185	185	185	168
DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	1.681	64	3,8	64	100	101	193
ERERE	970	7	0,7	21	100	100	301
EUSEBIO	6.720	57	0,8	148	148	152	200
FARIAS BRITO	3.442	109	3,2	109	109	109	168
FORQUILHA	3.941	60	1,5	87	100	100	190
FORTALEZA	354.762	5.098	1,4	7.805	7.805	8.161	193
FORTIM	2.712	13	0,5	60	100	100	220
FRECHEIRINHA	2.873	67	2,3	67	100	101	177
GENERAL SAMPAIO	1.830	80	4,4	80	100	101	175

Fonte: Nota Técnica - Nº 78 - Maio/2023

QUANTIDADE DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS COM CARTÃO CEARÁ SEM FOME POR MUNICÍPIO DO CEARÁ							
MUNICÍPIO	QTDE. FAMÍLIAS BOLSA FAMÍLIA - MAR/2023	QTDE. FAMÍLIAS QUE ATENDEM AOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	TAXA DE COBERTURA (%)	CRITÉRIO DE EQUIDADE PARA DISTRIBUIÇÃO			
				COBERTURA MÍNIMA	QUANTIDADE MÍNIMA (100 FAMÍLIAS)	ISONOMIA	Valor de corte da renda per capita / Município (R\$)
GRACA	3.184	68	2,1	70	100	101	180
GRANJA	9.479	372	3,9	372	372	372	168
GRANJEIRO	1.111	64	5,8	64	100	101	200
GROAIRAS	1.912	49	2,6	49	100	101	200
GUAIUBA	4.467	41	0,9	98	100	100	190
GUARACIABA DO NORTE	7.450	371	5,0	371	371	371	168
GUARAMIRANGA	1.112	28	2,5	28	100	100	224
HIDROLANDIA	3.628	87	2,4	87	100	100	173
HORIZONTE	6.685	60	0,9	147	147	147	189
IBARETAMA	2.815	157	5,6	157	157	157	168
IBIAPINA	3.855	50	1,3	85	100	100	189
IBICUITINGA	3.762	79	2,1	83	100	100	177
ICAPUI	3.356	107	3,2	107	107	107	168
ICO	12.027	573	4,8	573	573	573	168
IGUATU	15.613	186	1,2	343	343	343	189
INDEPENDENCIA	5.719	151	2,6	151	151	151	168
IPAPORANGA	2.411	114	4,7	114	114	114	168
IPAUMIRIM	2.596	103	4,0	103	103	103	168
IPU	10.018	147	1,5	220	220	230	180
IPUEIRAS	6.979	123	1,8	154	154	163	175
IRACEMA	2.443	20	0,8	54	100	100	227

Fonte: Nota Técnica - Nº 78 - Maio/2023

QUANTIDADE DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS COM CARTÃO CEARÁ SEM FOME POR MUNICÍPIO DO CEARÁ							
MUNICÍPIO	QTDE. FAMÍLIAS BOLSA FAMÍLIA - MAR/2023	QTDE. FAMÍLIAS QUE ATENDEM AOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	TAXA DE COBERTURA (%)	CRITÉRIO DE EQUIDADE PARA DISTRIBUIÇÃO			
				COBERTURA MÍNIMA	QUANTIDADE MÍNIMA (100 FAMÍLIAS)	ISONOMIA	Valor de corte da renda per capita / Município (R\$)
IRAUCUBA	5.477	195	3,6	195	195	195	168
ITAICABA	1.301	33	2,5	33	100	100	224
ITAITINGA	6.553	57	0,9	144	144	157	200
ITAPAGE	8.494	126	1,5	187	187	190	180
ITAPIPOCA	22.616	961	4,2	961	961	961	168
ITAPIUNA	4.288	156	3,6	156	156	156	168
ITAREMA	8.922	415	4,7	415	415	415	168
ITATIRA	4.497	374	8,3	374	374	374	168
JAGUARETAMA	4.005	46	1,1	88	100	100	191
JAGUARIBARA	1.847	36	1,9	41	100	102	205
JAGUARIBE	4.491	36	0,8	99	100	100	200
JAGUARUANA	7.713	144	1,9	170	170	179	175
JARDIM	4.984	153	3,1	153	153	153	168
JATI	1.263	26	2,1	28	100	101	250
JUOCA DE JERICOACOARA	3.685	34	0,9	81	100	101	200
JUAZEIRO DO NORTE	30.617	173	0,6	674	674	686	200
JUCAS	4.498	261	5,8	261	261	261	168
LAVRAS DA MANGABEIRA	6.079	224	3,7	224	224	224	168
LIMOEIRO DO NORTE	8.728	127	1,5	192	192	192	181
MADALENA	3.689	180	4,9	180	180	180	168

Fonte: Nota Técnica - Nº 78 - Maio/2023

QUANTIDADE DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS COM CARTÃO CEARÁ SEM FOME POR MUNICÍPIO DO CEARÁ							
MUNICÍPIO	QTDE. FAMÍLIAS BOLSA FAMÍLIA - MAR/2023	QTDE. FAMÍLIAS QUE ATENDEM AOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	TAXA DE COBERTURA (%)	CRITÉRIO DE EQUIDADE PARA DISTRIBUIÇÃO			
				COBERTURA MÍNIMA	QUANTIDADE MÍNIMA (100 FAMÍLIAS)	ISONOMIA	Valor de corte da renda per capita / Município (R\$)
MARACANAU	31.744	483	1,5	698	698	698	183
MARANGUAPE	22.219	264	1,2	489	489	492	193
MARCO	5.073	156	3,1	156	156	156	168
MARTINOPOLE	2.757	100	3,6	100	100	100	168
MASSAPE	6.349	121	1,9	140	140	143	175
MAURITI	8.394	281	3,3	281	281	281	168
MERUOCA	2.283	106	4,6	106	106	106	168
MILAGRES	5.789	210	3,6	210	210	210	168
MILHA	3.001	73	2,4	73	100	101	175
MIRAIMA	3.573	75	2,1	79	100	103	175
MISSAO VELHA	7.378	139	1,9	162	162	163	175
MOMBACA	7.668	179	2,3	179	179	179	168
MONSENHOR TABOSA	5.350	132	2,5	132	132	132	168
MORADA NOVA	13.980	201	1,4	308	308	311	180
MORAUJO	1.670	95	5,7	95	100	103	175
MORRINHOS	3.807	76	2,0	84	100	100	175
MUCAMBO	2.480	17	0,7	55	100	108	212
MULUNGU	2.680	123	4,6	123	123	123	168
NOVA OLINDA	3.408	195	5,7	195	195	195	168
NOVA RUSSAS	4.779	86	1,8	105	105	105	174
NOVO ORIENTE	7.005	159	2,3	159	159	159	168
OCARA	4.941	124	2,5	124	124	124	168

Fonte: Nota Técnica - Nº 78 - Maio/2023

QUANTIDADE DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS COM CARTÃO CEARÁ SEM FOME POR MUNICÍPIO DO CEARÁ							
MUNICÍPIO	QTDE. FAMÍLIAS BOLSA FAMÍLIA - MAR/2023	QTDE. FAMÍLIAS QUE ATENDEM AOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	TAXA DE COBERTURA (%)	CRITÉRIO DE EQUIDADE PARA DISTRIBUIÇÃO			
				COBERTURA MÍNIMA	QUANTIDADE MÍNIMA (100 FAMÍLIAS)	ISONOMIA	Valor de corte da renda per capita / Município (R\$)
OROS	5.324	160	3,0	160	160	160	168
PACAJUS	8.325	121	1,5	183	183	183	179
PACATUBA	11.066	111	1,0	243	243	246	190
PACOTI	2.750	40	1,5	61	100	107	200
PACUJA	1.239	18	1,5	27	100	102	233
PALHANO	1.851	45	2,4	45	100	100	206
PALMACIA	2.974	67	2,3	67	100	101	193
PARACURU	6.734	105	1,6	148	148	149	175
PARAIPABA	6.773	91	1,3	149	149	149	180
PARAMBU	4.397	40	0,9	97	100	102	190
PARAMOTI	2.564	94	3,7	94	100	100	175
PEDRA BRANCA	8.972	125	1,4	197	197	197	179
PENAFORTE	2.362	82	3,5	82	100	100	177
PENTECOSTE	5.949	109	1,8	131	131	137	175
PEREIRO	2.517	109	4,3	109	109	109	168
PINDORETAMA	5.376	47	0,9	118	118	119	200
PIQUET CARNEIRO	2.776	94	3,4	94	100	100	175
PIRES FERREIRA	1.389	54	3,9	54	100	100	190
PORANGA	2.224	89	4,0	89	100	109	175
PORTEIRAS	2.957	0	0,0	65	100	101	246
POTENGI	1.789	91	5,1	91	100	108	175
POTIRETAMA	1.253	18	1,4	28	100	100	235

Fonte: Nota Técnica - Nº 78 - Maio/2023

QUANTIDADE DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS COM CARTÃO CEARÁ SEM FOME POR MUNICÍPIO DO CEARÁ							
MUNICÍPIO	QTDE. FAMÍLIAS BOLSA FAMÍLIA - MAR/2023	QTDE. FAMÍLIAS QUE ATENDEM AOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	TAXA DE COBERTURA (%)	CRITÉRIO DE EQUIDADE PARA DISTRIBUIÇÃO			
				COBERTURA MÍNIMA	QUANTIDADE MÍNIMA (100 FAMÍLIAS)	ISONOMIA	Valor de corte da renda per capita / Município (R\$)
QUITERIANOPOLIS	3.876	61	1,6	85	100	102	180
QUIXADA	18.810	268	1,4	414	414	415	180
QUIXELO	2.978	48	1,6	66	100	113	187
QUIXERAMOBIM	12.660	368	2,9	368	368	368	168
QUIXERE	2.490	8	0,3	55	100	100	239
REDENCAO	5.317	74	1,4	117	117	123	180
RERIUTABA	3.348	95	2,8	95	100	100	170
RUSSAS	9.296	117	1,3	205	205	205	189
SABOEIRO	2.920	133	4,6	133	133	133	168
SALITRE	3.527	87	2,5	87	100	100	175
SANTANA DO ACARAU	7.444	373	5,0	373	373	373	168
SANTANA DO CARIRI	3.725	239	6,4	239	239	239	168
SANTA QUITERIA	9.097	117	1,3	200	200	201	180
SAO BENEDITO	7.901	258	3,3	258	258	258	168
SAO GONCALO DO AMARANTE	8.149	175	2,1	179	179	179	170
SAO JOAO DO JAGUARIBE	1.104	2	0,2	24	100	100	366
SAO LUIS DO CURU	2.423	37	1,5	53	100	104	200
SENADOR POMPEU	4.486	186	4,1	186	186	186	168
SENADOR SA	1.353	71	5,2	71	100	100	177
SOBRAL	22.021	254	1,2	484	484	484	184

Fonte: Nota Técnica - Nº 78 - Maio/2023

QUANTIDADE DE FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS COM CARTÃO CEARÁ SEM FOME POR MUNICÍPIO DO CEARÁ							
MUNICÍPIO	QTDE. FAMÍLIAS BOLSA FAMÍLIA - MAR/2023	QTDE. FAMÍLIAS QUE ATENDEM AOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	TAXA DE COBERTURA (%)	CRITÉRIO DE EQUIDADE PARA DISTRIBUIÇÃO			
				COBERTURA MÍNIMA	QUANTIDADE MÍNIMA (100 FAMÍLIAS)	ISONOMIA	Valor de corte da renda per capita / Município (R\$)
SOLANOPOLE	2.622	53	2,0	58	100	101	193
TABULEIRO DO NORTE	5.696	74	1,3	125	125	130	193
TAMBORIL	4.921	209	4,2	209	209	209	168
TARRAFAS	1.562	28	1,8	34	100	100	213
TAUA	7.631	54	0,7	168	168	169	193
TEJUCUOCA	4.501	265	5,9	265	265	265	168
TIANGUA	15.097	382	2,5	382	382	382	168
TRAIRI	14.501	455	3,1	455	455	455	168
TURURU	3.622	147	4,1	147	147	147	168
UBAJARA	6.387	143	2,2	143	143	143	168
UMARI	1.405	67	4,8	67	100	100	193
UMIRIM	3.479	224	6,4	224	224	224	168
URUBURETAMA	5.250	107	2,0	116	116	116	175
URUOCA	2.714	80	2,9	80	100	113	175
VARJOTA	3.094	55	1,8	68	100	101	177
VARZEA ALEGRE	7.612	243	3,2	243	243	243	168
VICOSA DO CEARÁ	14.071	576	4,1	576	576	576	168
TOTAL	1.489.434	32.835	2,2	40.506	42.748	43.357	-

FONTE: CADASTRO ÚNICO - MAR/2023 E FOLHA DE PAGAMENTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA - FEV/2023.

ELABORAÇÃO: DIRETORIA DE ESTUDOS SOCIAIS - DISOC/IPECE.

(*) A TAXA DE COBERTURA É IGUAL A RAZÃO ENTRE O NÚMERO DE FAMÍLIAS QUE ATENDEM AOS CRITÉRIOS E O TOTAL DE FAMÍLIAS DO BOLSA FAMÍLIA.

Fonte: Nota Técnica - Nº 78 - Maio/2023

A partir do que foi listado, percebe-se que a quantidade de famílias que recebem o bolsa família é muito maior em relação à quantidade de famílias que atendem aos critérios para receber o cartão Ceará sem fome. Pode-se até questionar por quais motivos são números tão baixos. É passível de reflexão: porque tantas famílias não se enquadram nos critérios? Será a falta de atualização do CadÚnico? A falta de informação da necessidade de atualização do mesmo? A falta de crianças e adolescentes na composição familiar? Seria necessário uma avaliação dos cadastros para compreender tal situação.

Além disso, podemos destacar a quantidade de famílias que são beneficiárias do Bolsa Família. De acordo com o IBGE temos 9.233.656 habitantes no Estado do Ceará e a partir do Governo Federal temos 1,4 milhão de famílias contempladas com o Programa Bolsa Família,⁴⁰ sendo Fortaleza a cidade com maior número de contemplados, com 332.085 famílias. Dentro desses dados também temos 562 mil crianças de 0 a 6 anos contemplados com o benefício da primeira infância, com um adicional de 150,00, 989 mil crianças de 07 a 18 anos com um adicional de 50,00.

Imagem: Moradores coletam comida em caminhão de lixo em Fortaleza

⁴⁰ Disponível em: [Bolsa Família chega a 1,4 milhão de famílias no Ceará em setembro](#)



Fonte: site g1, 2021⁴¹

A quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família permanece elevada, refletindo a ampla prevalência da pobreza e do desemprego no Brasil. Este fato também indica a existência de uma parcela significativa da população que, mesmo não sendo contemplada pelo programa, enfrenta condições ainda mais adversas, como é o caso de moradores de rua, usuários de drogas e outras populações em situação de extrema vulnerabilidade.

A imagem acima, capturada em 2021 em Fortaleza, retrata de forma impactante as duras consequências da pandemia de Covid-19, especialmente para as populações mais vulneráveis. O contexto de crise sanitária e econômica aprofundou a insegurança alimentar em diversas regiões, levando muitos moradores a recorrer a meios extremos para garantir o sustento de suas famílias. Durante o período de coleta de lixo, era possível ver pessoas correndo em direção ao caminhão na esperança de encontrar restos de alimentos descartados, evidenciando a precariedade vivida por aqueles que foram duramente afetados pela falta de assistência e oportunidades. A pandemia expôs fragilidades estruturais que já existiam e reforçou a urgência de soluções que garantam o acesso à alimentação digna para todos.

⁴¹ Disponível em: [Moradores coletam comida em caminhão de lixo em Fortaleza; vídeo | Ceará | G1](#)

Imagem: Fila do osso em Cuiabá



Fonte: site g1, 2021⁴²

A imagem acima não foi tirada no Ceará, mas sim em Cuiabá, Mato Grosso. No entanto, ilustra os impactos que o período pandêmico trouxe à população brasileira. No vídeo disponível no site do g1, uma das mulheres relata que o valor recebido do Bolsa Família não era suficiente para cobrir as necessidades do mês inteiro, mencionando que os ossos doados ajudam a mitigar a fome. A proprietária do estabelecimento que realiza as doações revela que algumas pessoas consumiam os ossos crus no momento que recebiam, evidenciando a gravidade da insegurança alimentar enfrentada pela população.

A espetacularização da morte, e aqui entendemos a morte no meio social, destaca mais uma vez a brutalidade das desigualdades estruturais intensificadas pela pandemia de Covid-19. A crise sanitária e econômica aprofundou a precariedade vivida por muitos grupos, tornando ainda mais visível a negligência estatal diante da fome e da pobreza extrema. As imagens de pessoas disputando restos de comida em caminhões de lixo ou recolhendo ossos para se alimentar não representam apenas a privação material, mas também a desumanização desses corpos, principalmente dos corpos negros, que são historicamente submetidos à precarização e à invisibilização de suas dores.

Essa exposição pública da miséria, muitas vezes sem um olhar crítico para suas causas estruturais, reforça a naturalização da exclusão social e a indiferença diante da fome como mecanismo de controle social. A maneira como essas populações são

⁴² Disponível em: [Fila para conseguir doação de ossos é flagrante da luta de famílias brasileiras contra a fome | Fantástico | G1](#)

representadas reflete não apenas a falta de respostas governamentais eficazes, mas também a forma como a mídia e o discurso público moldam e perpetuam essas realidades. A narrativa construída frequentemente reforça estereótipos e normaliza a precariedade, desviando o foco das causas estruturais da desigualdade e da responsabilidade das instituições na transformação desse cenário.

2.2 Políticas públicas de combate à fome e a pobreza

O Bolsa Família se consolidou como o maior programa de transferência de renda do Brasil, desempenhando um papel fundamental na redução da pobreza e na promoção da inclusão social. Criado com o objetivo de garantir um suporte financeiro às famílias em situação de vulnerabilidade, o programa não apenas complementa a renda, mas também incentiva o acesso à educação e à saúde por meio de condicionalidades como a matrícula escolar e o acompanhamento nutricional infantil.

Ao longo dos anos, o Bolsa Família tornou-se uma referência internacional de política pública voltada para a diminuição das desigualdades sociais, impactando diretamente milhões de brasileiros que dependem desse auxílio para garantir o básico em suas casas. Mesmo com sua relevância, desafios persistem, como a necessidade de ampliar o alcance do programa e garantir sua eficiência frente às crises econômicas e sociais que afetam a população mais pobre.

Refletindo sobre as entrevistas apresentadas no capítulo 1, fica evidente que, apesar de sua importância, o Bolsa Família ainda não é suficiente para cobrir todas as despesas de uma casa, especialmente em famílias que vivem em extrema pobreza. A precariedade financeira força muitas famílias a buscarem estratégias de sobrevivência, e um exemplo claro disso é o relato de dona Carla, que demonstra em sua fala como a escola é essencial para a alimentação das crianças.

Para essas famílias, a merenda escolar representa mais do que um simples benefício: é a segurança de que, pelo menos uma vez ao dia, seus filhos terão acesso a uma refeição completa. Em muitos casos, essa é a única refeição garantida, o que torna a ida à escola uma necessidade alimentar antes mesmo de ser uma escolha educacional. Essa realidade revela um ciclo perverso, onde a fome interfere diretamente no desenvolvimento das crianças, afetando sua capacidade de aprendizado e concentração, perpetuando desigualdades que começam na infância e se estendem pela vida adulta.

A escola, que deveria ser um espaço de crescimento intelectual e social, acaba assumindo um papel emergencial no combate à fome. Esse cenário expõe a urgência de

políticas públicas que ampliem a segurança alimentar das famílias, garantindo que o direito básico à nutrição não dependa apenas da presença escolar, mas seja assegurado de maneira contínua.

Em relação a merenda escolar temos o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que

(...) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino.⁴³

Em relação a situação de fome contamos com o Plano Brasil Sem Fome (BSF) que

(...) é a estratégia do governo federal para tirar o Brasil do Mapa da Fome. Lançado no dia 31 de agosto de 2023, sob responsabilidade dos 24 ministérios que integram a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), o plano reúne um conjunto de ações e programas que atuam em dimensões importantes do enfrentamento à fome. A execução do BSF depende de uma ampla pactuação intersetorial e federativa, articulada pelo Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan)⁴⁴

Também contamos com o Programa Cisternas que

(...) tem como objetivo promover o acesso à água para consumo humano e produção de alimentos através da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo. Estabelecido como política pública desde 2003, é regulamentado pela Lei nº 12.873 de 2013, pelo Decreto nº 9.606 de 2018, e por várias portarias e instruções normativas. Destina-se a famílias rurais de baixa renda (renda per capita de até meio salário mínimo) e a equipamentos públicos rurais afetados pela seca ou falta de água, com prioridade para povos e comunidades tradicionais. Para participar, as famílias precisam estar inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.⁴⁵

As políticas públicas de combate à fome e à pobreza desempenham um papel essencial na redução das desigualdades sociais e na garantia de segurança alimentar para milhões de brasileiros. Programas como o Bolsa Família e o Plano Brasil Sem Fome oferecem suporte financeiro direto às famílias vulneráveis, permitindo que tenham acesso a bens básicos e melhores condições de vida. Iniciativas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e as Cozinhas Solidárias asseguram que crianças e comunidades em situação de insegurança alimentar recebam refeições nutritivas, enquanto o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) fortalece a agricultura familiar

⁴³ Disponível em: [Sobre o PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar](#)

⁴⁴ Disponível em: [Plano Brasil Sem Fome](#)

⁴⁵ Disponível: [Programa Cisternas — Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.](#)

ao adquirir produtos para distribuição a instituições assistenciais. Além disso, projetos como o Programa Cisternas buscam ampliar o acesso à água potável em regiões afetadas pela seca, garantindo condições dignas para produção e consumo. Essas estratégias, articuladas dentro do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), mostram a importância de políticas integradas e permanentes no enfrentamento da fome e na promoção da justiça social, reforçando a necessidade de investimentos contínuos para tornar esses programas ainda mais eficientes e acessíveis.

Apesar da existência de diversas políticas públicas elas ainda não conseguem atender plenamente a grande quantidade de pessoas em situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade social. A demanda por assistência supera a capacidade dos programas existentes, refletindo falhas estruturais que impedem uma cobertura mais ampla e eficaz. Além da limitação dos recursos destinados a essas iniciativas, muitos cidadãos enfrentam barreiras burocráticas para acessar os benefícios, seja pela falta de informação, dificuldades tecnológicas ou até pela precariedade no funcionamento dos sistemas de cadastramento e atendimento. A fome continua sendo uma realidade alarmante para milhões de brasileiros, e em diversas comunidades as pessoas ainda precisam recorrer a alternativas extremas para garantir uma refeição, como buscar restos de comida ou depender exclusivamente da merenda escolar.

O combate à fome deve ser encarado como uma prioridade contínua e integrada a outras estratégias de redução da desigualdade social. Isso inclui não apenas a ampliação dos programas existentes, mas também a criação de políticas de geração de emprego, acesso à educação e fortalecimento da economia local, garantindo que as famílias possam conquistar autonomia e condições dignas de sobrevivência.

Dessa maneira, a vivência de carências rudes e tucanhas impede as pessoas de desenvolverem suas funções humanas, tolhendo suas capacidades de demandar e fruir direitos - e não apenas isso, o que não é pouco, mas reduz suas capacidades de humanização. A expansão dos direitos e a experiência deles na constituição da personalidade e da vida em geral fazem das pessoas seres humanos mais capacitados para se expressarem e agirem no mundo. A pobreza não é somente privação de dinheiro e recursos materiais, é também privação de capacidades e não desenvolvimento de funções humanas importantes, o que torna os pobres ainda mais pobres. (Rego; Pizzani, p. 66, 2013)

A partir desse contexto, compreende-se que o desenvolvimento da autonomia humana não ocorre de forma espontânea, mas exige condições adequadas que viabilizem sua construção e aprofundamento. O acesso a direitos fundamentais, recursos materiais e oportunidades de participação na sociedade são elementos essenciais para que os indivíduos possam exercer plenamente suas capacidades e potencialidades. Sem esses

meios, as pessoas permanecem em um estado de vulnerabilidade que limita sua expressão e atuação no mundo, dificultando a realização de sua humanidade em sua plenitude.

A humanidade de um indivíduo não deve ser pensada apenas pela sua mera existência, mas pela possibilidade de exercer plenamente suas capacidades, expressar sua identidade e participar ativamente da sociedade. A verdadeira humanização ocorre quando há acesso a direitos fundamentais, oportunidades de desenvolvimento e condições que permitem que cada pessoa construa sua autonomia e exerça sua dignidade de maneira integral. Apenas existir não basta; é necessário que haja meios concretos para que cada indivíduo possa se desenvolver e atuar no mundo de forma significativa.

A ausência de humanidade a partir do lugar da cidadania, impede que o indivíduo atue politicamente, mas ao mesmo tempo “políticas sociais não devem ser comparadas a meros atos de caridade pública.” (p. 79). Infelizmente, o estigma que recai sobre aqueles que utilizam programas sociais é profundo e persistente. Frequentemente, essas pessoas são injustamente rotuladas como preguiçosas, ignorando-se as múltiplas razões que levam alguém a necessitar desse suporte.

A pesquisa de Rego e Pizzani (2013) reforça a ideia de que muitas mulheres beneficiárias do Bolsa Família prefeririam ter um emprego fixo, com uma renda mensal estável e segura, em vez de depender do programa de transferência de renda. No entanto, diversos fatores dificultam esse acesso ao mercado de trabalho, especialmente para aquelas que vivem em regiões interioranas. A localização geográfica, marcada por menor oferta de empregos, somada à falta de qualificação profissional, limita significativamente suas oportunidades, tornando o benefício social uma necessidade para garantir o sustento da família.

Dessa forma, a pobreza, considerada do ponto de vista econômico tanto quanto do ético, do ponto de vista objetivo tanto quanto o subjetivo, se caracteriza por vários elementos, que poderiam ser elencados da seguinte maneira:

1. Falta de condições básicas para uma vida saudável;
2. Acesso nulo ou irregular a renda derivada de um trabalho regular;
3. Trabalho infantil e abandono escolar;
4. Alta natalidade;
5. Acidentes;
6. Falta de crédito;
7. Invisibilidade e mudez;
8. Desigualdade interna as famílias;
9. Vergonha;
10. Cultura da resignação;
11. Exclusão da cidadania. (Rego; Pizzani, p. 153, 2013)

Cada aspecto mencionado é abordado no livro *Vozes do Bolsa Família*, e esta lista serve para sintetizar, de maneira objetiva, os principais pontos discutidos na pesquisa. Ao

destacar esses elementos, busca-se evidenciar as múltiplas dimensões da pobreza e suas implicações na vida das beneficiárias. A pobreza não se limita à escassez de recursos financeiros, ela reflete um conjunto de dificuldades que afetam profundamente a vida das pessoas, restringindo suas possibilidades de desenvolvimento e participação social. A falta de condições adequadas para uma vida digna impede o acesso a oportunidades básicas, como educação e trabalho, perpetuando ciclos de exclusão. Além disso, questões como desigualdade dentro das próprias famílias, barreiras econômicas e dificuldades estruturais contribuem para a sensação de invisibilidade e para a incapacidade de reivindicar direitos.

Nas áreas urbanas se dá o fenômeno, muito conhecido e analisado, da ocultação dos pobres no próprio panorama da cidade. Vivem geralmente segregados em bairros longínquos e separados (vilas, morros, favelas), convivendo com precárias infraestruturas de serviços públicos, como calçamento, espaço de lazer, iluminação e péssimas situações sanitárias (ausência de esgoto e água tratada). Seus trabalhos são os mais desqualificados social e economicamente. Além disso, não usam transporte público ou por ausência deste ou pela impossibilidade de pagá-lo. Por essas razões, em alguns casos, sua presença passa quase despercebida na vida cotidiana das classes altas (não tanto em certas realidades urbanas como a do Rio de Janeiro). Contudo, podem ser notadas em algumas situações, principalmente quando transgridem certas convenções sociais e mesmo a lei: sua “invisibilidade” se converte em “perigosa visibilidade”. (Rego; Pizzani, p. 181, 2013)

A frase final desta citação - "sua “invisibilidade” se converte em “perigosa visibilidade”” - sintetiza a desigualdade evidenciada ao longo desta pesquisa. Indivíduos que vivem à margem da sociedade permanecem ignorados enquanto não são percebidos como um problema; afinal, aquilo que não se vê, para muitos, simplesmente não existe. No entanto, no instante em que transgridem uma norma ou apenas reivindicam sua existência, tornam-se perigosamente visíveis, revelando uma realidade que antes era convenientemente esquecida.

Os pobres permanecem excluídos da cidadania em duplo sentido: formal e material. Em sentido material, pela ausência de trabalho e renda regulares e, por conseguinte, de vínculos coletivos mais permanentes e não limitados ao mundo familiar ou da vizinhança. Em sentido formal, muitos deles não possuem documentos atualizados; em alguns casos, não possuem sequer carteira de identidade - o que impossibilita até seu ingresso no cadastro do programa. A existência civil da pessoa perante o Estado é importante fator de constituição de cidadãos, que então passam a poder demandar serviços dele, até porque passam a existir diante dele. (Rego; Pizzani, p. 188, 2013)

A inexistência de certos indivíduos perante o Estado ocorre de duas formas: a primeira está ligada à sua invisibilização social, onde são ignorados e excluídos da cidadania e das políticas públicas, tornando-se praticamente inexistentes no cenário político. Já a segunda se manifesta por meio da necropolítica, na qual essa invisibilidade se transforma em um risco concreto para a vida dessas pessoas, permitindo que sejam

eliminadas sem grandes consequências. Assim, a ausência de reconhecimento estatal não apenas nega direitos, mas também coloca essas vidas como alvos fáceis de morte.

A garantia de cidadania plena para a população invisibilizada depende diretamente da implementação e aprimoramento de políticas públicas eficazes. É fundamental que programas sociais sejam estruturados de forma a alcançar aqueles que historicamente permanecem à margem do sistema, assegurando acesso a direitos básicos como saúde, educação e moradia. Além disso, as políticas já existentes precisam ser constantemente revisadas e adaptadas, ampliando sua abrangência e efetividade, entendendo que as necessidades mudam conforme o mundo ‘evolui’. Sem esse compromisso do Estado, a exclusão se perpetua agravando desigualdades e mantendo milhares de pessoas em uma condição de invisibilidade social. Portanto, é urgente que haja investimentos contínuos em estratégias inclusivas, garantindo que essas populações não apenas existam formalmente, mas sejam reconhecidas e respeitadas em sua dignidade e cidadania.

2.3 Insegurança Alimentar e Território: o bairro Serrinha em foco

Para aprofundar a compreensão sobre as cozinhas solidárias e a política pública Ceará Sem Fome, este subtema analisará o bairro Serrinha, onde a pesquisa foi conduzida. Será apresentado o contexto inicial do estudo, destacando os fatores que motivaram sua realização, bem como os desafios enfrentados ao longo do processo. Além disso, serão exploradas as transformações observadas até o momento atual, permitindo uma visão mais ampla sobre o impacto dessas iniciativas na comunidade e sua relevância para o combate à insegurança alimentar. Também será traçado um panorama sobre o bairro Serrinha, abordando um pouco de sua história, características sociais e econômicas, além dos desafios enfrentados pela população local.

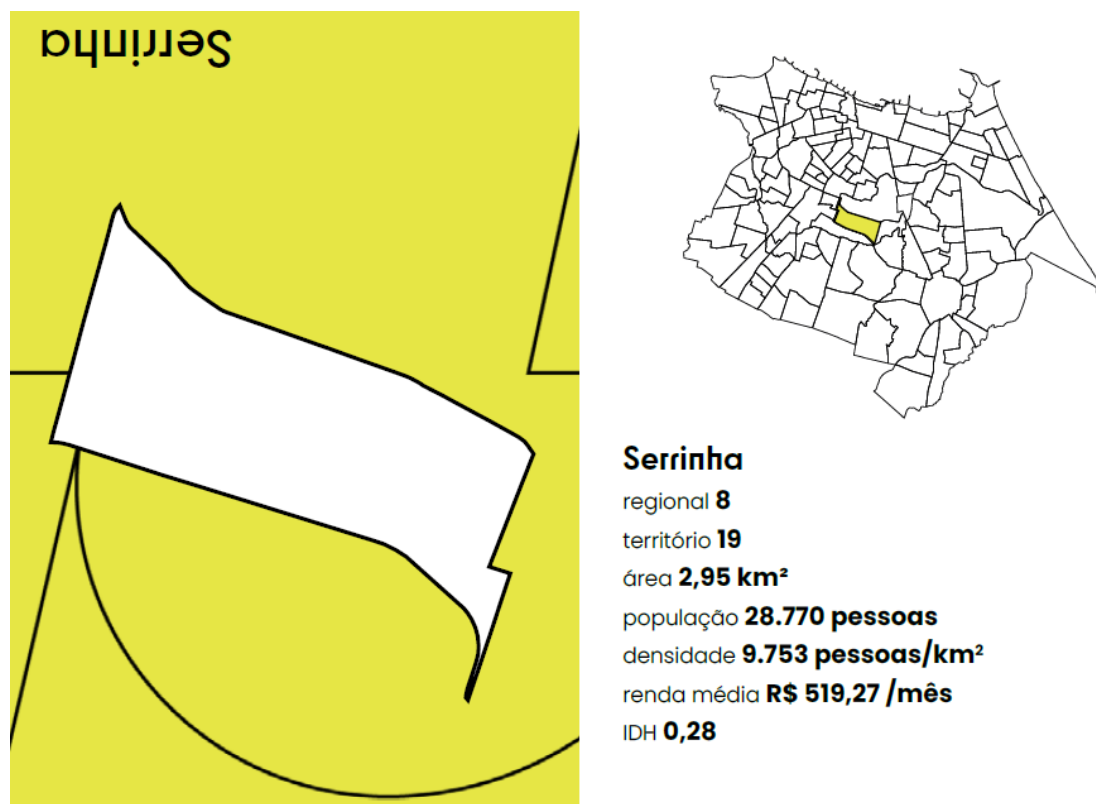
Para iniciar a pesquisa foi necessário conhecer melhor o Programa Ceará sem fome e as Cozinhas Solidárias que só deram início no dia 04 de setembro de 2023, com a abertura da sua primeira cozinha solidária na Associação comunitária Lagoa do Papicu e adjacências, na cidade de Fortaleza. A partir da pesquisa aprofundada no site oficial do programa, encontrei uma lista que descrevia todas as localizações das cozinhas solidárias tanto na capital, quanto nos interiores do Estado do Ceará.

A pesquisa teve como ponto de partida o bairro onde atualmente resido, o que despertou meu interesse em buscar informações sobre as cozinhas solidárias da Serrinha. Inicialmente, eu não tinha conhecimento da existência de nenhuma dessas iniciativas na

região, o que me levou a realizar uma primeira caminhada exploratória para identificá-las. Tendo me mudado para o bairro entre fevereiro e março de 2024, ainda não estava familiarizada com o território e suas dinâmicas, tornando essa busca uma oportunidade não apenas de compreender melhor o espaço onde vivo, mas também de reconhecer as ações solidárias presentes na comunidade.

Tive a oportunidade de conhecer o site “121 bairros de Fortaleza”⁴⁶ que é um site da Prefeitura de Fortaleza, voltada a trazer conhecimento sobre os bairros da cidade, com descrições acerca de população, território, média financeira do bairro, mobilidade, dentre outros, além de mapa de identificação. Apesar de trazer informações base e resumidas, ajudou a visualizar melhor o bairro da Serrinha a partir dessas informações.

Imagem: Mapa com descrições sobre o Bairro Serrinha



Fonte: Site 121 bairros de Fortaleza, 2024

A partir do mapa, a informação obtida sobre a renda média de R\$519,27 por mês revela bastante sobre os moradores do bairro da Serrinha e a importância do programa no bairro. Com a lista de cozinhas solidárias presentes no site do programa, encontrei quatro endereços localizadas no bairro Serrinha:

⁴⁶ Disponível em: <https://bairros.fortaleza.ce.gov.br/>

- Fortaleza - Frente de Mulheres Serrinha - Rua Um, n.º 131, Loteamento Atacadão – Serrinha - Associação Beneficente do Centrinho da UV10
- Fortaleza - União De Grupos Artísticos Uga - Rua Iguatu, 546. Serrinha - Associação Beneficente do Centrinho da UV10
- Fortaleza - Cozinha Popular Da Serrinha - Rua Américo Vespúcio, 769. Serrinha - Associação Beneficente do Centrinho da UV10
- Fortaleza - Associação De Moradores Do Bairro Da Serrinha - Rua Santiago, 359. Serrinha- Associação Beneficente do Centrinho da UV10

Com a primeira caminhada que foi realizada, descobri que o primeiro endereço “Rua Um, n.º 131, Loteamento Atacadão”, era um lote particular do Hipermercado Atacadão e que a cozinha solidária funcionava dentro dele. Esse espaço privado era ocupado por pessoas que construíram suas casas e que depois foi demolido e esvaziado e por isso a cozinha se desfez. A imagem abaixo foi retirada do Google Maps datado de 2023, e é perceptível as moradias existentes, diferente da foto que tirei em junho de 2024, já com as casas demolidas e o espaço fechado.

Imagem: Loteamento do Atacadão com as residências, 2023



Fonte: Google Maps

Imagem: Loteamento do Atacadão sem as residências e fechado 2024



Fonte: acervo pessoal, junho 2024

O próximo destino foi a Rua Iguatu, 546. Ao chegar, notei uma placa com o emblema do Ceará Sem Fome, indicando que ali funcionava uma das cozinhas solidárias. O local era uma casa de dois andares, e o acesso à cozinha, situada no piso superior, se dava por uma escada caracol de ferro. A seguir, apresento uma imagem do Google Maps mostrando a rua onde está localizada a cozinha, com a casa destacada por um retângulo amarelo para facilitar a identificação.

Imagem: Rua de acesso para a cozinha da Rua Iguatu, 546, 2023



Fonte: Google Maps, 2023

Imagem: Foto mais aproximada da estrutura da residência



Fonte: acervo pessoal, 2024

A terceira parada foi na Cozinha Popular Da Serrinha - Rua Américo Vespúcio, 769.

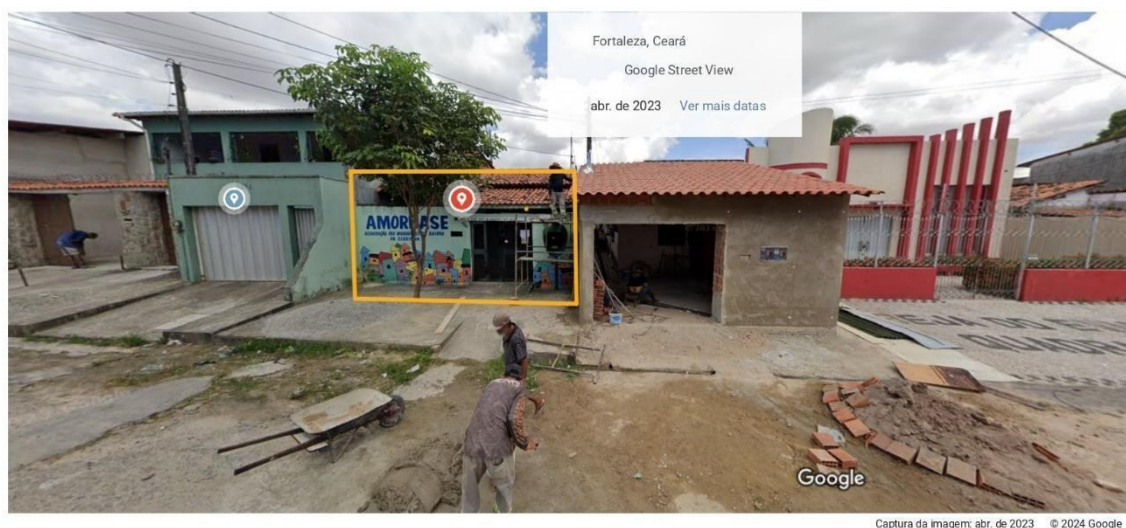
Imagem: Imagem da Cozinha da rua Américo Vespúcio, 769, 2023



Fonte: Google Maps, 2023

O último endereço foi a Associação De Moradores Do Bairro Da Serrinha - Rua Santiago, 359. E como o nome mesmo já diz é a associação do bairro.

Imagem: Rua da cozinha da associação, 2023



Fonte: Google Maps, 2023

Imagem: Fachada da Associação



Fonte: acervo pessoal, junho 2024

A partir de conversas realizadas com os coordenadores das três cozinhas solidárias, foi possível identificar que cada um, à sua maneira, já desenvolvia atividades de apoio no bairro. Em relação às cozinhas solidárias, todos declaram a necessidade de

expansão da mesma, uma vez que o limite de cadastramento é de 100 pessoas, revelando uma demanda significativa que não está sendo plenamente atendida.

Com essa organização, passei a visitar as cozinhas solidárias semanalmente, dedicando um dia para cada uma. Às terças-feiras, ia à cozinha da Rua Iguatu; às quartas, à cozinha da Américo Vespúcio; e às quintas, à cozinha da Associação. Sempre chegava entre 10h e 10h30, momento em que ainda era possível acompanhar a finalização da comida e das marmitas. Permanecia até às 12h30 e às 13h, horário em que se encerrava a distribuição. A entrega das refeições começava às 11h, mas, caso ocorresse algum imprevisto ou atraso, poderia iniciar entre 11h30 e 12h.

Cada cozinha possui suas particularidades. Na cozinha da Rua Iguatu, havia apenas uma cozinheira, que preferia trabalhar sozinha. Com o passar das semanas, percebi que ela era extremamente pontual, frequentemente, às 10h50, a comida já estava pronta e servida nas marmitas, mesmo sem auxílio. Já na cozinha da Rua Américo Vespúcio, o preparo era conduzido por três pessoas: um homem e duas mulheres. Nesse local, a distribuição costumava começar por volta das 11h20. Por fim, na cozinha da Associação, também coordenada por três cozinheiras, a entrega acontecia pontualmente às 12h.

No momento da entrega, as pessoas chegavam para buscar as marmitas, carregando-as em sacolas ou diretamente nas mãos. A quantidade levada variava conforme o número de cadastrados no núcleo familiar, alguns retiravam uma, enquanto outros levavam duas ou três. Há um cardápio diário a ser seguido, havendo diversidade na alimentação. Cada marmita deve pesar 500g, sendo a quantidade recomendada pelos nutricionistas do programa Ceará sem Fome, pois há também a quantidade de quilos de alimento que deve ser feita por dia e a forma de preparo, de forma que atinja a quantidade das 100 marmitas com a quantidade de alimentos igual para todas elas. No cardápio temos opções de arroz, feijão, macarrão, cuscuz, legumes cozidos e proteínas: gado, suíno e frango, todos cozidos.

De acordo com os coordenadores, a parte da alimentação como grãos, farináceos, proteínas e legumes, são mandados de 15 em 15 dias, enquanto as quentinhas e produtos de limpeza são mandados mensalmente. Dessa forma deve-se ter controle dos alimentos para que durem o prazo estabelecido até que chegue uma nova remessa. Como forma de auxiliar, o Ceará sem Fome também disponibilizou eletrodomésticos como fogões industriais e refrigeradores como forma de conservar os alimentos e ter mais facilidade no preparo dos alimentos.

Imagem de satélite das Cozinhas solidária do bairro Serrinha



Fonte: Google Earth, 2024

Na imagem acima, cada ponta do triângulo se refere a uma das cozinhas solidárias presente no bairro Serrinha, na ponta do lado esquerdo temos a Cozinha Solidária da rua Américo Vespúcio, 769; na ponta do lado direito temos a cozinha da rua Santiago, 359 (Associação do bairro) e na ponta superior temos a cozinha da rua Iguatu, 546; sendo a seta vermelha indicando a Avenida Bernardo Manuel.

A partir das idas semanais às cozinhas, pude notar que a maior parte das pessoas que fazem parte do cadastro são pessoas negras, mulheres, homens, crianças e idosos. Todos os dias essas pessoas saem de suas casas para pegar seu almoço, tornando-se parte comum da sua vida cotidiana. Também aparecem pessoas fora do cadastro em busca de uma vaga, mas dificilmente há, sempre está totalmente preenchida, havendo até uma lista de espera para caso alguém saia do cadastro.

Outra questão recorrente é a presença diária de indivíduos aguardando as sobras das refeições. Essas sobras não são restos, mas sim alguma sobra de alimentos depois de todas as marmitas terem sido colocadas. É importante salientar que a quantidade padrão de alimentos é preparada e distribuída nas marmitas conforme as normas estabelecidas, mas às vezes há essa sobra. Caso haja sobras, essas são servidas as pessoas que esperam. Vale ressaltar que nem sempre há excedentes e quando há a quantidade geralmente é pouca. Como os alimentos precisam ser frescos diariamente, essa prática contribui para evitar o desperdício.

Aqui a fome é real, não apenas escrita. Diariamente são mais de dez pessoas não cadastradas em cada cozinha aguardando por essas sobras, são pessoas que não conseguiram entrar no cadastro, mas são principalmente moradores de rua, usuários de drogas, e observando semanalmente esse fato percebi que a maioria da espera são homens. Raras vezes encontrei mulheres nessa espera.

Embora o Programa Ceará sem Fome desempenhe um papel crucial na segurança alimentar da população, ainda enfrenta limitações em sua capacidade de abrangência. Para ser beneficiário do Bolsa Família, que é um dos maiores programas do país que dá acesso a outros programas, é necessário possuir um endereço fixo, estar inscrito no Cadastro Único e apresentar documentação exigida. Essa exigência exclui indivíduos que vivem em situação de rua e por sua condição não conseguem cumprir esses requisitos.

A ausência de políticas públicas específicas para atender essa população revela uma lacuna significativa na assistência social tanto estadual quanto federal, ampliando a desigualdade social, a insegurança alimentar, as vulnerabilidades, destacando a marginalização do indivíduo e assim sua morte social diante a sociedade.

Aquelas pessoas se sentam na calçada, muitas vezes a partir de 11h, para caso sobre comida, sejam um dos primeiros. Homens magros, com suas mochilas rasgadas nas costas, roupas desgastadas, pés rachados, além do mal cheiro que exala de seus corpos. Alguns não tem onde pegar potes e pegam qualquer vasilha achada no lixo para conseguir pegar a comida, pegam qualquer objeto que sirva de colher e comem ali mesmo. A sobra do caldo do feijão que talvez não signifique para muitos, é um banquete para quem tem fome. Quando foi normalizada a desumanização do ser humano?

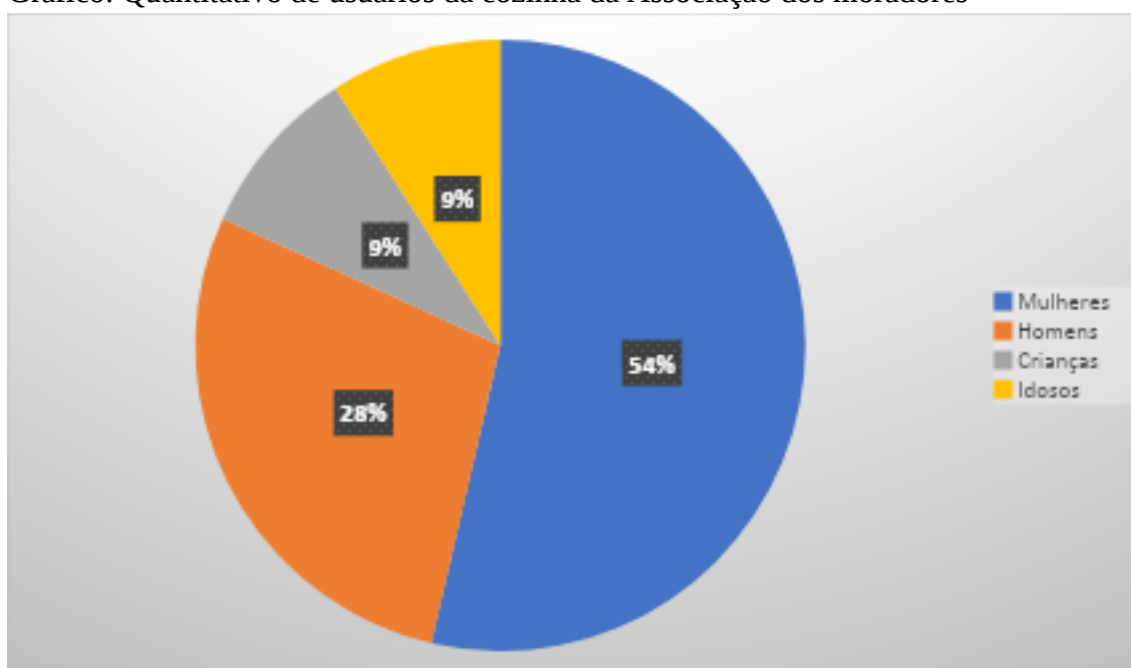
De acordo com o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE 2024:

Em 2023, o percentual de domicílios em situação de segurança alimentar no Ceará voltou a subir. Pelas estimativas do IBGE, o Ceará tinha 3,3 milhões de domicílios particulares permanentes. Dentre estes, 64,9% tinham acesso a alimentação adequada. Percentual maior do que a média da região Nordeste (61,2%). Nos outros 35,1% com algum grau de Insegurança Alimentar, 21,4% estavam em insegurança alimentar leve, 7,4% moderada e 6,2% grave. Na comparação regional, os percentuais de domicílios em insegurança alimentar moderada e leve foram menores do que a média do Nordeste, embora os percentuais de domicílios em insegurança alimentar grave tenham sido iguais. Pelas estimativas do IBGE o Ceará tinha 3,3 milhões de domicílios particulares permanentes. Aproximadamente 245 mil domicílios cearenses estavam em insegurança alimentar moderada e cerca de 206 mil em insegurança alimentar grave. A insegurança alimentar grave, que corresponde à fome, foi maior nos domicílios chefiados por mulheres, por pessoas negras e menos escolarizadas. (IPECE, 2024, p. 2)

Apesar de a pesquisa demonstrar o crescimento da segurança alimentar, o número de pessoas em insegurança alimentar ainda é gritante, principalmente quando destacado que a fome é maior em lares chefiados por mulheres, pessoas negras e com menos escolaridade.

Devido ao envolvimento com questões eleitorais da Prefeitura de Fortaleza, dentre outras impossibilidades, não consegui acesso ao quantitativo de cadastrados de todas as cozinhas com os coordenadores. Nesse momento da pesquisa consegui duas unidades, da cozinha solidária da rua Santiago, 359, da Associação de moradores e da rua Iguatu, 546.

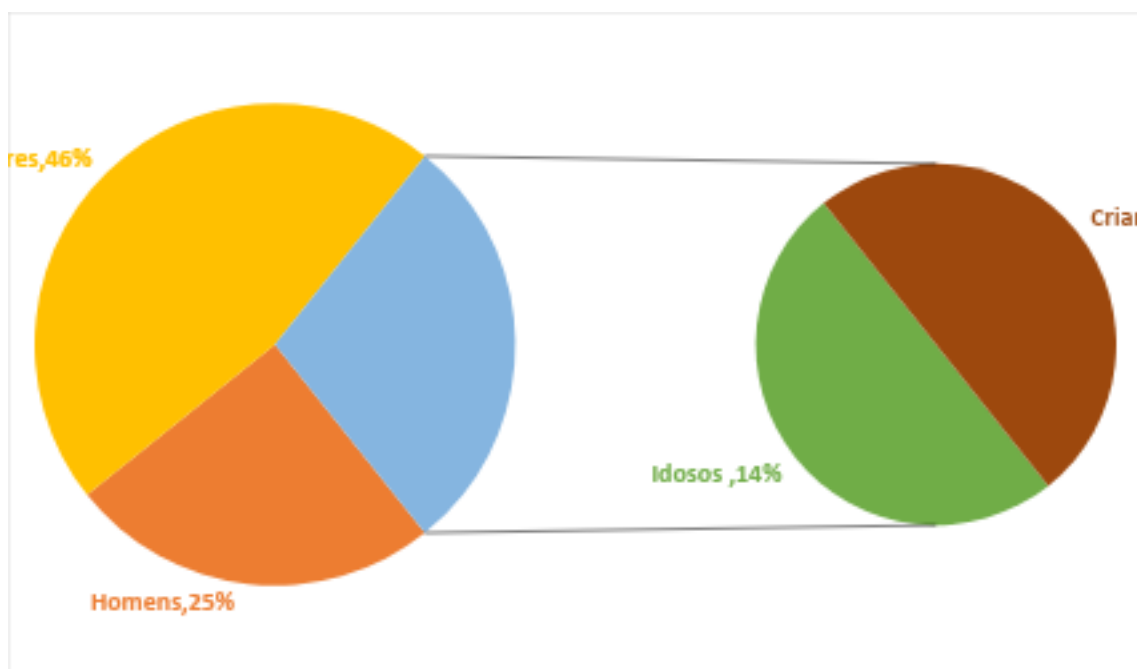
Gráfico: Quantitativo de usuários da cozinha da Associação dos moradores



Fonte: Elaborado pela autora, 2024

Na cozinha da Associação do bairro temos 59 mulheres, 31 homens, 10 crianças e do quantitativo homens e mulheres, temos 10 idosos. De almoços extras temos aproximadamente 10 pessoas.

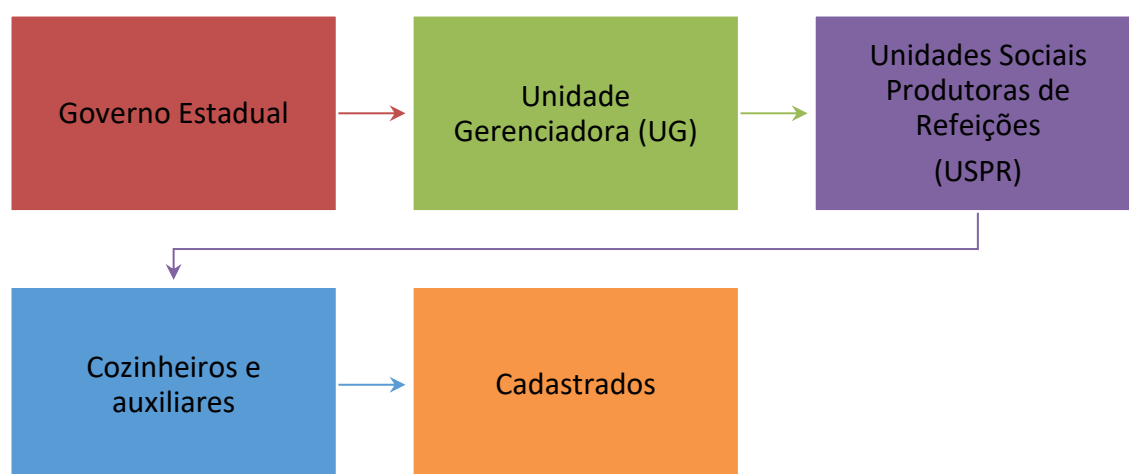
Gráfico: Quantitativo de usuários da cozinha da Rua Iguatu, 546



Fonte: Elaborado pela autora, 2024

Nessa cozinha temos 65 homens, 35 mulheres fechando os 100 cadastrados, dessas 100 pessoas temos 20 idosos, 20 crianças, 2 deficientes amputados, 1 deficiente em tratamento renal, 1 pessoa em tratamento de câncer, 15 jovens estudantes. De extras temos 15 moradores de rua e uma mulher trans.

Trajetória da cozinha do Ceará sem fome



Fonte: Elaborado pela autora, 2024

Para entender melhor como as cozinhas solidárias funcionam, temos que entender como inicia seu processo. As Unidades Gerenciadoras (UG) são as instituições que irão credenciar e gerenciar as Unidades Sociais Produtoras de Refeições (USPR). As USPR são as cozinhas que irão produzir e entregar a refeição para os cadastrados.

Tabela: Quantidade de USPRs por lote e regionais

Tabela 1: Quantidade de USPRs por lote e regionais

Regional	Número de habitantes	% de habitantes	Quantidade de USPR	Lote
SER I (Territórios 2 e 3)	93.495	8,61	25	1
SER I (Territórios 4, 5 e 6)	95.069	8,76	27	2
SER XII	7.398	0,68		
SER II (Territórios 7, 8 e 9)	94.304	8,69	25	3
SER II (Território 10)	18.314	1,69	22	4
SER VII	64.219	5,92		
SER III	66.535	6,13	25	5
SER IV	27.755	2,56		
SER V	83.160	7,66	23	6
SER VI	95.355	8,79	25	7
SER VIII	119.805	11,04	32	8
SER IX	117.225	10,80	31	9
SER X	91.746	8,45	25	10
SER XI	110.984	10,23	30	11
Total	1.085.364	100,00	290	-

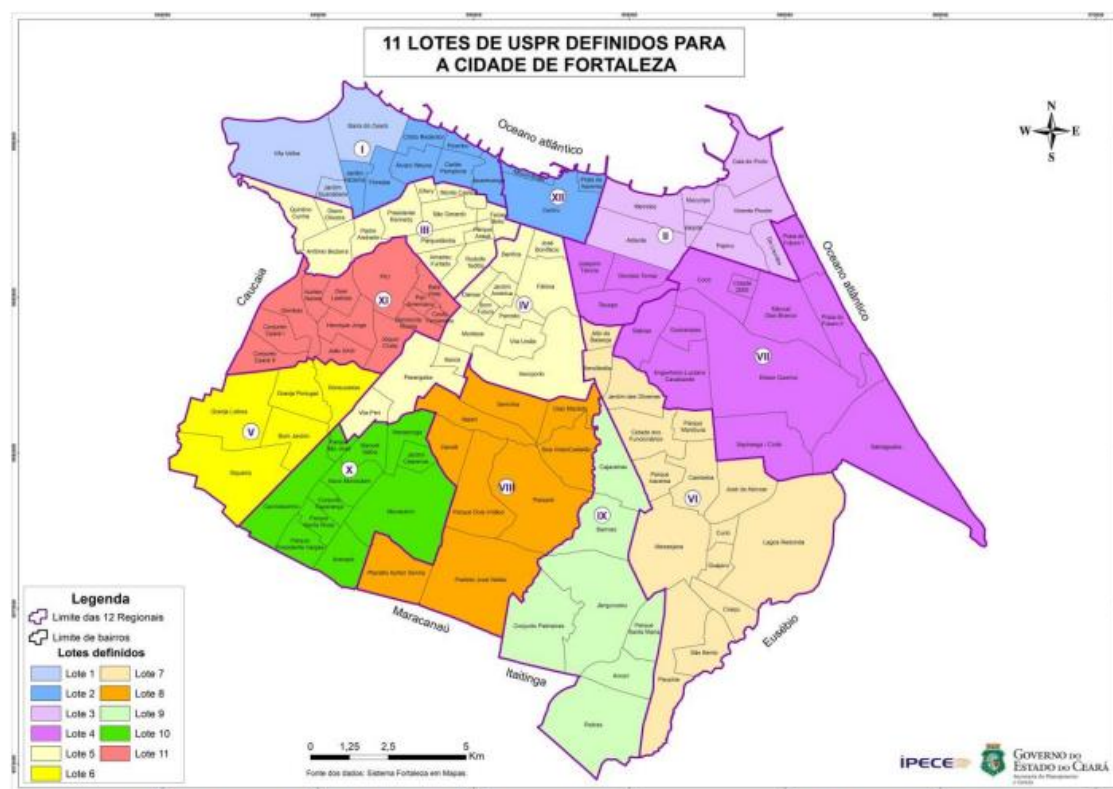
Fonte dos dados: Plano Fortaleza 2040 e PLHIS-For.

Fonte: Nota Técnica - Nº 79 - Outubro/2023

A tabela acima destaca a quantidade de USPRs que são as cozinhas solidárias, distribuídas por regional e lote. Fortaleza é dividida em 12 Regionais com o intuito de facilitar a administração da cidade, também chamada de Secretaria Executiva Regional (SER) cada uma é responsável por um conjunto de bairros. Cada lote é de responsabilidade das Unidades Gerenciadoras, que atuam como um elo entre o Governo do Estado com as USPRs.

A Associação Beneficente do Centrinho da UV10 é responsável por dois lotes do programa, incluindo as cozinhas solidárias do bairro Serrinha. Para ser uma das Unidades Gerenciadoras, foi necessário a participação no edital do Ceará sem fome. Associação Beneficente do Centrinho da UV10 é uma organização sem fins lucrativos voltada a resolver problemas sociais.

Mapa: Lotes das USPRs distribuídos nos bairros de Fortaleza



Mapa 3: Lotes de USPRs de Fortaleza segundo bairros e regionais. Elaboração própria.

Fonte: Fonte: Nota Técnica - Nº 79 - Outubro/2023

Os repasses financeiros do Ceará sem fome são coordenados pela Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA). As Unidades Gerenciadoras (UGs) recebem os recursos financeiros destinada ao programa e desempenham a função de distribuir esses fundos para as Unidades Sociais Produtoras de Refeições (USPRs), também conhecidas como cozinhas solidárias. As cozinhas ficam responsáveis pela preparação e distribuição das refeições para as famílias cadastradas.

Os dados e relatos evidenciam que o bairro da Serrinha é uma área periférica que, assim como muitos outros bairros de Fortaleza, demanda maior atenção e investimentos. A realidade local reflete desafios estruturais que reforçam a necessidade de políticas públicas mais eficazes para garantir melhores condições de vida à população.

Todos os dias, tem até uma lista com mais ou menos 30 pessoas, que estão no pré cadastro, que vai surgindo vaga e gente vai encaixando, e todos os dias como é o combinado com essas pessoas, algumas que estão em necessidade extrema e aí a gente vê, não, vamos ter que dar um jeito, por isso que eu digo que às vezes a [cozinheira] todo dia faz um milagre da multiplicação das quentinhas, e aí né a gente combina assim olha, porque assim 10:30, 11h a gente começa a entregar e quando é 11:40h pra meio dia essas pessoas que não estão dentro do cadastro trazem

as vasilhas, porque a gente não pode dar nas quentinhas porque já é uma contagem pras 100, aí se a gente der na quentinha vai faltar. (...) Um casal que vem nesse horário combinado de 11:30h, meio dia, eles vem e traz as vasilhas deles, e até assim a gente até coloca na lista o nome e tal, o que se pode colher de alguma coisa de nome de documento que tiver entendeu, a nossa ordem é não deixar que a pessoa saia sem sua alimentação, fazemos todos os esforços, para que aquela pessoa possa se alimentar, possa comer. (...) outra coisa também muito importante é que a gente faz de vez em quando sempre sobra muito aquela questão do caldo do feijão, da carne, aí às vezes quando a gente tem uma quantidade bem significativa eu pego e faço a sopa a noite aí distribuo também pra algumas pessoas, rapidinho voa, aí quando sobra, raramente quando sobra, aí já deixo aí, o perfil da sopa é mais idoso e criança, porque não é em grande quantidade, aí a gente tem que realmente escolher e manda pra algumas pessoas. (Coordenador Gledson)

A fala do coordenador Gledson é profundamente marcante, pois evidencia seu compromisso genuíno com a população da Serrinha. Mesmo sem obrigação formal, ele reaproveita alimentos que muitos poderiam considerar descartáveis, transformando-os em refeições nutritivas e acessíveis. Além disso, sua dedicação vai além do reaproveitamento, já que ele investe recursos próprios para complementar a sopa com ingredientes adicionais, garantindo uma alimentação mais rica e digna para aqueles que mais precisam.

Eu confesso que eu não era uma menina de conhecer os vizinhos de trás, né, eu moro na Silas Munguba [avenida] e aí eu me achava branca e rica, né, e minha mãe era professora né do município de Fortaleza, então eu não conhecia muito as ruas mesmo, a entranha do bairro, só depois que ela faleceu, que a mamãe faleceu foi que eu vim chegar na associação, em conhecer a associação e participar mais desse movimento né, então hoje eu percebo, logico lendo a história da associação, que tem os documentos que a gente percebe que é um bairro de ocupação, que é um bairro que teve luta pra conseguir luz elétrica, que a associação participou disso, fez uma marcha da lamparina, sabe tem nos documentos da associação que eles pegaram as lamparinas a noite, fizeram tipo uma caminhada simbólica até... hoje a gente tem as regionais, né, da prefeitura na época era subprefeitura que tinha na década de 80, então eles fizeram essa marcha da lamparina, exigindo luz elétrica, o ônibus que hoje Parangaba/Serrinha tem, o número do ônibus é o número da sede da Amorbase [associação] que é 359, então quer dizer a associação fazia esse movimento de luta de conquista para melhores condições aqui do bairro, né, a escola de ensino médio é a única que tem aqui entre Itaoca, Parque dois Irmãos, Itaperi, é a única que tem de escola de ensino médio é aqui no nosso bairro, então são lutas, né que os moradores faziam, muitos deles não compreende que mora num bairro de periferia porque aqui

no cursinho a gente tem tipo uma enquetizinha que é pra eles se inscreverem, aí uma das perguntas é assim “você mora em um bairro de periferia?” Aí eles dizem não, “qual bairro você mora?” “na Serrinha”, tipo assim 90% não se identifica como uma pessoa que mora no bairro periférico né, mas realmente é um bairro muito pobre, é um bairro que precisa de saneamento básico, foi uma das últimas lutas agora que a gente presenciou que o saneamento dessa rua estreita aqui porque quando chove entra água dentro das casas, mas aí acho que falta, a associação como eu falei anteriormente foi perdendo essa característica de lutar, sabe, e ficou mais no assistencialismo, então as pessoas meio que esquecem sobre isso, mas eu acho que é um trabalhinho de formiguinha mesmo, conscientização de classe, entendeu, de raça que muitas vezes a gente não tem, é um bairro que tem suas características periféricas, apesar de ter uma universidade, o aeroporto internacional, é o centro de fortaleza, né, quando você pega o mapa de Fortaleza e bota o dedo bem no meio, tá lá a Serrinha. (Coordenadora Franciane)

Esse relato traz uma reflexão profunda sobre pertencimento, consciência social e luta comunitária. A coordenadora Franciane descreve sua percepção inicial sobre o bairro Serrinha, onde acreditava estar distante das realidades periféricas devido à sua condição familiar e ao fato de sua mãe ser professora. No entanto, após o falecimento da mãe, o contato com a associação do bairro despertou uma nova compreensão sobre o local e sua história de luta. O depoimento ressalta a trajetória da comunidade na conquista de direitos básicos, como energia elétrica e transporte público, mencionando a "Marcha da Lamparina" como um exemplo simbólico da mobilização popular. Além disso, destaca que, apesar de o bairro estar localizado no centro geográfico de Fortaleza e contar com infraestrutura como universidade e aeroporto, ainda enfrenta dificuldades típicas de áreas periféricas, como a necessidade de saneamento básico.

Outro ponto importante é a percepção da identidade periférica, onde muitos moradores não se reconhecem como pertencentes a um bairro marginalizado, revelando como a construção social da periferia pode ser subjetiva. O relato também aponta para a necessidade de conscientização de classe e raça, defendendo que a transformação do bairro depende da educação e da reconstrução de um senso de luta comunitária.

A negação da própria identidade, seja por parte do indivíduo ou das pessoas ao seu redor, muitas vezes impede o reconhecimento das opressões vividas diariamente. O racismo se manifesta de diversas formas: na recusa de uma oportunidade de emprego ao identificarem o bairro onde a pessoa mora, na mudança de calçada ao verem um jovem negro caminhando à noite, na violência extrema que transforma um simples guarda-chuva

em uma ameaça mortal ou na abordagem agressiva motivada apenas pelo fato de ter cabelos crespos. Diante dessa realidade, ter consciência de classe e raça não é apenas um exercício intelectual, mas uma questão de sobrevivência.

A Serrinha, tava até fazendo uma reflexão esses dias, a gente tem dentro da Serrinha um grande potencial que a gente viu como cidadão, como defensor da implantação de projetos sociais, culturais, então assim a gente precisa tá lutando, porque assim hoje a gente tem o aeroporto que é a porta, entendeu, vamos dizer assim mundial, que é dentro do nosso bairro, dentro do bairro da Serrinha, então assim eu acredito que se o poder público investisse mais na questão de infraestrutura, eu tô aqui nesse exato momento quando você chegou, tava separando aqui um monte de protocolos pra dar entrada na Regional 8 que é justamente sobre isso, né, falta asfalto, né, ruas pra ser pavimentadas, então assim ainda é um bairro de grande vulnerabilidade social, né, mas que tem um grande potencial, a gente tem o atacadão, tem o aeroporto, a gente tem uma universidade que é a UECE aqui dentro do bairro, nós estamos próximos em uma área bem estratégica, bem próximo do shopping da Parangaba, bem próximo do Castelão, próximo também do centro, né, então assim, é um bairro que tem grande potencial de se desenvolver né, de dar uma acelerada na economia. (Coordenador Gledson)

Mais uma vez, as declarações dos coordenadores se relacionam ao abordar o bairro Serrinha. Do ponto de vista estratégico, trata-se de uma região com pleno potencial para valorização, dado que abriga o aeroporto e diversas pousadas em seu entorno. Além disso, sua localização é privilegiada, pois permite fácil acesso a pontos importantes da cidade. A partir da minha residência, é possível chegar ao Shopping Parangaba, ao Castelão e à Universidade Estadual do Ceará (UECE) em aproximadamente 10 minutos de moto, enquanto o deslocamento até o centro de Fortaleza leva cerca de 15 minutos.

Essas considerações se fazem pertinentes ao pensar o que faz um bairro ser periférico? A Serrinha conta como um dos bairros com mais pessoas pretas em Fortaleza⁴⁷ e os outros bairros que também se constituem nessa lista, são bairros periféricos. Esse padrão reforça a relação entre raça e desigualdade urbana, evidenciando como a estrutura social e econômica das cidades impacta diretamente na distribuição dos espaços e recursos.

Nesse sentido, mais uma vez Joice Berth com *Se a cidade fosse nossa* (2023) se faz pertinente para pensar que essa relação entre raça e desigualdade urbana é

⁴⁷ Disponível em: [Proporção de pessoas pretas é maior nos bairros de Fortaleza com menor IDH; veja dados por local - Ceará - Diário do Nordeste](#)

profundamente marcada pela forma como as cidades são organizadas e pelos critérios que definem o acesso a recursos e oportunidades. Historicamente, populações racializadas têm sido relegadas a territórios periféricos, onde a infraestrutura é precária e os serviços básicos são insuficientes. Esse padrão de segregação não ocorre por acaso, mas reflete um sistema que perpetua desigualdades ao condicionar a qualidade de vida ao pertencimento racial. A exclusão espacial limita o acesso à educação, saúde, transporte e empregos, dificultando a mobilidade social e reforçando ciclos de pobreza. Dessa forma, a estrutura econômica e social das cidades não apenas reflete, mas também alimenta disparidades raciais, tornando fundamental a implementação de políticas públicas que combatam esse cenário e promovam uma ocupação urbana mais democrática e acessível.

CAPÍTULO 3. QUEM ALIMENTA E QUEM É ALIMENTADO: ENTRE A NECESSIDADE E A INVISIBILIDADE

3.1 A fome na prática: vivências a partir das cozinhas solidárias

- A gente combinamos de não morrer.

*- Deve haver uma maneira de não morrer tão cedo e
de viver uma vida menos cruel.*

Conceição Evaristo

Como apresentado nos dois capítulos anteriores, a fome para mim e para o lugar de onde venho, têm representações muito diferentes do lugar onde realizei a presente pesquisa. Mais uma vez retorno a minha casa, no interior do Ceará, com pouco mais de 11 mil habitantes, lugar esse que não falamos sobre a fome, falamos sobre ‘necessidade’. Aqui não vemos pessoas em situação de rua, pedintes e catadores de recicláveis, o que temos são alcoólatras que vez ou outra acabam dormindo nos bancos da praça, mas que tem casa e família.

Aqui nós doamos roupas a conhecidos e em alguns eventos, seja da igreja ou de festas juninas, arrecada-se alguns alimentos para fazer cestas básicas para serem doadas a famílias em vulnerabilidade, mas ainda assim, nada comparado ao que se vê na cidade grande. A cidade pequena não é perfeita, infelizmente pela baixa em empregos muitos indivíduos se veem na necessidade de sair em busca de empregos na capital. Mas o interior é a calma, o conforto, o clima ameno, sem a correria das grandes cidades, a poluição e o buzinaço do dia a dia.

Sair do interior e ir para a cidade grande é o mesmo que um solavanco - inesperado, abrupto, incerto. Nos primeiros meses que passei a viver em Fortaleza, vivia em estado de alerta - aquela correria, o barulho excessivo, o medo constante - mas não podia paralisar, devia continuar com o dia normalmente. Depois de quase dois anos, ainda não consegui normalizar a correria, mas se tornou comum. Da mesma forma que com os anos se torna comum presenciar acidentes, pessoas dormindo em papelões em diversos pontos da cidade, fingir não ver os pedintes e negar constantemente as vendas dos ambulantes. Quando colocado dessa maneira, parece inaceitável... e ainda assim, é o que se vive todos os dias.

Vivenciar as cozinhas solidárias me fez repensar muito do que achava que conhecia - a fome sendo a primeira delas. Nunca consegui me acostumar com a imagem

daquelas pessoas em condições tão degradantes: magras, sujas, fragilizadas, privadas do mínimo de cuidado e dignidade. Invisíveis quando precisam de ajuda, mas tragicamente visíveis para serem julgadas.

Durante as atividades de campo nas cozinhas do bairro Serrinha, percebi olhares de desconfiança por parte de quem ainda não me conhecia. Sentada com caderno e caneta em mãos, minha presença frequentemente despertava receio, era visível nos rostos o medo de que eu estivesse ali para excluir alguém do cadastro. Fazia questão de me apresentar, relatando que eu era uma estudante fazendo pesquisa para tranquilizar aquelas pessoas, e além disso, para que minha presença ali não mudasse tão drasticamente a rotina daquelas pessoas, que não as privasse de ser quem elas eram por medo de alguma retaliação da minha parte.

Com isso fiz boas amizades com as(os) cozinheiras(os) e os(a) coordenadores(a), que ao visitar a cozinha demonstravam sempre querer saber como estou e como estava o andamento da pesquisa. Muitos pesquisadores consideram que não se deve ter excessiva proximidade com os interlocutores, porém considero que é de suma importância criar laços reais, não apenas para a pesquisa, mas também para a vida. Humanizar as pessoas que fazem parte da pesquisa é, antes de tudo, tirá-las desse papel de objeto usável e descartável.

Vivenciar as cozinhas solidárias significou sair do transe de naturalização e invisibilização dos indivíduos que estão em situação de vulnerabilidade. Se sensibilizar com o que é visto não significa ter ‘pena’, mas entender que essas pessoas existem e precisam ser vistas e ouvidas. Em minha última visita a uma das cozinhas, vi uma mulher negra com seu filho de aproximadamente cinco anos esperando a sobra de comida. Talvez aquela poderia ser a única refeição do dia deles... há inúmeras possibilidades.

Naquele momento consegui conversar com alguns rapazes que estavam lá e que vivem em situação de rua, que estavam à espera das sobras de comida. Conversei com José, um homem negro de 47 anos que vive em situação de rua.

Eu vivo em situação de rua assim meio precária um pouco né, faz um pouquinho de tempo, na verdade eu tenho família, mas eles são negligente ao ponto de não reconhecer e assim eu não dou o braço a torcer, não querendo ser estúpido, nem ignorante, nem orgulhoso nada disso, é porque tem familiares que procuram ajudar, e tem familiares que não procuram ajudar. (José, 47)

A fala de José revela uma vivência marcada por uma dualidade emocional e relações familiares conturbadas. Ao suavizar sua condição com expressões como “meio

precária” e “um pouquinho de tempo”, ele resiste a ser definido exclusivamente pela situação de rua, tentando preservar sua dignidade. Há uma tensão evidente entre a necessidade de apoio e o desejo de manter a autonomia com relação aos familiares. José recebe Bolsa Família e é cadastrado na cozinha desde o seu início.

Eu consigo [tomar café da manhã] não é muito ruim, mas também não é muito bom, não vou dizer que é bom, bom, mas dá pra passar, dá pra manter na verdade. Final de semana fica meio complicado, porque se não for eles, não consigo ver uma maneira de pegar algum tipo de alimentação pra se alimentar né. (José, 47)

Observa-se que mesmo recebendo o Bolsa Família, José ainda enfrenta insegurança alimentar, o que evidencia a insuficiência do benefício para garantir uma existência digna. Trago esse ponto porque é comum ouvirmos, de forma distorcida, que quem recebe esse auxílio ‘vive luxando’. Mas cabe perguntar: que tipo de luxo seria possível para alguém que sequer consegue se alimentar adequadamente?

A vivência em situação de rua não constitui um fenômeno isolado ou exclusivo de determinados perfis sociais, mas representa uma possibilidade concreta diante da precarização das relações de trabalho, do enfraquecimento dos vínculos familiares e da ausência de redes institucionais de proteção. Como argumenta Robert Castel (1998) sociólogo francês, o processo de desfiliação ocorre quando o indivíduo perde, simultaneamente, sua inserção no mercado de trabalho e seus laços de pertencimento social, aprofundando seu risco de exclusão.

Na maioria dos casos, como identifica Castel, a exclusão nomeia atualmente situações que traduzem uma degradação relacionada a um posicionamento anterior, ou seja, uma “desfiliação” de alguma condição existencial mais segura, o que pressupõe naturalmente a desfiliação do mercado de trabalho reconhecido como útil. Continuando com Castel, “os excluídos” povoam a zona mais periférica, caracterizada pela perda do trabalho e pelo isolamento social. Ponto essencial para o autor: hoje é impossível traçar fronteiras nítidas entre essas zonas. “Na maior parte dos casos, o excluído é de fato um desfiliado cuja trajetória é feita de uma série de rupturas em relação a estados de equilíbrio anteriores mais ou menos estáveis, ou instáveis” (Castel, 2004, p. 24, apud Maciel, 2019 p. 97)

Erving Goffman (2004) cientista social, antropólogo e escritor canadense, nos ajuda a compreender como o estigma social marca esses sujeitos, atribuindo-lhes identidades desvalorizadas que reforçam sua marginalização. Assim, a situação de rua não é fruto de fracasso moral, mas expressão das falhas estruturais e simbólicas de uma sociedade que ainda não garante os direitos fundamentais à existência digna.

As atitudes que nós, normais, temos com uma pessoa com um estigma, e os atos que empreendemos em relação a ela são bem conhecidos na -medida em

que são as respostas que a ação social benevolente tenta suavizar e melhorar. Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida: Construimos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social. Utilizamos termos específicos de estigma como aleijado, bastardo, retardado, em nosso discurso diário como fonte de metáfora e representação, de maneira característica, sem pensar no seu significado original. (Goffman, 2004, p. 08)

Ainda que o esforço para estabelecer vínculos de confiança e escuta qualificada com os interlocutores seja constante, é preciso considerar que, em diversas situações, esses sujeitos optam por não revelar os motivos reais que os conduziram à sua condição atual. Tal silenciamento não deve ser compreendido como simples resistência individual, mas como expressão de trajetórias marcadas por estigmas sociais, experiências de marginalização e sucessivas rupturas institucionais que fragilizam a possibilidade de elaboração e compartilhamento da própria história.

É fundamental reconhecer que a fala dos interlocutores, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, pode ser marcada por elementos de ficcionalização que, longe de representarem mentiras ou tentativas conscientes de ocultação, operam como estratégias de sobrevivência simbólica frente a experiências dolorosas. Muitas vezes, narrativas deslocadas da realidade são construídas como formas de proteção, negação ou elaboração subjetiva de vivências que não são facilmente comunicáveis. Tal fenômeno não invalida a pesquisa, tampouco compromete a escuta etnográfica, ao contrário, revela camadas profundas da experiência social e emocional do sujeito, oferecendo pistas sobre como ele ressignifica sua própria trajetória e negocia sentidos sobre si e sobre o mundo.

Como aponta a antropóloga brasileira Sônia Maluf (1999) o que está em jogo não é apenas a veracidade do fato, mas a verdade simbólica expressa na forma como o sujeito se narra, ainda que por meio da invenção. Assim, a ficcionalização torna-se um dispositivo de leitura potente, que permite acessar zonas sensíveis da existência e compreender o impacto do estigma, da exclusão e da fragilidade dos vínculos sobre a produção da identidade.

Na leitura antropológica, o olhar deve focar duas direções complementares. Inicialmente, é preciso pensar a narrativa como produto de uma multiplicidade de interferências, das quais algumas aparecem no próprio contexto de sua enunciação. Isso nos remete à noção de multivocalidade e, portanto, a uma leitura que saiba escutar as múltiplas vozes que se exprimem no interior da narrativa. Em outros termos, conforme escreveu Boltanski (1982, p. 23), é preciso ter uma “percepção sincrética do que é dito”. Mas isso não deve

comprometer a outra direção sobre a qual a reflexão deve se debruçar. Existe, em toda narrativa de vida, uma problemática central, um fio que ajuda a tecer o itinerário narrado. Encontrar esse fio, discernir essa problemática é também um dos propósitos do empreendimento antropológico. Em outros termos, a interpretação antropológica deve saber revelar a “quintessência”¹⁷ da experiência e da auto-reflexão que constituem a narração. (Maluf, 1999, p. 77-78)

Estabelecer um vínculo com o interlocutor se torna uma etapa essencial na construção de uma escuta verdadeiramente qualificada. Compreende-se que a confiança, embora cultivada com cuidado e escuta atenta, não garante transparência absoluta nas narrativas compartilhadas. Mesmo diante de uma relação aparentemente sólida, o interlocutor pode optar consciente ou inconscientemente por silenciar, omitir ou reconstruir aspectos de sua trajetória. Essa postura não deve ser interpretada como falsidade ou falta de compromisso, mas como reflexo da complexidade de vivências marcadas por dor, vergonha ou estratégias de autopreservação. A confiança, nesse sentido, não é garantia de revelação total, mas sim abertura para acessar as camadas possíveis de uma história em permanente elaboração.

É por meio dessa relação que se torna possível captar não apenas o conteúdo verbal do que é dito, mas também os modos pelos quais a fala é pronunciada, os silêncios que a atravessam, as hesitações que a pontuam e, sobretudo, os gestos, expressões e reações corporais que a acompanham. Essa dimensão comunicativa não verbal, frequentemente negligenciada, revela aspectos profundos da experiência vivida e permite ao pesquisador acessar sentidos que transcendem as palavras, desvelando as formas como o sujeito se inscreve, se protege e se constrói no mundo.

Durante a realização das entrevistas, foi possível perceber certo receio por parte dos interlocutores, o que é compreensível diante das vivências marcadas por insegurança e desconfiança. No entanto, a presença dos coordenadores, figuras de referência e confiança para os participantes, contribuiu para tornar as entrevistas mais convidativas. Ainda assim, busquei sempre me apresentar com clareza, explicando os objetivos da pesquisa, quem eu era e, principalmente, destacando a importância de cada fala para a construção do estudo. Considero essencial reconhecer o papel fundamental dos interlocutores na produção do conhecimento: não apenas como fontes de informação, mas como sujeitos cuja experiência carrega potência, saberes e sentidos que merecem ser escutados e valorizados. Ao reforçar a relevância de suas vozes, reafirma-se também o seu lugar como protagonistas das próprias histórias.

Ao final de cada entrevista, ao agradecer e reforçar a importância da fala dessas pessoas, sentia em seus rostos um misto de vergonha e alegria - vergonha por ter que expressar sua realidade dolorida, mas alegria por saber e ouvir que sua fala era potente. Esse é um dos grandes diferenciais do olhar antropológico: a capacidade de enxergar para além da parede de concreto que muitas vezes é erguida como mecanismo de proteção. Trata-se de reconhecer que, mesmo diante de silêncios ou resistências, há sempre pequenas frestas que permitem o acesso a dimensões profundas da experiência humana. O antropólogo não força passagem, mas se aproxima com escuta sensível, paciência e respeito, buscando captar os sentidos que se escondem nos detalhes, nos gestos e nas entrelinhas da fala.

Desde o primeiro capítulo, procuro enfatizar que, embora a dor esteja presente na trajetória dessas pessoas, ela não as define por completo. A dor compõe suas vivências, mas não esgota a complexidade de quem são. No romance *Em Algum Lugar Lá Fora* (2023), Jabari Asim escritor norte-americano, constrói personagens que, embora atravessados por experiências brutais de escravidão e opressão, não são reduzidos ao sofrimento que viveram. Ao contrário, a narrativa revela, com sensibilidade e profundidade, as múltiplas formas de resistência, afeto e imaginação com as quais esses sujeitos enfrentam a realidade. O autor convida a reconhecer que há muito mais pulsando em cada história, há desejo, memória, construção de si e possibilidades de futuro, também havendo amor e amizade, e isso não significa romantizar a dor, mas humanizar pessoas, vidas e experiências.

Ao conversar com André, fiquei profundamente tocada pela forma como a vulnerabilidade marca o corpo e o tempo de uma pessoa. Um homem negro de apenas 18 anos, que carrega no rosto os traços duros de quem já atravessou mais do que devia, sua expressão, marcada pelo desgaste da vida, revelava a aparência de alguém dez ou vinte anos mais velho. Perguntei novamente sua idade por não acreditar em tamanho envelhecimento, mas tentei regular meu rosto para que não deixasse visível minha surpresa e o deixasse desconfortável.

- Você é morador de rua?
 - Por enquanto ainda não, que é o pessoal que tá me ajudando, mas nessa situação tô pra ir embora já.
 - Mas você é cadastrado na cozinha? Recebe todos os dias?
 - Sou cadastrado, mas só recebo segunda e quinta.
 - E final de semana?
 - As vezes eu arrumo com os vizinhos ou se não ali nas irmãs.
- [Escola/convento] (André, 18)

É possível que, ao se deparar com esta passagem isoladamente, o leitor estranhe o tom direto da pergunta feita durante a entrevista, talvez interpretando-a como abrupta ou invasiva. No entanto, quando inserida no contexto completo da conversa, percebe-se que essa abordagem emergiu de uma escuta atenta e de uma dinâmica construída ali, naquele momento. As interações prévias, inclusive um comentário feito por um dos ajudantes da cozinha, pessoa de confiança no ambiente, ofereceram pistas valiosas sobre a melhor forma de me aproximar daquele entrevistado específico. A linguagem direta, nesse caso, não foi desrespeitosa, mas sim um recurso de comunicação acessível, adaptada àquele vínculo específico, àquele espaço de troca e ao modo como o interlocutor se mostrava mais receptivo.

Ao dialogar com essa população, percebi que o termo "morador de rua" ainda é amplamente utilizado entre eles próprios, mesmo que atualmente a formulação mais adequada seja "pessoa em situação de rua". Nesse contexto, mais do que priorizar a terminologia institucionalmente correta, é fundamental adotar uma linguagem que faça sentido para os interlocutores, que esteja próxima de seu cotidiano e pertença ao universo de significados com o qual estão familiarizados.

Faz uns 15 anos que eu moro na rua, de 2008 prá cá, foi problema com a família [que o levou a situação de rua]. Quando eu passava [na cozinha] e às vezes eu via chegava pedindo, eu peço sabe quando tô com fome, aí eles dizem se sobrar, aí às vezes não sobra né. Aí o que sobra é que tem gente que não vai buscar, o pessoal cadastrado não vai. Rapaz às vezes eu merendo, às vezes num merendo, como uma coisa aqui e outra acolá, final de semana eu peço nos restaurantes, nas casas. (Miguel, 43)

Assim como André, Miguel também apresenta uma aparência que o faz parecer significativamente mais velho do que realmente é. Com uma barba longa e completamente branca, corpo magro, vestindo roupas gastas e rasgadas e carregando uma mochila igualmente danificada, ele carrega no corpo marcas visíveis de uma trajetória atravessada por privações. Durante nossa conversa, Miguel se mostrou extremamente tímido e hesitante em suas respostas, mesmo quando eu deixava claro que não havia qualquer obrigação em responder. Seu olhar, suas pausas e o modo como segurava a mochila junto ao corpo revelavam um receio que parecia ir além do momento da entrevista, como se o próprio ato de falar, de contar, exigisse dele mais do que palavras.

Falar em voz alta sobre a situação que se vive é extremamente doloroso, especialmente quando nunca se teve a coragem de fazê-lo antes. O silêncio muitas vezes

se torna um escudo, não só para proteger feridas ainda abertas, mas também para evitar o julgamento do mundo. Negar-se a contar a própria história não revela apenas vergonha, revela também o medo de se encarar, de reviver dores escondidas e de admitir que aquilo que aconteceu deixou marcas profundas. É um ato de autodefesa, sim, mas também um grito silencioso por acolhimento. Há quem acredite que o silêncio é esquecimento, mas, na verdade, ele é memória viva.

As visitas semanais às cozinhas solidárias me permitiram não apenas vivenciar de perto a proposta do programa Ceará Sem Fome, mas também mergulhar na realidade do bairro da Serrinha. Para chegar a uma das cozinhas, a mais movimentada entre elas, percorri vielas estreitas, ladeadas por casas modestas, pequenas e espremidas umas contra as outras, mas o que mais marcava o caminho era a presença vibrante de pessoas negras, indo e vindo no vai-e-vem do cotidiano. Pelos dados e pelo fato de ser um bairro periférico, já imaginava a predominância de uma população negra. No entanto, estar ali, respirar aquele espaço, é uma experiência que nenhum número traduz. É o corpo que entende assim como ao caminhar por bairros como o Meireles, o que se vê são corpos brancos ocupando as ruas, enquanto os corpos negros, quase sempre, estão a serviço deles. Há ausências e presenças que dizem muito, mesmo sem palavras.

Sempre fui acolhida com muito carinho nas cozinhas, e algo que sempre me tocava era o gesto de me oferecerem o almoço nos dias em que eu estava lá. No início, confesso que me sentia apreensiva, pois sabia que havia pessoas que precisavam daquela refeição muito mais do que eu, mas a cozinheira, sempre me tranquilizava relatando que a comida que eu recebia vinha depois que todas as marmitas já estavam prontas, separadas e entregues. O que eu comia, na verdade, era o que sobrava, o mesmo prato compartilhado com aqueles que, mesmo fora do cadastro, buscavam ali o alimento possível. E isso, de certa forma, me fez sentir incluída num elo silencioso de partilha.

A comida servida nas cozinhas sempre me surpreendia pelo sabor marcante e acolhedor, revelando o cuidado e a dedicação das(os) cozinheiras(os) em oferecer o melhor para a população. Era evidente que ali não se preparava apenas alimento, mas também afeto. A cada dia, o cardápio se renova, trazendo variedade de sabores e uma composição nutricional pensada com zelo. Era uma alimentação equilibrada, planejada com atenção às necessidades específicas de saúde da comunidade, incluindo pessoas com hipertensão, intolerâncias alimentares e outras condições.

As proteínas sempre cozidas, variam entre carne suína, bovina ou frango, todas preparadas com pouco sal e gordura. O acompanhamento era farto e cheio de brasilidade:

arroz, feijão, macarrão, farofa e legumes cozidos que completavam um prato simples, mas saboroso e completo. Não posso negar que, com o passar do tempo, a ida às cozinhas se tornou um dos momentos mais aguardados da minha semana. Havia uma alegria genuína em sentar e saborear aquela comida feita com tanto carinho, quase como se por alguns minutos, o mundo desacelerasse e me permitisse apenas sentir o cheiro, o gosto, e o acolhimento silencioso de quem cozinha pensando no outro.

Pode soar como exagero para quem lê, mas sinceramente, não consigo conceber outra forma de preparar tamanhas quantidades de alimento que, inclusive, rendem além do previsto e alimentam tantas pessoas, que não seja por meio do afeto. E aqui, afeto não se confunde com uma felicidade constante, tampouco com a ausência de tensões ou contratempos na cozinha. Trata-se do reconhecimento de que há uma necessidade maior que qualquer adversidade cotidiana: a fome de quem aguarda por aquele prato. Cozinhar, nesse contexto, é mais do que misturar ingredientes, é um ato de dignidade e cuidado com o próximo.

Essa reflexão ganha ainda mais força quando lembro dos diversos desafios práticos que presenciei nas cozinhas. Houve dias em que simplesmente faltaram embalagens para colocar os alimentos. Nessas situações, a coordenação precisou comprar do próprio bolso para garantir que ninguém ficasse sem refeição. As cozinheiras relataram que, muitas vezes, as embalagens chegavam quebradas ou amassadas por conta do transporte inadequado, e que os pacotes vinham com a quantidade exata para a produção do dia, sem nenhuma margem para perdas ou emergências. Isso significa que qualquer dano ou extravio já compromete o funcionamento da entrega, exigindo imprevisto, urgência e, principalmente, esforço pessoal para cobrir o que deveria ser garantido como direito.

Em diversos momentos, deixei de lado o papel de pesquisadora para literalmente colocar a mão na massa, ajudando a distribuir os legumes, fechar as quentinhas e garantir que tudo estivesse pronto a tempo. Eram situações em que o ritmo apertava e o comprometimento coletivo falava mais alto. Nessas horas, a linha entre observar e participar desaparecia, e eu me via inteiramente envolvida na dinâmica da cozinha, movida pelo senso de urgência e pela vontade de contribuir para que nenhuma refeição se atrasasse.

Também presenciei momentos de tensão durante as idas às cozinhas, como um episódio marcante de desentendimento entre os(as) cozinheiros(as) que rapidamente se transformou em uma discussão acalorada. Em meio ao ambiente, um homem acabou

dirigindo palavras agressivas a uma mulher, tornando a situação ainda mais delicada. Fiquei observando com atenção, sem intervir imediatamente, mas mantendo a consciência de que, caso os ânimos extrapolassem os limites do respeito ou se tornassem fisicamente perigosos, eu não hesitaria em intervir. Felizmente, antes que a situação piorasse, o homem decidiu se retirar, talvez por perceber que sua permanência só agravaria a situação.

Situações como essa rompem com a segurança da observação distante, nos empurrando para fora da zona de conforto e exigindo não apenas ação, mas presença genuína. Deixamos de ser meros espectadores e passamos a sentir na pele o que o campo nos oferece, não só as emoções agradáveis, como empatia, gratidão e alegria, mas também aquelas que nos atravessam de forma desconcertante: o medo, a surpresa, a vergonha, a tristeza. Esses momentos nos deslocam, nos tensionam, e ao mesmo tempo nos despertam, e é justamente nesse atravessamento que nos tornamos verdadeiramente imersos. O campo deixa de ser objeto de análise e se torna território vivido, onde cada gesto e silêncio carrega camadas de sentido. É incômodo, mas também é profundamente humano.

Essa imersão no campo não transforma apenas quem pesquisa, ela também alcança e impacta profundamente quem está ali como interlocutor. A relação deixa de ser unilateral: é uma troca, muitas vezes silenciosa, mas intensa. O pesquisador se permite ser afetado, mas também passa a afetar, mesmo que de forma sutil. Nesse processo, o que emerge não é apenas informação, mas uma construção partilhada de sentido.

Quando falamos de vulnerabilização no campo, um dos primeiros aspectos a emergir é a invisibilização, a percepção de que muitas dessas pessoas, cujas vozes agora são escutadas de perto, já foram por muito tempo desconsideradas, silenciadas, ou reduzidas a dados estatísticos. Estar ali, corpo a corpo, revela ausências gritantes e subjetividades complexas que raramente encontram espaço de expressão. A escuta comprometida, nesse contexto, não é só método, é reconhecimento, e ao passo em que o campo se torna espaço de encontro, também se torna espaço de fricção entre mundos, saberes e histórias. Pesquisar é, portanto, habitar o desconforto, não como obstáculo, mas como possibilidade ética de se repensar as posições de poder e visibilidade que estruturam o próprio fazer científico.

Aos poucos, fui percebendo como certos sinais, ainda que sutis, carregavam significados fortes no contexto das cozinhas solidárias. Mesmo vestida de maneira simples, como calça jeans, camiseta e tênis, minha presença ainda sugeria uma posição

de superioridade ou distanciamento, algo que eu não desejava. Era como se a forma de me vestir me colocasse automaticamente em um lugar de destaque, mesmo sem querer. Ao notar que isso gerava certo desconforto entre alguns beneficiários, decidi adaptar minha aparência: passei a ir de short e chinela, buscando desfazer a imagem de quem ocupa um lugar “importante”. Mais do que parecer próxima, eu queria ser percebida como parte, estar ali de igual para igual, disponível para escutar, aprender e compartilhar.

A depender do contexto, a forma como nos vestimos, seja considerada "bem" ou "mal" vestida, pode gerar barreiras de comunicação, mesmo quando não há essa intenção. Diariamente, nosso corpo transmite símbolos: pelas roupas que escolhemos, pela postura que adotamos, pelo modo como olhamos direto ou desviado, e de maneira ainda mais marcante, pela cor da pele que carregamos. Todos esses elementos, muitas vezes de maneira inconsciente, ativam estereótipos e pré-conceitos no olhar do outro. Assim, o corpo se torna linguagem, e essa linguagem tanto pode aproximar quanto afastar.

É essa classe social que designamos neste livro de “ralé” estrutural, não para “ofender” essas pessoas já tão sofridas e humilhadas, mas para chamar a atenção, provocativamente, para nosso maior conflito social e político: o abandono social e político, “consentido por toda a sociedade”, de toda uma classe de indivíduos “precarizados” que se reproduz há gerações enquanto tal. Essa classe social, que é sempre esquecida enquanto uma classe com uma gênese e um destino comum, só é percebida no debate público como um conjunto de “indivíduos” carentes ou perigosos, tratados fragmentariamente por temas de discussão superficiais, dado que nunca chegam sequer a nomear o problema real, tais como “violência”, “segurança pública”, “problema da escola pública”, “carência da saúde pública”, “combate à fome” etc. (Souza, 2009, p.21)

O sociólogo brasileiro Jessé Souza em seu livro *Ralé Brasileira: quem é e como vive* (2009) irá apresentar que a pobreza não surge de forma espontânea, ela é resultado de processos sociais historicamente construídos. Ele destaca três pontos que auxiliam na perpetuação dessa realidade: a desigualdade social, a precarização da educação e a violência constante. O autor também destaca como o racismo está presente na exclusão social e contribui para a desumanização do indivíduo.

Essa realidade se impõe como uma constante na vida das pessoas que participaram desta pesquisa, em sua maioria, negras e pobres, atravessadas cotidianamente por múltiplas formas de exclusão. De um lado, estão as mulheres negras que sustentam suas famílias sozinhas, muitas vezes como mães solo, lutando diariamente para garantir o mínimo necessário para alimentar seus filhos. Do outro, homens negros em situação de rua, marcados pela vulnerabilidade extrema, enfrentando a cada amanhecer o desafio de sobreviver mais um dia em meio à dor da fome e à ameaça persistente do medo. Ambos

os lados revelam histórias silenciadas por uma sociedade que insiste em normalizar a desigualdade, mas ao mesmo tempo, esses corpos carregam resistência, são testemunhas de uma realidade negada, mas também protagonistas de estratégias de sobrevivência construídas à margem.

A teoria superficial e conservadora do “jeitinho brasileiro” de um Roberto DaMatta se alimenta de incompreensões básicas acerca desse processo de dependência social. Primeiro o “jeitinho” não é “brasileiro”, mas de todas as classes precarizadas e desesperadas em qualquer lugar do mundo moderno, como a brilhante análise de Bourdieu sobre a “ralé” argelina — que ele chama de subproletários — dos anos 1960 mostra sobejamente. O “conto de fadas” sociológico da absoluta singularidade brasileira apenas obscurece a verdadeira percepção de quais são os nossos reais problemas sociais. Em segundo lugar, misturar a absoluta dependência dos pobres com a desfaçatez e o privilégio dos ricos e poderosos e chamar os dois pelo mesmo nome de “jeitinho” equivale a não compreender nem um nem outro fenômeno e ainda confundi-los num mesmo nome. Essa confusão não é inofensiva. É ela que ajuda a manter nosso debate acadêmico e político no seu atual estado falimentar sob a égide de uma interpretação conservadora que obscurece sistematicamente nossos conflitos sociais mais fundamentais. (Souza, 2009, p. 415-416)

A instabilidade e a luta diária pela sobrevivência aprisionam essa população no que o autor chama de um “eterno hoje”, um tempo suspenso, onde o amanhã se torna um luxo distante. Viver sob o peso da pobreza extrema é viver focado no imediato: conseguir o que comer, onde dormir, como proteger os filhos. Não há espaço para planejar sonhos, investir em formação, ou construir caminhos com segurança. Essa lógica da urgência cotidiana, sustentada por um Estado que se ausenta ou se faz seletivo, perpetua não apenas o sofrimento de uma geração, mas inscreve a pobreza como herança. De mães para filhos, o que se transmite muitas vezes não é uma possibilidade de futuro, mas um saber de sobrevivência. O presente se arrasta, o futuro se adia, e o ciclo se repete naturalizado por uma sociedade que escolhe não ver.

A ausência, muito frequente na ralé, de um emprego regular não acarreta apenas a falta de uma renda segura no fim do mês, mas também todo um sistema de organização coerente do tempo e da vida. A desorganização e a desestruturação sistêmica abrangem todas as dimensões da vida, o que ajuda a explicar também os altos índices de alcoolismo e de desestruturação familiar que encontramos no contexto dos anos de pesquisa empírica. Como as necessidades primárias não são do tipo que se possa adiar, todo o dia presente é vivido sem referência ao dia seguinte. A prisão no “eterno hoje” é a condição inexorável de uma classe de “estrangeiros” obrigados a viver numa ordem fundamentada no cálculo e na racionalidade do planejamento futuro. É isso que explica o fato de os entrevistados despossuídos e nordestinos de Almeida terem, para ele, todas as características de “arcaicos”, ou seja, de literalmente viverem numa percepção de tempo que não é a deles. (Souza, 2009, p. 418)

A ausência de uma estrutura social sólida aciona um ciclo de vulnerabilidades que, em muitos casos, pode culminar em situações extremas, como a vivência nas ruas. Esse processo, longe de ser repentino, é tecido por uma série de ausências, negligências e

rupturas estruturais. A precarização material e econômica se manifesta na renda insuficiente para garantir moradia, alimentação e estabilidade. A desestruturação familiar, por sua vez, muitas vezes é consequência e causa deste contexto, gerando relações marcadas por sobrecarga, abandono ou ausência de redes de apoio.

O fracasso escolar aparece como efeito da desigualdade de oportunidades, perpetuando um ciclo de exclusão do acesso ao conhecimento e à mobilidade social. Isso se conecta com o trabalho desqualificado, geralmente informal, mal remunerado e sem direitos, alimentando a instabilidade financeira, que impede a construção de qualquer planejamento de médio ou longo prazo.

A insegurança frente às necessidades básicas como alimentação, moradia e acesso à saúde, compromete o bem-estar cotidiano e agrava os impactos emocionais, como ansiedade, medo, frustração e baixa autoestima. Consequentemente, a saúde física e mental se fragiliza, e a pessoa se torna ainda mais vulnerável a rupturas. Esse conjunto de fatores promove a vulnerabilidade social, reforçada pela estigmatização que recai sobre aqueles que vivem a pobreza extrema rotulados, invisibilizados e desumanizados. Por fim, tudo isso desemboca em processos de exclusão, que naturalizam a injustiça e afastam essas pessoas do acesso a direitos fundamentais.

Esses são apenas alguns entre os muitos aspectos que compõem o processo de vulnerabilização do indivíduo. Existem outras formas igualmente impactantes, como o abandono familiar ou a inserção no mundo das drogas, caminhos que, embora específicos, não se desvinculam dos fatores estruturais já mencionados. Ainda que se expressem de maneiras distintas, essas trajetórias também são atravessadas pela precariedade material, pela exclusão social, pela ausência de políticas públicas efetivas e pela estigmatização contínua. Em diferentes graus e combinações, esses elementos se retroalimentam, aprofundando o ciclo da marginalização.

Abaixo desses bolsões, formando a linha mais ampla do losango das classes sociais brasileiras, fica a grande massa das classes oprimidas dos chamados marginais, principalmente negros e mulatos, moradores das favelas e periferias da cidade. São os enxadeiros, os bóias-frias, os empregados na limpeza, as empregadas domésticas, as pequenas prostitutas, quase todos analfabetos e incapazes de organizar-se para reivindicar. Seu desígnio histórico é entrar no sistema, o que sendo impraticável, os situa na condição da classe intrinsecamente oprimida, cuja luta terá de ser a de romper com a estrutura de classes. Desfazer a sociedade para refazê-la. Essa estrutura de classes engloba e organiza todo o povo, operando como um sistema autoperpetuante da ordem social vigente. Seu comando natural são as classes dominantes. Seus setores mais dinâmicos são as classes intermédias. Seu núcleo mais combativo, as classes subalternas. E seu componente majoritário são as classes oprimidas, só capazes de explosões catárticas ou de expressão indireta de sua revolta. Geralmente estão resignadas com seu destino, apesar da miserabilidade em que

vivem, e por sua incapacidade de organizar-se e enfrentar os donos do poder. (Ribeiro, 1995, p. 209)

Darcy Ribeiro, antropólogo brasileiro, em *O Povo Brasileiro* (1995), analisa as raízes históricas e culturais da formação do Brasil enquanto nação, destacando o encontro muitas vezes violento entre indígenas, africanos escravizados e colonizadores europeus como base para a constituição de um povo mestiço, singular e profundamente desigual. Sua obra destaca a identidade brasileira atravessada pelo racismo, escravidão e exclusão social.

A sua obra permanece viva, não apenas como registro histórico, mas como um espelho incômodo de um país que insiste em repetir seus próprios padrões. Em suas páginas, revelam-se dinâmicas de opressão, exclusão e vulnerabilidade que, longe de pertencerem ao passado, continuam estruturando o presente. Sua atualidade é um alerta: o Brasil segue marcado por desigualdades profundas que resistem ao tempo e desafiam qualquer promessa de mudança real. Nas palavras de Darcy: “(...) ontem escravos, hoje subassalariados (...)” (p. 210).

Com efeito, no Brasil, as classes ricas e as pobres se separam umas das outras por distâncias sociais e culturais quase tão grandes quanto as que medeiam entre povos distintos. Ao vigor físico, à longevidade, à beleza dos poucos situados no ápice - como expressão do usufruto da riqueza social - se contrapõe a fraqueza, a enfermidade, o envelhecimento precoce, a feiúra da imensa maioria - expressão da penúria em que vivem. Ao traço refinado, à inteligência - enquanto reflexo da instrução -, aos costumes patricios e cosmopolitas dos dominadores, corresponde o traço rude, o saber vulgar, a ignorância e os hábitos arcaicos dos dominados. (Ribeiro, 1995, p. 210)

A desigualdade social brasileira é tamanha que, como aponta Darcy Ribeiro, as classes ricas e pobres se distanciam a ponto de parecerem povos distintos. O acesso à saúde, à educação e à qualidade de vida molda não apenas trajetórias, mas os próprios corpos: enquanto os mais ricos desfrutam de longevidade, vigor e acesso à cultura refinada, a imensa maioria da população carrega no rosto e na carne os efeitos da miséria, envelhecimento precoce, doenças, exclusão do saber formal e hábitos que são sistematicamente desvalorizados. Mais do que diferenças sociais, trata-se de uma separação simbólica e material que produz subjetividades distintas e respalda silenciosamente a permanência de uma estrutura profundamente excludente.

No Brasil, a desigualdade não se expressa apenas nos dados, ela se materializa nas experiências cotidianas e nas formas como diferentes corpos habitam o mundo. Enquanto os mais ricos ocupam lugares de privilégio, desfrutando dos melhores serviços, alimentos e prazeres que muitas vezes são vistos como supérfluos, os mais pobres vivem sob a lógica

da urgência, ou seja, é uma experiência de tempo interrompido, onde o futuro se torna inalcançável e o descanso um luxo.

Essa vivência foi registrada de forma visceral por Carolina Maria de Jesus em seus diários, onde narrava uma vida guiada pelo imprevisto da sobrevivência. Para ela, planejar o amanhã era um gesto arriscado porque a fome, a violência e o descaso poderiam tornar o dia seguinte inexistente. Viver um dia por vez não era escolha, era condição. Essa realidade continua atual para milhões de brasileiros revelando que num país profundamente desigual, o tempo também é distribuído de forma injusta: enquanto alguns podem sonhar, esperar e descansar, outros são condenados ao presente contínuo da sobrevivência.

Refletir sobre o descanso me faz retornar à trajetória de vida da minha mãe, uma mulher de 52 anos que resiste à ideia de parar. Para ela, descansar simplesmente não faz sentido. Durante a semana, trabalha como professora; nos fins de semana, atua como garçone. Quando questionada, costuma dizer que seu descanso é à noite, quando dorme, embora, muitas vezes, eu a escute acordada no meio da madrugada, vencida pelo próprio cansaço. Seu corpo pede uma pausa, mas ela não consegue se permitir. No interior, isso é algo recorrente: meu avô, mesmo aposentado, trabalhou até o último dia de vida. Lá, dizemos que quando alguém para de trabalhar, adoece. À primeira vista, pode parecer que essas pessoas amam o que fazem, mas, na verdade, trata-se do reflexo de uma vida inteira de dureza. O trabalho constante não é escolha, é hábito, sobrevivência, a única forma de existência conhecida.

Essa vivência escancara, mais uma vez, as desigualdades profundas que estruturam nossa sociedade: há uma classe que se vê obrigada a trabalhar exaustivamente, e muitas vezes é elogiada por isso, como se a exaustão fosse virtude, enquanto uma minoria desfruta do privilégio de viver com tempo, descanso e escolha. O que para uns é sobrevivência cotidiana, para outros é a liberdade de existir com plenitude.

3.2 “De vez em quando vou ali pegar uma ossadinha, é que eles dão pra gente...”: quando a dignidade e a necessidade se encontram

“De vez em quando vou ali pegar uma ossadinha, é que eles dão pra gente...” a fala de Luiza, apresentada no capítulo 1, escancara a normalização da fome em um país que se acostumou a esconder sua miséria atrás de muros altos e discursos meritocráticos. Nela, a dignidade resiste como pode, mesmo quando o alimento é aquilo que sobrou, aquilo que já não serve. A necessidade impõe gestos silenciosos de sobrevivência, mas é

nesse gesto que também se revela a face mais perversa da desigualdade: a vida sendo mantida por sobras. E ainda assim, há quem segure a ‘ossadinha’ com a cabeça erguida, não por orgulho, mas porque foram obrigados a aprender a sobreviver.

Os corpos marginalizados pela sociedade seguem travando uma luta diária pela sobrevivência, sustentados por uma alimentação precária e escassa. Como apresentado no capítulo 2, a cena de um grupo de pessoas revirando um caminhão de lixo em busca de comida se transforma em um retrato cruel e simbólico da fome, não apenas como ausência de alimento, mas como resultado direto da exclusão social e da negação sistemática de dignidade.

A partir disso, podemos refletir sobre os momentos em que a necessidade extrema colide com os limites da dignidade humana. Um corpo faminto, movido pela urgência da sobrevivência, encontra-se diante de escolhas que a sociedade prefere não enxergar: buscar alimento no lixo, aceitar sobras, disputar o que já foi descartado. Nessas situações, o que se observa não é apenas a perda da dignidade, mas a perversidade de um sistema que empurra pessoas a negociar sua integridade para continuar existindo. O gesto de revirar o lixo por comida não deve ser lido como fraqueza individual, mas como denúncia silenciosa de uma estrutura que normaliza a exclusão. É nesse encontro entre fome e dignidade que a desigualdade revela seu rosto mais cru, e onde também pode emergir, paradoxalmente, a força de quem resiste mesmo sendo sistematicamente desumanizado.

Essa resistência não deve ser romantizada como força ou bravura, mas compreendida como urgência: é a resposta da vida diante da ameaça constante de apagamento. Resistir, nesse contexto, não é heroísmo, é a escolha diária de não se deixar morrer, mesmo quando tudo ao redor empurra para o fim.

Eles recebem a gente bem aqui, trata a pessoa que nem gente, né, porque não é todo mundo não (Joana, 39, mulher negra, catadora de recicláveis)

O atendimento aqui é bom que só, sem nenhuma discriminação, aliás é totalmente educado, totalmente diferente. (Carlos, 34, homem branco, diz que não vive em situação de rua por morar em uma casa abandonada.)

Retomo essas duas falas apresentadas no capítulo 1 para pensarmos que quando a necessidade aperta a ponto de silenciar qualquer orgulho, a dignidade precisa aprender a existir em espaços mínimos, às vezes no gesto de aceitar uma ajuda, de estender a mão, de buscar alimento no lixo. Em falas como a de Joana, que se surpreende por ser “tratada como gente”, ou a de Carlos, que reconhece um atendimento “sem nenhuma discriminação”, o que se revela é um histórico de feridas profundas: de serem

constantemente ignorados, julgados e desumanizados. Para esses corpos, a humanidade não é um ponto de partida, mas algo a ser constantemente reivindicado. A surpresa diante do acolhimento diz muito sobre um cotidiano em que o respeito é exceção, não regra. É nesse ponto de encontro entre a necessidade e a dignidade que transparece toda a violência de um país que ainda falha em reconhecer plenamente quem precisa apenas ser visto.

Hoje, são 1.274 unidades em funcionamento, sendo 924 em todo o Estado e 350 na Capital. São mais de 123 mil refeições distribuídas diariamente nos 184 municípios, com um acumulado, desde setembro de 2023, de mais de 20 milhões de refeições entregues. (site Ceará sem Fome⁴⁸)

Atualmente, o programa Ceará Sem Fome distribui cerca de 123 mil refeições por dia, garantindo acesso à alimentação para milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade. Considerando o aproveitamento de alimentos excedentes e doações adicionais, esse número tende a ser ainda maior, ampliando o impacto social da iniciativa e reforçando seu papel essencial no combate à fome no Estado.

Considerando a importância dessa política pública, seu eventual encerramento, por quaisquer justificativas, representaria um grave retrocesso social, empurrando milhares de pessoas para situações ainda mais severas de fome e precariedade. Embora essa alimentação emergencial não resolva a fome em sua complexidade estrutural, ela garante o mínimo necessário para sustentar a esperança e assegurar, ao menos, um prato de comida no dia.

Diante do cenário de desigualdade e insegurança alimentar discutido até aqui, essa realidade escancara ainda mais a relevância de políticas públicas como o programa Ceará Sem Fome. Longe de serem soluções paliativas, essas iniciativas representam respostas concretas e urgentes para um problema estrutural que afeta milhares de brasileiros diariamente. O simples fato de garantir uma refeição já significa interromper, mesmo que por um instante, o ciclo da fome e da invisibilidade. Por isso, mais do que manter sua existência, é fundamental pensar em sua ampliação, tanto em alcance territorial quanto em ações complementares de inclusão e cidadania. A persistência da fome no país não é fruto do acaso, mas de escolhas políticas que podem (e devem) ser revistas com base na dignidade humana.

Mais uma vez retorno aos diários de Carolina Maria de Jesus, onde a fome não era apenas uma presença constante, mas uma personagem silenciosa em sua trajetória.

⁴⁸ Disponível em: [O amor do campo às cozinhas: Ceará Sem Fome adquiriu mais de 600 toneladas de alimentos da agricultura familiar.](#)

Mãe solo de três filhos, Carolina registrava dias em que dormia sem nada no estômago, porque não havia o que comer nem para ela, nem para as crianças. A vida como catadora era marcada pela escassez: o pouco que conseguia vender, mal sustentava quatro bocas. Naquela época, ainda era possível obter algum retorno com a coleta de papéis e papelões. Hoje, no entanto, esses materiais já não têm valor comercial e a reciclagem se concentra principalmente em latas e embalagens plásticas. Essa mudança só evidencia o quanto o ciclo da pobreza se reinventa, tornando a sobrevivência dos que vivem da coleta ainda mais difícil.

Houve, entre o fim da era escravista e meados do século 20, uma triangulação para impedir a inserção da negritude na sociedade brasileira e consolidar o padrão de marginalização que perdura até os dias de hoje: a exclusão de pessoas negras dos meios educacionais; o Código de Posturas de 1886, que impedia pessoas negras de exercerem a maioria das atividades que exigia qualificação intelectual ou educacional; e a substituição da pessoa negra pela pessoa branca europeia nos demais postos de trabalho. (Berth, 2023, p. 105)

A citação de Joice Berth evidencia que a exclusão da população negra no Brasil não foi fruto do acaso, mas de uma estratégia bem arquitetada que combinou ausência de acesso à educação, restrições legais e substituição da mão de obra negra por imigrantes brancos. Essa “triangulação” produziu um sistema de marginalização que atravessa os séculos e ainda estrutura as desigualdades atuais. Essa leitura pode ser expandida para além do contexto brasileiro, ao observar como, em outros países, como nos Estados Unidos, a lógica da exclusão também foi institucionalizada, como mostra o filme *Estrelas Além do Tempo* (2017).

No filme, acompanhamos a trajetória de mulheres negras brilhantes que, mesmo sendo peças essenciais para os avanços da NASA, precisavam enfrentar leis segregacionistas, ambientes racistas e a constante necessidade de provar sua competência diante de colegas brancos. Assim como na análise de Berth, a exclusão não se dava apenas pela cor da pele, mas por uma estrutura que negava acesso à educação, barrava o crescimento profissional e invisibilizava suas contribuições históricas.

A exclusão da população negra no Brasil segue como uma ferida aberta, mesmo em um país onde mais da metade da população se identifica como preta ou parda, segundo o IBGE. Entre 2014 e 2019, observou-se um avanço importante no acesso às universidades públicas, com o percentual de estudantes negros passando de 26% para 43%, impulsionado principalmente pela política de cotas. No ensino superior privado, essa presença atinge 36,8%⁴⁹. Apesar desses avanços no campo educacional, os reflexos

⁴⁹ Disponível em: [Pesquisa aponta crescimento da população negra no ensino superior](#)

no acesso ao poder ainda são limitados: entre 1999 e 2024, a presença de pessoas negras e indígenas em cargos políticos e outros postos de decisão cresceu apenas 17%, passando de 22% para 39% em 25 anos.⁵⁰ Esse dado contrasta com a realidade do sistema penal, onde 70% da população carcerária é composta por pessoas negras.⁵¹ Pesquisas indicam que a maioria dos trabalhadores informais no país também são negros⁵², além de o desemprego afetar de forma significativa a população negra, os dados revelam que as mulheres negras apresentam índices ainda mais elevados do que os homens negros, sendo o grupo mais impactado pelas desigualdades no mercado de trabalho⁵³ evidenciando que os espaços de exclusão continuam sendo amplamente racializados.

As estruturas racistas da sociedade brasileira não ficaram no passado, elas foram recicladas, adaptadas e seguem moldando silenciosamente o presente. A herança escravocrata não foi rompida, apenas reconfigurada em novas formas de desigualdade institucional, seletividade no sistema penal, hierarquias raciais no trabalho e no acesso à educação. Vivemos uma atualização do racismo: menos visível, talvez, mas igualmente cruel. Enquanto se celebra o progresso e o avanço social, as marcas profundas da exclusão seguem intactas, disfarçadas sob o véu da modernidade. O que temos, na prática, é uma sociedade que reinventa os mecanismos de exclusão sem jamais desmontar os pilares que historicamente sustentam o racismo.

Em *O Genocídio do Negro Brasileiro* (1978), Abdias do Nascimento denuncia de forma incisiva a existência de um projeto sistemático de eliminação da população negra não apenas em sua dimensão física, mas também simbólica e cultural. Ele demonstra que o racismo no Brasil não é casual, mas sim estruturado por práticas institucionais que vão desde o apagamento das línguas e saberes africanos até a exclusão econômica e social dos seus descendentes. Essa leitura dialoga diretamente com as desigualdades raciais que persistem até hoje, evidenciando que a marginalização da população negra não ficou no passado, ela continua ativa, reinventando-se por meio da violência policial, da informalidade precária e da negação de direitos essenciais.

O processo de miscigenação, fundamentado na exploração sexual da mulher negra, foi erguido como um fenômeno de puro e simples genocídio. O “problema” seria resolvido pela eliminação da população afrodescendente.

⁵⁰ Disponível em: [Negros em cargos do Executivo têm origem popular e alta qualificação | Agência Brasil](#).

⁵¹ Disponível em: [Estudo: 70% da população carcerária no Brasil é negra | Radioagência Nacional](#)

⁵² Disponível em: [Pessoas negras são maioria em postos de trabalho informais e ganham 61% menos que pessoas brancas, aponta IBGE - Brasil de Fato](#).

⁵³ Disponível em: [Desemprego entre mulheres negras é o dobro de homens não negros, diz levantamento | CNN Brasil](#)

Com o crescimento da população mulata, a raça negra iria desaparecendo sob a coação do progressivo clareamento da população do país. Tal proposta foi recebido com elogios calorosos e grandes sinais de alívio otimista pela preocupada classe dominante. O escritor José Veríssimo, por exemplo, exultou: “Como nos asseguram os etnógrafos, e como pode ser confirmado à primeira vista, a mistura de raças é facilitada pela prevalência do elemento superior. Por isso mesmo, mais cedo ou mais tarde, ela vai eliminar a raça negra daqui. É obvio que isso já começa a ocorrer.” (Nascimento, 2016, p. 81)

Abdias do Nascimento, ao analisar o processo de miscigenação no Brasil, revela que esse fenômeno foi sustentado por uma lógica violenta: a exploração sexual da mulher negra e o projeto deliberado de embranquecimento da população. Longe de representar harmonia racial, como tanto se alardeou, a miscigenação funcionou como estratégia de apagamento da negritude, associando o “clareamento” à promessa de civilização. A citação de José Veríssimo, ao afirmar com entusiasmo que a mistura racial eliminaria a população negra sob a prevalência branca, evidencia o pensamento eugenista que moldou o imaginário da elite brasileira e sustentou suas políticas de exclusão.

Esse projeto de apagamento, no entanto, não ficou confinado ao passado, ele persiste no presente, agora mascarado sob formas mais sutis de racismo institucional. O genocídio, hoje, não precisa de decretos explícitos: ele opera por meio da omissão, da negligência e da negação de direitos. Trata-se da continuidade de um sistema sofisticado que ainda busca inviabilizar vidas negras em sua plenitude.

A crítica de Abdias do Nascimento ao projeto histórico de eliminação da população negra no Brasil dialoga diretamente com as reflexões de Sueli Carneiro, especialmente quando ela analisa como o racismo atravessa e organiza as estruturas sociais do país. Ao propor o conceito de “Dispositivo de Racialidade” (2023), Sueli revela como determinados corpos são deslegitimados desde o nascimento, sendo privados do reconhecimento pleno como sujeitos sociais. Essa engrenagem atua naturalizando desigualdades e silenciando vozes negras, ao mesmo tempo em que consolida a branquitude como padrão de humanidade. Se por um lado Abdias expõe a miscigenação como ferramenta de apagamento sistemático, Sueli escancara os mecanismos contemporâneos que reproduzem a marginalização racial. Juntos, seus pensamentos desmontam a falsa ideia de um Brasil pós-racial, mostrando que o racismo continua ativo e devastador.

Compreender as dimensões do racismo revela que se trata de uma problemática que vai além da discriminação baseada na cor da pele. Trata-se de uma estrutura que frequentemente impede a pessoa negra de ser quem é e de ocupar determinados espaços. Nesta pesquisa, abordamos a fome como fator central da vulnerabilidade, mas é

importante ressaltar que, a partir dela - e mesmo antes dela - o corpo negro é atravessado por múltiplas formas de negligência. Enquanto mulher negra de pele clara, reconheço que a miscigenação me proporcionou certa facilidade de acesso, contudo, isso não apaga meus traços negróides, e também não me protege de ser alvo de racismo.

As vivências enquanto mulher e pessoa negra me fizeram compreender que o simples ato de existir já carrega a expectativa de um erro imposta pela população branca e isso se manifestou, inicialmente, na forma como eu me vestia. Nunca fui afeita à vaidade nos moldes convencionais como roupas formais e maquiagem em excesso. Com o tempo, percebi que essa escolha se tornava um problema. Problema porque os olhares começaram a pesar, olhares que, no início, pensei serem fruto da minha imaginação. Qual é o erro de uma mulher negra sair às ruas com roupas simples e um cabelo black power? Shorts, chinelo, blusa, uma bolsinha... peças comuns do dia a dia, quando não se está indo a algum compromisso importante. Ainda assim, esses olhares não me permitem esquecer que habito um corpo negro.

Os olhares eram uma mistura de julgamento, pena e medo. Sim, *medo*. E como eu sabia disso? Mudanças repentinas de calçada, bolsas sendo agarradas com mais força, olhares desviados... Eu sempre soube que carregava um corpo negro, mas não compreendia como ele poderia representar uma ameaça tão severa. Lembro do dia em que entrei no Banco do Brasil, na cidade de Redenção, e uma senhora branca, ao me avistar, rapidamente guardou a carteira na bolsa. Poderia dizer que foi coincidência. Mas como afirmar isso se situações assim faziam - e ainda fazem - parte da minha rotina?

Conceição Evaristo afirma que “Escrever é uma maneira de sangrar”, e nesta pesquisa sangro por mim e por meus interlocutores. Suas vivências também são as minhas; suas dores reverberam em mim; suas múltiplas tonalidades de negritude são, igualmente, as minhas cores. Coloco-me no lugar de seus desesperos, pois este país também não me acolhe. E não, não sou melhor do que eles por ter chegado onde cheguei e por desejar continuar nessa trajetória. A diferença está nas oportunidades que me foram oferecidas, e além disso, na presença branca em minha família. Humilde, sim, mas ainda assim branca. Da linhagem negra, por parte de meu pai, pouco sei: não os conheci, mas sei que eram retintos. Durante boa parte da vida, ouvi que puxei a “raça ruim” do meu pai, expressão que só compreendi em sua gravidade após me tornar adulta. Ao considerar essa ancestralidade e a branquitude de parte da minha família, o leitor poderá compreender o quanto o racismo me atravessou, inclusive dentro de casa, por ser diferente dos demais.

Reitero que este corpo que vos escreve, poderia estar na mesma situação de quem hoje apresento nesta pesquisa e que o amanhã mesmo com as oportunidades que vivencio hoje, são incertos. Antes de ser uma estudante, antes de ser uma graduada e mestranda, sou negra, sou mulher e sou pobre. Dentre todos os dados estatísticos, sou eu, nas atribuições que citei de raça, gênero e classe, que serei a primeira a cair. E não escrevo isso para haver sentimento de pena e comoção forçada, mas que seja reconhecido que sou alvo em todos os lados.

Promover este discurso é fazer entender que há a necessidade de focalizar as demandas de políticas públicas para quem está à margem da sociedade desde os primórdios. Mulheres negras que foram escravizadas e abusadas para procriar e branquear a raça, mas também para suprir desejos hipersexualizados por conta da cor de pele, que são subordinadas e incapacitadas, onde há dúvida das suas capacidades intelectuais.

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari 3 treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? Daí eles falam dessa coisa na cabeça; como eles chamam isso... [alguém da audiência sussurra, “intelecto”]. É isso querido. O que é que isso tem a ver com os direitos das mulheres e dos negros? Se o meu copo não tem mais que um quarto, e o seu está cheio, porque você me impediria de completar a minha medida? Daí aquele homenzinho de preto ali disse que a mulher não pode ter os mesmos direitos que o homem porque Cristo não era mulher! De onde o seu Cristo veio? De onde o seu Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com isso. Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de conserta-lo, colocando-o do jeito certo novamente. E agora que elas estão exigindo fazer isso, é melhor que os homens as deixem fazer o que elas querem. (Sojourner Truth, 1851, Ohio, EUA)⁵⁴

Sojourner Truth nasceu escravizada e posteriormente em liberdade tornou-se abolicionista e ativista dos direitos das mulheres afro-americana, proferido em 1851 na Convenção pelos Direitos das Mulheres em Akron, Ohio, é considerado um dos marcos históricos mais potentes na luta pelos direitos civis e pelo feminismo interseccional. Nele, Truth evidencia as contradições do feminismo da época, que frequentemente ignorava e excluía as mulheres negras. Ao confrontar a imagem idealizada de feminilidade associada

⁵⁴ Disponível em: [E não sou uma mulher? – Sojourner Truth](#)

à delicadeza, fragilidade e proteção, ela revela como essa construção social não contemplava mulheres como ela: negras, pobres e ex escravizadas. A repetição da pergunta “E não sou uma mulher?” funciona como um grito de reivindicação e denúncia da invisibilização dessas mulheres, que não eram reconhecidas plenamente nem como mulheres, nem como humanas.

Passados mais de 170 anos desde o marcante discurso de Sojourner Truth, as mulheres negras ainda enfrentam processos de desumanização nas diversas engrenagens sociais. Sua pergunta “E não sou uma mulher?” continua ecoando com força e dor, pois o reconhecimento pleno da humanidade das mulheres negras segue sendo sistematicamente negado, seja na política, no mundo do trabalho, na saúde pública ou nas experiências cotidianas marcadas pela violência e exclusão.

A sobreposição entre racismo e sexismo reforça a invisibilidade, a hipersexualização, a negligência obstétrica, a precarização das condições de vida e a ausência de vozes negras femininas nos espaços de decisão. O corpo da mulher negra é muitas vezes reduzido à resistência e ao serviço, raramente sendo compreendido como sujeito de direitos, cuidado e dignidade.

Aos homens negros que foram escravizados e também abusados, ainda que a história insista em silenciar essas violências. Seus corpos foram submetidos à lógica da força bruta, da produção forçada e do silêncio imposto. Foram açoitados, vendidos, separados de seus afetos e despojados de sua humanidade de forma sistemática. Ainda assim, a narrativa oficial raramente os reconhece como indivíduos completos, homens que também choraram, amaram, temeram e desejaram liberdade. O mito da virilidade invulnerável apagou suas fragilidades, negando-lhes o direito ao cuidado, à dor e à sensibilidade. Essa omissão histórica alimenta, até hoje, uma imagem distorcida do homem negro, frequentemente reduzido à figura do agressor.

Osmundo Pinho, cientista social e antropólogo brasileiro, ao abordar raça e sexualidade (2008), demonstra como os estigmas impostos ao homem negro foram forjados historicamente no Brasil sob o peso da dominação colonial, além de demonstrar como o racismo estrutural moldou seus contornos. A masculinidade negra foi construída a partir de um imaginário marcado pelo excesso, pela ameaça e pela suposta brutalidade, atributos que foram criados da necessidade de controle social. Essa construção, muitas vezes mascarada pelo mito da democracia racial, nega ao homem negro o direito de ser múltiplo, de ter medo, de ser afetuoso, de se fragilizar sem que isso questione sua dignidade.

Da mesma forma, o livro *Homens Pretos (não) Choram* (2022), de Stefano Volp, escritor brasileiro, representa um pouco do que apresentamos aqui, a visão errônea do homem negro agressivo. O autor em sua sensibilidade busca humanizar esse homem negro, almejando reconhecer as camadas invisíveis e complexas que existem por trás das representações superficiais desse corpo. Mesmo com o avanço de narrativas que buscam humanizar as experiências dos homens negros, a sociedade ainda insiste em retratá-los a partir de estigmas desumanizantes, reforçando imagens negativas e limitadas que negam sua complexidade.

Discutir dignidade é ir além do direito básico de viver, é garantir o direito de ser ouvido, respeitado e reconhecido em sua plenitude. Trata-se de afirmar a existência com todas as suas nuances, histórias e afetos. No entanto, à medida que a sociedade avança em direção ao que se chama de “modernidade” também se refinam os mecanismos de opressão e exclusão que atingem, com especial crueldade, os corpos negros. Sob novas roupagens, a desumanização persiste, reafirmando desigualdades históricas com discursos atualizados e estruturas sofisticadas.

Se nos marcadores e nas estatísticas apuradas são a negritude, os indígenas e as mulheres que aparecem na condição de maior precariedade, isso de alguma forma tem chão, está territorializado. Não enxergar que a divisão racial do espaço é primordialmente racial é atuar dentro de uma lógica que fortalece a discriminação, pois, se algo não é nomeado, não existe - sobretudo em uma cidade falocêntrica, onde a palavra (principalmente escrita) materializa a existência das coisas. A prática de não documentar determinados problemas sociais é um dos mecanismos de negação que visa manter as margens aquilo que não quer tratar, lidar e resolver. Se há uma divisão racial do espaço físico, é necessária uma abordagem racializada nas políticas públicas e nas reflexões sobre as cidades e os territórios em geral. Do contrário, continuaremos com a experiência ineficiente do *urbanismo daltônico* - termo cunhado por Melissa M. Valle ao perceber que arquitetos e urbanistas centravam suas análises sobre desigualdades urbanas apenas considerando o aspecto socioeconômico da questão. (Berth, 2023, p. 117)

A observação de Joice de que “as cidades [...] são um dispositivo imagético de controle de corpos que criou um *lugar* para os indesejados da sociedade” (p. 116), demonstra que as cidades não são apenas locais onde vivemos, mas também formas de controlar as pessoas. A maneira como a cidade é organizada e mostrada ao público como limpa, segura e eficiente, ajuda a definir quem é bem-vindo e quem deve ser afastado. Grupos historicamente marginalizados, como pessoas negras, pobres ou periféricas, muitas vezes são empurrados para longe dos espaços valorizados. Isso acontece não só por regras e instituições, mas também por ideias e imagens que reforçam desigualdades. Essa lógica se conecta com o que Michel Foucault chama de biopolítica, ou seja, o

controle da vida das pessoas por meio de práticas que parecem naturais, mas que, na verdade, mantêm privilégios e exclusões.

Com base no livro *Vigiar e Punir* (1975), de Michel Foucault, filósofo francês, é possível entender que as cidades funcionam como formas de controle dos corpos por meio da vigilância e de regras que moldam o comportamento das pessoas. Para Foucault, o poder moderno não age apenas pela força, mas sim criando maneiras de fazer com que as pessoas se vigiem e se controlem sozinhas. Um exemplo disso é a ideia do panóptico, um tipo de prisão onde o preso nunca sabe se está sendo observado, e por isso se comporta como se sempre estivesse. Nas cidades, isso acontece com câmeras, policiamento constante e regras que controlam quem pode circular por onde. Dessa forma, a cidade ajuda a excluir certos grupos considerados “incômodos” ou “fora do padrão”, reforçando desigualdades já existentes.

A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada. (Foucault, 2018, p. 135-136)

A partir do conceito de “imagens de controle” (1990), desenvolvido por Patricia Hill Collins, é possível compreender como os estereótipos sociais operam como ferramentas simbólicas de controle e exclusão dentro do espaço urbano. Essas imagens construídas historicamente e reproduzidas por instituições e pela mídia, moldam a percepção social de determinados grupos, especialmente de mulheres negras, legitimando sua marginalização. Quando articuladas aos dispositivos de vigilância e normatização descritos por Foucault, essas representações reforçam a ideia de que certos corpos não pertencem ao espaço público “legítimo”, justificando práticas de policiamento seletivo, expulsão simbólica e invisibilização. Assim, o controle urbano não se limita à arquitetura ou à vigilância física: ele também se sustenta por meio da disseminação de imagens que naturalizam a desigualdade e organizam o espaço com base em hierarquias de raça, gênero e classe.

A exemplo disso, podemos pensar o caso de Bruna da Silva, mãe de Marcos Vinícius da Silva, adolescente de 14 anos morto com um tiro de fuzil no abdômen durante uma operação policial no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, em junho de 2018. Essa fatalidade demonstra a atuação das *imagens de controle* no espaço urbano brasileiro. Marcos estava a caminho da escola, vestindo o uniforme escolar, quando foi atingido.

Mesmo ferido, ainda conseguiu dizer à mãe: “*mãe eu tomei um tiro. Eu sei quem atirou em mim, eu vi. Foi o blindado, ele não me viu com a roupa de escola*”.⁵⁵

A tragédia, longe de ser tratada como um erro brutal do Estado, foi seguida por uma tentativa de deslegitimar a dor e a luta de Bruna. A mídia e setores institucionais frequentemente deslocaram o foco da violência policial para a conduta da mãe, insinuando negligência ou irresponsabilidade. Essa narrativa se alinha à imagem de controle da “*mãe negra negligente*”, que historicamente desqualifica mulheres negras como cuidadoras legítimas, reforçando sua exclusão simbólica das políticas públicas de proteção e cuidado.

Além de enfrentar o luto pela perda do filho, Bruna da Silva passou a ser alvo de vigilância e intimidação após responsabilizar publicamente o Estado pela morte de Marcos Vinícius. Em determinado momento, enquanto se dirigia para conceder uma entrevista à imprensa, foi seguida e abordada por policiais de maneira ostensiva e ameaçadora. Esse episódio não apenas revela a tentativa de silenciar sua voz, mas também escancara como os mecanismos simbólicos de controle como os estereótipos de submissão e passividade atribuídos às mulheres negras se entrelaçam com práticas concretas de repressão. Ao romper com o papel socialmente imposto de silêncio e resignação, Bruna se torna alvo de um sistema que busca punir e deslegitimar corpos dissidentes, especialmente quando esses corpos ousam ocupar o espaço público com denúncia e resistência.

Esse caso revela como o espaço urbano é organizado não apenas por muros e câmeras, mas também por narrativas que definem quem merece proteção e quem pode ser descartado. A morte de Marcos e a tentativa de silenciar Bruna ilustram como o racismo estrutural se manifesta tanto na bala quanto na palavra e como as imagens de controle operam para justificar ambas.

A dissertação de mestrado do antropólogo Mario Magno Silva intitulado *A experiência de resistência das mães do Curió: uma análise interseccional sobre memória, direitos e justiça* (2024) destaca a trajetória do Movimento de Mães e Familiares do Curió que constituiu uma expressão emblemática de resistência coletiva, protagonizada por mulheres periféricas que tiveram suas vidas atravessadas pela dor irreparável da perda de filhos assassinados na Chacina do Curió em 2015, episódio reconhecido como uma das mais brutais e letais ações policiais da história do Ceará. Diante da violência institucional

⁵⁵ Disponível em: [Tiros vieram do blindado, disse adolescente à mãe, antes de morrer | Agência Brasil](#)

e da negligência do Estado, essas mães romperam com o silêncio imposto pela dor e transformaram o luto em mobilização política, erguendo uma luta por memória, justiça e reparação que ecoa para além dos limites do território onde ocorreu a tragédia.

Em *Memórias da Plantação* (2008), Grada Kilomba, filósofa e escritora portuguesa, propõe uma reflexão profunda sobre como o racismo estrutural se perpetua não apenas por meio de práticas institucionais, mas também por narrativas e representações que definem quem pertence ao espaço social e quem é constantemente deslocado ou silenciado. A autora denuncia a permanência do que chama de “ferida colonial”, uma marca histórica que organiza corpos, saberes e lugares a partir da lógica da exclusão. O controle de corpos racializados também se dá por meio de discursos que interditam a fala, destituem a autoridade de sujeitos negros e produzem imagens que os colocam como ameaça.

Como acadêmica, por exemplo, é comum dizerem que meu trabalho acerca do racismo cotidiano é muito interessante, porém não muito científico. Tal observação ilustra a ordem colonial na qual intelectuais *negras/os* residem: “Você tem uma perspectiva demasiado *subjetiva*”, “muito *peessoal*”; “muito *emocional*”; “muito *específica*”; “Esses são *fatos objetivos*?”. Tais comentários funcionam como uma máscara que silencia nossas vozes assim que falamos. Eles permitem que o *sujeito branco* posicione nossos discursos de volta às margens, como conhecimento desviante, enquanto seus discursos se conservam no centro, como a norma. Quando elas/eles falam é científico, quando nós falamos é acientífico. (Kilomba, 2019, p. 51-52)

A fala de Grada Kilomba ressoa profundamente com a minha trajetória acadêmica. Durante a graduação, minha escrita era frequentemente rotulada como “emocional”, o que me levou a duvidar da legitimidade da minha própria voz. Sentia-me deslocada diante das exigências de uma escrita formal e impessoal, como se houvesse um único modo “correto” de produzir conhecimento. Ainda hoje, enquanto escrevo, carrego essa inquietação: me pergunto como minhas palavras serão recebidas, se serão lidas como válidas ou desqualificadas por não se adequarem às normas hegemônicas da linguagem acadêmica.

A partir de Grada, lembro-me de Audre Lorde, escritora, poeta, filósofa e ativista afro-americana cuja atuação marcou profundamente os movimentos feministas, antirracistas e LGBTQIA+ nos Estados Unidos. Sua obra, atravessada por experiências pessoais e coletivas, abordava temas como racismo, sexismo, lesbofobia e colonialismo, sempre destacando o poder da linguagem como ferramenta de resistência. Sua célebre advertência: “*Seu silêncio não irá protegê-la*” tornou-se um chamado à ruptura, à fala e à insurgência.

O poema *Uma litania para a sobrevivência* (1978)⁵⁶, de Audre Lorde, escritora e ativista norte-americana, expressa com intensidade poética e política os sentimentos que atravessam esta pesquisa. Nele, o medo é reconhecido como uma presença constante, uma marca impressa nos corpos daqueles que vivem à margem, mas não como um impedimento para a ação. Ao contrário, Lorde nos lembra que o silêncio não nos protege, e que, diante da incerteza do amanhã, é urgente falar, existir e resistir no hoje. Essa convocação à fala, mesmo em meio ao medo, ressoa profundamente com a proposta desta investigação, que busca afirmar vozes historicamente silenciadas como forma de produzir memória, justiça e transformação.

Uma litania para a sobrevivência

Para aqueles entre nós que vivem no litoral
em pé frente às arestas constantes da decisão
cruciais e sós
para aqueles entre nós que não podem dar-se ao luxo
dos sonhos passageiros da decisão
que amam de passagem por soleiras
nas horas entre auroras
olhando para dentro e para fora
no instante antes e depois
buscando um agora que possa gerar
futuros
como pão na boca de nossos filhos
para que seus sonhos não reflitam
a nossa morte:
Para aqueles entre nós
que foram impressos com o medo
como uma linha tênue no centro de nossas testas
aprendendo a temer com o leite de nossas mães
pois por esta arma
esta ilusão de alguma segurança a ser achada
os de passos pesados esperavam silenciar-nos

Para todos nós
esse instante e esse triunfo
Nunca fomos destinados a sobreviver.
E quando o sol se ergue temos medo
que talvez não permaneça
quando o sol se põe temos medo
que talvez não se erga de manhã
quando nossos estômagos estão cheios temos medo
da indigestão
quando nossos estômagos estão vazios temos medo
que talvez nunca mais comamos
quando nós amamos temos medo
que o amor desaparecerá
quando estamos sós temos medo
que o amor jamais voltará
e quando falamos temos medo
que nossas palavras não sejam ouvidas
nem bem-vindas
mas quando estamos em silêncio
ainda assim temos medo
Então é melhor falar
lembrando-nos
de que nunca fomos destinados a sobreviver

3.3 “(...) *almoço é daqui, e a janta deus proverá* (...)”: fé, escassez e resistência como prática cotidiana de sobrevivência

A fala de Dona Carla que diz “almoço é daqui, e a janta Deus proverá” carrega uma sabedoria que revela com simplicidade e profundidade a realidade de muitas famílias periféricas brasileiras. Mais do que uma frase cotidiana, ela traduz uma vivência marcada pela escassez material e pela confiança na fé como estratégia de sobrevivência. No contexto desta pesquisa, esse enunciado emerge como um marcador da precariedade estrutural, mas também

⁵⁶ Poema de Audre Lorde, disponível em: [Uma litania para a sobrevivência - Audre Lorde](#)

como sinal de resistência: mesmo diante da incerteza do amanhã, há uma aposta no hoje, sustentada por redes de afeto, espiritualidade e esperança. Ao ser proferida, especialmente por mulheres negras que sustentam seus lares, essa frase se torna denúncia e oração, um gesto de enfrentamento diante das desigualdades que atravessam o cotidiano.

Para muitas mulheres negras periféricas, a espiritualidade ocupa um lugar central não apenas como prática religiosa, mas como forma de organização da vida, de enfrentamento da dor e de construção de sentido diante das múltiplas violências cotidianas. Em contextos marcados pela ausência do Estado, pela precariedade material e pela insegurança constante, a fé especialmente nas suas expressões populares torna-se um recurso simbólico e prático de sobrevivência.

Mais do que uma crença, a espiritualidade está presente nas rezas sussurradas ao amanhecer, nas promessas feitas em silêncio, nos terreiros que acolhem corpos e histórias, nos cultos realizados dentro de casa, nas mãos das rezadeiras, nas canções que embalam a esperança e nas conversas entre vizinhos que compartilham a fé. A consciência de uma força maior carrega uma resistência política fundamental, ainda que frequentemente invisibilizada pelos discursos hegemônicos. Ao reafirmar a dignidade de corpos historicamente marginalizados, oferecer consolo diante das múltiplas violências e sustentar a esperança em contextos de escassez, se configura como uma prática cotidiana de resistência. Como nos lembra bell hooks, a espiritualidade pode ser simultaneamente espaço de cura e de insurgência, e nas periferias, ela se manifesta como ambos: abrigo simbólico e ferramenta de enfrentamento diante das desigualdades estruturais.

A espiritualidade aqui apresentada não se limita à religião institucionalizada, mas às práticas de fé para subverter a lógica da escassez, reconfigurando o cotidiano e afirmar a vida como território de resistência. Apegar-se à fé, especialmente em contextos de vulnerabilidade, é mais do que um gesto espiritual, é um ato de resistência cotidiana. É acreditar, mesmo diante da escassez e da dor, que há um futuro possível, que a vida não se resume ao sofrimento presente, e isso não significa que é uma fuga da realidade, mas uma forma de enfrentá-la com coragem e esperança. Ela sustenta o corpo e o espírito quando as estruturas sociais falham, sendo, portanto, uma forma de apegar-se à vida, recusando o desamparo, afirmando que se é digno de cuidado, de afeto e de transformação. É resistir às problemáticas do dia a dia com a convicção de que, mesmo em meio ao caos, há sentido, há presença, há caminho.

A interseccionalidade entre pobreza, gênero e raça evidencia que as opressões não operam de maneira isolada, mas se entrelaçam e se intensificam, produzindo formas específicas de vulnerabilidade social. As mulheres negras historicamente ocupam os espaços mais

precarizados da estrutura social, sendo as mais impactadas pela informalidade, pela violência cotidiana e pela negligência das políticas públicas.

No entanto, essa posição não as reduz à condição de vítimas: são elas que, em grande parte, sustentam a vida nas periferias, criando e mantendo redes de cuidado, alimentação, proteção e afeto, práticas que embora invisibilizadas, são fundamentais para a sobrevivência coletiva. Estudos evidenciam que mulheres negras desempenham papel central na sustentação dos lares em territórios periféricos, assumindo múltiplas jornadas que envolvem o trabalho doméstico, o cuidado com filhos e familiares, além de atividades remuneradas frequentemente marcadas pela informalidade e pela precarização. (Barbosa e Júnior, 2021)

Essa sobrecarga cotidiana não é fruto do acaso: ela é atravessada por um racismo estrutural que legitima sua permanência em posições subalternizadas, ao mesmo tempo em que apaga sua importância na manutenção e reprodução da vida. Trata-se de uma lógica que naturaliza a exploração, enquanto silencia a potência dessas mulheres como agentes de resistência e organização comunitária.

Como explica Carla Akotirene (2019), doutora brasileira em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, a interseccionalidade ajuda a entender que o racismo, o machismo e a desigualdade social não agem separados, eles se misturam e impactam de forma intensa a vida das mulheres negras. Por isso, reconhecer o papel dessas mulheres na sustentação da vida é também perceber que, mesmo sendo as mais afetadas por essas injustiças, são elas que, todos os dias, criam formas de resistir, cuidar e manter suas comunidades de pé.

A política pública Ceará Sem Fome, como discutido anteriormente, tem como foco central mulheres que são mães solo e chefe de suas famílias, aparecendo como principais beneficiárias do programa. Embora a raça não seja um critério explícito na formulação da política, os dados levantados e os relatos das interlocutoras ouvidas na pesquisa revelam uma realidade incontornável: a maioria dessas mulheres são negras. Isso evidencia como o racismo estrutural opera de forma silenciosa, fazendo com que políticas focalizadas em marcadores como gênero e classe acabem, na prática, alcançando majoritariamente corpos racializados. Assim, mesmo sem nomear a raça, o programa atua em um campo onde ela é determinante, reafirmando a centralidade das mulheres negras no lugar de vulnerabilidade.

Essa mesma ideia explica a penalização de mulheres que são abandonadas, bem como a desresponsabilização e os descompromisso de homens para com os descendentes gerados por ambos. O abandono parental masculino comunica de forma nítida que homens só associam a ideia de paternidade mediante a existência da esposa que assume o papel de mãe. Uma vez que esse homem não considera a mulher como esposa, automaticamente exclui a mãe e a construção social de família mononuclear não lhe interessa. Isso constitui uma violência pouco discutida, mas urgente em um país onde cada vez mais mulheres assumem sozinhas as responsabilidades pelas crias,

mesmo atendendo a exigências formuladas pela cultura patriarcal (como abdicar da felicidade e da realização pessoal em detrimento das funções exclusivistas da ideia eurocêntrica de maternidade). Mães que não estão em um matrimônio, seja por opção ou por abandono do pai da criança, constituem um novo núcleo familiar em que a subordinação a presença masculina é nula, mas as imposições violentas da cultura patriarcal, não. (Berth, 2023, p. 173)

A partir desse contexto, é possível evidenciar as múltiplas formas de violência simbólica e estrutural que recaem sobre as mulheres, especialmente quando se desviam das normas impostas pela cultura patriarcal. No caso das mães solo, a responsabilização recai quase exclusivamente sobre elas; enquanto a ausência paterna é naturalizada, a mulher é frequentemente vista como incapaz, negligente ou promíscua. Esse julgamento moral não apenas reforça estereótipos históricos, mas também legitima a exclusão dessas mulheres de espaços de cuidado, afeto e reconhecimento social.

Por outro lado, a mesma lógica patriarcal que estigmatiza a maternidade fora do casamento também pune aquelas que escolhem não ser mães. A mulher que recusa a maternidade é vista como incompleta, egoísta ou desviante, como se sua existência só fosse válida a partir do exercício do cuidado materno. Essa dupla violência tanto pela imposição quanto pela negação da maternidade, revela como o controle sobre os corpos e os projetos de vida das mulheres continua sendo um dos pilares do patriarcado.

Pensando a partir da experiência das mulheres negras, percebe-se que essa realidade as atinge com ainda mais intensidade. Desde o período colonial, seus corpos e existências foram desumanizados, o que resultou na negação de ajuda, afeto e reconhecimento. Diante dessa ausência histórica de cuidado, muitas vezes resta a elas apenas a fé e o apoio de outras mulheres negras que compartilham das mesmas dores e silenciamentos. No entanto, é importante reconhecer que os estereótipos racistas foram, em muitos casos internalizados, o que pode gerar conflitos entre elas próprias, como reflexo de um contexto estrutural que as fragmenta e as coloca em disputa.

A internalização de estereótipos racistas é uma das formas mais silenciosas e cruéis de opressão, pois age de dentro para fora, influenciando a forma como pessoas negras percebem a si mesmas e se relacionam entre si. Quando esses estigmas são incorporados como verdades, acabam sendo reproduzidos no cotidiano muitas vezes sem que se perceba, gerando conflitos, desconfianças e julgamentos dentro do próprio grupo racial. É como se o racismo deixasse de ser apenas uma violência externa e passasse a habitar também os vínculos entre nós, colocando nossa própria identidade em confronto consigo mesma.

Como apontam Pimentel e Filho (2021) e Araújo et al. (2022), a exposição contínua a discursos e práticas que desvalorizam a identidade negra contribui para a incorporação de

estigmas que associam pessoas negras à inferioridade, à incapacidade e à hipersexualização. Esse processo compromete a construção de vínculos solidários e pode gerar tensões e disputas simbólicas no interior do próprio grupo racial.

Ao observarmos o funcionamento das cozinhas solidárias, percebemos que essas dinâmicas se manifestam de forma concreta: mulheres negras, historicamente relegadas à invisibilidade, assumem o protagonismo na produção e distribuição de alimentos, muitas vezes sem o devido reconhecimento institucional. Assim, a frase “quem alimenta e quem é alimentado” adquire uma dimensão política, ao evidenciar que o cuidado e a sustentação da vida continuam sendo responsabilidade de corpos racializados e femininos. Reconhecer esse cenário exige não apenas valorizar essas práticas como formas de resistência, mas também enfrentar as estruturas que naturalizam a desigualdade e silenciam a potência coletiva dessas mulheres.

O programa Ceará Sem Fome mantém uma presença ativa nas redes sociais, especialmente no Instagram, onde publica diariamente registros das cozinhas solidárias em funcionamento, destacando o preparo das refeições e o envolvimento das cozinheiras em diferentes regiões do Estado. A partir dessas postagens e também da vivência direta em algumas dessas cozinhas é possível observar um padrão marcante: a maioria das cozinheiras são mulheres negras. Essa constatação não é casual, mas revela a continuidade de uma lógica histórica em que o cuidado e a alimentação coletiva recaem sobre os corpos racializados e femininos, muitas vezes sem o devido reconhecimento.

Embora o programa ofereça uma ajuda de custo, esse valor é dividido entre todas as cozinheiras de cada unidade, o que evidencia a precariedade das condições de trabalho. Ainda assim, essas mulheres comparecem diariamente às cozinhas para alimentar suas próprias comunidades, muitas vezes enfrentando jornadas exaustivas e estruturas improvisadas. Trata-se de um trabalho essencial, mas frequentemente invisibilizado, sustentado por uma ética do cuidado que não é devidamente valorizada pelas políticas públicas.

Nesse contexto, a imagem das cozinheiras publicada nas redes sociais do programa pode tanto reforçar uma narrativa de solidariedade quanto ocultar as desigualdades estruturais que atravessam essas práticas. É preciso, portanto, problematizar quem são essas mulheres, em que condições atuam e como o Estado reconhece ou não o papel central que desempenham na luta contra a fome.

As mulheres negras que atuam nas cozinhas do Ceará Sem Fome revelam-se como pilares fundamentais na sustentação da vida comunitária. São elas que, diariamente, garantem a alimentação de centenas de pessoas em situação de vulnerabilidade, muitas vezes enfrentando

as mesmas condições de escassez que buscam combater. No entanto, apesar da centralidade de seu trabalho, o reconhecimento institucional permanece limitado. A ajuda de custo oferecida pelo programa, embora represente um apoio simbólico, não corresponde à carga horária, à responsabilidade e à complexidade do trabalho realizado.

Essa desvalorização não é por acaso, ela faz parte de uma história em que o trabalho de cuidado feito por mulheres negras é tratado como algo natural, invisível e pouco valorizado. Como mostra Silvia Federici (2017 filósofa italiana, esse tipo de trabalho que garante a continuidade da vida, mas não é reconhecido como produção, sempre foi explorado pelo sistema capitalista. Nas cozinhas solidárias, essa lógica continua: o trabalho dessas mulheres é essencial, mas recebe pouco reconhecimento e é reduzido a uma ajuda de custo, como se não tivesse valor político ou social.

Reduzir sua atuação a uma “ajuda” reforça a ideia de que alimentar o outro é um gesto espontâneo, quase instintivo e não um trabalho político, técnico e afetivo que exige reconhecimento, remuneração justa e condições dignas. Assim, é preciso tensionar a narrativa oficial do programa e perguntar: quem sustenta a política pública que combate à fome? E por que o trabalho dessas mulheres continua sendo tratado como extensão de sua “natureza cuidadora”, e não como uma função essencial à sobrevivência coletiva?

O prato de hoje e a incerteza do amanhã: considerações finais

“O prato de hoje e a incerteza do amanhã” sintetiza não apenas a urgência da fome, mas também a instabilidade que marca a vida de milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade. Ao longo desta pesquisa, buscou-se compreender como políticas públicas como o Ceará Sem Fome operam na linha tênue entre o alívio imediato e a reprodução de desigualdades estruturais. A análise das cozinhas solidárias revelou não apenas a potência da ação coletiva, mas também a sobrecarga imposta a mulheres negras, que, mesmo diante da escassez, seguem sustentando suas comunidades com trabalho, cuidado e resistência.

Essas mulheres, muitas vezes invisibilizadas pelas narrativas institucionais, não apenas alimentam corpos, elas mantêm vivas redes de solidariedade, saberes ancestrais e práticas de cuidado que o Estado historicamente negligencia. No entanto, o reconhecimento que recebem é limitado a uma ajuda de custo simbólica, o que evidencia a persistência de uma lógica que naturaliza o trabalho reprodutivo como extensão da “vocação feminina”, especialmente quando exercido por mulheres negras. Como discutido ao longo do trabalho, essa desvalorização não é neutra: ela se inscreve em um processo histórico de racialização do cuidado, em que o trabalho dessas mulheres é sistematicamente naturalizado, precarizado e esvaziado de seu caráter político.

As cozinhas do Ceará Sem Fome são ao mesmo tempo solução e denúncia: ajudam quem tem fome, mas também mostram que faltam políticas públicas que enfrentem a raiz do problema. A expressão “quem alimenta e quem é alimentado” revela um dilema ético e político, pois mostra que quem mais luta contra a fome são justamente os que mais sofrem com ela.

A realização desta pesquisa é, portanto, reconhecer que o combate à fome exige mais do que políticas emergenciais, exige o enfrentamento das desigualdades de raça, gênero e classe que estruturam a sociedade brasileira. E, sobretudo, exige que se ouça, valorize e reconheça o protagonismo das mulheres negras que, mesmo diante da incerteza do amanhã, seguem garantindo o prato de hoje.

Apesar dos avanços do programa Ceará sem Fome, que hoje distribui cerca de 125 mil refeições diárias e projeta alcançar 150 mil ainda este ano, a realidade das pessoas em situação de rua evidencia os limites da cobertura atual. Em muitos territórios, essas pessoas recorrem às sobras das comidas feitas nas cozinhas como única alternativa de alimentação. Esse cenário revela uma face crua da insegurança alimentar: a fome que não é apenas estatística, mas que se arrasta pelas calçadas, pelos becos e pelas praças.

A presença dessas pessoas nas bordas do programa aponta para a urgência de sua ampliação, tanto em número de refeições quanto em alcance territorial e sensibilidade

interseccional. É preciso reconhecer que a fome não se distribui de forma homogênea: ela se concentra nos corpos mais vulnerabilizados, negros, pobres, mulheres, pessoas trans, e, de forma aguda, nas pessoas em situação de rua, que enfrentam múltiplas camadas de exclusão.

Ampliar a política pública do Ceará Sem Fome não é apenas uma questão de escala, mas de justiça social. Significa garantir que o direito à alimentação não dependa da sorte de estar cadastrado, da proximidade de uma cozinha ou de haver sobra de comida. Significa, sobretudo, reconhecer que a fome é uma violação de direitos humanos e que nenhuma política pública pode se considerar suficiente enquanto houver alguém revirando lixo em busca de comida.

É importante destacar que a formulação de políticas públicas, em muitos casos, não contempla de forma integral a complexidade dos diferentes grupos sociais, desconsiderando recortes fundamentais de gênero, classe e raça. Essa omissão compromete a efetividade das ações estatais e contribui para a manutenção de desigualdades históricas. A população negra, em especial, permanece entre os segmentos mais afetados pela fome, pela pobreza e pela exclusão social, o que evidencia a persistência de um modelo de desenvolvimento que não rompe com as estruturas de opressão.

A desigualdade estrutural, portanto, não pode ser compreendida apenas como herança do passado, mas como uma realidade que se atualiza cotidianamente, limitando o acesso a direitos básicos como alimentação, saúde, moradia e educação. Nesse sentido, pensar políticas públicas a partir de uma perspectiva interseccional e antirracista é condição indispensável para a construção de uma sociedade mais justa, onde o combate à fome não se restrinja à distribuição de alimentos, mas envolva o enfrentamento das causas profundas da vulnerabilidade social.

O contexto observado em uma das cozinhas solidárias acompanhadas nesta pesquisa evidencia a urgência da fome de forma contundente. Ao cadastrar 300 pessoas, número três vezes superior ao mínimo estabelecido pelo programa que é de 100 beneficiários, essa unidade rompe com os parâmetros institucionais, não por negligência, mas por compromisso ético com a realidade concreta de sua comunidade. Essa decisão, embora comprometa a regularidade da entrega das refeições e gere desafios logísticos, revela a dimensão da demanda reprimida e a insuficiência da política pública diante da extensão da vulnerabilidade social.

Mais do que um desvio administrativo, essa ampliação do cadastro pode ser compreendida como um gesto político de denúncia: ao acolher mais pessoas do que o previsto, a cozinha torna visível o que os números oficiais não captam a fome que transborda os critérios formais e que exige respostas mais abrangentes. Nesse sentido, a atitude das cozinheiras e coordenadoras da unidade não apenas tensiona os limites do programa, mas também convoca

o Estado a rever sua capacidade de escuta e de ação diante da complexidade da insegurança alimentar.

Além disso, esta pesquisa não se limita a denunciar as contradições da política pública Ceará Sem Fome, mas propõe tensioná-las a partir de uma análise comprometida com a dignidade humana. Ao longo do trabalho, buscou-se evidenciar que, embora o programa não seja capaz de erradicar a fome em sua totalidade, tarefa essa que exige transformações estruturais, ele representa uma resposta concreta e necessária diante da emergência alimentar que atravessa o país. Sua atuação, ainda que marcada por limites operacionais e desigualdades internas, tem contribuído para garantir o mínimo de segurança alimentar a milhares de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Além disso, o programa tem se consolidado como uma referência nacional, inspirando outras iniciativas em diferentes Estados e esferas de governo. Sua capacidade de articular poder público, sociedade civil e comunidades locais demonstra que é possível construir políticas públicas baseadas na solidariedade, no cuidado e na valorização dos saberes populares. Nesse sentido, esta pesquisa também se propõe a reconhecer e fortalecer experiências que, mesmo diante da escassez de recursos e do racismo estrutural, afirmam a vida e a resistência nos territórios. Ao visibilizar essas práticas, contribui-se para o debate sobre a urgência de políticas públicas mais amplas, interseccionais e comprometidas com a erradicação da fome como um direito e não como um favor.

Esta pesquisa procurou escutar, caminhar e sentir junto aos sujeitos que vivem cotidianamente os efeitos da desigualdade alimentar, racial e econômica. Ao longo dos capítulos, ficou evidente que a fome no Brasil não é fruto apenas de ausência de recursos, mas de uma estrutura histórica que hierarquiza corpos, geografias e direitos. A partir do campo empírico nas cozinhas solidárias da Serrinha, a escuta dos interlocutores revelou que o alimento, muitas vezes escasso, carrega também a marca da exclusão social, mas também da resistência e da partilha. Relacionar essas vivências à minha própria trajetória foi reconhecer que, para além da pesquisa, há laços éticos e afetivos que me unem àquelas realidades. Poderia ser eu e, em certo sentido, sou aquela que aguarda um prato de comida, aquela que sente na pele a ausência do Estado.

Encerrar essa pesquisa é reafirmar o compromisso com uma produção de conhecimento que não se distancia da realidade concreta, mas que se enraíza nela para transformá-la. Ao longo do percurso, buscou-se compreender como a fome, mais do que ausência de alimento, é expressão de desigualdades históricas que atravessam corpos negros. As cozinhas do Ceará

Sem Fome revelaram-se não apenas como espaços de distribuição de refeições, mas como territórios de resistência, cuidado e denúncia.

Assim, esta pesquisa não se encerra com respostas definitivas, mas com a reafirmação da necessidade de políticas públicas sustentáveis, sensíveis às interseccionalidades de raça, classe, gênero e território. Iniciativas como o programa Ceará Sem Fome e as cozinhas solidárias precisam ser compreendidas não como caridade, mas como direito e como pontes de transformação.

Despedir-se desta escrita é, na verdade, um gesto de continuidade. É como quem fecha um caderno apenas para abrir outro, com páginas ainda em branco, mas já marcadas pelas vozes, rostos e histórias que ecoaram ao longo deste percurso. Esta dissertação não se encerra, ela repousa como terra fértil que aguarda novas sementes. Que este trabalho, nascido da escuta e da urgência, possa florescer em outras pesquisas, em outros corpos, em outras mãos que também insistem em escrever contra a fome e a favor da vida.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2018.
- ALMEIDA, José Américo de. **A Bagaceira**. 18. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.
- ARAÚJO, Edvaldo Marques de; XAVIER, Ketlen Ariany da Silva; SOUZA, Lucas Batista de; VICHI, Christian. **Racismo internalizado: uma perspectiva analítico-comportamental**. Perspectivas em Análise do Comportamento, v. 13, n. 1, p. 342–353, 2022. Disponível em: <https://revistaperspectivas.emnuvens.com.br/perspectivas/article/view/855>. Acesso em: 26 jun. 2025.
- ASIM, Jabari. **Em algum lugar lá fora**. Tradução de Micheliny Verunschik. Porto Alegre: TAG – Experiências Literárias, 2023.
- BARBOSA, Vilkiane Natércia Malherme; MOURA JÚNIOR, James Ferreira. **Intersecções entre Gênero, Raça e Pobreza na vida de Mulheres no Nordeste do Brasil**. Estudos e Pesquisas em Psicologia, [S.L.], v. 21, n. 4, p. 1478-1499, 15 dez. 2021. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/epp.2021.64031>.
- BERTH, Joice. **Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2023.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **População em situação de rua: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do governo federal**. Brasília, MDHC, 2023. Disponível em: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA - Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e. Acesso em: 14 abr. 2025.
- CABRAL, Mariana Pompílio Gomes et al. **Nutricídio e racismo alimentar na crise neoliberal e socio sanitária da pandemia de covid-19 no Brasil**. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 1-13, 2024. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902024220740pt>.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTRO, J. **Geografia da Fome**. 10.ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.
- Ceará sem fome**. Disponível em: Ceará Sem Fome.
- CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da Violência 2023**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Rio de Janeiro: Ipea, 2023. Disponível em: Ipea - Atlas da Violência v.2.8 - Atlas 2023 em infográficos
- CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da Violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: Ipea - Atlas da Violência v.2.8 - Atlas da Violência 2024
- CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da Violência 2025**. Brasília: Ipea; FBSP, 2025. Disponível em: Ipea - Atlas da Violência v.2.8 - Atlas da Violência 2025
- COLLINS, Patricia Hill. **O pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução de Vanessa Borges. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021

CONNELL, Robert W. & MESSERSCHMIDT, James W. **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**. Estudos feministas, 21 (1): 424, Florianópolis, janeiro-abril/2013, pp.241-282.

CRUZ, Denise Ferreira da Costa. **O sacrifício do corpo: categorias de conhecimento sobre o cabelo crespo que transitam entre o Brasil e Moçambique**. Odeere: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB. ISSN: 2525-4715 – Ano 2018, Volume 3, número 6, julho – dezembro de 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade**. SCRIPTA, Belo Horizonte, v. 13, n. 25, 2009.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2024

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2024. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2024** – Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms. Rome. Disponível em: The State of Food Security and Nutrition in the World 2024

FEDERICI, Silvia. **O Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2018.

FRANCO, Marielle. **A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada**. In: BUENNO, Winnie; BURIGO, Joanna; PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SOLANO, Esther. Tem Saída? Ensaio Críticos sobre o Brasil. Editora Zouk: Porto Alegre. 2017. 247 p.

FROZI, Daniela. **A ditadura e os pobres**. 2015. Colaboraram Juliana Peres e Ronilso Pacheco. Disponível em: A ditadura e os pobres — Secretaria-Geral. Acesso em: 23 fev. 2025.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2004.

GONZALEZ, Lélia. O movimento negro na última década. In: GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos Alfredo. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero (Coleção 2 Pontos, vol. 3), 1982.

GROSSI, Miriam Pillar. **Masculinidades: uma revisão teórica**. Antropologia em primeira mão, Florianópolis, 2004, pp. 1-37.

hooks, bell. **Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança**. São Paulo: Elefante, 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

IPECE. **A segurança alimentar no Ceará em 2023**. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), Fortaleza, nº 249 - julho/2024.

IPECE. **Crerios de Seleção dos beneficiários do Cartão Ceará sem Fome**. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), Nota técnica, Fortaleza, maio/2023.

IPECE. **Distribuição geográfica em Fortaleza das Unidades Produtoras de Refeição (USPR) do Programa Ceará Sem Fome**. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), Nota técnica, Fortaleza, outubro/2023.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2004.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MACIEL, Fabrício. **Exclusão ou desfiliação social?** Robert Castel e uma sociologia política para a periferia do capitalismo. Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política, Volume 12, número 1, janeiro a junho de 2019.

MALUF, Sônia Weidner. **Antropologia, narrativas e a busca de sentido**. Horizontes Antropológicos, [S.L.], v. 5, n. 12, p. 69-82, dez. 1999. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71831999000300005>.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NOVAIS, Fernando A.; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **História da Vida Privada no Brasil**. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NUNES, Míghian Danae Ferreira. **Cadê as crianças negras que estão aqui?** O racismo (não) comeu. Latitude, Vol. 10, nº 2, pp. 383-423, 2016.

OLIVEIRA, Ariadne Maria Rios Ribeiro. **Ser negra e negro em Fortaleza/Ceará**: uma análise interdisciplinar sobre desigualdade sociorracial e Sociobiodiversidade. 2019. 161 f. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (MASTS). Instituto de Engenharia e Desenvolvimento Sustentável – IEDS, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2019.

PIMENTEL, Aline Gomes da Silva; HAUCK FILHO, Nelson. **Opressão racial internalizada**: um estudo com negros brasileiros. Estudos Interdisciplinares em Psicologia, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 03, 24 jun. 2021. Universidade Estadual de Londrina. <http://dx.doi.org/10.5433/2236-6407.2021v12n1p03>.

PINHO, O. **Relações raciais e sexualidade**. In: PINHO, AO., and SANSONE, L., orgs. Raça: novas perspectivas antropológicas [online]. 2nd ed. rev. Salvador: EDUFBA, 2008, pp. 257-283. ISBN 978-85-232-1225-4.

REDE PENSSAN. II VIGISAN, **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. 2022.

REDE PENSSAN. II VIGISAN, **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. Suplemento I: Insegurança alimentar nos Estados. 2022.

REDE PENSSAN. VIGISAN, **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. 2021.

REDE PENSSAN. VIGISAN, **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**. 2022.

RIBEIRO, A. A. M. **No meio e misturado**: o moreno como identificação de cor entre estudantes de uma escola pública. *Conjectura*, Caxias do Sul, v. 15, n. 1, p. 67-77, jan./abr. 2010.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIOS, Kênia Sousa. **Isolamento e poder**: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014, 144 p.

SANTOS, Teresa. **O que é racismo alimentar?** 2024. Museu da Vida Fiocruz. Disponível em: O que é racismo alimentar? - Invivo. Acesso em: 12 maio 2025.

SCHWARCZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na sociabilidade brasileira. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário**: cor e raça na intimidade. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz et al (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Mario Magno de Oliveira. **A experiência de resistência das mães do Curió**: uma análise interseccional sobre memória, direitos e justiça. 2024. 104 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira; Universidade Federal do Ceará, Redenção, 2024.

SOUZA, Dediane. **Dando o nome**: eu e Dandara na construção de narrativas de humanidades de travestis em Fortaleza-CE a partir de um recorte do jornal O Povo. 2022. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Ceará; Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Fortaleza, 2022.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Coleção Tendências: v.4, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira**: quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

TEODORO, C.; OLIVEIRA, F.; SANTOS, M. W. (ORG.). **Infâncias e marcadores sociais da diferença**: estratégias teóricas e metodologias no contexto brasileiro. Petrolina: Editora IFSertãoPE, 2023

VOLP, Stefano. **Homens pretos (não) choram**. São Paulo: HarperCollins Brasil, 2022.